



RELATÓRIO E CONTAS
2007

Índice

RELATÓRIO E CONTAS 2007

1. O nosso ano	6
1.1. Identificação sumária do grupo	6
1.1.1. Sobre a Sonaecom	6
1.1.2. Os nossos valores	6
1.1.3. Perfil corporativo	7
1.1.4. Factores de sucesso	8
1.1.5. Principais eventos em 2007	10
1.2. Principais indicadores	11
1.3. Mensagem do CEO	14
1.3.1. Perspectivas para 2008	16
1.4. Evolução corporativa em 2007	16
1.5. Proposta de aplicação de resultados	18
1.6. Agradecimentos	18
1.7. Eventos subsequentes	19
2. O nosso negócio	20
2.1. O mercado português de telecomunicações	20
2.1.1. Contexto regulatório	24
2.2. Evolução dos negócios	28
2.2.1. Perspectiva consolidada	28
2.2.2. Demonstração de resultados consolidados	28
2.2.3. Balanço consolidado	31
2.3. O negócio móvel	33
2.3.1. Marcos em 2007	33
2.3.2. Dados operacionais	39
2.3.3. Dados financeiros	40
2.4. O negócio fixo	41
2.4.1. Marcos em 2007	41
2.4.2. Dados operacionais	43
2.4.3. Dados financeiros	44
2.5. Software e Sistemas de Informação (SSI)	45
2.5.1. Marcos em 2007	45
2.5.2. Dados operacionais	47
2.5.3. Dados financeiros	48
2.6. Público	48

2.6.1. Marcos em 2007	48
2.6.2. Dados operacionais	49
2.6.3. Dados financeiros	50
2.7. Resultados individuais da Sonaecom SGPS	50
2.7.1. Dados operacionais	50
2.7.2. Dados financeiros	52
2.8. As nossas pessoas	54
2.9. A nossa rede de telecomunicações	57
2.10. Os nossos sistemas de informação e certificação da qualidade	59
3. A nossa gestão	61
3.1. Qualificações dos membros da Administração	63
3.2. Outras funções desempenhadas pela Administração	65
3.3. Artigo 447º, 448º e participações qualificadas	67
4. O nosso modelo de governação	70
4.1. Relatório do governo das sociedades	70
4.1.1. Declaração de cumprimento	70
4.1.2. Novas Recomendações da CMVM sobre governo das sociedades	71
4.1.3. Constituição dos órgãos sociais	76
4.1.4. Alterações nos órgãos sociais	84
4.1.5. Remuneração dos administradores	85
4.1.5.1. Descrição das componentes	85
4.1.5.2. Planos de incentivo de médio prazo	86
4.1.5.3. Remunerações dos administradores e outras compensações	89
4.1.6. Honorários do Auditor Externo	93
4.1.7. Evolução da cotação	94
4.1.8. Relação com investidores	95
4.1.9. Regras e procedimentos corporativos	95
4.1.9.1. Regras para a transacção de acções	95
4.1.9.2. Códigos de conduta	96
4.1.9.3. Políticas internas de gestão de risco	98
4.1.10. Transacções relevantes com partes relacionadas	101
4.1.11. Outras funções desempenhadas pela Administração	101
4.1.12. Artigo 447, 448 e participações qualificadas	101
5. O Nosso Desempenho	102
5.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom	102
5.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	102
5.3. Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom	102

5.4.	Anexos às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom	102
5.5.	Certificação legal de contas e relatório de auditoria	102
5.6.	Relatório e parecer do Conselho Fiscal	102
5.7.	Extracto da acta da Assembleia Geral de accionistas	102
6.	As nossas acções	103
6.1.	O mercado de capitais	103
6.2.	Evolução do preço da acção em 2007	103
6.3.	Estrutura accionista	105
6.4.	Acções próprias	105
7.	Glossário	106

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. O nosso ano

1.1. Identificação sumária do grupo

1.1.1. Sobre a Sonaecom

A Sonaecom é uma empresa orientada para o crescimento, cuja ambição é ser a melhor prestadora de serviços de comunicações em Portugal, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura de uma forma determinada criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

1.1.2. Os nossos valores

Orientação para o Cliente

- Irmos de encontro às necessidades dos nossos clientes, procurando saber o que eles querem e pensam, revolucionando os seus hábitos de consumo.
- Desenvolvermos produtos, serviços e soluções de qualidade, que acrescentem valor a cada um dos nossos clientes.
- O cliente é responsabilidade de todos na nossa organização.

Inovação

- Criarmos constantemente e de forma reconhecida novas formas de comunicar: mais simples, mais eficazes e mais rentáveis, contribuindo também para o aumento do bem estar social.
- Sermos capazes de ir além dos sucessos conquistados fazendo uso da nossa capacidade tecnológica e apelando à nossa criatividade e empreendedorismo.
- Quebrarmos de forma sistemática com o convencional e termos a capacidade para surpreender o mercado.

Responsabilidade Social

- Comprometermo-nos com a comunidade tanto pela crescente preocupação com as boas práticas ambientais, como sendo socialmente responsáveis.
- Agirmos cuidando do presente e do futuro.

Orientação para as Pessoas

- Potenciarmos as capacidades dos nossos profissionais e valorizarmos as suas ideias e iniciativas.
- Incentivarmos o desenvolvimento humano e zelar pelo equilíbrio entre vida pessoal e profissional
- Regermos as nossas equipas por lealdade, profissionalismo, honestidade de actuação e pensamento e sentido de verdade.
- Agirmos de forma transparente e com respeito pelos princípios éticos do mercado e da sociedade.

Orientação para o Negócio

- Procurarmos a máxima rentabilidade para, consistentemente, sustentar o nosso crescimento e cumprir com a nossa missão, assegurando um retorno superior para os nossos accionistas.
- Procurarmos a solidez e a sustentabilidade económica.

Ambição

- Sermos os melhores a operar no mercado Português.
- Termos a capacidade de enfrentar e exceder os nossos desafios.
- Acreditarmos nas nossas capacidades e competência.
- Sermos incansáveis na perseguição dos nossos objectivos, agindo com integridade

1.1.3. Perfil corporativo

A Sonaecom é uma *holding* que controla e gere activamente uma carteira de empresas, divididas em três unidades de negócio: comunicações (móveis e fixas), software e sistemas de informação (SSI) e media. A Sonaecom conta com dois accionistas de referência, a Sonae SGPS e a France Telecom, que prestam um significativo apoio estratégico aos negócios. A Sonaecom é actualmente um dos maiores geradores de tráfego de comunicação em Portugal, com base na sua própria infraestrutura de telecomunicações de âmbito nacional.

A Sonaecom é um agente de transformação activo no sector das telecomunicações português, e é hoje o operador integrado melhor posicionado como verdadeira alternativa ao operador incumbente. Em termos de serviços de telecomunicações, a Sonaecom contribui significativamente para a promoção da Sociedade de Informação em Portugal.

Estrutura simplificada da Sonaecom



(1) Software e Sistemas de Informação

Serviços de comunicações móveis

As actividades de comunicações móveis da Sonaecom são desenvolvidas pela Optimus, lançada em 1998 após ter ganho a terceira licença móvel GSM em Portugal.

Até 2007, a Optimus Telecomunicações, S.A. era a subsidiária que desenvolvia as actividades de comunicação móveis. Durante 2007, esta entidade foi objecto de fusão, tendo sido integrada na Novis Telecom, S.A. (a nossa anterior subsidiária de serviços de comunicações fixas) e a nova empresa adoptou o nome de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. Esta reorganização não teve qualquer impacto sobre as nossas marcas que se mantém a face visível na abordagem ao cliente.

A Optimus oferece, em Portugal, uma vasta gama de serviços de comunicações móveis a clientes residenciais e empresariais, incluindo ofertas tradicionais de voz, dados, uma ampla gama de soluções móveis e serviços de *roaming*, assim como serviços grossistas a terceiros. Através dos seus inovadores produtos de convergência fixo-móvel, Optimus Home e Kanguru, bem como da sua marca de baixo custo, Rede4, a Optimus consolidou a sua posição no mercado português, com 2,9 milhões de clientes e uma quota de mercado de cerca de 20%, no final de 2007.

Serviços de comunicações fixas

As actividades de comunicações fixas da Sonaecom são desenvolvidas através das marcas Clix (mercado residencial) e Novis (grandes empresas e mercado grossista).

A Sonaecom Fixo¹ foi lançada após a liberalização do mercado de comunicações fixas em 2000 e foi, até 2007, a subsidiária que desenvolvia as nossas actividades de comunicação fixa. Tal como mencionado acima, durante 2007, a Sonaecom Fixo foi objecto de fusão, tendo integrado a Optimus Telecomunicações, S.A., e adoptando a designação social de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A.

A Sonaecom Fixo tem vindo a fortalecer a sua posição como o operador alternativo líder de Internet em Portugal, fornecendo serviços de voz e Internet aos seus clientes residenciais e empresariais, além de fornecer capacidade e serviços de conectividade de voz e dados a operadores de telecomunicações em todo o mundo. Durante 2007, fortalecemos ainda mais os nossos serviços de comunicações fixas através da aquisição da Tele2 Portugal e da base de clientes residencial e SOHO de um dos nossos concorrentes (ONI).

Media

A actividade da Sonaecom no sector dos *media* é desenvolvida pelo Público, um jornal de referência em Portugal, lançado em 1992. Este jornal ocupava o terceiro lugar em termos de circulação paga, com uma quota de mercado de 12,3%, em Setembro de 2007, e o terceiro lugar (13,9%) em termos de publicidade, no final de Novembro de 2007. Durante 2007, o Público implementou um formato totalmente redesenhado e a cores, posicionado para atrair leitores que saíram do mercado da imprensa e leitores jovens que ainda não entraram no mercado, enquanto mantém os mesmos padrões editoriais. Através de uma *joint venture* com um jornal desportivo líder (“A Bola”), o Público também lançou o primeiro semanário gratuito em Portugal (“Sexta”).

Serviços de software e sistemas de informação

Estas actividades são desenvolvidas pela divisão SSI, criada no final de 2002, que inclui empresas como a WeDo, a Bizdirect, a Mainroad e a Saphety.

A WeDo é uma empresa fornecedora de produtos de sistemas de integração e serviços de consultoria, especializada no sector das telecomunicações, com competências nas áreas de *Revenue Assurance*, *Fraud Management*, *Network Security* e *Business Continuity*, e uma forte presença em mercados internacionais. Em 2007, com a aquisição da Cape Technologies Limited (uma empresa sediada na República da Irlanda), a WeDo tornou-se no líder mundial do mercado de software integrado de *Revenue Assurance*.

A Mainroad é uma empresa líder em tecnologias de informação, com competências em áreas como a subcontratação de serviços de IT, Apoio ao Cliente, e em particular, *Data Centres* e *Business Continuity*.

A Bizdirect, cujos accionistas minoritários são o BPI e a AITEC, é uma empresa de referência no fornecimento de soluções comerciais de *eSourcing* e *eProcurement*, com base numa plataforma electrónica, bem como de soluções de *hardware* multi-oferta, com base em parcerias com as principais empresas de IT.

A Saphety, uma empresa criada em 2006 a partir da Sonaecom Fixo é um fornecedor de serviços de certificação, facturação electrónica e transacção segura de mensagens.

1.1.4. Factores de sucesso

Desde a criação da Sonaecom e o lançamento dos nossos vários negócios, temos vindo a surpreender o mercado com novos produtos e serviços, melhor segmentação, ganhos operacionais significativos, melhoramento contínuo e exploração de sinergias entre os nossos negócios. A nossa estratégia traduziu-se claramente em resultados de mercado, como é demonstrado pelo facto de a Sonaecom ser o único operador de telecomunicações em Portugal a aumentar as suas quotas de receitas, de forma consistente, nos últimos nove anos.

¹ Novis Telecom S.A

Tendo em consideração as características do mercado e dos nossos concorrentes, os nossos factores de sucesso não poderiam basear-se em aspectos de escala, poder de mercado ou dimensão. Pelo contrário, acreditamos que as nossas vantagens competitivas e factores de diferenciação, desenvolvidos ao longo dos anos, assentam nos seguintes elementos fundamentais:

- Conhecimento e compreensão dos nossos mercados e das necessidades dos nossos clientes;
- Elevadas capacidades de marketing e distribuição, assim como uma abordagem integrada do mercado;
- Detenção de uma infra-estrutura de telecomunicações de ponta, de âmbito nacional, que tem permitido uma redução contínua da dependência relativa ao operador incumbente;
- Organização simplificada, robusta e ágil, capaz de uma rápida adaptação, assim como de antecipar as dinâmicas de mercado;
- Capacidade da nossa equipa jovem e motivada, com um currículo comprovado de inovação e dinamismo, de trabalhar em equipa e perseguir objectivos comuns;
- Capacidade de perspectivar os problemas de forma diferente, envolvendo uma inovação contínua, promovendo a diferenciação e surpreendendo os nossos clientes;
- Base de accionistas clara e estável, capaz de desafiar constantemente os nossos negócios.

O nosso posicionamento como operador integrado de telecomunicações (serviços móvel, fixo, banda larga e TV) permitiu-nos obter importantes sinergias comerciais entre os vários negócios do grupo, o que resultou na criação de oportunidades de *cross-selling* e geração de valor acrescentado para os nossos Clientes. Exemplos claros destes aspectos são: a nossa penetração no mercado de banda larga ULL, o desenvolvimento de produtos convergentes fixo-móvel e a oferta inovadora de produtos de banda larga móvel ao mercado de massas.

A procura de eficiência operacional, a melhoria de processos e as sinergias criadas levaram a uma gestão integrada e a uma estrutura organizacional que inclui uma divisão de serviços partilhados, altamente desenvolvida. Ao implementar esta estratégia, os nossos objectivos foram maximizar a nossa capacidade de desenvolver novas oportunidades de negócios, encorajar o desenvolvimento de produtos e promover oportunidades de *marketing* transversais aos nossos segmentos móvel e fixo.

Estrutura organizacional da Sonaecom e número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2007

TOTAL GRUPO SONAECOM 1.961		
CENTRO CORPORATIVO 27 Quadros Topo, Planeamento&Controlo, Relação com Investidores, Corporate Finance, Auditoria Interna		
SERVIÇOS PARTILHADOS 748 Legal, RP, Regulação, Serviço ao Cliente, RH, Contabilidade&Finanças, Ambiente, Instalações, Técnica, IT		
TELCO 439	MEDIA 280	SSI 467

A Sonaecom pretende também implementar uma rede multi-serviços totalmente integrada, para os segmentos móvel e fixo, de forma a aumentar a capacidade e flexibilidade da rede, minimizando simultaneamente os custos operacionais. Em 2007, foram dados passos significativos no sentido da convergência das redes (ver secção “A nossa rede de telecomunicações”).

1.1.5. Principais eventos em 2007

Principais desenvolvimentos corporativos

Principais desenvolvimentos de mercado

2007		
	JAN	
	FEV	Lançamento do "novo" Público
Oferta pública de aquisição da PT termina	MAR	
Nomeação de Ângelo Paupério para CEO da Sonaecom	APR	
	MAIO	Dados de mercado confirmam reforço da liderança da Novis entre operadores alternativos (e como único operador a crescer)
Aquisições da Tele2 Portugal e da base de clientes residenciais e de pequenos negócios da ONI	JUN	
	JUL	
	AGO	
Aquisição da Cape Technologies, Ltd	SET	Optimus inicia distribuição de computadores e acesso móvel à Internet no âmbito do programa e-Escolas
	OUT	Novis e Clix lançam o seu novo serviço de acesso à Internet móvel
Registo da fusão societária entre Optimus e Novis	NOV	
	DEZ	Anúncio da nova estrutura organizacional
2008		
Relançamento da marca Optimus	JAN	

1.2. Principais indicadores

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro ("IAS/IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia;

A Enabler foi alienada em 30 de Junho de 2006. De forma a facilitar a comparação dos resultados relativos ao ano corrente com os resultados relativos ao ano anterior, os valores comparativos relativos a 2006 foram reexpressos, de forma a excluir a contribuição da Enabler e os ganhos de capital associados para os resultados da Sonaecom e da divisão de Software e Sistemas de Informação (SSI). Além disso, os Resultados de 2006 incluem os custos associados à oferta pública de aquisição lançada sobre a Portugal Telecom. De forma a isolar estes custos não recorrentes do desempenho operacional do ano, os resultados de 2006 foram reexpressos, para efeitos comparativos. Todas as comparações apresentadas foram efectuadas segundo esta base comparativa em circunstâncias equivalentes, utilizando valores pró-forma (2006^P).

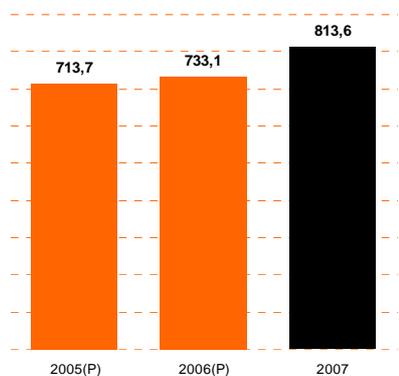
Milhões de euros	2006	2006 ^(P)	2007	y.o.y
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS				
Volume de Negócios	836,0	822,4	892,7	8,6%
Móvel	610,4	610,4	619,4	1,5%
Fixo	200,2	200,2	255,4	27,6%
Público	36,4	36,4	33,2	-8,9%
SSI	78,8	65,1	79,5	22,2%
EBITDA⁽¹⁾	184,3	156,9	162,0	3,3%
Móvel	169,1	169,1	153,7	-9,1%
Fixo	-6,2	-6,2	9,8	-
Público	-8,8	-8,8	-3,3	62,7%
SSI	31,8	4,5	4,6	2,4%
Margem EBITDA (%)	22,0%	19,1%	18,1%	-0,5pp
EBIT	17,8	21,4	22,0	2,9%
Resultados Financeiros	-17,4	-17,4	-21,5	-23,2%
EBT	0,4	4,0	0,5	-86,8%
Atribuível ao Grupo ⁽²⁾	-13,9	-9,7	36,8	-
CAPEX E FREE CASH FLOW ALAVANCADO				
CAPEX Operacional⁽³⁾	0,0	0,0	0,0	0,0
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	134,1	134,0	162,8	21,5%
EBITDA - CAPEX Operacional	16,0%	16,3%	18,2%	1,9pp
CAPEX Total	50,3	22,9	-0,8	-
Cash Flow Operacional ⁽⁴⁾	253,5	253,4	235,8	-6,9%
FCF alavancado ⁽⁵⁾	51,3	30,3	55,5	83,6%
	-81,7	-102,6	59,6	-
BALANÇO CONSOLIDADO				
Total do Activo	0,0	0,0	0,0	0,0
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	1.720,2	1.720,2	1.758,6	2,2%
Liquidez	661,4	661,4	722,6	9,2%
Capital Próprio	125,9	125,9	83,9	-33,4%
Interesses Minoritários	909,5	909,5	935,4	2,9%
Dívida Bruta	0,5	0,5	0,9	83,7%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	464,0	464,0	393,7	-15,2%
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	1,8 x	1,3 x	1,9 x	46,5%
	33,8%	33,8%	29,6%	-12,3%
INDICADORES OPERACIONAIS - MÓVEL				
Cientes (EOP) ('000)	2.601,9	2.601,9	2.893,5	11,2%
Novos Clientes ('000)	248,7	248,7	291,6	17,3%
Dados como % Receitas de Serviço	14,4%	14,4%	17,7%	3,3pp
MOU ⁽⁶⁾ (min.)	115,9	115,9	118,1	1,9%
ARPU (euros)	19,7	19,7	18,2	-7,6%
% Clientes Pré-Pagos	77,8%	77,8%	73,1%	-4,6pp
INDICADORES OPERACIONAIS - FIXO				
Total Serviços (EOP)	380.729	380.729	815.623	114,2%
Serviços Directos	281.541	281.541	510.673	81,4%
Acesso Directo como % Receitas de Clientes	65,6%	65,6%	70,1%	4,6pp
Total Acessos ⁽⁷⁾	310.338	310.338	551.222	77,6%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	137	137	161	17,5%
INDICADORES OPERACIONAIS - SONAECOM				
Colaboradores	1.871	1.871	1.961	4,8%
Volume de Negócios/Colaborador ('000 euros)	447	440	455	3,6%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	99	84	83	-1,5%

(1) Inclui mais valia de 25,3 milhões de euros com a venda da Enabler; (2) Resultados Líquidos após Interesses Minoritários; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites; (4) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variações de Fundo de Manóio - Itens Não Monetários e Outros; (5) FCF alavancado após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e custos de emissão de empréstimos; Inclui o custo de adquirir aproximadamente 11,3 milhões de acções da PT a um preço médio de 9,38 euros por acção; (6) Minutos de Utilização por Cliente (Home incluído desde 4T05); (7) Critérios de reporte de acordo com a metodologia Anacom: serviços RDIS equivalentes a 2 ou 30 acessos consoante sejam acessos básicos (BRI) ou primários (PRI); Acessos não incluem serviços de voz indirecta e de banda estreita nem serviços de dados e de wholesale; (P) Valores pró-forma, excluindo a contribuição da Enabler em 2006 e os custos com Oferta Pública de Aquisição.

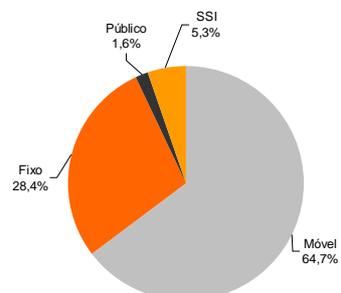
Principais indicadores do Grupo

Receitas de Serviço

Receitas de serviço (milhões de euros)

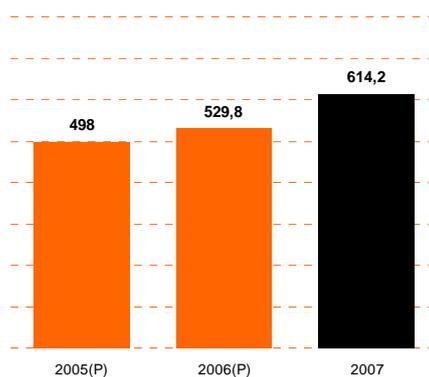


Receitas de serviço em 2007, por negócio (antes das eliminações)



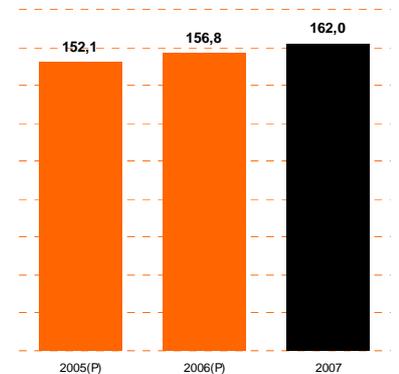
Receitas de Clientes

Receitas de clientes (milhões de euros)

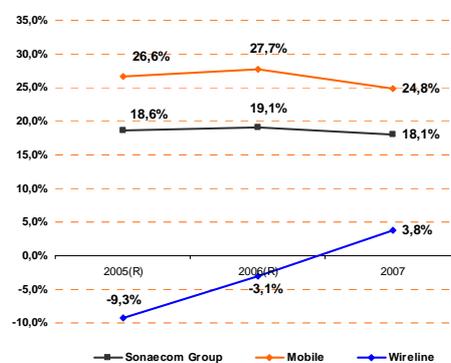


EBITDA

EBITDA (milhões de euros)



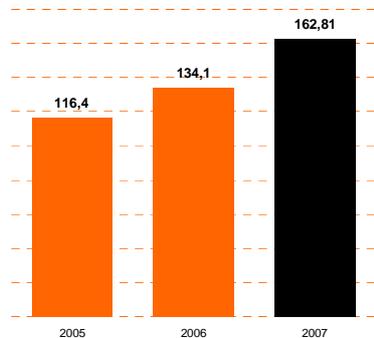
Margem EBITDA (% volume de negócios)



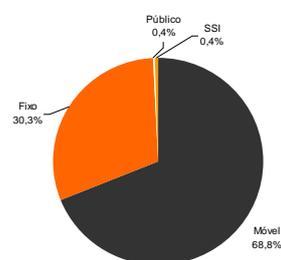
Principais indicadores do Grupo (cont.)

CAPEX

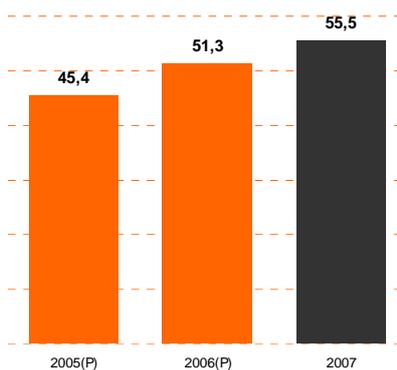
CAPEX operacional (milhões de euros)



CAPEX operacional em 2007, por unidade de negócios

**Cash Flow Operacional**

Cash Flow Operacional (*) (milhões de euros)



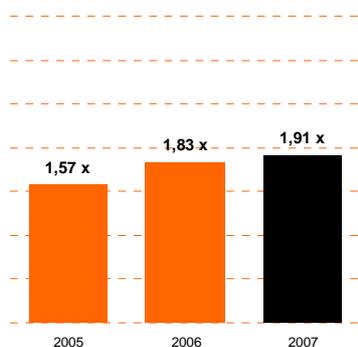
Cash Flow Operacional (% volume de negócios)



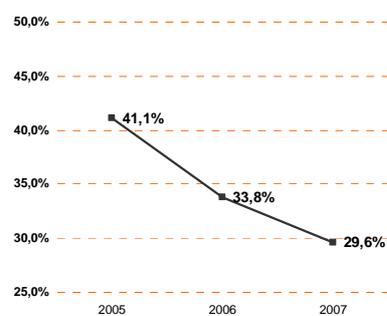
(*) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários & Outros

Rácios entre a Dívida Líquida e o EBITDA e a Dívida e o Capital Próprio

Dívida Líquida : EBITDA (últimos 12 meses)



Dívida / (Dívida + Capital Próprio)



1.3. Mensagem do CEO

É com satisfação que anuncio os excelentes resultados operacionais e financeiros conseguidos pela Sonaecom em 2007, no âmbito da actividade dos seus negócios de Telecomunicações e SSI:

- Crescimento significativo do número de clientes activos na nossa actividade de telecomunicações móveis (+10,6%) e do total de serviços de telecomunicações fixas (+16,5% numa base comparável), relativamente a 2006;
- Crescimento contínuo e acentuado das receitas de clientes relativamente ao ano anterior -aumento de 15,9%, ou 10,8% se excluirmos as aquisições recentes;
- Aumento de 3,3% do EBITDA, ainda que sofrendo o impacto negativo das tarifas de *roaming-in* e de terminação móvel mais baixas e dos custos associados à estratégia de crescimento;
- O melhor EBITDA de sempre na nossa actividade de telecomunicações fixas reflectindo, em grande medida, os resultados do crescimento orgânico do negócio de acesso directo;
- Melhoria do EBITDA na SSI, aumento de 2,4% face a 2006, não obstante o custo de integração das empresas adquiridas (crescimento de 32,8% numa base comparável);
- Resultado líquido atribuível ao Grupo de 36,8 milhões de euros devido, em grande parte, aos benefícios relativos a impostos diferidos activos.

Sinto-me encorajado pelo facto de termos conseguido concretizar grande parte dos objectivos a que nos propusemos na nossa **actividade de telecomunicações**, durante o primeiro trimestre de 2007, logo após o desfecho da oferta pública de aquisição da PT, o que me leva a crer que reforçamos a nossa posição enquanto principal operador alternativo integrado em Portugal:

- **Crescimento orgânico:** aumentámos em 7,9% as receitas de clientes de telecomunicações móveis, resultado do alargamento da base de clientes por via do sucesso alcançado com o nosso produto convergente fixo-móvel (Optimus Home) e da nossa oferta de banda larga móvel (Kanguru); e aumentámos em 22,9%, numa base comparável, as receitas de clientes de telecomunicações fixas, através do aumento da base de clientes de acesso directo;
- **Crescimento não-orgânico:** completámos, com sucesso, as aquisições da base de clientes residenciais da ONI e da Tele2 Portugal, o que permitiu um aumento de escala da nossa actividade de telecomunicações fixas, bem como a alavancagem da nossa rede de telecomunicações;
- **Extensão de cobertura da rede:** aumentámos a capacidade e cobertura da nossa rede, proporcionando assim melhores serviços a um mercado mais alargado. A nossa rede UMTS/HSDPA cobre 78% da população e a nossa rede ULL cobre já mais de 55% do total de lares;
- **Modelo de integração avançado:** no quarto trimestre completámos o processo de fusão da Optimus e Novis procurando uma maior eficiência operacional. O nosso *front office* foi reorganizado por segmentos e linhas organizacionais transversais às actividades de telecomunicações móveis e fixas, respondendo a um mercado cada vez mais convergente e facilitando o desenvolvimento de novos produtos e serviços;
- **Melhoria da estrutura de dívida:** conseguimos completar o refinanciamento da nossa dívida, antes da deterioração das condições nos mercados de crédito ocorrida no segundo semestre do ano, através da negociação de um programa de papel comercial na Sonaecom SGPS, com garantia de subscrição, que nos permitiu maior eficiência na gestão de tesouraria, maior flexibilidade financeira e um alargamento substancial do perfil de maturidade da dívida.

Na **SSI**, registamos um significativo crescimento orgânico (aumento de 18,4% do volume de negócios, numa base comparável), bem como progressos relevantes em termos de crescimento não-orgânico. De realçar o forte aumento do *portfólio* internacional de clientes da WeDo, e a consolidação da sua posição de liderança no mercado mundial de *Revenue Assurance* em telecomunicações, através da aquisição da Cape Technologies. Em linha com

os objectivos estabelecidos para 2007, também a Mainroad e a Bizdirect registaram um crescimento significativo dos seus níveis de rentabilidade, em resultado do aumento do volume de negócios e da introdução de melhorias nos processos operacionais.

De acordo com a estratégia definida para a SSI, e no âmbito da avaliação contínua do nosso *portfólio*, durante 2007 completamos ainda a venda de duas participações minoritárias em negócios não *core*, obtendo uma mais-valia global de 3,3 milhões de euros.

Quanto ao **Público**, implementámos a reestruturação que permitiu a eliminação de cerca de 4 milhões de euros de custos fixos e concentrámo-nos no crescimento de receitas, através: do lançamento, no final de Fevereiro de 2007, de uma nova imagem totalmente redesenhada e a cores; do lançamento do jornal “Sexta”, o primeiro semanário gratuito em Portugal, uma parceria com o jornal desportivo “A Bola”, um dos principais jornais diários desportivos; e do reforço da equipa de vendas de publicidade. Este esforço foi no entanto prejudicado, em 2007, pela queda dos níveis de circulação, pelo sucesso dos jornais gratuitos com impacto nas receitas de publicidade e pela maturidade e natureza competitiva do mercado de vendas de “extensão de marcas”. Ainda assim, contrariando este ambiente competitivo, conseguimos reduzir as quebras no EBITDA durante o ano e acreditamos estar no caminho certo para alcançar os nossos objectivos.

No que diz respeito ao **ambiente regulatório**, registaram-se em 2007 alguns desenvolvimentos importantes que tiveram ou poderão vir a ter um impacto importante nas nossas actividades de telecomunicações:

- A redução, em 2007, das tarifas de terminação móvel (MTRs) e das receitas de *roaming-in* determinaram um impacto negativo, ao nível do EBITDA da nossa actividade móvel, num montante total de cerca de 14,2 milhões de euros;
- O projecto de decisão relativo às MTRs para 2008, publicado pela Anacom no quarto trimestre do ano, prevê reduções adicionais das mesmas e a introdução, pela primeira vez desde o lançamento da nossa operação móvel em 1998, de uma assimetria de tarifas entre a Optimus e os outros dois operadores. Esta proposta teve como objectivo o fomento da concorrência no sector das telecomunicações em Portugal o que, em última instância, favorecerá os consumidores.

Em Março de 2007, a nossa oferta pública de aquisição da Portugal Telecom foi bloqueada de forma insatisfatória. Acredito, no entanto, que ganhamos com este processo, ainda que não tenhamos atingido o nosso objectivo final. Como consequência directa da nossa oferta pública de aquisição, contribuímos significativamente para uma estrutura mais equilibrada do mercado de telecomunicações em Portugal que pode resultar num ambiente mais competitivo e transparente. Este objectivo foi alcançado através da cisão da PTM (resultado da OPA) e da acrescida aceitação das realidades de mercado por muitas das entidades participantes ou com influência no mercado das telecomunicações em Portugal.

Num ano particularmente difícil, e no meu primeiro ano como CEO da Sonaecom, estou orgulhoso do que alcançámos em 2007 e acredito que as decisões que tomámos e os recursos envolvidos durante o ano, conjuntamente com os nossos planos de investimento para 2008, irão estabelecer uma plataforma sólida para o crescimento futuro e para acréscimos de rentabilidade dos nossos negócios. O sucesso e progresso alcançados são um tributo a todos os nossos administradores e colaboradores pelo tempo e esforço que dedicaram à nossa organização.

Com base nos resultados encorajadores de 2007, planeamos agora acelerar os nossos investimentos durante o ano de 2008, tendo como base um programa ambicioso de investimento na nossa actividade de telecomunicações, de forma a melhorarmos a nossa posição competitiva no mercado e garantirmos um crescimento sustentado.

Acredito que a Sonaecom está hoje melhor posicionada para, de uma forma positiva, continuar a desenvolver a sua actividade como o principal operador alternativo à PT no mercado de telecomunicações em Portugal e para liderar o mercado em termos de inovação e diferenciação através da qualidade e serviço.

1.3.1. Perspectivas para 2008

Em 2008, planeamos executar um plano ambicioso de investimento no nosso negócio de telecomunicações de forma a melhorarmos o posicionamento estratégico e aumentar a nossa posição competitiva no mercado e alavancar o crescimento futuro sustentado. Estes investimentos destinam-se a: (i) acelerar a extensão de cobertura e capacidade das nossas redes móvel e fixa, de forma a melhorar a qualidade do serviço, consolidar a nossa liderança no sector da banda larga móvel e ULL e, simultaneamente, aumentar o mercado endereçável; (ii) promover as nossas marcas, tal como demonstrado pelo reposicionamento da marca Optimus lançado em 2008; (iii) alargar os nossos canais de distribuição através do aumento do número de lojas próprias; (iv) melhorar o serviço ao cliente; e (v) implementar a fase inicial do nosso plano de fibra recentemente anunciado, tendo como objectivo o desenvolvimento de projectos residenciais e empresariais prioritariamente nas áreas de Lisboa e Porto. A nossa nova estrutura organizacional permite-nos abordar o mercado de uma forma mais integrada e posicionar-nos mais próximos dos nossos clientes.

Na SSI, o enfoque será no crescimento dos actuais negócios, através da consolidação da presença internacional da WeDo e da integração dos negócios adquiridos em 2007, bem como através do aumento da rentabilidade. A SSI também continuará a gerir activamente o seu *portfólio* e a analisar novas oportunidades de crescimento.

O Público irá concentrar-se no crescimento de receitas, através do refinamento dos produtos existentes, procurando a eficácia operacional e explorando oportunidades de negócios *on-line*. Em termos de circulação, será mantido o esforço de criar fidelização a partir do novo formato do jornal, da maior diferenciação de produtos e da melhoria dos suplementos semanais e de fim-de-semana. A equipa de vendas, recentemente reforçada, irá concentrar-se em atrair mais publicidade e em aproximar-se das agências de publicidade e dos próprios anunciantes. O sucesso do Público vai ser construído através do esforço contínuo de aumento da circulação paga e das receitas de publicidade tradicional, reforçando, simultaneamente, a sua presença *on-line*.

Quanto à regulação, continuaremos a reclamar melhores condições competitivas nos mercados de telecomunicações fixas, esperando finalmente, em 2008, melhorar os processos e SLAs das ofertas de referência, incluindo processos de desagregação e acesso às condutas. Continuaremos também a lutar para que o operador incumbente cumpra atempadamente todas as obrigações no âmbito das ofertas de referência, como resultado da redução substancial do contexto de interpretação das regras existentes. Por outro lado, iremos lutar por um enquadramento regulatório para o desenvolvimento das redes de fibra que permita evitar os custos elevados de construção de novas condutas e a duplicação irracional de redes de acesso, e que estimule a concorrência.

Estamos confiantes que a nossa experiência, provas dadas e conhecimento dos mercados, em conjunto com a energia, ambição e criatividade das nossas pessoas, vão mais uma vez garantir o sucesso da nossa estratégia.

1.4. Evolução corporativa em 2007

Os principais desenvolvimentos corporativos em 2007 foram os seguintes:

Oferta pública de aquisição da Portugal Telecom

Desde o momento da entrega dos documentos preliminares da oferta pública de aquisição da PT, a 6 de Fevereiro de 2006, ocorreu uma longa cadeia de acontecimentos que se prolongaram até ao primeiro trimestre de 2007. Os acontecimentos mais importantes ocorridos em 2007 encontram-se destacados seguidamente:

- (i) A 12 de Janeiro de 2007, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aprovou o registo final da Oferta da Sonaecom pela PT

- (ii) A 16 de Janeiro de 2007, a Sonaecom publicou o prospecto da oferta pela PT, tendo feito uma oferta de 9,5 euros por acção, durante um período que decorreria entre 16 de Janeiro de 2007 e 9 de Março de 2007
- (iii) A 15 de Fevereiro de 2007, a Sonaecom anunciou a sua decisão de alterar a sua oferta, aumentando a mesma para 10,5 euros por acção e renunciando irrevogavelmente a qualquer possibilidade de novos aumentos
- (iv) A 2 de Março de 2007, a PT realizou uma Assembleia Geral de Accionistas para votação das alterações propostas aos estatutos, nomeadamente a remoção da limitação dos direitos de voto de um só accionista a 10% e a aprovação da aquisição pela Sonaecom de mais de 10% do capital social da PT. Compareceram a esta AGE 67,4% dos accionistas, dos quais 45,58% votaram contra as alterações propostas e 43,90% a favor, tendo-se absterido 9,52%. Uma vez que a oferta pública de aquisição lançada pela Sonaecom sobre a PT se encontrava dependente destas alterações aos estatutos, esta terminou automaticamente, tendo cessado o período da oferta.

O desfecho da nossa oferta foi desapontante, tanto em termos de democracia accionista como numa perspectiva do mercado português de capitais, uma vez que impediu a criação significativa de valor para os accionistas, tanto da PT como da Sonaecom, que teria sido gerada por esta transacção.

Embora não tenhamos conseguido alcançar o nosso principal objectivo, acreditamos que a nossa oferta irá contribuir, em termos gerais, para um ambiente concorrencial mais positivo no mercado português de telecomunicações. É nossa convicção que a Sonaecom saiu reforçada desta transacção e com maior credibilidade no mercado.

Na sequência do bloqueio da nossa oferta pública de aquisição da PT, foram vendidas, em Março de 2007, 11,3 milhões de acções da PT, adquiridas em 2006, representando uma participação ligeiramente superior a 1% do capital social da empresa, o que gerou mais-valias de 2,5 milhões de euros. Depois desta venda, a Sonaecom deixou de deter qualquer participação na PT.

Nomeação do novo CEO

A 24 de Abril de 2007, de acordo com as alterações de organizacionais anunciadas no Grupo Sonae, Belmiro de Azevedo demitiu-se do cargo de Presidente do Conselho de Administração, tendo o Conselho de Administração da Sonaecom decidido por unanimidade: (i) nomear Paulo Azevedo como Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração e (ii) cooptar Ângelo Paupério para o Conselho de Administração até ao final do actual mandato. Nesta mesma reunião, foi ainda aprovada por unanimidade a nomeação de Ângelo Paupério como CEO da empresa.

Aquisição da Tele2 Portugal e da base de clientes residenciais da ONI

- Em Junho de 2007, foram concluídas as aquisições das bases de clientes residencial e SOHO da ONI e das operações da Tele2 em Portugal (sujeitas à aprovação formal subsequente da Autoridade da Concorrência). Estas duas aquisições representaram importantes passos no sentido de concretizar as nossas ambições de crescimento. Desde então, temo-nos centrado na retenção e nos serviços prestados a estes clientes, e na oportunidade de desenvolver serviços adequados aos mesmos.
- A 24 de Agosto de 2007, a Autoridade da Concorrência publicou a sua aprovação final relativa à aquisição das bases de clientes residencial e SOHO da ONI.
- A 4 de Setembro de 2007, a Autoridade da Concorrência publicou a sua aprovação final relativa à aquisição da Tele2 Portugal;

Aquisição da Tecnológica, Cape Technologies Ltd e Praesidium Ltd

- Durante o segundo trimestre de 2007, a WeDo concluiu a aquisição da Tecnológica, uma empresa brasileira centrada em soluções de *Revenue Assurance* para o mercado latino-americano. Esta empresa irá funcionar como uma fábrica de software para a região latino-americana. A WeDo irá beneficiar de uma estrutura complementar e superior de investigação & desenvolvimento, com conhecimentos e presença num mercado extremamente importante, em rápida expansão.

- A 28 de Setembro de 2007, a WeDo anunciou a aquisição de 100% do capital social da Cape Technologies Limited, uma empresa sediada na República da Irlanda. Esta empresa contava com 120 colaboradores e operava na área de sistemas de informação para a indústria de telecomunicações, a nível internacional. A oferta feita para a respectiva aquisição foi de 17 milhões de euros, ajustáveis pelas disponibilidades líquidas à data de fecho, acrescidos de uma quantia adicional de até 3 milhões de euros, sujeita ao cumprimento de determinados objectivos previamente acordados. Com esta aquisição, a WeDo tornou-se no líder mundial no mercado de integração de software de *Revenue Assurance*.
- A 6 de Novembro de 2007, a WeDo adquiriu a totalidade do capital social da Praesidium Holdings Limited (Praesidium), uma empresa com sede em Inglaterra, contando actualmente com 10 colaboradores. A Praesidium opera no mercado de consultoria de gestão de risco, a nível internacional, centrando-se no sector das telecomunicações, tendo vindo a prestar serviços a mais de 100 operadores, em cerca de 70 países, nos últimos 10 anos. Com esta aquisição, a WeDo aumentou a sua carteira de serviços, através da criação de uma nova unidade horizontal de negócios dedicada à Consultadoria de Negócios, que opera nas áreas de garantia de receitas, gestão de fraude, segurança de redes e continuidade de negócios. Esta aquisição veio consolidar ainda mais a posição da WeDo como empresa líder na área de *Revenue Assurance*.

Fusão entre a Optimus Telecomunicações, S.A. e a Novis Telecom, S.A.

- A 2 de Novembro de 2007, a Sonaecom concluiu formalmente a fusão das suas divisões móvel e fixa. Esta operação foi aprovada pela ANACOM e pelo Ministério que regula o sector das telecomunicações e representa um processo de reorganização interna que constitui o passo em frente para o desenvolvimento da nossa estratégia integrada de telecomunicações, que irá:
 - (i) reforçar a nossa estratégia de crescimento, tanto em termos orgânicos como não orgânicos
 - (ii) posicionar a organização de forma a conferir-lhe a capacidade de antecipar e reagir às tendências de mercado, que cada vez mais apontam no sentido da convergência fixo-móvel
 - (iii) facilitar o desenvolvimento de novos produtos e serviços
 - (iv) aumentar a eficácia operacional e reduzir custos

Nova estrutura organizacional da área de telecomunicações e alterações das funções dos membros da Comissão Executiva

- Durante o mês de Dezembro de 2007, a Sonaecom concluiu um processo de reorganização das funções e responsabilidades dos membros da Comissão Executiva e redesenhou a estrutura da divisão de telecomunicações, passando de uma estrutura organizacional baseada em tecnologias para uma estrutura determinada pelos segmentos de clientes/oferta. O principal objectivo desta reorganização foi alinhar a nossa organização com a forma como encaramos actualmente o mercado e com a evolução esperada no futuro próximo.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

A 31 de Dezembro de 2007, as contas consolidadas da Sonaecom apresentavam um resultado líquido positivo de 36.777.870 euros, apresentando as contas individuais um resultado líquido negativo de 15.334.817,09 euros. O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos relativos às contas individuais sejam transferidos para resultados transitados.

1.6. Agradecimentos

A Sonaecom gostaria de agradecer ao Auditor Externo pelos valiosos conselhos e auxílio prestado no ano de 2007. Gostaríamos ainda de expressar a nossa gratidão aos nossos fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios do grupo, pelo seu envolvimento contínuo e pela confiança demonstrada na nossa organização.

A Comissão Executiva da Sonaecom gostaria de expressar a sua gratidão aos Administradores Não-Executivos, pelo seu trabalho e valiosos conselhos.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os colaboradores que, mais uma vez, trabalharam de forma entusiástica durante o ano de 2007, para garantir o sucesso continuado da Sonaecom e cujos esforços se encontram claramente na base dos resultados alcançados durante o ano.

1.7. Eventos subsequentes

Os seguintes acontecimentos, ocorridos após o dia 31 de Dezembro de 2007, mas anteriores à aprovação das contas do exercício de 2007 pelo Conselho de Administração deverão ser tidos em consideração:

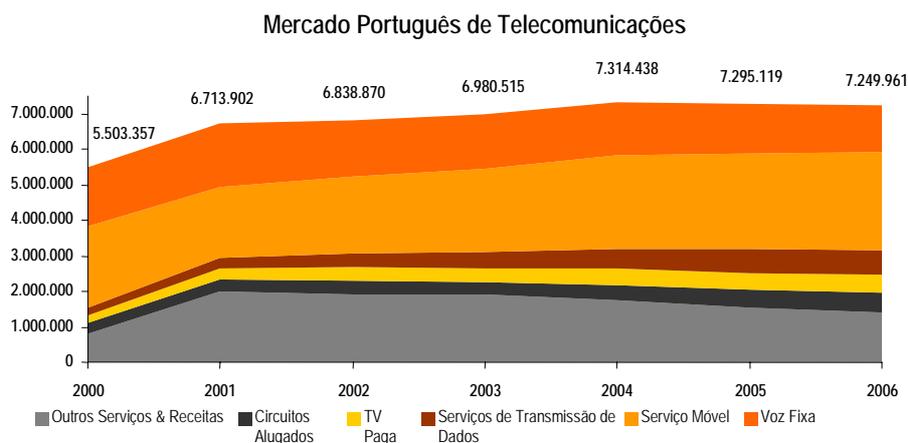
- A 21 de Fevereiro de 2008, a Sonaecom anunciou o seu plano a três anos de desenvolvimento de uma rede de fibra óptica, destinado à construção da rede de telecomunicações mais avançada em Portugal. Como parte deste plano, a Sonaecom propôs permitir o acesso à sua rede de fibra óptica a todos os operadores nacionais interessados, de forma alinhada com as recomendações regulatórias e as melhores práticas europeias.
A Sonaecom anunciou ainda que irá investir 240 milhões de euros, durante um período de três anos, no desenvolvimento desta Rede de Nova Geração, que irá cobrir mais de um milhão de lares e aproximadamente 25% da população portuguesa.
- No seguimento do concurso público relativo ao processo de introdução de TDT em Portugal, lançado em Agosto de 2007 pela ANACOM e pelo Governo, as condições finais do processo do concurso foram divulgadas a 25 de Fevereiro de 2008:
 - a) Existirão dois concursos separados: um relativo à atribuição de frequências para a transmissão em sinal aberto e outro para a atribuição de frequências para a transmissão de canais de acesso pago (pay TV) e da licença para operador de distribuição
 - b) Não será possível apresentar propostas condicionadas, mas os candidatos às emissões em sinal aberto poderão apresentar um cenário complementar, assumindo que ganham ambos os concursos
 - c) Não é permitido à ZON apresentar propostas relativas à transmissão de canais de acesso pago, mas esta empresa poderá apresentar propostas relativas às emissões em sinal aberto. A PT Comunicações poderá apresentar propostas relativas a ambos os concursos.

2. O nosso negócio

2.1. O mercado português de telecomunicações

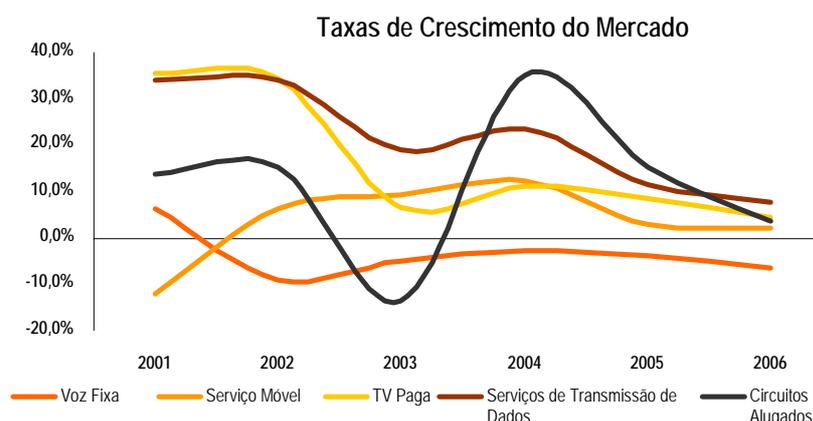
De acordo com a ANACOM, o valor do mercado português de telecomunicações era de 7,25 mil milhões de euros, em 2006 (últimos dados disponíveis), o que representa um decréscimo de 0,6% relativamente ao ano anterior. A contribuição do sector de comunicações para o PIB nacional e emprego tem sido estável durante os últimos anos, situando-se em cerca de 5,2% e 0,3%, respectivamente.

Mercado Português de Telecomunicações



Fonte: ANACOM

Taxas de crescimento do mercado

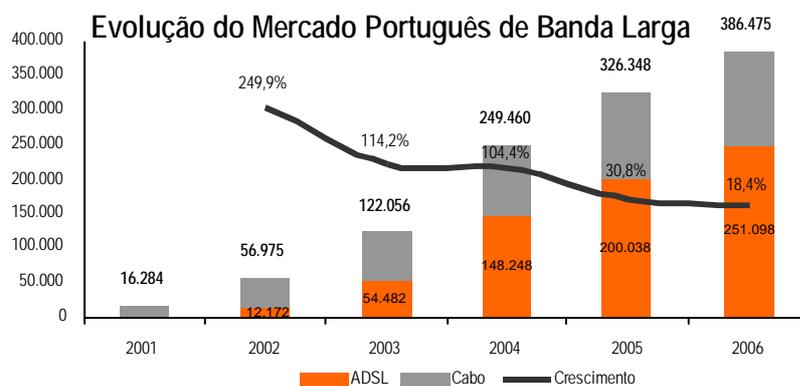


Fonte: ANACOM

Embora o mercado total de telecomunicações não tenha vindo a crescer de forma significativa, esta tendência não se verifica de forma uniforme em todos os tipos de serviços. Do total de 7,2 mil milhões de euros gerados em 2006, 37,8% dizem respeito a serviços móveis (um aumento de 0,9 p.p. relativamente a 2005), 18,4% a serviços fixos de voz (menos 1,2p.p. que em 2005), 7,6% a circuitos alugados (um aumento de 0,2p.p. relativamente a 2005), 6,8% a TV paga (um aumento de 0,3p.p. relativamente a 2005), 9,7% a serviços de transmissão de dados – que incluem banda estreita/larga e outros serviços/tecnologias herdadas (aumento de 0,7p.p. relativamente a 2005); o segmento relativo a outros serviços e receitas (incluindo o mercado grossista) representa ainda uma fatia considerável do mercado global (19,6%).

Os serviços de transmissão de dados apresentaram uma das taxas de crescimento mais interessantes e sustentadas nos últimos anos, no mercado português de telecomunicações. Esta tendência é largamente suportada pelo elevado crescimento registado no mercado de banda larga, desde o desenvolvimento das tecnologias de ADSL.

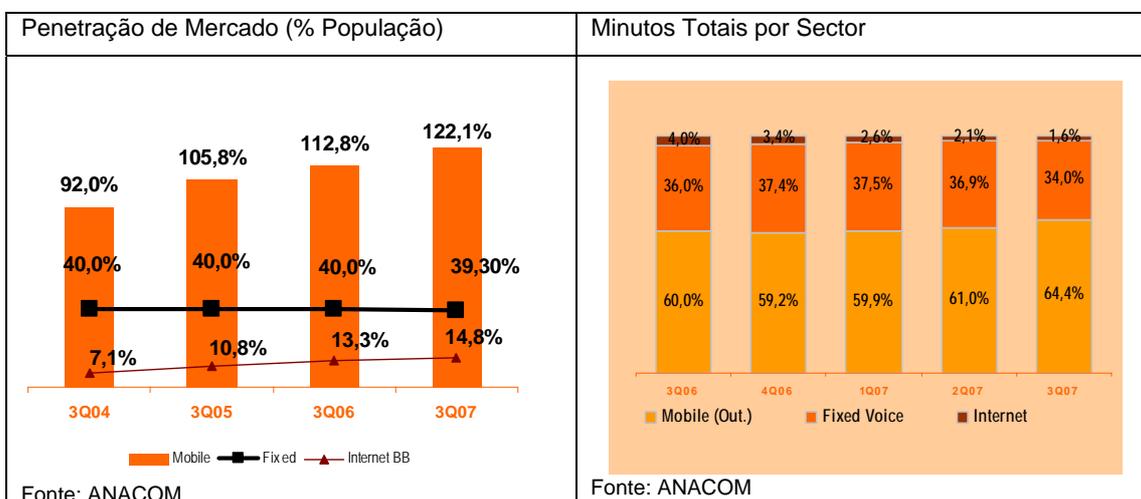
Mercado de Banda Larga – Evolução das Receitas (Cabo+ADSL)



Fonte: ANACOM

Com base nos últimos dados de mercado fornecidos pela ANACOM, relativos ao 3T07, a penetração no mercado móvel em Portugal situou-se em 122,1% (em comparação com 115,4%, no final de 2006), valor acima da média da UE, de 108,5% (relativo a Junho de 2007). Tal evolução deveu-se essencialmente à detenção de mais que um cartão SIM pelos clientes, à utilização máquina-a-máquina e ao crescimento da banda larga móvel. No 3T07, a penetração da Internet de banda larga sobre a rede fixa atingiu 14,8% do mercado, em comparação com 13,5%, no final de 2006, abaixo da média da UE, de 21,8%, em Junho de 2007. Graças ao lançamento de ofertas de banda larga móvel, em que a Optimus foi pioneira, com o lançamento do Kanguru, o número de utilizadores activos de banda larga móvel atingiu 4,5% da população. A penetração da rede fixa diminuiu ligeiramente, para 39,3% (-0,7% relativamente a 2006). Além disso, a penetração relativa ao cabo (subscritores de cabo/população) aumentou ligeiramente, para 13,9% (+0,7% relativamente a 2006).

Durante os primeiros nove meses de 2007, o sector de telecomunicações gerou 5,45 mil milhões de minutos por trimestre, o que representa um aumento de 1,9% relativamente ao ano anterior. Tal evolução deveu-se ao crescimento de 9,5% no número de minutos móveis (enviados), que compensou amplamente a diminuição de 1,8% no tráfego de voz de rede fixa e a diminuição de 58% no tráfego de Internet de banda estreita.



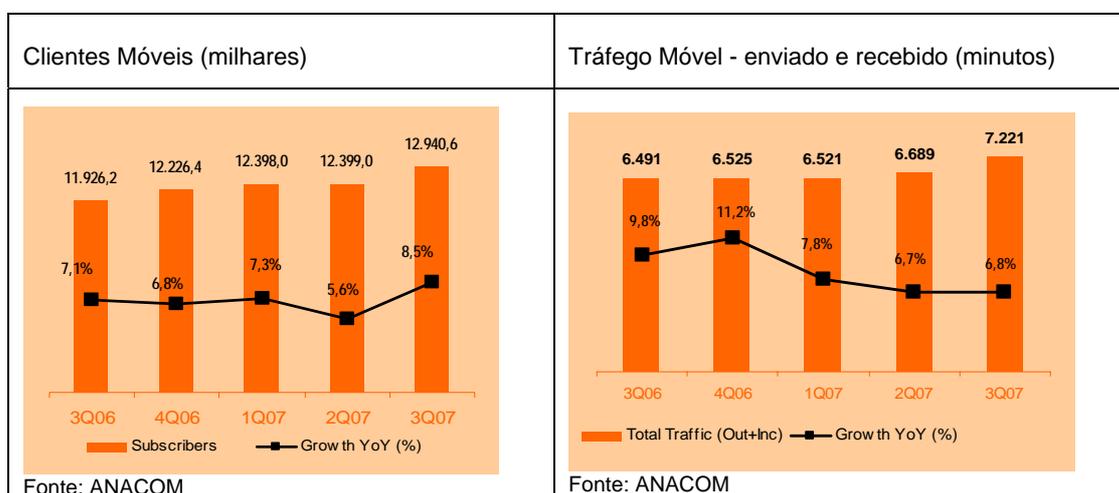
Fonte: ANACOM

Fonte: ANACOM

Mercado móvel

No período de 12 meses até Setembro de 2007, o número total de subscritores de serviços móveis aumentou 8,5%. Tal evolução deveu-se não só ao crescimento no número de clientes de serviços pré-pagos (+5,8%), mas principalmente ao elevado crescimento observado no número de subscritores de serviços pós-pagos (19,6%). No 3T07, o número de subscritores de serviços pós-pagos representava 21,8% do total de subscritores no mercado, em comparação com os 19,8% registados no ano anterior. Durante o mesmo período de 12 meses, o volume total de tráfego móvel, expresso em minutos, aumentou 6,8%, tendo a utilização de mensagens SMS continuado a crescer a um ritmo superior ao tráfego de voz e registando um impressionante aumento de 53%, relativamente ao período homólogo de 2006. Efectivamente, a combinação de (i) diminuição do número médio de chamadas e minutos por mês, por subscritor; e (ii) aumento da duração média das chamadas, poderá indicar que os subscritores estão a substituir chamadas mais curtas por mensagens de SMS. O número de mensagens de SMS mensais por subscritor aumentou de uma média de 93,6, no 3T06, para 132, no 3T07.

O tráfego de voz *roaming-in* (+11,3%) e *roaming-out* (+19,8%) aumentou a um ritmo superior ao observado para o número de subscritores ou para o tráfego doméstico enviado, principalmente como resultado das recentes reduções nas tarifas.



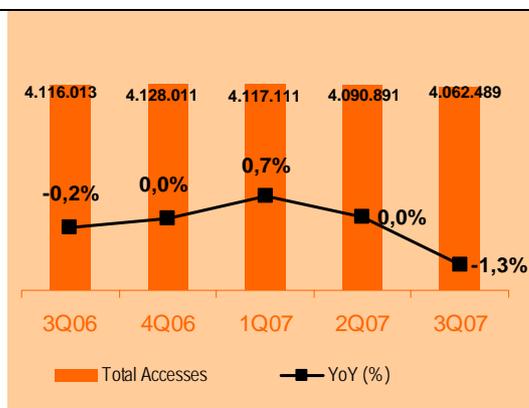
Mercado fixo

Em 2007, o número total de acessos à rede fixa diminuiu 1,3%, para 4.062 milhões de acessos, devido à diminuição do número de linhas de voz, não obstante o crescimento observado para ADSL e no número de acessos à rede de voz baseados em tecnologia GSM. No período de 12 meses até Setembro de 2007, o tráfego na rede fixa diminuiu 7,8%, principalmente como resultado de: (i) migração contínua de clientes de banda estreita para soluções de Internet de Banda Larga (ADSL, Cabo e ainda Móvel), tendo ocorrido uma queda de 58,1% no tráfego de banda estreita, relativamente ao período homólogo de 2006; e (ii) diminuição de 1,8% no tráfego de voz, principalmente como resultado da substituição do fixo pelo móvel, uma vez que o tráfego total de voz no sector continua a aumentar.

Durante o ano de 2007, os operadores alternativos de rede fixa continuaram a aumentar as suas quotas de mercado relativamente ao operador incumbente. No 3T07, estas representavam 30,9% do tráfego total de voz em Portugal, expresso em minutos (em comparação com 29,6%, no ano anterior) e tinham alcançado aproximadamente 30,2% do número total de acessos directos (em comparação com 16,2%, no 3T06). Esta evolução representa um aumento de quota de mercado de 14%. Embora o operador incumbente ainda tenha uma posição dominante nestes mercados, a melhoria das condições regulatórias e económicas para as ofertas de ULL e o crescimento contínuo dos acessos fixos baseados em tecnologia GSM conduziram ao início de uma mudança no mercado de rede fixa em Portugal.

Relativamente aos clientes de Internet, nos 12 meses até 30 de Setembro de 2007, o número de utilizadores de banda larga fixa aumentou 9,2%, para mais de 1,6 milhões, o que se deveu maioritariamente ao aumento de 16,3% no número de clientes de ADSL. No 3T07, o mercado de banda larga fixa incluía acessos ADSL, que representavam 58,0% do total (comparativamente a 62,4%, no ano anterior), acessos por cabo, representando 34,9% (comparativamente a 37,3%, no 3T06) e outros acessos, representando 0,6%. Ainda no final do 3T07, a PT continuava a ter uma posição dominante no mercado de Banda Larga, com uma quota de mercado de 69,1%. No entanto, com a cisão do seu negócio de cabo – PTM – durante o 3T07, a quota de mercado de banda larga da PT deverá ser recalculada, de forma a reflectir esta operação. De acordo com este pressuposto, após a cisão da PTM, a PT detém uma quota de mercado de banda larga de 44,4% (45,6% no final de 2006, numa base comparável), detendo a ZON uma quota de mercado de banda larga de 24,7% (25,2% no final de 2006). Finalmente, os operadores alternativos agregados (incluindo outros operadores por cabo), detêm uma quota de mercado de 30,9% (29,2% no final de 2006).

Número de Acessos (Equivalentes)



Fonte: ANACOM

Quota de Mercado do Operador Incumbente



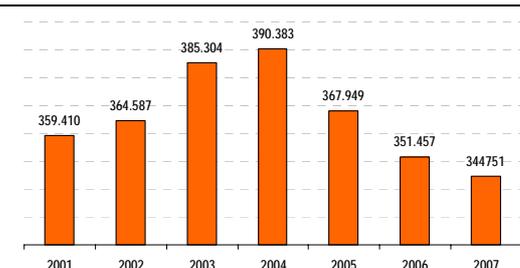
Fonte: ANACOM

Media

De acordo com os últimos dados disponíveis, a imprensa diária generalista paga continuou a sofrer a pressão concorrencial da imprensa gratuita. A média diária de circulação paga em 2007 (Janeiro a Setembro) diminuiu 2,1%, relativamente ao período homólogo de 2006, que tinha, por sua vez, baixado 4,5% relativamente a 2005.

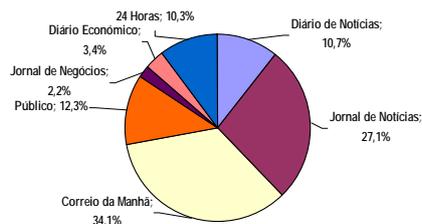
Durante o período de nove meses findo em Setembro de 2007, o Correio da Manhã reforçou a sua liderança de mercado em 1,8%, seguido do Jornal de Notícias e do Público, cuja quota de mercado diminuiu 0,6%, para 12,3%.

Média de Circulação Paga (em Set.07)



Fonte: APCT

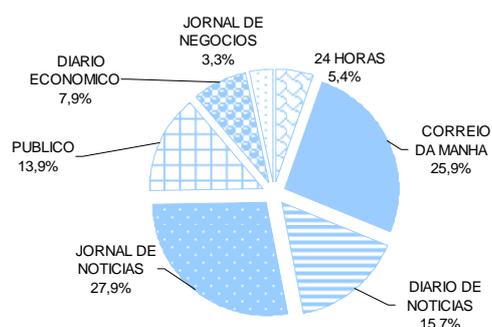
Média de Circulação Paga – Quota de Mercado (em Set.07)



Fonte: APCT

Relativamente ao mercado de publicidade, a publicidade na imprensa diária total aumentou 10,4%² no período de 11 meses findo em Novembro de 2007, o que se deveu claramente aos jornais gratuitos, tendo esta evolução mais que compensado a diminuição de 1,5% do mercado de publicidade na imprensa diária generalista paga. Durante o mesmo período, os investimentos publicitários nos jornais de distribuição gratuita aumentaram aproximadamente 154%.

Quota de Mercado de Publicidade (em Nov. 07)



Fonte: Marktest/MediaMonitor

2.1.1. Contexto regulatório

Regulação do sector móvel em 2007: principais desenvolvimentos ao nível nacional

1. Tarifas de terminação móvel

Em Outubro de 2007, a ANACOM publicou uma decisão preliminar relativa às tarifas de terminação móvel, que prevê a continuação de uma diminuição nos preços e – pela primeira vez desde o lançamento do nosso negócio móvel – a introdução de assimetria entre a TMN e a Vodafone e a Optimus, no tráfego móvel-móvel. A decisão preliminar prevê as seguintes tarifas de terminação:

(euros/minuto)	TMN & Vodafone	Optimus	Assimetria
Actuais	0,11	0,11	0%
01-Jan-08	0,08	0,096	20%
01-Abr-08	0,075	0,09	20%
01-Jul-08	0,07	0,084	20%
01-Out-08	0,065	0,078	20%

Espera-se que a decisão final seja tomada no 1T08.

2. Atribuição de novas frequências a serviços móveis

Em Março de 2007, no âmbito da consulta pública sobre o Quadro Nacional de Atribuição de Frequências para 2007 (QNAF2007), o ICP – ANACOM promoveu uma auscultação de interesse do mercado relativamente às frequências de 450 MHz, 900 MHz e 1800 MHz para a prestação de serviço móvel terrestre de acordo com o princípio da neutralidade tecnológica.

Subsequentemente, em Outubro, a ANACOM lançou um concurso público relativo à entrada de um novo operador móvel, através da atribuição, em concurso aberto, de frequências na banda de 450 MHz, de acordo com o princípio da neutralidade tecnológica. Na decisão final, adoptada em Fevereiro de 2008, a ANACOM confirmou a sua intenção de promover um concurso público para atribuição de frequências na banda de 450 MHz a um novo operador, para fornecimento de serviços móveis. De acordo com esta decisão, a entidade reguladora

² Fonte: Marktest/Media Monitor

anunciou que pretende excluir deste concurso os operadores que oferecem serviços suportados em tecnologias GSM e UMTS, assim como CDMA450.

3. Acesso à banda larga sem fios (*Broadband Wireless Access*)

O regulador desencadeou o processo de de consulta referente ao licenciamento destas frequências. No âmbito destas consultas, o regulador apresentou as suas propostas sobre (i) as frequências a utilizar (3,4 GHz – 3,8 GHz), (ii) o número de blocos a atribuir por operador (4 blocos de 2x28 MHz), (iii) processo de atribuição (leilão) e (iv) critérios de adjudicação, dos quais se destaca a intenção de não autorizar a entrada na primeira fase do leilão de operadores com poder de mercado significativo no mercado de banda larga, operadores móveis ou operadores com espectro na faixa dos 3,4 GHz – 3,8 GHz. Estima-se que o leilão tenha lugar no primeiro trimestre de 2008.

4. MVNOs

A 15 de Fevereiro de 2007, a ANACOM publicou informação relativa aos termos e condições da actividade de operadores virtuais móveis (MVNO), nomeadamente o estabelecimento de uma relação directa com os clientes finais, possibilidade de utilização da sua própria gama de numeração (gama “92”) e a livre negociação com os operadores, para acesso às respectivas redes.

5. Taxas de espectro

Como resultado da decisão datada de Agosto de 2007, a ANACOM devolveu 1.967.345,70 euros à Optimus, relativos a taxas de espectro pagas em excesso, no período entre 1998 e 2001. Este reembolso resultou de um pedido apresentado pela Optimus, cujo suporte foi baseado numa auditoria externa. Por outro lado, a Optimus teve de pagar à ANACOM uma quantia de aproximadamente 1.541.274,02 euros relativa a taxas de espectro adicionais, no período 2002 – 2004. O cálculo deste valor foi baseado numa auditoria promovida pela ANACOM.

6. Sociedade da Informação

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros. Alguns desses compromissos já se encontram cumpridos e devidamente reconhecidos pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (“MOPTC”) e pelas entidades especialmente constituídas para apreciarem e validarem os projectos efectuados com aquele propósito. Os restantes compromissos serão realizados, ao longo do remanescente período da licença (até 2015), nos termos recentemente acordados entre a Optimus e o MOPTC, através de contribuições para o projecto “Iniciativas E” do Governo, e através de projectos próprios, qualificáveis como contributos para a sociedade de informação. Também por acordo entre o MOPTC, a Optimus e os restantes operadores móveis se esclareceu e extinguiu, de forma definitiva e integral, o compromisso dos três operadores relativo à aquisição de direitos de utilização de frequências UMTS correspondentes à licença da ONIWAY – Infocomunicações, S.A, cabendo à Optimus a obrigação de contribuir, financeiramente, com o montante de 8.313.298,28 euros para a constituição de um Fundo para a Sociedade de Informação. A extinção das referidas obrigações foi também formalizada pelo despacho N° 18188/2007, publicado na II série de 16 Agosto.

7. Transmissão de frequências e direitos de utilização de recursos de numeração

Em antecipação da fusão entre a Novis e a Optimus, a ANACOM aceitou o pedido relativo à transmissão da totalidade do espectro e direitos de utilização de recursos de numeração feito pela Optimus – Telecomunicações, S.A. à Novis Telecom, S.A., sem imposição de quaisquer obrigações adicionais.

Regulação do sector móvel em 2007: principais desenvolvimentos ao nível internacional

1. Regulação relativa ao *roaming* internacional

A 30 de Junho de 2007, entrou em vigor o Regulamento Europeu relativo aos serviços de *roaming*. Este regulamento impôs um controlo dos preços máximos, aos níveis dos mercados de retalho e grossista:

	Retalho		Grossista
	Enviado	Recebido	
2007	49	24	30
2008	46	22	28
2009	43	19	26

Valores sem IVA, em cêntimos do euro

O regulamento impôs igualmente medidas que visam aumentar a transparência tarifária dos serviços de *roaming* internacional.

2. Novo enquadramento regulatório

Em 13 de Novembro a Comissão Europeia publicou as suas propostas para a revisão do actual enquadramento regulatório do sector dos serviços de comunicações na União. As propostas incluem:

- Medidas específicas para o reforço da harmonização do enquadramento regulamentar a nível europeu, designadamente através da criação de uma Autoridade Europeia para os Serviços de Comunicações;
- Introdução da separação funcional como possível medida regulatória;
- Flexibilização da gestão de espectro, devendo a neutralidade tecnológica e de serviço ser a regra. A Comissão pretende também que sejam criadas condições para tornar efectivo o mercado secundário de espectro.

As propostas da Comissão serão agora discutidas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. A aprovação do novo quadro não deverá acontecer antes do final de 2008 e a sua transposição para o direito português deverá acontecer apenas em 2010.

No mesmo dia a Comissão divulgou a nova recomendação de mercados susceptíveis de regulação *ex-ante*. O número de mercados reduziu-se de 18 para 7, sendo que o mercado de acesso e originação nas redes móveis foi um dos mercados que deixou de ser considerado susceptível de regulação *ex-ante*.

Regulação do sector fixo em 2007

A actividade regulatória do mercado de rede fixa em Portugal em 2007, relativamente às suas várias ofertas, foi caracterizada pelos seguintes acontecimentos:

- Lançamento de uma nova oferta de referência, Naked DSL, a qual permitirá a oferta de serviços DSL sem a imposição do cliente adquirir o serviço de voz. Esta oferta foi definida ao longo do ano de 2007, tendo sido imposta a obrigação da sua disponibilização ao mercado a partir de 1 de Fevereiro de 2008.
- A nível da Oferta de Referência de Acesso ao Lacete Local (ORALL), e não obstante as recorrentes solicitações da Sonaecom, a actuação do regulador foi diminuta, tendo-se restringido ao aprofundamento das regras referentes à co-instalação, tanto a nível da optimização dos espaços (de modo a assegurar a sua libertação sempre que não estejam a ser utilizados e sejam necessários para satisfazer as necessidades de terceiros) utilizados como das condições de acesso a energia.
- Foi introduzida em Março de 2007 a oferta de acessos RDIS na Oferta de Realuguer da Linha de Assinante (ORLA) da PT Comunicações. O preço definido representa um *retail minus* entre 15% e 30% face ao preço retalhista da mensalidade da linha de telefone.

- Paralelamente, o regulador autorizou o lançamento pela PT Comunicações de uma oferta que integra tráfego na mensalidade. Para tal, a PT Comunicações foi obrigada a reduzir dos seus preços de interligação, para a duração dessa oferta, em 10%.
- Embora com 11 meses de atraso, o regulador também reviu os termos da Oferta de Referência de Interligação (ORI), consubstanciando-se em reduções significativas nos preços dos serviços de pré-selecção, portabilidade e ORLA. Os preços de interligação foram alvo de uma nova redução, de cerca de 3%.
- No âmbito da ORCA (Oferta de Referência de Circuitos Alugados), o regulador eliminou as restrições referentes às centrais em que a oferta de meios circuitos da PT Comunicações é disponibilizada, permitindo uma maior optimização de custos que será concluída em 2008.

Durante o ano de 2007, a ANACOM respondeu favoravelmente a um pedido de intervenção efectuado pela Sonaecom em 2006, referente à interligação no interior das centrais da PT Comunicações. Em sequência, a interligação directa da Sonaecom com as empresas do Grupo PT, foi viabilizada, o que terá impacto relevante nos custos operacionais dessas interligações.

2.2. Evolução dos negócios

2.2.1. Perspectiva consolidada

Os resultados da Sonaecom relativos ao ano de 2007 demonstram um crescimento sólido e um aumento de rentabilidade, reflectindo a capacidade da organização de identificar e centrar-se em oportunidades específicas de crescimento, nos seus diversos mercados. Durante o ano, a Sonaecom aumentou a sua base de clientes e reforçou o aumento das receitas de clientes, gerando simultaneamente um EBITDA mais elevado.

2.2.2. Demonstração de resultados consolidados

Milhões de Euros				
DEMONST. DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	2006	2006 ^P	2007	y.o.y
Volume de Negócios	836,0	822,4	892,7	8,6%
Móvel	610,4	610,4	619,4	1,5%
Fixo	200,2	200,2	255,4	27,6%
Público	36,4	36,4	33,2	-8,9%
SSI	78,8	65,1	79,5	22,2%
Outros & Eliminações	-89,7	-89,7	-94,8	-5,7%
Outras Receitas	32,0	5,4	6,4	19,2%
Custos Operacionais	673,1	660,4	724,9	9,8%
Custo das Vendas	102,1	102,1	108,6	6,4%
Custos de Rede ⁽¹⁾	256,0	256,0	298,3	16,5%
Custos com Pessoal	102,5	94,7	95,0	0,3%
Marketing e Vendas	94,1	94,0	96,5	2,6%
Serviços Subcontratados ⁽²⁾	60,9	58,9	65,6	11,3%
Despesas Gerais e Administrativas	46,3	43,6	47,2	8,5%
Outros Custos Operacionais	11,1	11,1	13,8	24,4%
Provisões e Perdas de Imparidade	10,6	10,5	12,2	16,5%
EBITDA	184,3	156,9	162,0	3,3%
Margem EBITDA (%)	22,0%	19,1%	18,1%	-0,9pp
Móvel	169,1	169,1	153,7	-9,1%
Fixo	-6,2	-6,2	9,8	-
Público	-8,8	-8,8	-3,3	62,7%
SSI	31,8	4,5	4,6	2,4%
Outros & Eliminações	-1,5	-1,6	-2,8	-70,0%
Custos com a Oferta Pública de Aquisição	30,9	0,0	0,0	-
Depreciações e Amortizações	135,7	135,5	140,0	3,3%
EBIT	17,8	21,4	22,0	2,9%
Resultados Financeiros	-17,4	-17,4	-21,5	-23,2%
Proveitos Financeiros	6,0	5,9	18,0	-
Custos Financeiros	23,4	23,4	39,5	69,0%
EBT	0,4	4,0	0,5	-86,6%
Resultado de Imposto	-5,3	-5,0	36,6	-
Resultado Líquido	-4,9	-1,0	37,2	-
Atribuível ao Grupo	-13,9	-9,7	36,8	-
Atribuível a Interesses Minoritários	9,0	8,6	0,4	-95,5%

(1) Custos de Rede = Interligação mais Circuitos Alugados mais Conteúdos mais Outros Custos de Operação de Rede; (2) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Enabler no 1S06 e os custos com a Oferta Pública de Aquisição

Volume de negócios

O volume de negócios consolidado em 2007 foi de 892,7 milhões de euros (o valor mais elevado de sempre para a Sonaecom), 8,6% acima do valor registado em 2006^P, não obstante o efeito negativo ao nível das receitas de operadores na área do negócio móvel, da redução nas receitas de *roaming-in*, de 9,4 milhões de euros, e da redução das tarifas de terminação móvel, de 11,3 milhões de euros.

As receitas de serviços consolidadas aumentaram 11,0%, para 813,6 milhões de euros, quando comparadas com o ano de 2006^P. Os principais contributos para este desempenho foram os seguintes:

- no negócio fixo, as receitas de serviços aumentaram 27,8%;
- no negócio móvel, as receitas de serviços aumentaram 3,0%, devido ao crescimento das receitas de clientes que mais que compensaram o efeito negativo da redução nas receitas de *roaming-in* e nas tarifas de terminação móvel;

- c) na SSI, registou-se um aumento de 18,6% das receitas de serviços, principalmente como resultado do bom desempenho da WeDo;
- d) não obstante, a redução de 8,4% nas receitas de publicidade no Público.

De salientar o aumento de 15,9% das receitas de clientes consolidadas, em comparação com 2006^P, impulsionadas pelo forte crescimento nas receitas de clientes, quer na área do negócio fixo (48,2%), quer na área do negócio móvel (7,9%). Os resultados de 2007 da área do negócio fixo e, conseqüentemente, da Sonaecom consolidada, incluem, desde Setembro, as receitas geradas pela Tele2 Portugal e pelos clientes adquiridos à ONI. Em 2007, a contribuição destes dois negócios adicionais para as receitas de serviços foi de 24,8 milhões de euros.

Os resultados de 2007 da SSI (e os resultados consolidados da Sonaecom) incluem ainda as contribuições da Cape Technologies, da Praesidium e da Tecnológica, empresas adquiridas, pela WeDo, durante o ano de 2007 e que contribuíram em 2,4 milhões de euros, para o volume de negócios em 2007.

Excluindo o contributo das empresas anteriormente mencionadas, as receitas de serviços e as receitas de clientes teriam aumentado 7,3% e 10,8%, respectivamente, quando comparadas com 2006^P.

Custos operacionais

O total de custos operacionais em 2007 foi de 724,9 milhões de euros, um aumento de 9,8% face a 2006^P. O total de custos operacionais excluindo o custo das vendas registou um acréscimo de 10,4% face a 2006^P, representando 75,7% das receitas de serviços, aproximadamente o mesmo nível registado no ano anterior. Tal como referido anteriormente para o volume de negócios, importa salientar que os custos operacionais incluem, desde as respectivas datas de aquisição, os custos associados às empresas adquiridas durante o ano de 2007 e os respectivos custos de integração.

Para além do contributo das empresas adquiridas, importa também salientar que o aumento dos custos operacionais no ano está essencialmente relacionado com o crescimento da actividade:

- a) aumento de 16,5% nos custos de manutenção da rede, quando comparados com 2006^P, resultado, principalmente, do aumento de 14,9% nos custos de interligação e conteúdos, aumento este relacionado com o elevado nível do volume de tráfego e com o alargamento da base de clientes, o que originou um significativo aumento dos custos mensais de ULL;
- b) aumento de 2,6% nos custos de marketing e vendas, resultado, essencialmente, do investimento na área do negócio móvel na aquisição de clientes, na promoção da marca e de novos produtos e serviços;
- c) aumento de 8,5% nas despesas gerais e administrativas e de 11,3% nos serviços subcontratados, aumentos estes explicados, principalmente, pelo crescimento da base de clientes "pós-pagos" no negócio móvel e pelo alargamento da base de clientes no negócio fixo (com o conseqüente impacto ao nível das necessidades e respectivos custos com a facturação e suporte ao cliente).

Os custos com o pessoal aumentaram marginalmente (0,3%), reflectindo os custos com o *headcount* das empresas adquiridas, que foi parcialmente compensado com a redução da média de *headcount* do ano. De notar ainda que os custos com o pessoal consolidados, em 2006^P, incluíam 4,3 milhões de euros relativos a custos com indemnizações, no âmbito de um programa de reestruturação implementado no Público.

As provisões e perdas de imparidade aumentaram 1,7 milhões de euros em 2007, devido a um aumento das provisões para cobranças duvidosas e para depreciação de existências na área das telecomunicações, que foi parcialmente compensado com a redução das provisões para outros riscos e encargos.

EBITDA

O EBITDA consolidado aumentou 3,3% para 162 milhões de euros em 2007, gerando uma margem de 18,1%, em comparação com uma margem de 19,1%, registada em 2006^P. Este desempenho resulta dos resultados operacionais ao nível das áreas de telecomunicações e de SSI. O desempenho do EBITDA por área de negócio foi como se segue:

- a) na área de negócio móvel, o EBITDA foi de 153,7 milhões de euros, uma redução de 15,3 milhões de euros face a 2006^P, quase totalmente explicada pelo impacto negativo das receitas de *roaming-in* e das tarifas de terminação móvel, no valor de 9,4 milhões de euros e 4,8 milhões de euros, respectivamente;
- b) na área de negócio fixo registou-se o valor de EBITDA mais elevado de sempre, no montante de 9,8 milhões de euros (um aumento de 16 milhões de euros quando comparado com 2006^P), reflectindo, essencialmente, os benefícios do crescimento orgânico continuado no negócio de acesso directo;
- c) na SSI, o EBITDA aumentou 2,4% para 4,6 milhões de euros, em comparação com 2006^P, resultado do aumento nas receitas de serviços e das melhorias em termos de eficiência e gestão de custos, não obstante os custos de integração e os contributos negativos, para o 4T07, das empresas adquiridas pela WeDo;
- d) no Público, o EBITDA foi negativo em 3,3 milhões de euros, embora represente um aumento de 5,5 milhões de euros ou 62,7%, comparativamente a 2006, reflectindo a redução conseguida ao nível dos custos fixos e o impacto dos custos com indemnizações pagas em 2006, parcialmente compensada pelo desempenho negativo, em 2007, da generalidade das linhas de receitas.

Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao grupo foi de 36,8 milhões de euros no exercício de 2007.

O valor das depreciações e amortizações aumentou marginalmente para 140 milhões de euros (um aumento de 3,3% face a 2006), resultado, essencialmente, do aumento da base de activos, na sequência dos investimentos para expansão das redes móvel e fixo e não obstante a revisão efectuada, no 2T07, na vida útil das torres de telecomunicações e de outros activos relacionados com a rede GSM.

Os custos financeiros líquidos aumentaram 4,1 milhões de euros para 21,5 milhões de euros em 2007. Este aumento resulta do reconhecimento dos custos diferidos remanescentes (7,2 milhões de euros) relativos ao financiamento da Optimus, que foi cancelado em Setembro de 2007. Excluindo este efeito contabilístico, os custos financeiros líquidos teriam diminuído 17,8%, reflectindo: (i) o aumento nos custos financeiros em 8,9 milhões de euros, resultado do aumento no custo médio da dívida (4,78% em 2007, em comparação com 3,69% em 2006), determinado pelo aumento das taxas de mercado; e (ii) aumento dos proveitos financeiros em 12,1 milhões de euros, reflectindo, principalmente, o maior nível médio de liquidez, taxas médias de mercado mais elevadas e as mais-valias geradas pela alienação da participação detida na “Despegar” (3 milhões de euros) e das acções da PT (2,3 milhões de euros).

A rubrica de impostos registou, em 2007, um benefício de 36,6 milhões de euros, em comparação com 5 milhões de euros em 2006, resultado dos movimentos ocorridos nos activos por impostos diferidos no negócio de telecomunicações. Os activos por impostos diferidos, registados no 4T07, resultam da possibilidade de utilização dos impostos diferidos activos através de resultados futuros, previstos no novo plano de negócios da nova unidade de telecomunicações.

2.2.3. Balanço consolidado

Milhões de euros	2006	2007	y.o.y
BALANÇO CONSOLIDADO	1,720.2	1,758.6	2.2%
Total do Activo Líquido	1,343.6	1,353.9	0.8%
Activos não Correntes	1,343.6	1,353.9	0.8%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	661.4	722.6	9.2%
Goodwill	506.9	528.2	4.2%
Investimentos	113.1	2.0	-98.3%
Impostos Diferidos Activos	61.8	101.1	63.7%
Outros	0.3	0.0	-100.0%
Activos Correntes	376.6	404.7	7.5%
Clientes	152.0	192.0	26.4%
Liquidez	125.9	83.9	-33.4%
Outros	98.7	128.8	30.5%
Capital Próprio	909.5	935.4	2.9%
Grupo	909.0	934.6	2.8%
Interesses Minoritários	0.5	0.9	83.7%
Total Passivo	810.7	823.2	1.5%
Passivo não Corrente	486.1	422.6	-13.1%
Empréstimos Bancários	460.6	373.2	-19.0%
Provisões para outros Riscos e Encargos	20.1	30.9	53.8%
Outros	5.4	18.5	-
Passivo Corrente	324.6	400.6	23.4%
Empréstimos Bancários	0.1	0.6	-
Fornecedores	162.7	185.3	13.9%
Outros	161.9	214.6	32.6%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	134.1	162.8	21.4%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	16.0%	18.2%	2.2pp
CAPEX Total	253.5	235.8	-7.0%
EBITDA - CAPEX Operacional	50.3	-0.8	-
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	51.3	55.5	8.3%
FCF ⁽³⁾	-81.7	59.6	-
Dívida Bruta	464.0	393.7	-15.2%
Dívida Líquida	338.1	309.8	-8.4%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1.8 x	1.9 x	0.1x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾	10.6 x	5.9 x	-4.7x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	33.8%	29.6%	-4.2pp

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

Estrutura de capital

Durante o ano de 2007, a Sonaecom completou a negociação de 250 milhões de euros relativa a um Programa de Papel Comercial com garantia de subscrição e uma maturidade final de cinco anos. Este financiamento tem sido utilizado para financiar a actividade corrente e os investimentos do grupo e, em conjunto com a liquidez disponível, foi utilizado para refinanciar a anterior dívida de 325 milhões de euros da Optimus. Como resultado, a dívida bruta consolidada encontra-se agora totalmente contratada pela Sonaecom SGPS, sendo a alocação da liquidez entre as várias subsidiárias efectuada através de financiamentos internos. No final do ano de 2007, a maturidade média ponderada das linhas de crédito do Grupo Sonaecom era de cerca de 4,5 anos.

A dívida bruta consolidada, no final de 2007, era de 393,7 milhões de euros, 70,3 milhões de euros inferior ao valor no final de 2006. Este decréscimo é resultado dos seguintes movimentos: (i) o reembolso do financiamento da Optimus no valor de 317 milhões de euros (valor líquido de “up-front fees”); (ii) a utilização de 225 milhões de euros do Programa de Papel Comercial no ano de 2007; e (iii) o aumento de 20,1 milhões de euros relacionado com contratos de locação financeira.

Como resultado do processo de refinanciamento e não obstante o FCF gerado no ano (que inclui a alienação, no 1T07, da participação de 1% que o grupo detinha na PT), a liquidez consolidada diminuiu 42 milhões de euros, para 83,9 milhões de euros.

Como resultado dos factores acima mencionados, a dívida líquida consolidada, no final de 2007, era de 309,8 milhões de euros, uma diminuição de 28,3 milhões de euros, em comparação com 2006.

A estrutura de capital da Sonaecom continua a ser conservadora, como evidenciam os seus principais rácios financeiros, no final de 2007. O rácio Dívida líquida:EBITDA deteriorou-se, marginalmente, quando comparado com 2006, para 1,9x. O rácio de cobertura de juros diminuiu de 10,6x, no final de 2006, para 5,9x, resultado do pagamento de juros do empréstimo da Sontel BV, no início de 2007, associado à oferta pública de aquisição sobre a PT, o qual foi integralmente reembolsado até ao final do 1T07. O rácio Dívida Bruta:Capital Próprio aumentou de 33,8%, em 2006, para 29,6% em 2007, reflectindo os movimentos acima mencionados na dívida bruta e o aumento do capital próprio no valor de 25,9 milhões de euros. O aumento do capital próprio resultou, essencialmente, do resultado líquido positivo gerado no ano, não obstante o efeito negativo da aquisição de acções próprias no 1T07 (1,89 milhões de acções), totalizando 8,9 milhões de euros, com o objectivo de cobrir os nossos Planos de Incentivos de Médio Prazo.

No final de 2007, a liquidez do grupo e o montante relativo a linhas de crédito não utilizadas totaliza cerca de 189 milhões de euros, não estando programados reembolsos de empréstimos bancários até 2010.

CAPEX

O CAPEX consolidado foi de 235,8 milhões de euros, enquanto o CAPEX operacional foi de 162,8 milhões de euros, 21,4% acima do valor de 2006, e representando 18,2% do volume de negócios.

O CAPEX consolidado, em 2007, inclui 10,5 milhões de euros relativos aos compromissos assumidos com a Sociedade de Informação (no âmbito das obrigações assumidas na aquisição da licença UMTS) e investimentos em aquisições, que totalizaram 58,6 milhões de euros, repartidos da seguinte forma:

- a) 23,4 milhões relacionados com a aquisição da Cape Technologies e custos relacionados;
- b) 18,6 milhões de euros relacionados com a aquisição dos clientes residenciais e SoHo da ONI, assim como todos os custos relacionados;
- c) 13,9 milhões de euros relacionados com a aquisição da Tele2 Portugal e respectivos custos;
- d) 1,6 milhões de euros relativos à aquisição da Praesidium;
- e) 1,1 milhões de euros relativos à aquisição da Tecnológica.

O aumento do CAPEX operacional resulta de elevados investimentos, quer na área de negócio móvel quer no fixo. No entanto, de notar que: (i) o CAPEX no área do negócio fixo inclui o reconhecimento de 18,3 milhões de euros relativos a contratos de aluguer de longo prazo associados à rede de *backbone*, registados como contratos de locação financeira, afectando assim o CAPEX e a dívida; e (ii) o CAPEX da área do negócio móvel inclui 18,6 milhões de euros relacionados com a permuta de equipamento de rede, sem qualquer impacto no FCF, uma vez que este montante foi pago também em espécie, através de outro equipamento de rede. Excluindo estes efeitos, o CAPEX operacional seria de 125,9 milhões de euros, 6,1% inferior ao valor de 2006 e representando 14,1% do volume de negócios consolidado.

O CAPEX operacional de 2007 foi aplicado, principalmente, como segue: 36% foi investido no desenvolvimento da rede UMTS/HSDPA, 15% foi investido na rede GSM e 15% na área de Tecnologias de Informação/Sistemas de Informação; aproximadamente 11% foi investido na rede de suporte ao negócio directo de banda larga e, até ao 3T07, na capitalização dos custos de desenvolvimento do projecto de *Triple Play*.

Outras rubricas do Balanço

O valor bruto do imobilizado corpóreo e incorpóreo foi de 1.666 milhões de euros no final de 2007 e 1.475 milhões de euros no final de 2006. As depreciações e amortizações acumuladas eram, em 2007, 943,7 milhões de euros comparativamente com 813 milhões de

euros em 2006. Os investimentos financeiros reduziram para 2 milhões de euros (em comparação com 113,1 milhões de euros, em 2006), reflectindo a venda, em Março de 2007, da participação de 1% na PT, avaliada no final de 2006, a preços de mercado, em 111,1 milhões de euros. O *goodwill* aumentou 4,2% para 528,2 milhões de euros, resultado das aquisições efectuadas durante o ano de 2007.

No final de 2007, o capital próprio da Sonaecom totalizava 935,4 milhões de euros em comparação com 909,5 milhões de euros no final de 2006, reflectindo: (i) a redução provocada pela aquisição, em Março de 2007, de um total de 1,89 milhões de acções próprias no valor de 8,9 milhões de euros, a valores de mercado; e (ii) o resultado líquido de 37,2 milhões de euros.

FCF

Milhões de euros	2006	2007	y.o.y
FREE CASH FLOW ALAVANCADO			
EBITDA-CAPEX Operacional	50.3	-0.8	-
Varição de Fundo de Maneio	-10.4	12.8	-
Itens não monetários e Outros	11.4	43.5	-
Cash Flow Operacional	51.3	55.5	8.3%
Investimentos Financeiros	-107.2	48.0	-
Ações Próprias	0.0	-8.9	-
Custos com Oferta Pública de Aquisição	-12.5	-20.6	-65.2%
Resultados Financeiros	-12.1	-14.0	-15.4%
Impostos	-1.2	-0.5	61.5%
FCF	-81.7	59.6	-

O FCF consolidado, em 2007, foi positivo em 59,6 milhões de euros, em comparação com 81,7 milhões de euros negativos, em 2006, resultado principalmente dos impactos, reflectidos em investimentos financeiros, da alienação, no 1T07, da participação detida na PT (108 milhões de euros) e dos pagamentos relativos às aquisições efectuadas durante o ano: (i) da base de clientes residenciais e SoHo da ONI e da Tele2 Portugal, totalizando, no conjunto e incluindo IVA, 38,8 milhões de euros; (ii) da Cape Technologies no valor de 17,3 milhões de euros; e (iii) da Praesidium (0,6 milhões de euros).

O *cash flow* operacional, em 2007, foi positivo em 55,5 milhões de euros, em comparação com 51,3 milhões de euros positivos em 2006. Esta variação resulta, essencialmente, de: (i) diminuição em 51,1 milhões de euros no EBITDA-CAPEX operacional e (ii) melhoria no fundo de maneio de 23,2 milhões de euros, reflectindo o aumento do crédito de fornecedores, tanto no negócio móvel como no fixo. Excluindo os impactos extraordinários anteriormente referidos de 18,6 milhões de euros, relacionados com a permuta de equipamentos de rede e de 18,3 milhões de euros relativos aos contratos de aluguer da rede de *backbone* (ambos os itens reflectidos na rubrica de "Itens não monetários e outros"), o EBITDA-CAPEX operacional teria totalizado 36,1 milhões de euros.

2.3. O negócio móvel

Durante o ano de 2007, a Optimus registou um crescimento significativo no número e receitas de clientes, como resultado dos investimentos relativos à marca. Este crescimento registou-se, em particular, no segmento residencial, na distribuição e desenvolvimento do nosso produto de convergência fixo-móvel, Optimus Home e serviço de banda larga Kanguru. A Optimus conseguiu manter a sua posição de liderança no mercado residencial, na área de banda larga móvel, e alcançou um crescimento significativo no serviço global de dados.

2.3.1. Marcos em 2007

1) Segmento residencial

O desenvolvimento e lançamento de produtos e serviços inovadores constituem um aspecto central da cultura e imagem da Optimus. O ano de 2007 foi, mais uma vez, um ano de elevada inovação no segmento residencial.

De entre as iniciativas promovidas, em 2007, são de salientar os vários tarifários personalizados implementados nas nossas ofertas dirigidas a segmentos específicos do mercado, tais como clientes com um elevado volume de tráfego internacional ou com utilização intensiva de mensagens SMS.

Desde o primeiro dia da sua actividade, a Optimus tem procurado alcançar os objectivos de maior retenção e fidelização de clientes. Tendo em conta estes objectivos, foram lançadas várias iniciativas em 2007, tais como as promoções do “Dia dos Namorados”, “Verão” e “Natal”, todos com alta percepção de valor por parte dos clientes. Além destas campanhas, merece destaque a melhoria do nosso serviço único “Optimus A” (dirigido a clientes de uso intensivo e que se diferencia pelo seu excepcional nível de serviço), com um processo ágil de renovação de terminais.

Marca Optimus

A Optimus é uma marca líder em Portugal. Em 2007, foram promovidas várias iniciativas de reforço da marca, incluindo o desenvolvimento de novas campanhas publicitárias e uma política de patrocínios mais alargada.

De forma consistente com a tradição de apresentar campanhas publicitárias de referência no mercado, a Optimus desenvolveu uma variedade de novas campanhas em 2007, obtendo resultados acima da média e com impacto significativo nos consumidores. Merece destaque, pela sua inovação e impacto no mercado, a campanha “Optimus – Homem-Aranha”, com a presença de Alain Robert, conhecido por ter escalado mais de 70 arranha-céus, em todo o mundo, assim como a campanha “Optimus – Rio”, que envolveu uma vasta produção internacional.

O investimento em patrocínios foi significativamente reforçado em 2007, nomeadamente através do regresso dos patrocínios de festivais de música, tais como o “Oeiras Alive” e o “Super-Bock Super-Rock”.

A 8 de Janeiro de 2008, a Optimus anunciou o lançamento de uma marca e imagem corporativas totalmente novas, no que constituiu a maior operação de *rebranding* de sempre, em Portugal.

A nova linha de comunicação da Optimus posiciona a marca como um organismo dinâmico, incluindo relacionamentos humanos e emoções, internos e externos, com o Magma como elemento central. Quente, atraente, volátil, maleável, assumindo múltiplas formas, o Magma demonstra a nova filosofia da Optimus, também expressa através da sua nova assinatura “De que é que precisas?”. Isto demonstra a essência da Optimus como uma empresa orientada para as necessidades específicas e individuais dos clientes.

Rede 4 – oferta de baixo custo

Em 2007, ocorreram vários desenvolvimentos importantes na nossa oferta de baixo custo, que opera sob o nome de Rede4, agora uma reconhecida marca em Portugal. A quota de mercado da Rede4 no segmento em que opera é actualmente superior à média da quota de mercado global da Optimus, uma consequência da percepção de valor por parte dos respectivos clientes alvo.

A oferta de base foi mantida praticamente inalterada, uma vez que acreditamos que uma operação de baixo custo deve ser percebida como valiosa e simples pelos clientes a que se destina, sem variações significativas nas linhas de produtos ou tarifários. O principal desenvolvimento do ano consistiu na assinatura de uma parceria com a Nokia para a venda exclusiva, no âmbito da oferta da Rede4, da gama de terminais da Nokia.

Optimus Home – produto de convergência fixo-móvel

Com apenas três anos de actividade, o nosso produto de substituição fixo-móvel, o “telefone de casa sem assinatura mensal” (a mensagem chave da nossa oferta), consolidou a sua

posição em 2007 como o segundo operador – ou primeiro entre os operadores alternativos – no mercado de voz fixa em Portugal.

A oferta Optimus Home apresentou um crescimento muito significativo em 2007. Três factores críticos mereceram o nosso destaque e contribuíram para o seu sucesso contínuo:

- Trata-se de um produto muito simples, associado a uma clara proposta de valor, que evita os elevados custos associados às comunicações fixas (por ex., assinatura mensal).
- Elevados níveis de satisfação dos clientes, baseados não só nas economias materiais alcançadas, mas também em vários aspectos operacionais do serviço. O Optimus Home, de acordo com a Marktest, é o produto de rede fixa com o índice mais elevado de satisfação dos clientes.
- Disponibilização consistente da oferta de valor, através de canais de distribuição e parceiros distintos, assim como processos ágeis e consolidados, que simplificam significativamente o acesso aos clientes finais.

Kanguru – acesso à Internet móvel

Em Setembro de 2005, a Optimus lançou o Kanguru, um produto de acesso móvel à Internet de banda larga, pronto a utilizar, dirigido ao mercado residencial. Este produto destina-se a criar uma nova categoria no mercado de acesso à Internet, constituindo um concorrente directo dos ISPs tradicionais (ADSL e cabo). Desde o seu lançamento, o Kanguru tornou-se num serviço de referência no acesso móvel à Internet de banda larga, tendo liderado, de forma consistente, as vendas na categoria de retalho multi-operadores.

A liderança do Kanguru resulta da vantagem de ter sido o primeiro produto da nova categoria de acesso móvel à Internet em Portugal, assim como da sua constante inovação e carácter pioneiro, em termos de produto. Este foi o primeiro produto a disponibilizar tarifários para velocidades HSDPA, a lançar uma oferta exclusiva de acesso móvel à Internet, a partir de casa, e a lançar equipamento capaz de ser utilizado tanto em computadores portáteis como de secretária. Além da inovação, o enfoque num serviço facilmente disponível e fácil de utilizar, assim como os tarifários competitivos para os vários tipos de perfis de utilização, constituíram factores determinantes para o sucesso desta linha de negócios.

Foi introduzido novo equipamento em 2007, que continuou a garantir a significativa vantagem competitiva da gama de produtos Kanguru: por exemplo, as placas PCMCIA e o 7.2 Mbps Express Card, o modem 7.2/HSUPA e o pen modem 7.2/HSUPA. Foi ainda lançado um router Wi-Fi com ligação directa ao Modem USB Kanguru, como produto complementar, permitindo a partilha da ligação por mais de um utilizador.

Além disso, o Kanguru constituiu uma parte integrante da oferta da Optimus no âmbito do programa Iniciativas E, dirigido a escolas, desenvolvido no âmbito dos compromissos da Optimus relativos ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal. Como parte deste programa, os respectivos beneficiários (alunos do 10º ano, professores do ensino básico e secundário e formandos do programa do Governo “Novas Oportunidades”) têm acesso a um computador portátil, equipamento Kanguru de acesso à Internet e tarifários de acesso à Internet, em condições muito favoráveis (os preços iniciais do pacote vão dos 0 aos 150 euros, encontrando-se disponíveis tarifários a partir de 5 euros por mês).

Consequentemente, o acesso à Internet tornou-se, em 2007, uma importante avenida de crescimento para o nosso negócio móvel, alavancado pelo reforço no investimento feito na rede 3G/HSDPA.

Serviços multimédia

Na área de multimédia, o principal enfoque foi nas áreas de serviços de música e TV.

a) Música

Em 2007, a Optimus continuou a desenvolver a sua **Music Store** – um serviço inovador que permite o download de músicas completas, com qualidade MP3, em qualquer altura e

em qualquer lugar, para um telemóvel ou PC. A **Music Store** inclui um vasto catálogo, que contém actualmente mais de um milhão de músicas, diariamente actualizadas com os novos lançamentos. Este serviço possui a vantagem de poder ser acedido através do telemóvel, assim como permitir ouvir as músicas adquiridas num telemóvel, PC ou qualquer outro leitor digital.

A aposta na área da música envolveu o lançamento de várias campanhas multimédia, ao longo do ano, associando serviços de música, telemóveis e os últimos lançamentos de artistas de relevo. Também em 2007, foram desenvolvidos vários serviços multimédia para os festivais de música “Optimus Alive!” e “Super Bock Super Rock”, patrocinados pela Optimus.

É ainda importante mencionar a parceria estabelecida com a “Blitz”, uma revista nacional de referência na área musical, com a qual foi compilada uma colecção dos 500 álbuns mais importantes na história do *rock*, posteriormente disponibilizada com as nossas ofertas.

b) Mobile TV

Relativamente à TV móvel, a Optimus prosseguiu com o seu compromisso de ampliar a sua oferta de canais, que actualmente inclui 27 canais: Disney, CNN, Eurosport e MTV Snax constituem alguns exemplos dos vários canais lançados em 2007.

Além deste compromisso, a Optimus continuou a trabalhar no sentido de disponibilizar a aplicação Mobile TV a um maior número de terminais. A aplicação utilizada coloca a oferta de TV da Optimus entre as melhores práticas europeias. Esta oferta permite aos clientes ver televisão nos seus telemóveis, com as funcionalidades mais avançadas da TV tradicional: *zapping* de canais, consulta de programas de TV e mesmo, para alguns canais, a funcionalidade de avançar e repetir programas, ou voltar ao início de um determinado programa.

É também importante mencionar o lançamento do serviço de Mobile TV HD (Alta Definição), que colocou a Optimus na vanguarda da qualidade de imagem e som de TV no telemóvel, a nível mundial.

Outras iniciativas

O acesso à Internet por telemóvel constituiu uma outra área de crescimento significativo em 2007. No final do primeiro semestre de 2007, a Optimus lançou uma aplicação (MiniOpera), que permite uma experiência positiva de acesso, a partir de quase todos os terminais, tendo simultaneamente alterado a sua oferta de tarifários de acesso (actualmente com um custo máximo de 1 euro por dia), o que conduziu a um aumento substancial na adesão a estes serviços pelos clientes móveis.

Ainda relativamente aos dados, a Optimus iniciou o desenvolvimento de iniciativas conjuntas com agências de publicidade e meios de comunicação, na área da publicidade móvel (*m-advertising*), tendo criado as condições necessárias para o lançamento de várias iniciativas nesta área, no início de 2008.

Os pagamentos móveis (*m-payments*) constituíram outra área que merece especial destaque, tendo os desenvolvimentos sido centrados no “Telemultibanco”, uma aplicação que disponibiliza aos utilizadores uma experiência muito semelhante à das caixas Multibanco tradicionais. Além disso, foram analisadas várias soluções em parceria com a SIBS (entidade que detém o sistema interbancário de caixas automáticas em Portugal) que estabeleceram a base para o lançamento futuro de vários serviços, tais como o pagamento de bens e serviços através do *m-parking* e *m-ticketing*.

Canais de vendas – mercado residencial

Durante o ano de 2007, foram envidados esforços significativos no sentido de consolidar e reforçar os canais de distribuição da Optimus, em termos de crescimento, qualidade de serviço e eficiência. Na totalidade, a rede de retalho da Optimus possui actualmente mais de três mil pontos de venda.

Foi reforçado, mais uma vez, o peso dos nossos canais próprios (lojas próprias e Internet). No final de 2007, a Optimus tinha 38 lojas próprias e 103 lojas exclusivas da marca, da propriedade de agentes. A rede de lojas Optimus cobre actualmente todas as capitais de distrito em Portugal Continental e na Madeira.

Ainda mais importante, foi o reforço da nossa capacidade de disponibilizar serviços aos nossos clientes. Exemplos das melhorias incluem a abertura de um centro de reparação “imediate” na nossa mega-loja no Centro Comercial Colombo, assim como a oportunidade de trocar pontos do nosso programa de fidelidade directamente no nosso [website](http://www.optimus.pt): www.optimus.pt.

Na área de retalho não especializado, alcançámos, em 2007, uma presença e visibilidade adicionais (mais especificamente, através de postos de serviço gratuito, em lojas de retalho relevantes). Nesta área, merece ainda destaque o lançamento de um novo prestador de serviços Premium, da reconhecida marca FNAC (FNAC Mobile).

2) OPTIMUS Negócios (segmento PME)

Em 2007, a Optimus Negócios (ON), a unidade de negócios dedicada a PMEs e SOHOs, renovou a sua proposta de valor relativamente à sua oferta de produtos e serviços em todos os segmentos de comunicação: móvel, fixo e Internet.

No segmento móvel, o lançamento do tarifário “Redes” permitiu às empresas efectuar chamadas gratuitas entre os seus colaboradores, assim como chamadas para números fixos, a preços tradicionalmente disponíveis apenas em operadores de rede fixa. Para os clientes que pretendem fazer mais chamadas para a rede Optimus, voltou a ser introduzido no mercado o tarifário “Pioneiro” (o conhecido tarifário de lançamento da Optimus).

Os telemóveis constituem actualmente verdadeiras ferramentas de produtividade, graças a serviços como o Acesso Directo a E-Mail e o acesso à Internet. Em parceria com a InfoPortugal, a Optimus Negócios iniciou a oferta do software de navegação nDrive em todos os telemóveis PDA com GPS. O nDrive é o sistema de navegação e informação mais completo em Portugal, com mapas completos de Portugal Continental, Açores e Madeira.

O Escritório Optimus Negócios constitui o produto central da ON no segmento fixo. Este produto inclui uma oferta de terminais de voz, fax, Internet e POS (pontos de venda), apresentando-se como uma alternativa credível aos operadores tradicionais de rede fixa, com certas vantagens relevantes, em termos de preço e flexibilidade.

No segmento de Internet, merece destaque o lançamento de serviços de roaming Wi-Fi. Esta solução permite a utilização do serviço de acesso móvel à Internet da Optimus (Kanguru) em mais de 15.000 pontos, em todo o mundo, a preços substancialmente mais baixos do que o roaming tradicional. A Optimus Negócios lançou ainda o primeiro Router Wi-Fi com tecnologia 3.5G.

Em 2007, a Optimus Negócios procurou reforçar o reconhecimento da sua marca no mercado, através de iniciativas como a “Podium”, dirigida a empreendedores nacionais. No evento de lançamento do programa, que contou com a presença de oradores internacionais de renome e de mais de 500 participantes, foram apresentadas as práticas e ideias mais recentes na área da gestão. No final do ano, a Optimus Negócios associou-se ao BPI e à Universidade Nova de Lisboa para organizar o “START - Prémio Nacional de Empreendedorismo”.

3) Segmento grandes empresas

A captação de clientes pela nossa unidade *Corporate*, dirigida às grandes empresas e instituições nacionais (cerca de 3.000 entidades), foi particularmente bem sucedida, em 2007.

As vendas de serviços de dados e soluções de convergência fixo-móvel cresceram significativamente durante o ano de 2007, tendo a nossa solução de banda larga móvel Kanguru desempenhado um papel importante. Estes serviços foram principalmente adquiridos por entidades que, embora não desejando substituir completamente o seu actual operador fixo, reconhecem a excelência e carácter único das soluções disponibilizadas pela Optimus nestas áreas.

A melhoria dos nossos padrões de serviço aos clientes permaneceu uma prioridade, ao longo do ano. Foi melhorado o serviço de Extracto Digital, através da substituição do envio físico de CD-ROMs por um processo de transferência digital, mais rápido e fiável o que não só simplificou a adopção do serviço, como criou benefícios adicionais, tais como facturas mais transparentes e uma maior eficiência ambiental.

Em 2007, a unidade de negócios *Corporate* lançou vários produtos e serviços personalizados. Na área de Banda Larga móvel, foi conseguido um aumento significativo nas velocidades de *upload* do Kanguru, tendo sido assinados vários acordos de *roaming* com operadores internacionais de Wi-Fi, o que permitiu um acesso mais alargado aos nossos serviços de acesso móvel à Internet no estrangeiro. Nos casos em que o acesso Wi-Fi não se encontra disponível, foram disponibilizados aos nossos clientes pacotes de *roaming* baseados em tecnologia GPRS/UMTS. Os nossos clientes empresariais começaram também a utilizar a Banda Larga móvel como complemento ou substituto da transmissão de dados através da rede fixa, principalmente em pequenos escritórios de representação e instalações temporárias.

Foi ainda desenvolvida uma solução de cobrança no destinatário para acesso WAP, destinada a fornecedores de conteúdos móveis que procuram aumentar o acesso aos seus portais, suportando os respectivos custos de comunicação.

Outra área em que foram introduzidos desenvolvimentos significativos em 2007 foi a área de Vídeo, na qual a Optimus disponibiliza actualmente uma gama completa de soluções de vídeo-vigilância e videoconferência. São particularmente notáveis as soluções de videoconferência desenvolvidas para o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica que incluem um sistema portátil de videoconferência, permitindo às equipas médicas de emergência aceder a apoio remoto durante as suas intervenções.

Através do lançamento de saldos múltiplos no Plano Misto, as soluções de alocação de custos apresentaram também um progresso significativo, em 2007, sendo uma área em que a Optimus conseguiu já uma diferenciação significativa dos seus concorrentes. Anteriormente, era possível a um empregador definir a quantia com a qual pretendia carregar o telemóvel de um colaborador. Contudo, actualmente é possível ao empregador diferenciar os carregamentos, de acordo com o tipo de serviço, definindo quantias diferentes para comunicações profissionais e pessoais.

Roaming

Em 2007, a Optimus continuou a alargar a cobertura internacional dos seus serviços de *roaming*. No seguimento de acordos estabelecidos com mais de 350 operadores móveis estrangeiros, estes serviços encontram-se actualmente disponíveis em 200 destinos internacionais. No mesmo período, o serviço automático de *roaming* (pré-pago) tornou-se disponível em 90 destes destinos.

Foi colocado particular ênfase no *roaming* de serviços de dados. A cobertura internacional foi significativamente alargada, em 2007, através de novos acordos envolvendo a tecnologia GPRS, actualmente disponível para os nossos clientes em cerca de 130 países, bem como a tecnologia 3G/HSPDA, disponível em mais de 50 destinos.

É ainda importante destacar o lançamento de um serviço de *roaming* "OnAir", que permite comunicações de voz, SMS e dados a bordo de aviões. Os clientes da Optimus puderam aceder a este serviço no dia do seu lançamento.

2.3.2. Dados operacionais

NEGÓCIO MÓVEL - INDICADORES OPERACIONAIS	2006	2007	y.o.y
Cientes (EoP) ('000)	2,601.9	2,893.5	11.2%
Novos Clientes ('000)	248.7	291.6	17.3%
% Clientes Pré-Pagos	77.8%	73.1%	-4.7pp
Dados como % Receitas de Serviço	14.4%	17.7%	3.3pp
Total #SMS/mês/Cliente	50.5	45.1	-10.6%
MOU ⁽²⁾ (min.)	115.9	118.1	1.9%
ARPU (euros)	19.7	18.2	-7.6%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0.17	0.15	-9.3%
CCPU ⁽⁴⁾ (euros)	15.1	14.8	-1.8%
SAC&SRC ⁽⁵⁾ ('000 000 euros)	100.7	130.4	29.5%
Colaboradores ⁽⁶⁾	1,055	977	-7.4%
Serviços Partilhados	776	748	-3.6%

(1) Clientes Activos com Receitas geradas nos últimos 90 dias; (2) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (3) Receita Média por Minuto; (4) Custo por Cliente = Custos Operacionais Totais por Cliente menos Vendas de Equipamento; (5) Total dos Custos de Aquisição e Retenção; (6) Inclui divisão de Serviços Partilhados.

Base de clientes

A base de clientes da Optimus aumentou 11,2% para 2,893 milhões de clientes no final de 2007, o que compara com 2,601 milhões de clientes no final de 2006, com adições líquidas de 291,6 mil em 2007, um aumento de 17,3% em relação ao ano anterior, demonstrando claramente o sucesso da sua estratégia de crescimento. O nível de adições líquidas no 4T07 (132,4 mil clientes) foi o mais elevado desde 2001. Os clientes activos no final de 2007 totalizaram 2,276 milhões, contra 2,058 milhões no final de 2006, um acréscimo de, aproximadamente, 10,6%.

A proporção de clientes pós-pagos na base total de clientes continua a aumentar. No final de 2007, os clientes pré-pagos representaram 73,1% do número total de clientes, o que compara com 77,8% no final de 2006.

Durante 2007, os clientes da Optimus geraram uma receita média mensal ("ARPU") de 18,2 euros, uma redução face aos 19,7 euros registados em 2006. Do ARPU registado em 2007, 13,8 euros são relativos a receitas de clientes e 4,4 euros relativos a receitas de operadores, em comparação com 14,2 euros e 5,5 euros, respectivamente, em 2006. A diminuição no ARPU é explicada, essencialmente, pela redução de 20% nas receitas médias de operadores, em resultado das reduções das tarifas de terminação móvel (MTRs) e, especialmente, das reduções das tarifas de *roaming-in*. A descida do nível de receita média de clientes foi determinado pela redução na receita média por minuto ("ARPM"), explicada pelas acrescidas pressões ao nível das tarifas de voz, principalmente no segmento de PMEs, mas também pelo peso relativo acrescido do "Optimus Home" (o nosso produto convergente fixo-móvel) na base de clientes, que foi parcialmente compensado por um aumento da utilização média por cliente, tal como evidenciado pelo aumento de 1,9% no nível médio de minutos de utilização ("MoU").

Utilização de dados

Durante 2007, a Optimus manteve a sua posição de liderança em banda larga móvel e foi capaz de aumentar a utilização de dados, nomeadamente através da promoção do seu produto "Kanguru", baseado em tecnologia HSDPA, que oferece agora velocidade de até 7,2 Mbps. É igualmente de destacar o lançamento de ofertas específicas no âmbito dos contributos da Optimus para o desenvolvimento da Sociedade de Informação (programa "Iniciativas E") que contribuirão para manter a taxa de crescimento do mercado de *internet* de banda larga móvel a um ritmo elevado. Ainda durante 2007, a Optimus expandiu para 27 canais o número de canais disponibilizados na sua oferta de serviços de TV móvel. Disney, CNN, Eurosport e MTV Snax são alguns exemplos dos vários canais lançados durante 2007.

As receitas de dados continuam a registar taxas de crescimento muito significativas, representando, em 2007, 17,7% do total das receitas de serviço (e 19,4% no 4T07), um crescimento de 3,3pp face a 2006, resultado da aposta de investimento da Optimus na promoção da utilização de serviços de dados e do sucesso das suas soluções de acesso móvel à *internet* de banda larga. Os serviços de dados não relacionados com SMSs

continuam a aumentar o seu peso relativo nas receitas de dados, totalizando em 2007 cerca de 51% do total das receitas de dados, em comparação com apenas 38% em 2006.

Tráfego

Em 2007, o total de tráfego de voz³ foi 13,5% superior ao registado em 2006, como resultado quer do crescimento da base de clientes quer do aumento dos minutos médios de utilização por cliente para 118,1 minutos (face a 115,9 minutos em 2006), reflectindo o contínuo sucesso do esforço de investimento da Optimus para promover a utilização da voz.

2.3.3. Dados financeiros

Milhões de euros	2006	2007	Y.O.Y
NEGÓCIO MÓVEL - DEMONST. DE RESULTADOS			
Volume de Negócios	610.4	619.4	1.5%
Receitas de Serviço	562.2	579.1	3.0%
Receitas de Clientes	405.7	437.9	7.9%
Receitas de Operadores	156.5	141.2	-9.8%
Vendas de Equipamento	48.1	40.3	-16.3%
Outras Receitas	34.4	37.0	7.6%
Custos Operacionais	466.2	494.8	6.1%
Custo das Vendas	71.5	79.7	11.6%
Interligação e Conteúdos	133.2	137.4	3.2%
Circuitos Alugados e Outros Custos de Operação de Rede	52.3	56.4	7.8%
Custos com Pessoal	51.9	51.5	-0.7%
Marketing e Vendas	68.0	73.5	8.0%
Serviços Subcontratados ⁽¹⁾	50.3	53.0	5.3%
Despesas Gerais e Administrativas	29.1	31.3	7.5%
Outros Custos Operacionais	10.0	12.1	20.7%
Provisões e Perdas de Imparidade	9.5	7.8	-17.7%
Margem de Serviço⁽²⁾	429.1	441.7	2.9%
Margem de Serviço (%)	76.3%	76.3%	0pp
EBITDA	169.1	153.7	-9.1%
Margem EBITDA (%)	27.7%	24.8%	-2.9pp
Custos com a Oferta Pública de Aquisição ⁽³⁾	0.0	10.0	-
Depreciações e Amortizações	117.4	115.5	-1.5%
EBIT	51.7	28.1	-45.6%
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	102.5	113.2	10.4%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	16.8%	18.3%	1.5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	66.5	40.5	-39.1%
CAPEX Total	114.8	127.1	10.7%

(1) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (2) Margem de Serviço = Receitas de Serviço menos Custos de Interligação e Conteúdos; (3) Débito da Sonaecom SGPS dos custos relacionados com a Oferta Pública de Aquisição; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de negócios

As receitas de serviço aumentaram 3,0% para 579,1 milhões de euros, comparativamente com 562,2 milhões de euros em 2006, reflexo do crescimento de 7,9% nas receitas de clientes, que compensa totalmente o impacto negativo nas receitas de operadores de 9,4 e 11,3 milhões de euros resultantes, respectivamente, da redução das receitas de *roaming-in* e das tarifas de terminação móvel. Excluindo o efeito do decréscimo das tarifas de terminação móvel e de *roaming-in*, as receitas de serviço teriam aumentado 6,6% face a 2006. No 4T07 as receitas de serviço foram 5,1% superiores às registadas no 4T06, o maior aumento trimestral registado nos últimos três anos.

EBITDA

O EBITDA em 2007 foi de 153,7 milhões de euros e gerou uma margem de 24,8%, representando uma diminuição de 2,9pp face a 2006. Este decréscimo é, principalmente, explicado pela redução das receitas de *roaming-in* e das tarifas de terminação móvel, com um impacto total de 14,2 milhões de euros no EBITDA. Excluindo estes efeitos negativos associados a tarifas reguladas e os benefícios associados aos descontos obtidos de fornecedores de equipamento durante o ano de 2006 (3,5 milhões de euros), o EBITDA teria aumentado 1,3% face a 2006 e gerada uma margem de 26,3%.

³ Total de tráfego de voz = tráfego total recebido + tráfego total gerado + *roaming out* gerado

O total dos custos operacionais aumentou 6,1% para 494,8 milhões de euros, representando 79,9% do volume de negócios, uma deterioração de 3,5pp face a 2006. No entanto, a margem de serviço registou um aumento de 2,9% para 441,7 milhões de euros, representando uma margem de 76,3%, em linha com 2006. O aumento dos custos operacionais é explicado pelos seguintes factores:

- a) aumento de 23,5% dos custos de marketing e vendas e dos custos de subsidiação de equipamentos, reflexo do forte crescimento dos clientes activos e das receitas de clientes;
- b) aumento de 7,8% dos custos de circuitos alugados e de outros custos de operação de rede, explicado pelo alargamento da rede 3G/ HSDPA e pelo sucesso do nosso serviço “Kanguru”;
- c) acréscimo do custo de serviços subcontratados em 5,3% e das despesas gerais e administrativas em 7,5%, em consequência do crescimento dos custos de IT e de serviços de apoio ao cliente, incluindo os custos de portabilidade. De notar ainda que, uma vez que a divisão de serviços partilhados está incluída no nosso Negócio Móvel, parte destes custos são recuperados através de “Outras receitas”, que registaram um aumento de 7,6% em 2007;
- d) aumento de 20,7% dos outros custos operacionais, explicado pelo aumento dos custos de licença, resultado do crescimento do número de clientes; e
- e) apesar da redução de 0,7% nos custos com pessoal, devido à diminuição do número médio de colaboradores em 2007.

2.4. O negócio fixo

Durante 2007, o negócio fixo da Sonaecom reforçou a sua posição de liderança entre os operadores alternativos de acesso directo via ULL em Portugal, com uma base de clientes significativamente alargada após a integração dos clientes residenciais e SOHOs adquiridos à ONI e dos clientes da Tele2 Portugal, assim alavancando a sua estrutura operativa e infraestrutura de rede. O enfoque tem sido colocado na migração dos clientes indirectos recentemente adquiridos para clientes de acesso directo, na expansão das nossas ofertas de voz + *broadband*, reforço de TV e Home Vídeo na sua oferta básica ADSL e, acima de tudo, na melhoria do serviço de apoio ao cliente.

2.4.1. Marcos em 2007

1) Segmento residencial (Clix)

O ambicioso plano de crescimento que estabelecemos para 2007 foi ultrapassado, o que se deveu ao crescimento orgânico da base de clientes de acesso directo e à aquisição da actividade comercial da Tele2 em Portugal, assim como das bases de clientes residencial e SOHO da ONI.

Foi lançada a primeira oferta de *Quadruple Play* (4P – voz, Internet de banda larga, TV e vídeo) no mercado nacional, no início de 2007 (os testes comerciais tinham sido iniciados um ano antes). Pela primeira vez, foi disponibilizado aos clientes o acesso integrado à Internet, voz, TV (a primeira oferta de IPTV em Portugal) e *home video*.

Também pela primeira vez em Portugal, foi disponibilizada aos clientes uma oferta completa de “Home Networking” – soluções para a distribuição de serviços de telecomunicações no domicílio, incluindo algumas tecnologias pioneiras, tais como *power line* e televisão Wi-Fi.

Além disso, durante o 4T07, a Clix adicionou uma opção móvel à sua oferta, tornando-se no único operador em Portugal a oferecer os cinco serviços sob uma única marca, um único ponto de contacto e uma única factura.

Reforçando o seu enfoque no conteúdo, como um dos principais factores de diferenciação do novo serviço de televisão, a Clix consolidou a sua oferta de conteúdos, que inclui actualmente várias estações de rádio, jogos (um exclusivo em Portugal), cerca de 100 canais

de televisão digital e mais de 700 títulos para aluguer, incluindo filmes, documentários e concertos.

No final de 2007, o *interface* do utilizador para o serviço de IPTV foi completamente renovado, de forma a tornar-se mais intuitivo e simples de usar, incluindo a oferta inovadora no mercado português de conteúdos úteis, constantemente actualizados: noticiários, boletins meteorológico e de tráfego e horóscopos.

Em termos de canais de distribuição, o Clix reforçou e desenvolveu a sua equipa comercial (vendas tradicionais e *telemarketing*), tendo formado uma rede nacional de agentes. Com os seus próprios postos em centros comerciais de relevância no país, o Clix manteve ainda uma forte presença pública, permitindo aos potenciais clientes testar os seus serviços, de forma gratuita.

É ainda importante destacar que, durante o ano de 2007, a experiência dos clientes do Clix foi significativamente melhorada, através de reduções materiais no período de activação para novos clientes, menores níveis de incidência de avarias, menores tempos de resposta para resolução de avarias e melhoramento da resposta fornecida pelos nossos *call centres*.

2) Segmentos Empresariais (Novis)

O nosso negócio fixo continua a ser o líder alternativo no mercado das PMEs, tanto no segmento de empresas com cinco a nove colaboradores, como no segmento de empresas com mais de dez colaboradores.

Em Maio de 2007, a Novis lançou um desafio às empresas portuguesas, através da introdução inovadora do conceito de Quociente Tecnológico (Q.t.), um teste destinado a medir a “inteligência tecnológica” das empresas. Com o Q.t., a Novis pretende reforçar a sua contribuição para a criação de um segmento empresarial mais competitivo e tecnologicamente avançado, em Portugal, promovendo a utilização de tecnologia. Este novo conceito tem início com a identificação dos factores distintivos que permitem às organizações alcançar graus mais elevados de eficiência, para níveis comparáveis de investimento em tecnologia, medindo o desempenho das empresas na gestão destes factores.

Segmento PMEs & SOHOs

Como resultado do seu compromisso de disponibilizar serviços directos a este segmento, a Novis detinha, no final de 2007, uma quota de mercado de banda larga (incluindo os clientes adquiridos à ONI), no segmento de PMEs, superior à quota de mercado residencial. No segmento de PMEs, desde Dezembro de 2005 que a Novis mais do que duplicou a sua quota de mercado. Ainda relativamente aos serviços de voz, a Novis reforçou a sua liderança entre os operadores alternativos, em todos os segmentos em que opera.

Em 2007, a Novis continuou a centrar os seus esforços na sua oferta de ADSL 24Mbps, como principal factor impulsionador de crescimento, adicionando a este serviço novas funcionalidades que permitem aos clientes obter valor acrescentado dos serviços de banda larga. Como parte deste esforço, a gama de “e-serviços” foi reforçada com dois novos serviços: o “e-câmara”, um serviço de vídeo-vigilância, e o “e-roaming”, um serviço que permite o acesso à Internet através de uma ligação Wi-Fi, em mais de 70 países.

Os principais tarifários foram reformulados em Abril de 2007, com o objectivo de reforçar a competitividade da oferta global, tendo sido lançada no mercado uma nova gama de produtos, incluindo uma solução de VPN destinada a todas as PMEs com mais de uma localização.

No seguimento da aquisição das carteiras de clientes PME e SOHO da ONI, a migração dos novos clientes para a rede da Novis foi iniciada em Setembro, de forma a permitir o desenvolvimento desta carteira no âmbito da oferta de serviços da Novis.

Durante o 4T07, foram testadas as primeiras soluções de telefonia sobre IP, baseadas na plataforma IMS/IMT, representando os primeiros passos em direcção à oferta de soluções convergentes.

A Novis continuou a investir no desenvolvimento das suas redes de parceiros comerciais, renovando e reforçando as suas iniciativas de recrutamento, formação e incentivos, tendo reforçado o seu compromisso com a Academia Novis (um programa de formação contínua para o pessoal de vendas), que constitui actualmente o pilar central de apoio prestado a este canal de distribuição.

Segmento de grandes empresas

O ano de 2007 foi marcado por um aumento acentuado em todas as linhas de receita neste segmento, através da aquisição de clientes e aumento na utilização de serviços de valor acrescentado. Um dos principais factores impulsionadores deste aumento foi o enfoque nas vendas a empresas de maiores dimensões, tanto no sector privado como na Administração Pública. Além disso, foi iniciado um processo dirigido à entrada gradual no negócio de gestão de serviços.

Relativamente ao negócio de serviços de chamadas em massa, o ano foi marcado pelo crescimento das receitas de multimédia relativas aos três operadores nacionais de TV, com a introdução de novos formatos e programas, novas funcionalidades de entrada e selecção de chamadas e maior capacidade de reporte. Contudo, deverá notar-se que, em termos gerais e durante o 4T07, o volume de chamadas associadas a programas de TV tem vindo a diminuir.

2.4.2. Dados operacionais

NEGÓCIO FIXO - INDICADORES OPERACIONAIS	2006	2007	y.o.y
Total Serviços (EOP) ⁽¹⁾	380,729	815,623	114.2%
Directos	281,541	510,673	81.4%
ULL	256,625	477,868	86.2%
Outros	24,916	32,805	31.7%
Indirectos	99,188	304,950	-
Voz	53,897	256,815	-
Internet Banda Larga	11,994	31,392	161.7%
Internet Banda Estreita	33,297	16,743	-49.7%
Total Acessos ⁽²⁾	310,338	551,222	77.6%
PSTN/RDIS	167,227	291,603	74.4%
ULL ADSL	131,117	228,226	74.1%
Wholesale ADSL	11,994	31,392	161.7%
Centrais Desagregadas com Transmissão	144	169	17.4%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	137	161	17.5%
Acesso Directo como % Receitas de Clientes	65.6%	70.1%	4.6pp
Total Tráfego Voz ('000 Min.) ⁽³⁾	1,435,971	1,743,105	21.4%
Total Tráfego Internet			
Banda Estreita ('000 Min.)	229,431	91,741	-60.0%
Banda Larga ('000 Gigabytes)	11,355	23,173	104.1%
Colaboradores	172	192	11.6%

(1) Serviços reportados de acordo com o critério de "unidade geradora de receita" desde o 1T07; (2) Critérios de reporte de acordo com a metodologia Anacom: serviços RDIS equivalentes a 2 ou 30 acessos consoante sejam acessos básicos (BRI) ou primários (PRI); Acessos não incluem serviços de voz indirecta e de banda estreita nem serviços de dados e de wholesale; (3) Inclui tráfego grossista e retalhista.

Base de Clientes

Em 2007, completámos a aquisição da Tele2 Portugal e da base de clientes residenciais e SoHo da ONI, o que teve um impacto de 370 mil serviços adicionais, dos quais 111 mil de acesso directo.

No final de 2007, o número de serviços prestados pelo negócio fixo totalizava 815,6 mil, um aumento de 114,2% (17% excluindo as aquisições recentes) face ao final de 2006. O total dos serviços de acesso directo representa, no final de 2007, 62,6% da base de clientes do Negócio Fixo (86% excluindo as aquisições recentes), face a 73,9% em 2006. No 4T07, a taxa média de activação mensal de serviços directos foi de, aproximadamente, 12,9 mil serviços e a média de activação mensal de acessos ULL ultrapassou os 5,3 mil acessos.

Tráfego

Em 2007, o tráfego de voz do nosso Negócio Fixo aumentou 21,4% para 1.743 milhões de minutos, em resultado, principalmente, do aumento no tráfego de retalho (59,2%) mas também no tráfego de operadores (1,0%). O aumento do tráfego de retalho resultou do crescimento do tráfego de voz directo (73,3%) e indirecto (35,6%). Excluindo as aquisições recentes, o total de tráfego de voz aumentou 6,3%, suportado pelo crescimento de 23,8 % do tráfego de retalho.

2.4.3. Dados financeiros

Milhões de euros	2006	2007	y.o.y
NEGÓCIO FIXO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Volume de Negócios	200.2	255.4	27.6%
Receitas de Serviço	199.0	254.2	27.8%
Receitas de Clientes	94.4	140.0	48.2%
Receitas de Acesso Directo	61.9	98.1	58.5%
Receitas de Acesso Indirecto	30.4	38.6	26.9%
Outros	2.1	3.2	54.1%
Receitas de Operadores	104.5	114.3	9.4%
Vendas de Equipamento	1.2	1.2	-4.5%
Outras Receitas	5.2	3.8	-26.2%
Custos Operacionais	210.9	245.8	16.6%
Custo das Vendas	1.7	1.4	-17.9%
Interligação	104.4	126.9	21.6%
Circuitos Alugados e Outros Custos de Operação de Rede	32.0	42.0	31.3%
Custos com Pessoal	9.3	9.4	1.2%
Marketing e Vendas	22.4	18.5	-17.1%
Serviços Subcontratados ⁽¹⁾	30.7	36.8	19.7%
Despesas Gerais e Administrativas	9.0	9.1	1.2%
Outros Custos Operacionais	1.3	1.6	19.4%
Provisões e Perdas de Imparidade	0.7	3.7	-
Margem de Serviço ⁽²⁾	94.5	127.3	34.7%
Margem de Serviço (%)	47.5%	50.1%	2.6pp
EBITDA	-6.2	9.8	-
Margem EBITDA (%)	-3.1%	3.8%	6.9pp
Custos com a Oferta Pública de Aquisição ⁽³⁾	0.0	13.3	-
Depreciações e Amortizações	16.8	28.5	69.6%
EBIT	-23.0	-32.0	-38.9%
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	31.5	49.8	58.2%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	15.7%	19.5%	3.8pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-37.7	-40.1	-6.2%
CAPEX Total	31.5	82.6	161.7%

(1) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (2) Margem de Serviço = Receitas de Serviço menos Custos de Inteligência; (3) Débito da Sonaecom SGPS dos custos relacionados com a Oferta Pública de Aquisição; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de negócios

O volume de negócios cresceu 27,6% em relação a 2006, tendo atingido os 255,4 milhões de euros. Este crescimento foi determinado, principalmente, pelo crescimento das receitas de clientes (aumento de 48,2%), influenciadas pelo crescimento de receitas de acesso directo (que registaram um crescimento de 58,5% em relação a 2006). De notar que, desde Setembro de 2007, as receitas do Negócio Fixo incluem as contribuições da Tele2 Portugal e dos clientes adquiridos à Oni. Em 2007, a contribuição total destas aquisições para o volume de negócios consolidado foi de 24,8 milhões de euros. Excluindo esta contribuição, as receitas de serviço teriam crescido 15,2% face a 2006.

As receitas de acesso directo representaram 70,1% das receitas de clientes no ano de 2007, um aumento de 4,6pp em comparação com o ano anterior, em resultado do enfoque continuado no negócio de acesso directo e apesar da inclusão, desde Setembro, dos clientes indirectos da Tele2 e da Oni. Os serviços de *mass calling* contribuíram, durante o ano, com receitas de 21,7 milhões de euros, um aumento de 13,3 milhões de euros face a 2006.

EBITDA

O negócio fixo gerou um EBITDA recorde no valor de 9,8 milhões de euros, face aos 6,2 milhões de euros negativos em 2006, gerando uma margem de 3,8%. O EBITDA gerado no

4T07 foi de 5,4 milhões de euros, representando o melhor trimestre em termos de EBITDA desde o lançamento da companhia, e representando uma margem de 6,9%. Esta melhoria é maioritariamente explicada pelo aumento da dimensão de base de clientes ULL, conseguida através de crescimento orgânico, que tem vindo a contribuir positivamente para os resultados desde o segundo semestre de 2006. No total, os clientes adquiridos à Tele2 Portugal e à Oni prestaram um contributo apenas marginalmente positivo para o EBITDA do trimestre, em resultado dos custos de integração e de outros custos de subcontratação.

Os custos operacionais aumentaram 16,6% em comparação com 2006, reflectindo o efeito da consolidação da Tele2 Portugal, a inclusão dos custos associados aos clientes adquiridos à Oni e o esforço de desenvolvimento e expansão do negócio de acesso directo de banda larga:

- a) os custos de interligação aumentaram 21,6%, devido ao aumento do tráfego de voz directa em 2007, assim como ao aumento dos custos associados à mensalidade de ULL, em resultado do crescimento da base de clientes directos;
- b) os custos de circuitos alugados e outros custos de operação de rede aumentaram 31,3%, essencialmente como resultado do maior volume de circuitos e dos custos de manutenção mais elevados, relacionados com o aumento do número de equipamentos e de centrais desagregadas;
- c) os custos com o pessoal aumentaram 1,2% reflectindo os custos adicionais associados aos colaboradores da Tele2 Portugal, desde Setembro;
- d) os custos de serviços subcontratados e de despesas gerais e administrativas cresceram 15,6% devido ao aumento da base de clientes;
- e) apesar da redução dos custos de marketing e vendas (que diminuíram cerca de 17,1%), basicamente devido ao menor número absoluto de adições em relação a 2006.

2.5. Software e Sistemas de Informação (SSI)

A SSI continuou a apresentar bons resultados operacionais e financeiros, através de uma boa performance da WeDo, a qual mantém o enfoque na expansão da sua base de clientes, através do seu produto de Revenue Assurance (RAID), e através do aumento de produtividade da Mainroad e da Bizdirect.

No início do 4T07, a WeDo adquiriu a Cape Technologies, uma empresa com sede na República da Irlanda, que opera no mercado internacional na área de sistemas de informação para a indústria das telecomunicações. Com esta aquisição, a WeDo tornou-se líder mundial no software de integração de Revenue Assurance, possuindo hoje 349 colaboradores distribuídos por 15 escritórios em todo o mundo e uma carteira de 60 clientes distribuída por 40 países.

2.5.1. Marcos em 2007

WeDo

A combinação de estratégias de crescimento orgânico e não orgânico permitiu à WeDo crescer significativamente em 2007 e alcançar os seus objectivos para o ano, permitindo-lhe consolidar a sua posição como líder mundial em soluções de Revenue Assurance para o sector das telecomunicações.

Relativamente ao crescimento orgânico, é importante realçar os seguintes sucessos alcançados no ano de 2007: (i) expansão da base internacional de clientes do seu produto RAID, com novos utilizadores (operadores de telecomunicações) na Holanda, Grécia, Dubai e Malásia, e das suas soluções de roaming e churn; (ii) abertura de novos escritórios locais no Egipto (para apoiar as regiões de África & Médio Oriente) e Malásia (para apoiar a região da Ásia); (iii) conclusão do estabelecimento de novas parcerias com a Ericsson (através do seu Centro de Perícia de Aplicações IMS em Portugal) e com a Roscom (um líder mundial na Geração de Chamadas de Teste); e (iv) inovação contínua, com o lançamento de duas versões do RAID, a sua solução líder de Revenue Assurance, incluindo novos módulos de

controlo de negócios e serviço, novas funcionalidades, maior flexibilidade e simplicidade para os utilizadores e, igualmente importante, novos módulos dirigidos a mercados que não o das telecomunicações.

O crescimento não orgânico (F&A) teve um papel importante em 2007, tendo a WeDo desempenhado um papel activo nos movimentos de consolidação no mercado de *Revenue Assurance*. Com este objectivo e de forma consistente com os objectivos estratégicos, as três seguintes aquisições foram concluídas em 2007:

- Tecnológica Telecomunicações S.A. (sediada no Brasil): através desta aquisição, a WeDo dispõe actualmente de uma fábrica de software na América Latina, com 15 novos colaboradores e uma capacidade superior de I&D, assim como um melhor conhecimento local e de apoio aos clientes, que irá auxiliar a empresa a servir a sua base de clientes existente, e agora alargada, no Brasil e na América Latina;
- Cape Technologies Limited (sediada na República da Irlanda): prevê-se a integração total das operações da Cape na WeDo, incluindo as respectivas operações internacionais, colaboradores, clientes, software e propriedade intelectual. Esta foi a maior aquisição internacional na área de IT efectuada até à data por uma empresa portuguesa, tendo permitido à WeDo tornar-se no líder mundial em *Revenue Assurance*;
- Praesidium Holdings Limited (sediada no Reino Unido): com operações a nível internacional, fornecendo serviços de consultoria a operadores de telecomunicações, na área de gestão de risco. Esta empresa possui uma experiência comprovada e conhecimentos na área, o que é demonstrado pelos serviços fornecidos a mais de 100 operadores, em 70 países, nos últimos dez anos. Com esta aquisição, a WeDo ampliou a sua carteira de serviços, através da criação de uma nova unidade de negócios dedicada à consultoria de negócios, particularmente centrada nas áreas de garantia de receitas, gestão de fraude, segurança de redes e continuidade de negócios.

Estas aquisições consolidaram a posição da WeDo como líder mundial no mercado de integração de software de *Revenue Assurance*. Através destas transacções, a WeDo conta actualmente com 380 colaboradores, servindo clientes em todo o mundo, a partir de 11 escritórios diferentes.

Mainroad

A Mainroad alcançou um dos seus principais objectivos de crescimento para o ano ao aumentar significativamente a sua base de clientes fora do Grupo Sonae. Este crescimento externo deveu-se a uma estratégia mais focalizada, implementada em 2007, baseada na concentração de investimentos e actividades de continuidade de negócios. Consequentemente, a oferta da empresa encontra-se actualmente centralizada nas seguintes linhas de serviço: segurança e continuidade de negócios, ferramentas e processos de gestão de infra-estruturas, metodologias ITIL e subcontratação selectiva de serviços de IT. A focalização da sua oferta levou a Mainroad a reavaliar as suas parcerias tecnológicas, que actualmente incluem principalmente a Microsoft (qualificada como “Certified Gold Partner”), a Oracle e a Computer Associates. Estas parcerias permitiram um maior reconhecimento das capacidades técnicas dos colaboradores altamente qualificados da Mainroad, assim como uma maior visibilidade da marca.

Como parte dos esforços desenvolvidos no sentido de aumentar a visibilidade da marca entre os seus clientes alvo, a Mainroad implementou um novo plano de comunicações e marketing, durante o ano. O sucesso deste plano traduziu-se num aumento material nos pedidos espontâneos de propostas pelo mercado alvo.

Merece ainda destaque o facto de que, como resultado de uma nova revisão anual, realizada em 2007, a Mainroad manteve a sua Certificação de Qualidade ISO 9001.

Bizdirect

Em 2007, a Bizdirect centrou-se na consolidação do seu modelo de negócios, com o objectivo de alcançar uma massa crítica, através da ampliação da sua base de clientes, alavancando-se na força dos seus accionistas (Grupos Sonaecom, Aitec e BPI). Os principais alvos estratégicos da Bizdirect são tornar-se no líder em soluções B2B em Portugal

e reforçar a sua posição competitiva como revendedor de produtos e serviços de IT, especificamente através de parcerias com os principais produtores.

Em 2007, a Bizdirect reforçou a sua posição como prestador de serviços ao Programa Nacional de Compras Electrónicas, tendo participado no desenvolvimento de projectos de teste relativos a compras electrónicas em vários ministérios (Saúde, Agricultura e Ambiente), e ainda prestado serviços ao Ministério da Cultura, Ministério dos Negócios Estrangeiros e outras entidades do Estado. Através da sua parceria com a Iwaytrade, a Bizdirect fornece ainda serviços de plataforma electrónica ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Educação.

A Bizdirect participou activamente e contribuiu com a sua opinião na definição da estratégia futura do sistema de compras electrónicas do Estado. Desta forma, contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do comércio electrónico em entidades públicas, tendo ajudado a simplificar os seus processos administrativos.

Saphety

A Saphety foi criada em Dezembro de 2006, no seguimento de uma cisão da Sonaecom Fixo, tem como principal área estratégica de negócios a facturação electrónica, com o objectivo de se tornar numa empresa líder em Portugal na área das transacções electrónicas B2B seguras. Em linha com esta estratégia, a empresa ganhou já a confiança de algumas das maiores empresas de retalho em Portugal – incluindo a Modelo Continente, Jerónimo Martins e Auchan – para operar o processo de facturação electrónica relativo a um total de cerca de 3.500 fornecedores. Em 2007, a Saphety consolidou as suas plataformas de serviço existentes, de forma a assegurar a capacidade de satisfazer as necessidades dos seus clientes actuais. Simultaneamente, a empresa desenvolveu projectos em novos sectores, tais como o sector imobiliário, aluguer de automóveis e uma entidade estatal, alargando os seus conhecimentos e alavancando o seu potencial de crescimento futuro. Além disso, a Saphety continuou a procurar parcerias com as principais casas de software. A empresa participou ainda em vários eventos de IT, em 2007, como forma de promover a sua marca e serviços.

2.5.2. Dados operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	2006	2006 ^P	2007	y.o.y
Receitas de Serviço IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000 euros)	106,0	114,8	110,9	-3,4%
Vendas de Equipamento como % Volume Negócios ⁽²⁾	32,3%	39,1%	40,8%	1,8pp
Vendas de Equipamento/Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	2.323,9	2.323,9	2.673,6	15,0%
EBITDA/Média de Colaboradores ('000 euros)	13,2	13,4	11,9	-11,5%
Colaboradores	336	336	467	39,0%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Enabler no 1S06 e a mais valia de 25,3 milhões de euros obtida com a venda da Enabler no 1S06.

A produtividade na SSI diminuiu marginalmente, resultado natural do processo de integração das empresas adquiridas em 2007 que apresentaram níveis de produtividade comparativamente inferiores, o que é aceitável nesta fase de integração. As receitas de serviços IT por colaborador alcançaram 110,9 mil euros em 2007, e as vendas de equipamento por colaborador aumentaram 15% para 2,67 milhões de euros. No final de 2007, o número de colaboradores aumentou em 131 para 467, face ao final do ano de 2006, resultado (i) da consolidação das empresas adquiridas pela WeDo (Tecnológica, Cape Technologies e Praesidium); (ii) do lançamento da Saphety; e (iii) da necessidade de um maior número de consultores internos para sustentarem o aumento da actividade.

A WeDo aumentou significativamente a carteira de clientes internacionais, com novas contas em diversos países (11 novas contas obtidas durante 2007). Este aumento foi suportado pela abertura de novos escritórios locais no Egipto (para cobrir as regiões de África e Médio Oriente) e na Malásia (para cobrir a região da Ásia). Paralelamente, a WeDo continuou a apostar na inovação e na melhoria do seu portfólio de produtos, lançando novas versões (com módulos adicionais dirigidos a outros mercados que não o das telecomunicações, com novas funcionalidades, maior flexibilidade e mais intuitivos) do RAID, o seu produto chave de *Revenue Assurance*.

2.5.3. Dados financeiros

Milhões de Euros

SSI CONSOLIDADO - DEMONST. DE RESULTADOS	2006	2006 ^P	2007	y.o.y
Volume de Negócios	78,76	65,09	79,51	22,2%
Receitas de Serviço	53,33	39,66	47,05	18,6%
Vendas de Equipamento	25,44	25,44	32,47	27,6%
Outras Receitas	27,15	0,50	0,36	-27,8%
Custos operacionais	73,87	61,01	75,07	23,0%
Custo das Vendas	24,49	24,49	31,74	29,6%
Custos com Pessoal	25,04	17,29	22,24	28,6%
Marketing e Vendas	0,94	0,85	1,21	43,4%
Serviços Subcontratados ⁽¹⁾	14,14	12,09	12,00	-0,8%
Despesas Gerais e Administrativas	9,06	6,14	7,54	22,7%
Outros Custos Operacionais	0,21	0,16	0,34	113,0%
Provisões e Perdas de Imparidade	0,26	0,10	0,22	113,5%
EBITDA	31,78	4,48	4,58	2,4%
Margem EBITDA (%)	40,3%	6,9%	5,8%	-1,1pp
Depreciações e Amortizações	1,45	1,26	1,73	37,2%
EBIT	30,33	3,22	2,85	-11,3%
CAPEX Operacional ⁽²⁾	0,61	0,54	0,71	31,4%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	0,8%	0,8%	0,9%	0,1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	31,17	3,94	3,87	-1,6%
CAPEX Total	1,36	1,29	27,18	-

(1) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (P) Valores Pro-Forma excluindo a contribuição da Enabler no 1S06 e a mais valia de 25,3 milhões de euros obtida com a venda da Enabler no 1S06.

Em 2007, o volume de negócios da SSI aumentou 22,2%, para os 79,5 milhões de euros, resultado de um aumento das vendas de equipamento, de 27,6% para os 32,5 milhões de euros, e de um aumento das receitas de serviços, 18,6% superiores ao ano anterior, resultando essencialmente de um aumento de 24,4% das receitas de serviços da WeDo (14,8% numa base comparável, isto é, excluindo o contributo das empresas adquiridas durante o ano). Durante o ano de 2007, as vendas de equipamento representaram 40,8% do volume de negócios, um nível similar ao registado em 2006, como resultado de um contributo positivo das vendas de computadores da Bizdirect, essencialmente relacionadas com o programa "Iniciativas-E" lançado pelo Governo Português.

O EBITDA da SSI totalizou 4,58 milhões de euros em 2007, um aumento de 2,4% face a 2006, com todas as empresas operacionais, com excepção da Saphety, uma nova empresa incluída na SSI desde o 1T07, a contribuírem positivamente. Esta performance foi alcançada apesar da redução do EBITDA da WeDo no 4T07, gerado pelo contributo negativo e pelos custos de integração das empresas adquiridas no 3T07. Excluindo estes impactos, o EBITDA da WeDo teria apresentado um significativo crescimento de 20% em 2007 e geraria uma margem de 14,7%. Adicionalmente, é de salientar que a Mainroad, devido ao seu contínuo enfoque na eficiência, foi capaz de alcançar uma margem de EBITDA positiva de 11,1%, 4,8 pp acima de 2006.

2.6. Público

2.6.1. Marcos em 2007

Durante o ano de 2007, com o redimensionamento da sua estrutura de custos, o Público continuou a apostar na implementação da sua nova estratégia sustentada no novo formato a cores do jornal e suplementos totalmente redesenhados, lançada em meados de Fevereiro de 2007. No entanto, a dinâmica do mercado tem sido bastante severa para os jornais diários pagos, tendo a circulação diminuído 2%⁴ e as receitas de publicidade, de Janeiro a Novembro, diminuído 1,5%⁵ comparativamente com o mesmo período do ano anterior (números relativos a espaço publicitário calculado a preços de tabela – o acrescido nível

⁴ Fonte: APCT, 9M07 vs 9M06 (última informação disponível)

⁵ Fonte: Marktest/Media Monitor

competitivo em 2007, tem levado à prática de maiores descontos). Durante o mesmo período, as receitas de publicidade dos jornais gratuitos aumentaram 1,5x.

Tendo em consideração as dinâmicas de mercado explicadas anteriormente, e aproveitando a sua capacidade de produção de notícias, o Público lançou, no final de Outubro de 2007, o primeiro jornal semanal gratuito em Portugal, “Sexta”, através de uma parceira estabelecida com “A Bola”, um dos principais jornais diários desportivos e com uma produção recorde de 350 mil unidades. Em 2007, os resultados financeiros do Público incluem, desde Novembro, 50% dos custos e das receitas do “Sexta” (consolidação proporcional).

2.6.2. Dados operacionais

PÚBLICO - INDICADORES OPERACIONAIS	2006	2007	y.o.y
Circulação Média Mensal Paga ⁽¹⁾	44.197	41.765	-5.5%
Quota de Mercado de Publicidade (%) ⁽²⁾	15.4%	13.8%	-1.6pp
Colaboradores	276	257	-6.9%

(1) Valor estimado, actualizado no trimestre seguinte; (2) 4T07 = Acumulado a Novembro

Em 2007, a quota de mercado da circulação paga do Público (dados até Setembro de 2007, última informação disponível) foi de 12,3%, um aumento de 0,4pp quando comparada com o 4T06, o último trimestre com o “velho” jornal, demonstrando que a reestruturação do produto foi bem recebida pelos consumidores. No entanto, no 4T07, a média da circulação paga diminuiu 2,0% quando comparada com o 4T06 e 6,0% relativamente ao trimestre anterior, como consequência da contínua redução da dimensão do mercado de imprensa paga, mas também como resultado das pressões competitivas impostas, essencialmente, pelos jornais de distribuição gratuita (cujas circulação, estima-se que tenha aumentado 50%). A quota do Público no mercado de publicidade também se encontra sobre pressão, atingindo uma média de 13,8%, durante 2007, uma diminuição de 1,6pp comparativamente com 2006. No entanto, é de referir que a quota de mercado de publicidade do Público aumentou 1,1pp durante o último trimestre.

O site on-line do Público continuou a ser líder em termos de visitas únicas e páginas visitadas em Portugal (com uma média mensal de 19,5 milhões de páginas visitadas, 3,6 milhões de visitas e 2,6 milhões de visitas únicas durante 2007⁶), verificando-se uma aceleração da integração das estruturas on-line e off-line. A publicidade on-line, ainda em pequeno volume não suficiente para compensar a quebra da receita de publicidade do jornal, quase que duplicou quando comparada com o ano de 2006, com o publico.pt (a sua unidade de negócio on-line) a alcançar um EBITDA positivo para o ano de 2007.

O “Sexta”, o recente jornal semanal gratuito, apesar de ainda se encontrar na sua fase inicial de desenvolvimento, apresenta indicadores de circulação positivos e tem vindo a atingir os objectivos definidos para 2007, em termos de receitas de publicidade.

⁶ Fonte: Marktest/Netscope Dec.07

2.6.3. Dados financeiros

Milhões de euros	2006	2007	y.o.y
PÚBLICO CONSOLIDADO-DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Volume de Negócios	36.39	33.16	-8.9%
Vendas de Publicidade ⁽¹⁾	15.58	14.27	-8.4%
Vendas de Jornais	12.16	11.82	-2.8%
Vendas de Produtos Associados	8.65	7.07	-18.3%
Outras Receitas	0.39	0.25	-37.1%
Custos operacionais	45.49	36.26	-20.3%
Custo das Vendas	10.39	8.64	-16.8%
Custos com Pessoal	17.37	11.41	-34.3%
Marketing e Vendas	2.99	3.24	8.4%
Serviços Subcontratados ⁽²⁾	11.27	10.13	-10.1%
Despesas Gerais e Administrativas	3.45	2.83	-18.0%
Outros Custos Operacionais	0.03	0.02	-46.7%
Provisões e Perdas de Imparidade	0.08	0.41	-
EBITDA	-8.77	-3.27	62.7%
Margem EBITDA (%)	-24.1%	-9.9%	14.2pp
Depreciações e Amortizações	0.76	0.70	-8.1%
EBIT	-9.53	-3.97	58.4%
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0.36	0.69	93.8%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	1.0%	2.1%	1.1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-9.13	-3.96	56.6%
CAPEX Total	0.36	0.69	93.8%

(1) Inclui conteúdos; (2) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Durante 2007, o volume de negócios diminuiu 8,9% para os 33,16 milhões de euros, comparativamente aos 36,39 milhões de euros em 2006. Todas as linhas de receita diminuíram face ao ano anterior:

- As vendas de produtos associados diminuíram 18,3%, assim como o número de colecções lançadas durante 2007 (12) foi consideravelmente mais baixo face a 2006 (26). No entanto, esta linha de receita tem dado sinais de recuperação no 4T07 (59,4% de aumento face ao 4T06, resultado do sucesso das colecções lançadas durante o trimestre, como por exemplo os “DVD James Bond” e “Portugal, um Retrato Social”);
- As receitas de publicidade diminuíram 8,4%; e
- As vendas de jornais diminuíram 2,8%, quando comparadas com 2006.

O Público gerou um EBITDA positivo no quarto trimestre de 2007, pela primeira vez desde o 4T05. Em 2007, o EBITDA registado foi de 3,3 milhões de euros negativo, representando, no entanto, uma melhoria de 62,7% face a 2006 (o qual incluía 4,3 milhões de custos de reestruturação). Numa base comparável, não considerando os custos de reestruturação e o impacto do “Sexta”, o Público teria melhorado o seu EBITDA em cerca de 30%. Estes resultados devem-se à implementação do plano de reestruturação, em 2006 e início de 2007, que resultou numa diminuição em todas as linhas de custos em 2007, com excepção de custos de *marketing* (custos associados a campanhas para promover a circulação). De salientar ainda que, apesar do menor volume de colecções, o EBITDA gerado pelos produtos associados duplicou em 2007, face a 2006.

2.7. Resultados individuais da Sonaecom SGPS

2.7.1. Dados operacionais

Os resultados individuais da Sonaecom SGPS para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser resumidos conforme apresentado em seguida:

Sonaecom SGPS (milhões de euros)	2006	2007	Δ	%
Receitas de Serviço	6,2	6,8	0,6	9%
Outras Receitas Operacionais (1)	0,2	0,9	0,6	262%
Custos Operacionais (2)	(7,7)	(9,0)	(1,3)	16%
EBITDA	(1,3)	(1,3)	(0,0)	3%
Resultados da Oferta Pública de Aquisição	(22,4)	22,4	44,7	-
EBIT	(23,8)	21,0	44,7	-
Dividendos recebidos	33,0	38,6	5,6	17%
Actividade financeira líquida	(0,2)	7,5	7,6	-
Outros Resultados Financeiros	0,0	(82,4)	(82,4)	-
EBT	9,1	(15,3)	(24,5)	-
Resultado Líquido	9,1	(15,3)	(24,5)	-

(1) Excluindo as receitas geradas com a oferta pública de aquisição da PT

(2) Excluindo depreciações, amortizações, provisões e custos relacionados com a oferta pública de aquisição da PT

Em 2007, a Sonaecom gerou receitas de serviço de 6,8 milhões de euros, incluindo essencialmente os serviços prestados às suas filiais relativamente a:

- Gestão do ambiente de regulação
- Apoio na procura de novos financiamentos
- Auditoria interna e gestão de risco do grupo
- Apoio fiscal e legal
- Cedência temporária de colaboradores a subsidiárias.

O centro corporativo da Sonaecom empregava 39 colaboradores, dos quais 16 se encontravam atribuídos à divisão de serviços partilhados. Em 2007, os custos totais com pessoal ascenderam a 5,2 milhões de euros, em comparação com os 4,7 milhões de euros registados em 2006. Em 31 de Dezembro de 2007, os custos totais do centro corporativo representaram aproximadamente 0,7% do volume de negócios consolidado do Grupo (em linha com os valores relativos a 2006). O total de custos operacionais (excluindo custos de depreciação e amortização, provisões e custos relacionados com a oferta pública de aquisição da PT) ascendeu a 9 milhões de euros, em comparação com os 7,7 milhões de euros registados no período homólogo de 2006. O aumento de 1,3 milhões de euros deveu-se ao aumento dos custos com pessoal, em 2007, associado ao aumento nas remunerações variáveis resultantes do desempenho positivo em 2006.

O EBITDA foi 1,3 milhões de euros negativo, em comparação com o valor negativo de 1,3 milhões de euros registado em 2006.

Os impactos extraordinários opostos relativos à oferta pública de aquisição da PT conduziram a uma evolução assimétrica no EBIT em 2007, relativamente ao ano anterior: o EBIT foi positivo, representando 21 milhões de euros, em comparação com um valor negativo de 23,8 milhões de euros, em 2006. A Sonaecom incorreu em despesas extraordinárias de 22,4 milhões de euros, durante o ano de 2006, relativas a serviços especializados de consultoria, contratados para apoiar o processo da oferta pública de aquisição da PT. Em 2007, a Sonaecom decidiu facturar esses custos às respectivas subsidiárias, mais concretamente às que beneficiaram com os referidos serviços de consultoria.

A principal fonte de receitas financeiras da Sonaecom SGPS foram os 38,6 milhões de euros de dividendos recebidos, nomeadamente da Optimus (4,5 milhões de euros) e da Sonae Telecom SGPS (34 milhões de euros).

A actividade financeira líquida (receitas de juros deduzidas das despesas de juros) foi positiva em 7,5 milhões de euros, mais 7,7 milhões de euros do que em 2006, o que se deveu ao facto de a Sonaecom SGPS ter, em 2006, assumido encargos de 8,5 milhões de euros relativos a uma *cash confirmation facility* destinada a apoiar o processo da oferta pública de aquisição da PT.

O resultado líquido de 2007 foi de 15,3 milhões de euros negativo, o que se deveu principalmente à perda extraordinária de 82 milhões de euros resultante da liquidação da Sonae Matrix Multimédia SGPS.

2.7.2. Dados financeiros

A seguinte tabela resume os principais movimentos monetários ocorridos em 2007:

Alterações na Liquidez da Sonaecom SGPS	milhões de euros
Liquidez da Sonaecom SGPS em 31 Dezembro de 2006	91.0
Programa de Papel Comercial (PPC)	225.0
Aplicações de tesouraria recebidas das subsidiárias	(69.0)
Aquisições Líquidas e suprimentos subordinados (garantidos)	220.8
Aquisição da participação da Matrix na Sonaecom Serviços de Comunicações	(29.0)
Aquisição da Tele2	(14.6)
Aquisição de acções próprias	(8.9)
Aquisição da Artis	(0.1)
Receitas geradas pela venda da participação de 1% na Portugal Telecom à Sonaecom BV	106.2
Reembolso de suprimentos da Matrix SGPS	70.3
Reembolso de suprimentos da Sonaetelecom SGPS	76.5
Reembolso do capital social da Matrix	20.0
Receitas geradas pela venda das acções da Sonae SGPS	0.4
Suprimentos líquidos (garantidos)	(374.7)
Sonaecom Serviços de Comunicações	(190.9)
Sonaecom BV	(120.7)
Sonae Matrix SGPS	(61.3)
Sonaetelecom BV	(0.4)
Sonaecom Sistemas de Informação	(0.4)
Tele2	(1.0)
Movimentos financeiros da Sonaecom	52.7
Juros pagos	(11.3)
Dividendos recebidos	38.6
Juros recebidos	13.20
Receitas operacionais	43.90
Despesas operacionais e outras	(31.7)
Total de movimentos no período	54.8
Liquidez da Sonaecom SGPS em 31 de Dezembro 2007	145.8

Em 2007, a liquidez da Sonaecom SGPS aumentou 54,8 milhões de euros, tendo a dívida nominal externa aumentado 225 milhões de euros, em resultado do novo Programa da Papel Comercial (PPC), que permitiu à empresa efectuar o refinanciamento da dívida da Optimus e assegurar uma melhor gestão de tesouraria, maior flexibilidade financeira e uma melhoria substancial no perfil de vencimento da dívida.

No entanto, a liquidez da Sonaecom SGPS foi também influenciada por investimentos relacionados com aquisições, alterações nos suprimentos e prestações acessórias e no *free cash flow* operacional da Sonaecom SGPS, conforme descrito abaixo:

A. Programa de Papel Comercial (PPC) – aumento de 225 milhões de euros

Em 2007, a Sonaecom concluiu as negociações relativas a um financiamento de até 250 milhões de euros, através de um programa de papel comercial (PPC), com subscrição garantida e uma maturidade de cinco anos. A totalidade da dívida bruta do Grupo Sonaecom encontra-se agora centralizada na Sonaecom SGPS, que recorre a movimentos internos para alocação dos fundos entre as suas subsidiárias através de suprimentos e/ou aplicações de tesouraria, de acordo com o vencimento esperado.

Em 31 de Dezembro de 2007, a dívida bruta da Sonaecom SGPS incluía essencialmente duas linhas de crédito a longo prazo: (i) uma emissão de obrigações, no valor de 150 milhões de euros; e (ii) o Programa de Papel Comercial, no valor de 250 milhões de euros.

B. Aplicações de tesouraria de subsidiárias – diminuição de 69 milhões de euros

Durante o processo de refinanciamento, a Optimus utilizou as aplicações de tesouraria colocadas na Sonaecom SGPS, para pagamento da dívida e melhoria da estrutura financeira, pelo que, em 2007, as aplicações de tesouraria da Optimus na Sonaecom SGPS foram extintas.

C. Aquisições e prestações suplementares

As aquisições líquidas e prestações suplementares representaram um fluxo positivo de 221 milhões de euros, resultado das seguintes transacções:

Principais entradas:

- Receita na Sonaecom B.V. relativa à venda, efectuada em 2006 e liquidada em 2007, da participação de 1% no capital social da PT, no valor de 106,2 milhões de euros;
- A Sonae Matrix e a Sonae Telecom SGPS reembolsaram prestações suplementares de 70,3 milhões de euros e 76,5 milhões de euros, respectivamente;
- A Sonae Matrix SGPS, como parte do processo de liquidação, pagou 20 milhões de euros (capital social);
- Receita de 0,4 milhões de euros relativa à venda de acções da Sonae SGPS.

Principais saídas:

- Aquisição da participação da Sonae Matrix na Sonaecom - Serviços de Comunicações, no valor de 29 milhões de euros;
- Aquisição da Tele2 Portugal (14,6 milhões de euros);
- Aquisição de acções próprias, durante o 1T07, no valor de 8,9 milhões de euros, com o objectivo de cobrir as responsabilidades relativas ao PIMP.

D. Suprimentos líquidos – aumento de 374,7 milhões de euros

Em 2007, o total de suprimentos aplicado pela Sonaecom SGPS em subsidiárias aumentou 374,7 milhões de euros:

- Como resultado do processo de refinanciamento, a Sonaecom SGPS colocou 246,4 milhões de euros na Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A., dos quais: (i) 190,9 milhões de euros concedidos a título de suprimentos; e (ii) os restantes 55,5 milhões de euros como aplicações de tesouraria;
- Colocação de cerca de 120,7 milhões de euros na Sonaecom B.V., de forma a financiar a aquisição da participação de 1% na PT pela Sonaecom SGPS e a permitir suportar outros custos relativos à oferta pública de aquisição, incorridos pela Sonaecom BV em 2006
- A Sonaecom colocou ainda uma quantia adicional de 61,3 milhões de euros na Sonae Matrix SGPS, de forma a financiar a dissolução da empresa.

E. Movimentos financeiros da Sonaecom – 52,7 milhões de euros positivos

A actividade operacional e financeira da Sonaecom SGPS gerou um fluxo líquido positivo de 52,7 milhões de euros, impulsionado, na sua maioria, pelos seguintes movimentos:

- Um recebimento de cerca de 29 milhões de euros, resultante da decisão de debitar os custos relativos à oferta pública de aquisição às subsidiárias (com base nos princípios de que os serviços de consultoria e outros custos relacionados com a oferta pública de aquisição beneficiaram essencialmente essas empresas);
- Dividendos de 38,6 milhões de euros recebidos da Optimus e da Sonae Telecom SGPS, no valor de 4,6 milhões de euros e 34 milhões de euros, respectivamente;
- Actividade financeira líquida positiva de 1,9 milhões de euros, como resultado dos fundos colocados nas subsidiárias;
- Pagamento de 11,4 milhões de euros, associados aos vários serviços de consultoria relacionados com o processo da oferta pública de aquisição da PT;
- Pagamento de remunerações variáveis e de planos de incentivos de médio prazo, relacionados com o desempenho de 2006.

2.8. As nossas pessoas

Na Sonaecom, as pessoas fazem a diferença.

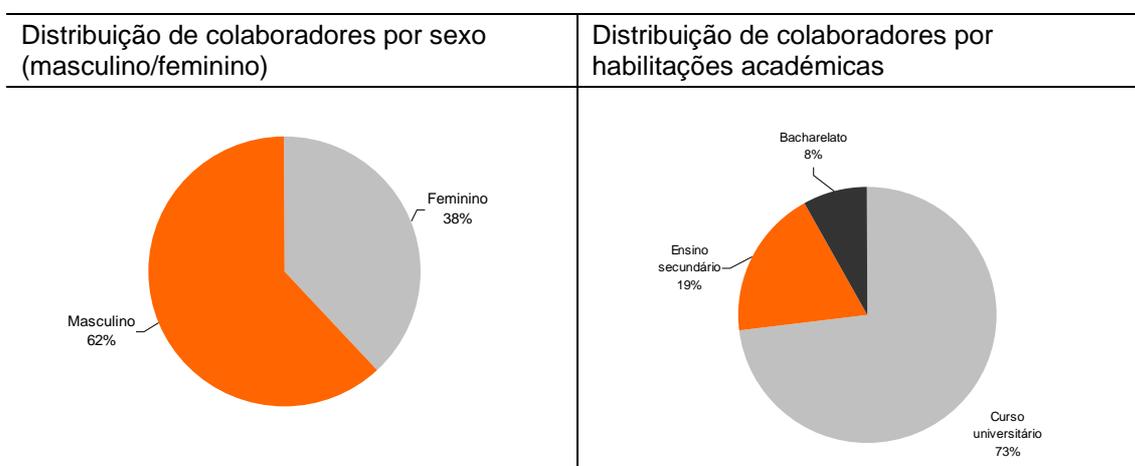
Durante o ano de 2007, a nossa equipa de recursos humanos concentrou os seus esforços na promoção de uma cultura empresarial em que os colaboradores se sentem motivados e habilitados a progredir no seu desenvolvimento pessoal e profissional, mantendo o enfoque na nossa visão partilhada.

Com uma média etária de 34 anos, os nossos colaboradores aliam a juventude, dinamismo, resiliência e espírito empreendedor ao desejo de aprender e vontade de inovar. Determinados e persistentes, a maior parte dos colaboradores da Sonaecom possui licenciaturas universitárias e aprecia os desafios colocados pelos programas educativos proporcionados pela empresa.

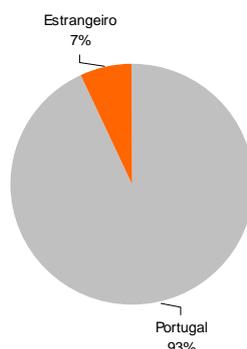
Durante o ano, agilizámos os nossos processos com o objectivo de melhorar a forma como gerimos e envolvemos os nossos colaboradores, ajudando-os a prestar uma contribuição ainda maior para o nosso sucesso colectivo, ao permitir-lhes melhorar o seu desempenho pessoal.

Factos relativos aos colaboradores da Sonaecom

A Sonaecom contava com 1.961 colaboradores, a 31 de Dezembro de 2007, o que gerou um total de custos com pessoal de aproximadamente 95 milhões de euros. A aquisição da Tele2 Portugal, Cape Technologies e Praesidium em 2007 resultou numa ligeira subida no número total de colaboradores, relativamente a 2006, bem como num aumento do número de colaboradores colocados no estrangeiro (141 colaboradores permanentes).



Distribuição Geográfica dos Colaboradores



Formação

A tecnologia avança, as estruturas alteram-se, as ferramentas tornam-se mais sofisticadas e o conhecimento evolui. As empresas e organizações são movidas por pessoas e processos, capazes apenas de se adaptar e desenvolver numa cultura de aprendizagem contínua.

Uma melhor formação dos colaboradores, assim como maiores capacidades e competências dos mesmos, constituem factores essenciais para tornar a Sonaecom numa empresa mais robusta, mais bem preparada para enfrentar os desafios colocados pelo mercado e pelos nossos clientes. Assim, continuamos a colocar grande ênfase no investimento em formação.

Com esse objectivo, a Sonaecom proporciona uma gama diversificada de oportunidades de formação:

- (1) **O Sonaecom Learning Centre (SCLC)** representa uma parte significativa do nosso investimento em formação, procurando sustentar o desenvolvimento das carreiras dos nossos colaboradores, de forma intencional e proactiva. O SCLC é uma solução educativa centralizada e agregadora de toda a formação, dirigida a todos os colaboradores das várias áreas de negócio da nossa organização e a todos os nossos parceiros comerciais. É o veículo preferencial de disseminação da nossa cultura e valores, assim como de desenvolvimento de competências de gestão e técnicas consideradas centrais para a Sonaecom.

Em 2007, o SCLC organizou 35 iniciativas de formação, totalizando aproximadamente 26.000 horas, nas quais participaram 626 colaboradores.

- (2) **Financiamento de formação pós-graduada, particularmente MBAs**, em universidades portuguesas e estrangeiras, e de formação de executivos em escolas de gestão internacionais.

Pelas suas características, estes programas exercem um impacto muito significativo no desenvolvimento de carreiras, visando reforçar as competências técnicas, de gestão ou de liderança dos nossos colaboradores de mais elevado potencial, para que possam desenvolver com sucesso competências fundamentais. É com este objectivo que a Sonaecom mantém uma política de incentivo a este tipo de formação, tendo, em 2007, apoiado 19 colaboradores na frequência de cursos de pós-graduação e/ou MBAs.

- (3) **As Academias de Vendas**, dirigidas a todos os nossos parceiros comerciais dos diferentes segmentos, incluindo empresarial e residencial, têm por objectivo criar a melhor força de vendas no sector das telecomunicações, ao centrar-se em quatro pilares principais: recrutamento, formação, motivação e avaliação.

A Sonaecom pretende ainda reforçar a sua proposta de valor no âmbito da formação, através do desenvolvimento de soluções formativas e tecnológicas de E-learning, capazes de promover o desenvolvimento de competências críticas, aliando as vantagens da utilização das tecnologias de informação.

Modelo de gestão de RH e avaliação interna de desempenho

Em 2007, a Sonaecom introduziu um novo modelo de gestão de Recursos Humanos, em todos os níveis da organização, apoiado por um novo modelo de competências. Consequentemente, a empresa actualizou o seu processo de avaliação de desempenho, alinhando-o com o novo modelo de competências.

A necessidade do contínuo alinhamento dos colaboradores, de forma a responder aos desafios impostos pelos negócios, levou a Sonaecom a implementar, uma vez mais, o processo de avaliação de desempenho intercalar, realizado regularmente no final do primeiro semestre.

RH Online – portal do colaborador

A Sonaecom tem vindo a desenvolver uma *interface* de Internet (RH Online) para os principais processos e informação de recursos humanos. Disponível a toda a organização, a sua finalidade é aumentar a eficiência e qualidade dos processos, melhorando simultaneamente a gestão de equipas e colaboradores.

Em 2007, a maior parte dos principais processos e informação de recursos humanos passaram a assentar nesta ferramenta que permite aos gestores uma maior organização, controlo e integração. Servindo todos os colaboradores da Sonaecom, o RH Online funciona como um canal de comunicação efectivo entre os colaboradores e a empresa que permite o acesso, em tempo real, a um repositório único e completo de informação de RH.

Ambiente de trabalho

A opinião dos colaboradores da Sonaecom relativamente ao ambiente de trabalho da empresa fornece informação importante sobre os pontos fortes da organização, identificando simultaneamente as áreas em que deverão ser implementadas melhorias.

No total, 1.663 colaboradores, representando 89% do total de colaboradores da Sonaecom, participaram no Estudo de Clima Social anual, conduzido em Abril de 2007. Este estudo tem o objectivo de avaliar a opinião dos colaboradores relativamente a um conjunto de factores críticos, tais como a satisfação com a equipa de trabalho e com a empresa, a orientação para o cliente, a chefia, o desenvolvimento profissional e a compensação e benefícios.

Os resultados mais notáveis do estudo de 2007 incluem a elevada taxa de participação, que reflecte um maior envolvimento dos colaboradores neste processo, e um índice de satisfação dos colaboradores relativamente elevado, em comparação com a maior parte dos factores analisados. Esta tendência segue a tendência ascendente observada em estudos anteriores.

Segurança, higiene e saúde no trabalho (SHST)

A Sonaecom acredita que a promoção da segurança e saúde no trabalho deverá fazer parte de um programa integrado e global, envolvendo os seus colaboradores. Em 2007, um grupo de 37 colaboradores recebeu formação específica, com o objectivo de consolidar a implementação do Sistema de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST). Este grupo recebeu formação específica, tendo-lhe sido atribuída a missão de monitorizar e assistir na execução adequada das actividades de prevenção nos diversos edifícios da Sonaecom.

O manual de SHST foi actualizado e entregue a todos os colaboradores. e inclui orientações relativas à implementação de boas práticas no dia-a-dia de trabalho, potenciando a comunicação entre os colaboradores e melhorando a saúde e segurança no trabalho.

2.9. A nossa rede de telecomunicações

Em 2007, a Sonaecom continuou a concentrar os seus esforços no sentido da evolução da sua rede, de forma a garantir que esta é capaz de satisfazer e mesmo exceder os requisitos do mercado e dos clientes.

A existência de novos serviços e padrões de utilização requer velocidades cada vez maiores de transmissão de dados, download e transmissão de vídeo em plataformas fixas e móveis. Na arquitectura da Sonaecom, baseada em IP, vídeo, voz e dados tornam-se indistinguíveis, enquanto que um variado conjunto de aparelhos – PCs, telemóveis, TVs, consolas, leitores de MP3, sistemas de navegação – é capaz de desempenhar o papel de terminais de recepção de telecomunicações avançadas e serviços de entretenimento, independentemente do meio utilizado para acesso aos mesmos (fixo ou móvel).

Foram alcançadas reduções adicionais nos custos operacionais em 2007, principalmente através da exploração de oportunidades de partilha de infra-estruturas com outros operadores e desenvolvimento de projectos ambientais que visam reduzir o consumo de energia e promover a utilização de energias renováveis, com ênfase na micro-geração de energia.

Rede central e serviços

Em 2007, continuaram a ser desenvolvidos vários projectos de Rede de Nova Geração (RNG), no sentido de uma rede convergente mais avançada.

A Sonaecom efectuou a fusão entre as suas redes de comutação fixa e móvel, tendo migrado para uma arquitectura de comutação sobre IP. A Sonaecom utiliza agora esta plataforma comum para explorar a totalidade da capacidade e capilaridade das duas redes de acesso, fixa e móvel tendo alcançado uma maior flexibilidade, para além de economias significativas.

Através desta abordagem, a Sonaecom tornou-se numa empresa pioneira na utilização desta arquitectura de rede, liderando o mercado de telecomunicações, com inovações tecnológicas nesta área. A Sonaecom foi o primeiro operador em Portugal a começar a desenvolver uma estrutura de IMS (IP Multimedia Subsystem – Subsistema Multimédia baseado em IP), uma plataforma com importantes vantagens relevantes, tais como: integração de várias funcionalidades de voz com origem em dispositivos terminais diferentes, incluindo computadores; flexibilidade, devida a uma excelente adaptação a actividades de segmentos e dimensões diferentes; mobilidade, permitindo a convergência de produtos fixo-móvel, e inovação, abrindo caminho a uma variedade de serviços novos e revolucionários, tais como as soluções de negócios VoIP Centrex.

O próximo passo irá envolver o desenvolvimento de uma arquitectura de serviços centralizada, permitindo a maximização de sinergias, ao suportar completamente as duas redes de acesso, fixa e móvel, e potenciar o desenvolvimento de novos serviços convergentes.

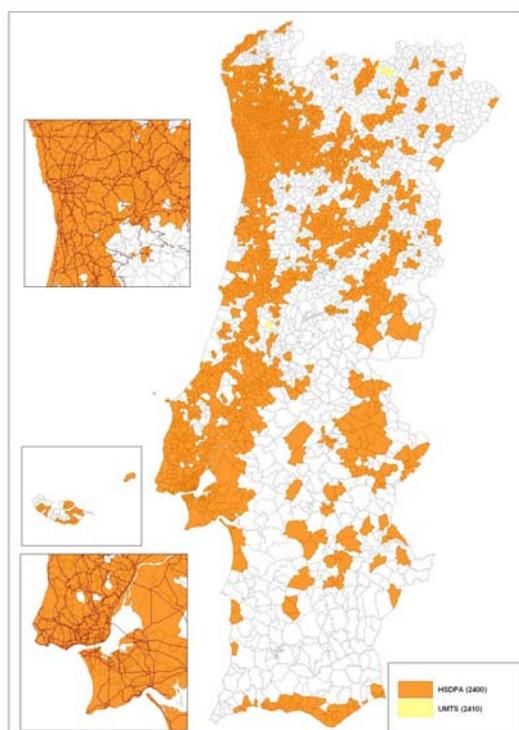
A plataforma de IPTV da Sonaecom, a primeira a ser lançada em Portugal, foi actualizada com novos codificadores, melhorando a qualidade da imagem e suportando simultaneamente o formato MPEG-4, o último e mais avançado formato de compressão de som e imagem actualmente disponível. Com este desenvolvimento, considerando que o formato MPEG-4 permite taxas de compressão mais elevadas, a Sonaecom alargou o seu mercado endereçável de IPTV e será capaz de suportar a Televisão de Alta Definição (HDTV) sobre IPTV.

Rede de acesso móvel

Em 2007, a Sonaecom continuou a investir na sua rede de acesso móvel, ampliando a sua cobertura de UMTS, abrangendo novas localizações, reforçando a capacidade da rede e executando actualizações da rede de UMTS existente, actualizando simultaneamente vários elementos da rede, de forma a assegurar um suporte alargado das evoluções técnicas de

HSDPA, essencial para o lançamento e massificação do acesso móvel à Internet de banda larga, com taxas de transmissão cada vez mais rápidas.

Cobertura HSDPA



No final de 2007, a Sonaecom tinha alcançado uma cobertura de aproximadamente 80% da população, com a tecnologia UMTS, e de mais de 75% da população, com a tecnologia HSDPA, permitindo à empresa disponibilizar serviços de banda larga móvel com velocidades até 7,2 Mbps.

As actualizações da rede efectuadas em 2007 permitiram o lançamento de serviços com velocidades de ligação ascendente de até 384Kbps (em comparação com os 64kbps anteriores), o que contribui significativamente para uma melhor experiência dos utilizadores.

Além disso, a Sonaecom será brevemente capaz de disponibilizar serviços com velocidades de ligação ascendente ainda mais elevadas, até 1,54 Mbps, baseados na tecnologia HSUPA (High Speed Uplink Packet Access), uma tecnologia já testada pela Sonaecom, em 2007, em duas áreas geográficas específicas.

Em 2007, a Sonaecom substituiu uma parte significativa do seu equipamento de acesso de rádio 3G e 3.5G, assegurando que a sua rede se encontra posicionada para beneficiar dos desenvolvimentos tecnológicos previstos, otimizando simultaneamente a utilização do espaço e o consumo de energia.

Destaque ainda para o facto de, em 2007, a Sonaecom, em conjunto com outros operadores móveis, ter implementado um projecto destinado a aumentar a cobertura e qualidade do serviço a bordo dos comboios de alta velocidade Alfa-Pendular, que circulam entre o Porto e Lisboa. Como parte deste projecto, foram instalados repetidores em todas as carruagens, o que conduziu a melhorias significativas nos serviços de voz e dados disponibilizados a todos os passageiros.

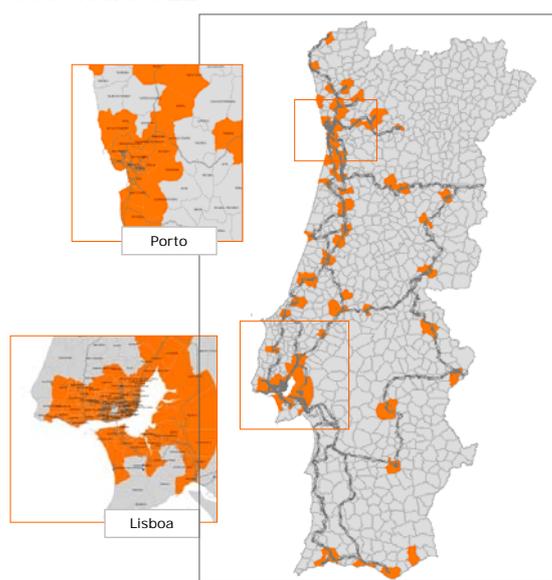
Rede de acesso fixo

Em 2007, a Sonaecom alargou a cobertura da sua rede de acesso directo a 25 novas Centrais de Comutação (CC), alcançando um total de 169 centrais de comutação

desagregadas. Destas, 161 encontram-se equipadas com tecnologia ADSL2+, assegurando uma cobertura de 1,7 milhões de linhas, o que é equivalente a uma cobertura de 55% do número total de linhas de cobre.

As CC adicionais equipadas com tecnologia ADSL2+ alargaram o mercado empresarial e residencial endereçável de serviços de banda larga e telecomunicações fixas de voz. Os serviços de IPTV encontram-se actualmente disponíveis em aproximadamente 70% das centrais de comutação desagregadas, expandindo ainda a cobertura de *Triple Play* da Sonaecom.

Cobertura ULL



O aumento de cobertura e capilaridade da rede da Sonaecom foi parcialmente impulsionado pela presença da empresa no segmento empresarial, como fornecedor de circuitos de ligação suportados sobre tecnologias xDSL e EFM (Ethernet First Mile), assim como pelo suporte à sua operação móvel, ao assegurar a infra-estrutura de interligação para as redes GSM e UMTS, com rede própria. Com esta abordagem, a Sonaecom tem vindo a reduzir continuamente a sua dependência de terceiros, especificamente do operador incumbente, alcançando economias significativas nos custos operacionais associados à transmissão.

As Redes de Acesso de Nova Geração começam a ser implementadas num contexto em que os serviços exigem velocidades cada vez maiores, em que as velocidades de *upload* se poderão vir a tornar num factor de restrição relevante relativamente à experiência dos clientes no futuro, e em que os serviços simétricos se tornam realidade. Em 2007, a Sonaecom lançou vários testes e implementações da tecnologia Fibre-to-the-Home (FTTH), testando as tecnologias de acesso e as várias soluções emergentes de Home Networking (Redes Domésticas).

2.10. Os nossos sistemas de informação e certificação da qualidade

Sistemas de informação

É possível agrupar as iniciativas relativas aos sistemas de informação da Sonaecom em três grandes categorias: gestão de activos de sistemas de informação, desenvolvimento de soluções para negócios e inovação e melhorias operacionais.

De entre as várias iniciativas relacionadas com a gestão de activos de sistemas de informação, merecem destaque os seguintes acontecimentos:

- Implementação da ferramenta de IT *governance*, capaz de apoiar os processos de gestão e decisão relativos a processos de IT

- Renovação da arquitectura das aplicações
- Facilidade de utilização das aplicações: foram revistas as principais aplicações utilizadas na empresa que incluem *interfaces* do utilizador. O principal objectivo era permitir ganhos de produtividade aos utilizadores das aplicações, particularmente aos operadores de *call centres*
- Integrações: em 2007, a Sonaecom efectuou um número importante de aquisições com impacto nos seus sistemas de apoio à gestão. A aquisição das bases de clientes residencial e SOHO da ONI conduziu à integração destes clientes nos sistemas da Sonaecom (nomeadamente de facturação e apoio ao cliente). Simultaneamente, a fusão entre a Optimus e a Novis levou à conclusão de um projecto de integração dos sistemas contabilísticos e financeiros de ambas as empresas num sistema único.

Relativamente à área de desenvolvimento de soluções para negócios, merecem destaque os seguintes acontecimentos, em 2007:

- Convergência fixo-móvel: de forma a apoiar a estratégia de negócios, foi desenvolvido, durante o ano de 2007 um processo de integração de suporte de rede móvel e fixa e sistemas de aprovisionamento, permitindo o lançamento de produtos convergentes no mercado
- Reestruturação do *website* www.optimus.pt: o sítio na internet da Optimus foi totalmente reformulado, com o objectivo de melhor o serviço prestado aos clientes. O lançamento efectivo do novo sítio internet ocorreu no início de 2008, como parte do reposicionamento da marca. O principal objectivo desta renovação foi melhorar a interacção entre os clientes e a empresa, bem como alargar o âmbito dos serviços prestados
- Kanguru no âmbito do programa Iniciativas-E: foram fornecidos os meios necessários para permitir o registo e inscrição de alunos e professores neste programa, através do desenvolvimento das ferramentas de suporte necessárias, com integração total entre o *website* de registo e os sistemas logísticos para entrega do equipamento aos subscritores
- Lançamento do Mercado de Ideias: em 2007, foi lançado um sistema, desenvolvido internamente, de gestão e avaliação das ideias dos colaboradores.

Finalmente, em termos da componente de inovação e melhorias operacionais deverão ser destacados os seguintes processos, de entre as várias iniciativas levadas a cabo durante o ano de 2007:

- “Webização” da gestão documental: é actualmente possível gerir documentos digitais ou digitalizados na Sonaecom, a partir de qualquer posto de trabalho com um programa de navegação da Internet. Este serviço será também disponibilizado aos parceiros de negócios da Sonaecom, que poderão aceder aos documentos necessários para as respectivas actividades
- Implementação do “single sign-on” (Acesso único): uma ferramenta introduzida na Sonaecom que permite aos utilizadores a introdução de dados de “login” (acesso) apenas uma vez, após o que têm acesso automático a todas as aplicações requeridas, aumentando a produtividade e a segurança
- Gestão de entidades subcontratadas: foi seleccionada e implementada uma ferramenta para gerir os serviços prestados por instaladores externos (serviços subcontratados), que foi integrada com os sistemas de aprovisionamento da Sonaecom, tendo sido obtida uma solução que permite o controlo eficaz das instalações nos edifícios dos nossos clientes, controlando simultaneamente a agenda e marcações de cada instalador
- Aprovisionamento automático na rede fixa: em 2007, foi concluída a automatização do aprovisionamento dos serviços de voz e ADSL na nossa rede fixa. Como parte de uma implementação pioneira entre operadores de rede fixa, os serviços são agora activados directamente dos sistemas comerciais para as centrais de comutação da rede e outros pontos de comutação, sem qualquer intervenção humana.

Qualidade

Em Novembro de 2007, a Sonaecom obteve a extensão da certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Este sistema abrange todos os processos de negócios,

especificamente os serviços de comunicações fixas e móveis das nossas empresas de telecomunicações Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. e Optimus Towering, S.A..

A auditoria de certificação foi realizada pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000 – Sistemas de Gestão da Qualidade. A equipa que realizou este processo de auditoria destacou alguns dos pontos fortes da empresa:

- Processo de planeamento estratégico e definição de indicadores e objectivos
- Competência técnica da organização
- Consciência da Sonaecom relativamente aos padrões actuais de qualidade e posicionamento da empresa dentro das orientações planeadas
- Empenho e dedicação dos colaboradores contactados durante a auditoria
- Pelo sexto ano consecutivo, não foram registadas quaisquer situações de não conformidade.

O processo de Gestão de Qualidade de 2007 tem vindo a decorrer em paralelo com o projecto de Gestão de Reclamações, de forma a assegurar que os requisitos da norma NP EN ISO 9001 relativos à apresentação de reclamações e informação transmitida aos nossos clientes são também satisfeitos.

3. A nossa gestão

Alterações à equipa de gestão em 2007

No dia 24 de Abril de 2007, no seguimento da renúncia de Belmiro Mendes de Azevedo ao cargo de Presidente do Conselho de Administração e de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo ao cargo de CEO, o Conselho de Administração nomeou este último Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração e cooptou Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério para o Conselho de Administração, tendo simultaneamente sido nomeado CEO da empresa.

Composição do Conselho de Administração e respectivas Comissões

Conselho de Administração e Comissões da Sonaecom

	Executivos ⁽¹⁾	Não-Executivos ⁽²⁾		Comissão de Auditoria e Finanças	Comissão de Nomeações e Remunerações
		Independentes ⁽³⁾	Não-Independentes		
PRESIDENTE					
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo					
ADMINISTRADORES					
António Sampaio e Mello					
David Charles Denholm Hobley					
Gervais Gilles Pellisser					
Jean-François René Pontal					
Ângelo Gabriel dos Santos Paupério (CEO)					
George Christopher Lawrie					
Luis Filipe Campos Dias Reis					
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Miguel Nuno Santos Almeida					

(1) Administradores = membros do Conselho de Administração e Comissão Executiva com funções de gestão; (2) Administradores Não-Executivos = membros do Conselho de Administração sem funções executivas; (3) Administradores Não-Executivos Independentes = administradores não associados a grupos de interesse específicos na empresa ou outros grupos que afectem, sob qualquer circunstância, a sua objectividade;

Conselho de Administração

A principal função do Conselho de Administração é supervisionar a gestão dos negócios da Sonaecom, monitorizar riscos e ajudar a desenvolver os objectivos e a estratégia do Grupo. É ainda responsável pelas remunerações e outras políticas de compensação dos colaboradores do Grupo.

As qualificações e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração são pormenorizadamente apresentados no ponto 3.1 abaixo.

COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

Angelo Gabriel dos Santos Paupério (CEO)

Luís Filipe Reis

Christopher Lawrie (CFO)

Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Almeida

ADMINISTRADORES NÃO-EXECUTIVOS

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

Gervais Gilles Pellissier

De acordo com o Regulamento 10/2005 da CMVM, não existem circunstâncias que possam afectar a análise ou o processo de tomada de decisões dos Administradores Não-Executivos Independentes. Estes, tal como os outros Administradores Não-Executivos, exercem uma influência importante sobre o processo de tomada de decisões e sobre o desenvolvimento da estratégia e política da empresa. Como tal, o Conselho de Administração reflecte um equilíbrio saudável entre o número total de Administradores Não-Executivos e o número de Administradores Não-Executivos Independentes.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom gere e executa as operações diárias da Sonaecom, através de poderes oficialmente delegados pelo Conselho de Administração.

COMPOSIÇÃO

Para além dos cinco Administradores Executivos identificados acima, a Comissão Executiva é também composta pelos seguintes Adjuntos do Conselho de Administração:

António Lobo Xavier

Data de Nascimento: 16 de Outubro de 1959

Habilitações Literárias e Profissionais: Licenciatura em Direito e Mestrado em Direito Económico da Universidade de Coimbra.

Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração ou Comissões de várias instituições públicas e privadas.

Pedro Ramalho Carlos

Data de Nascimento: 12 de Agosto de 1964

Habilitações Literárias e Profissionais: Licenciatura em Engenharia Electrónica e Mestrado em Engenharia e Ciência de Computadores do IST em Lisboa.

Experiência Profissional: Administrador Executivo da Novis, responsável pelas áreas de rede e sistemas.

As funções e responsabilidades da Equipa de Gestão, de acordo com a reorganização recentemente anunciada, estão pormenorizadamente detalhadas na tabela abaixo:

Equipa de Gestão e respectivas funções

CEO	Administrador Executivo Telecomunicações	Administrador Executivo CFO	Administrador Executivo CL&RO	Administrador Executivo Mercado Residencial	Administrador Executivo Mercado <i>Corporate</i> e <i>Wholesale</i>	Administrador Executivo Negócio de <i>Media/SSI</i>
Ángelo Paupério	Luís Reis	Chris Lawrie	António Lobo Xavier ⁽¹⁾	Miguel Almeida	Pedro Carlos ⁽¹⁾	Cláudia Azevedo
CEO Grupo	Recursos Humanos IT/IS Técnica Comunicação Interna	Fusões&Aquisições Planeamento&Controlo Auditoria Interna Contabilidade&Finanças Instalações Relação com Investidores	Legal Regulação Relações Públicas Planeamento Fiscal Sustentabilidade	Movel & Fixo Residencial PMEs Marketing Central	Grandes Empresas Wholesale/Roaming Serviço ao Cliente Operações Novos negócios/Inovação	Media SSI

(1) Adjuntos do Conselho de Administração.

3.1. Qualificações dos membros da Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Data de Nascimento:

31 de Dezembro de 1965

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura em Engenharia Química pela “École Polytechnique Federal de Lausanne” e MBA pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto.

Experiência Profissional:

Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS; Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom; Administrador Não-Executivo da Sonae Indústria, Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom; Presidente da Comissão Executiva da Optimus; Administrador Executivo da Modelo Continente.

Responsabilidades na Sonaecom:

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom; Presidente da Comissão de Remunerações e Nomeações.

Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Data de Nascimento:

14 de Setembro de 1959

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura em Engenharia Civil na Universidade do Porto. MBA do ISEE- Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto.

Experiência Profissional:

Vice-Presidente Executivo da Sonae S.G.P.S.,SA, Administrador da Sonae Distribuição e da Sonae Sierra. Professor convidado do Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto.

Responsabilidades na Sonaecom:

Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom.

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Data de Nascimento:

29 de Janeiro de 1962

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; MBA em Gestão de Empresas pelo ISEE da Universidade do Porto, Doutoramento em Economia pela Universidade Complutense de Madrid , SEP - Stanford Executive Program da Stanford University.

Experiência Profissional:

Administrador Executivo da Optimus; Presidente da Comissão Executiva da Novis; Administrador Não-Executivo da Sonaecom Sistemas de Informação. Foi Administrador Executivo da Modelo Continente; Presidente da Direcção do Banco Universo; Director de Marketing da Sonae Distribuição.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Executivo da Sonaecom.

George Christopher Lawrie

Data de Nascimento:

13 de Outubro de 1957

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura com distinção em Estudos Empresariais e Finanças da Thames University, em Inglaterra.

Experiência Profissional:

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom Serviços de Comunicações e da WeDo. Foi Adjunto do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonaecom; trabalhou na banca de investimentos nas áreas de fusões e aquisições e *corporate finance* (cobrindo a Europa do Sul); Director do Credit Suisse First Boston para a área de telecomunicações; Director da BZW; trabalhou na Schrodgers nas áreas da banca e finanças empresariais.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Executivo e CFO da Sonaecom.

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo**Data de Nascimento:**

13 de Janeiro de 1970

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura em Gestão pela Universidade Católica da Universidade do Porto e MBA do INSEAD (Fontainebleu)

Experiência Profissional:

Membro do Conselho Geral do Público; Administradora Executiva da Sonaecom Sistemas de Informação (SSI). Foi Administradora Executiva da Sonae Matrix Multimédia; Directora de Marketing da Optimus.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administradora Executiva da Sonaecom - Media e SSI.

Miguel Nuno Santos Almeida**Data de Nascimento:**

15 de Março de 1967

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

Experiência Profissional:

Administrador Executivo da Optimus com os pelouros de Marketing e Vendas; Administrador Não-Executivo da WeDo. Foi Director de Marketing da Modelo Continente.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Executivo da Sonaecom – Mercados Residenciais.

António Sampaio e Mello**Data de Nascimento:**

29 de Janeiro de 1955

Habilitações Literárias e Profissionais:

Doutoramento em Economia, London Business School; MBA, Columbia University; Mestrado em Economia, Columbia University; Licenciatura em Engenharia, Universidade de Técnica de Lisboa.

Experiência Profissional:

Director do Banco Robert Baird, Director de Corporate Finance do Banco Comercial Português; Director de Investigação Económica e Estatística do Banco de Portugal; Presidente da Associação de Gestão Financeira Europeia; membro do Conselho de Administração da Associação de Gestão Financeira dos EUA; Professor do MIT; Presidente da Comissão das Ciências Sociais e Humanidades da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Não-Executivo Independente da Sonaecom; Membro do Comissão de Auditoria e Finanças.

David Charles Denholm Hobley**Data de Nascimento:**

9 de Dezembro de 1946

Habilitações Literárias e Profissionais:

Membro do Institute of Chartered Accountants of England and Wales.

Experiência Profissional:

Director do Deutsche Bank AG, Londres; Administrador em algumas empresas do Grupo Orange.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Não-Executivo da Sonaecom; Membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

Gervais Gilles Pellissier**Data de Nascimento:**

14 de Maio de 1959

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura em Direito Empresarial (Université Paris XI); obtenção do HEC (Gestão Internacional - programa repartido entre a Berkeley University e a University of Cologne).

Experiência Profissional:

Membro da Comissão de Gestão do Grupo France Telecom; responsável pelas actividades operacionais do Grupo France Telecom em Espanha; supervisionou a integração operacional e geográfica dos negócios da France Telecom em Espanha; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bull.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Não-Executivo da Sonaecom

Jean-François René Pontal

Data de Nascimento:

17 de Abril de 1943

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciatura em Engenharia do Centre d'Etudes Supérieures des Techniques Industrielles em França.

Experiência Profissional:

CEO da subsidiária espanhola do Carrefour - PRYCA; Membro do Conselho de Administração do Carrefour; Vice-Presidente Executivo do Grupo Mass Market Products & Services da France Telecom; CEO da Orange.

Responsabilidades na Sonaecom:

Administrador Não-Executivo Independente da Sonaecom; Presidente da Comissão de Auditoria e Finanças; Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

3.2. Outras funções desempenhadas pela Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Não possui qualquer cargo em nenhuma empresa em que a Sonaecom é accionista

Outros Cargos:

Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Imparfin, SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Imparvi, SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Migracom, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonae, SGPS S.A. (Membro do Conselho de Administração, CEO)

Sonae Capital, SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonae Distribuição, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonae Indústria, SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonae Sierra, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Be Artis, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Público – Comunicação Social, S.A. (Presidente do Conselho Geral e de Supervisão)

Sonae Telecom, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Executivo)

Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)

WeDo Consulting, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Outros Cargos:

Cooper Gay (Holdings) Limited (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

MDS – Corretor de Seguros, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Resolução SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonae SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Executivo)

Sonae Financial Participations B.V. (Director de Gestão)

Sonae Investments, B.V. (Director de Gestão)

Sonae Distribuição SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonae Sierra SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sontel B.V. (Director de Gestão)

George Christopher Lawrie

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Be Artis, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Sonaecom B.V. (Director de Gestão)

Sonaecom - Serviços de Comunicações S.A. (Membro do Conselho de Administração, Executivo)

WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Outros cargos:

Não exerce outro cargo em nenhuma outra empresa.

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Be Artis, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)

Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA (Presidente do Conselho de Administração)

Público – Comunicação Social, SA (Membro do Conselho Geral)

Sonaecom B.V. – Director de Gestão

Sonaecom – Serviços de Comunicações, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)
 Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)
 Sonaecom, SGPS, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)
 Telemilénio – Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda (Director de Gestão)
 WeDo Consulting – Sistemas de Informação, SA (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Outros cargos:

Não exerce outro cargo em nenhuma outra empresa.

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 Mainroad – Serviços de Tecnologias de Informação, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 Netmall, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 Público Comunicação Social, S.A. (Membro do Conselho Geral)
 Saphety Level – Trusted Services, S.A. . (Presidente do Conselho de Administração)
 Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A. (Membro do Conselho de Administração)
 Sonaecom Sistemas de Informação, S.A. (Membro do Conselho de Administração)
 WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A. (Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Efanor - Serviços de Apoio à Gestão, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)
 Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)
 Fundação Belmiro de Azevedo (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)
 Imparfin, SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)
 Linhacom, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, Não-Executivo)
 Praça Foz - Sociedade Imobiliária, S.A. (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Miquel Nuno Santos Almeida

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Be Artis, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)
 Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)
 Per-Mar, Sociedade de Construções, SA (Presidente do Conselho de Administração)
 Sonaecom, SGPS, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)
 Sonaecom – Serviços de Comunicações, SA (Membro do Conselho de Administração, Executivo)
 WeDo Consulting – Sistemas de Informação, SA (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

Outros cargos:

Não exerce outro cargo em nenhuma outra empresa.

António Sampaio e Mello

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Nakoma Capital Management (Membro do Conselho de Administração)
 Casb (Membro do Conselho de Administração)

David Charles Denholm Hobley

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Egyptian Company for Mobile Services SA (Membro do Conselho de Administração)
 Mobinil SA (Membro do Conselho de Administração)
 Nectar Capital LLC (Membro do Conselho de Administração)
 Orange Brand Services Limited (Membro do Conselho de Administração)
 Orange Romania SA (Membro do Conselho de Administração)
 Westgate Nominees Hall Limited (Membro do Conselho de Administração)
 Velti plc (Membro do Conselho de Administração)
 Deutsche Bank AG, London Branch (Director de Gestão)

Gervais Gilles Pellissier

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Silicomp Group (Membro do Conselho de Administração)
 France Telecom Spain (Membro do Conselho de Administração)
 Studio 37 (Membro do Conselho de Administração)
 Mobistar (Membro do Conselho de Administração)

Jean-François René Pontal

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é accionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos ocupados:

Ing Direct, France (Membro do Conselho Consultivo)

Oger Telecom, Dubai (Membro do Conselho de Administração, Não-Executivo)

3.3. Artigo 447º, 448º e participações qualificadas

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Títulos detidos pelos membros do Conselho de Administração e respectivas transacções durante o ano de 2007

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2007
						Quantidade
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (5)						-
Alienação	23.07.2007			150.000	25,75	
Migracom, SGPS, SA (3)						69.996
Aumento de capital	20.11.2007	20.000	76,45			
Sonae, SGPS, SA (6)						3.293
Alienação	22.05.2007			593.616	2,03	
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	01.06.2007	147.376	0,00			
Alienação	01.06.2007			147.376	2,17	
Sonaecom, SGPS, SA						-
Alienação	29.05.2007			387.342	4,95	
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA (6)						4.564
Sonaecom, SGPS, SA						60.070
George Christopher Lawrie						
Sonaecom, SGPS, SA						145.000
Alienação	10.05.2007			63.000	4,90	
Sonae, SGPS, SA (6)						12.120
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	01.06.2007	12.120	0,00			
Miguel Nuno Santos Almeida						
Sonae, SGPS, SA (6)						-
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	01.06.2007	16.252	0,00			
Alienação	01.06.2007			16.252	2,19	
Sonaecom, SGPS, SA						90
Alienação	15.05.2007			18.813	5,03	
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (5)						-
Alienação	10.12.2007			150.000	23,24	
Linhacom, SGPS, SA (4)						99.996
Aumento de capital	14.12.2007	50.000	3,71			
Sonae, SGPS, SA (6)						-
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	01.06.2007	9.006	0,00			
Alienação	19.12.2007			351.293	1,97	
Sonaecom, SGPS, SA						170
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	16.03.2007	11.736	0,00			
Exercício de opções recebidas ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	21.03.2007	57.426	1,694			
Alienação	21.03.2007			57.426	4,75	
Alienação	19.12.2007			25.220	3,72	
Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis						
Sonae, SGPS, SA (6)						-
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	01.06.2007	61.680	0,00			
Alienação	01.06.2007			61.680	2,18	

Notas:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2007
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						658.804.424
Aquisição	31.12.2007	14	1,98			
Pareuro, BV (2)						20.000
Sonaecom, SGPS, SA						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA (6)						400.000.000
(3) Migracom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Aquisição	23.07.2007	150.000	25,75			
Sonae, SGPS, SA (6)						1.290.000
Aquisição	22.05.2007	593.616	2,03			
Aquisição	01.06.2007	147.376	2,17			
Aquisição	31.12.2007	549.008	1,98			
Sonaecom, SGPS, SA						387.342
Aquisição	29.05.2007	387.342	4,95			
(4) Linhacom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Aquisição	10.12.2007	150.000	23,24			
Sonaecom, SGPS, SA						25.220
Aquisição	19.12.2007	25.220	3,72			
Sonae, SGPS, SA (6)						351.293
Aquisição	19.12.2007	351.293	1,97			
(5) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						4.105.273
(6) Sonae, SGPS, SA						
Sonaecom, SGPS, SA						23.649
Alienação	02.01.2007			40.481.436	5,04	
Alienação	09.03.2007			1.056.177	4,72	
Alienação	14.03.2007			11.736	4,81	
Alienação	25.04.2007			5.000.000	4,63	
Sontel BV (7)						500
(7) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, SA						184.052.872
Aquisição	02.01.2007	183.489.681	5,04			
Aquisição	19.09.2007	53.500	3,53			
Aquisição	20.09.2007	40.000	3,48			
Aquisição	21.09.2007	50.000	3,50			
Aquisição	24.09.2007	30.000	3,47			
Aquisição	25.09.2007	50.000	3,39			
Aquisição	26.09.2007	52.000	3,32			
Aquisição	27.09.2007	27.500	3,33			
Aquisição	28.09.2007	55.000	3,40			
Aquisição	01.10.2007	160.000	3,60			
Aquisição	02.10.2007	45.191	4,01			

Artigo 448º

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

	Número de acções a 31.12.2007
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	658.804.424
Pareuro, BV	20.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000
Sonae, SGPS, SA	
Sonaecom, SGPS, SA	23.649
Sontel BV	500
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, SA	184.052.872
Wirefree Services Belgium, S.A.	
Sonaecom, SGPS, SA	70.276.868

Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao Art. 8º, nº1, alínea e) do regulamento 04/2004 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2007

Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2007

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao art.º 8º, n.º 1, alínea e) do Regulamento da CMVM n.º 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2007:

Accionista	Número de acções	% Participação no capital	% Direitos de voto
Sontel BV	184.052.872	50,25%	50,52%
093X - Telecomunicações Celulares, SA	29.150.000	7,959%	8,00%
Migracom, SGPS, SA	387.342	0,11%	0,11%
Belmiro Mendes de Azevedo ^{1,3}	75.537	0,02%	0,02%
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério ^{1,2,4}	60.070	0,02%	0,02%
Linhacom SGPS, SA	25.220	0,01%	0,01%
Sonae, SGPS, SA	23.649	0,01%	0,01%
Álvaro Carmona e Costa Portela ¹	5.000	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000	0,00%	0,00%
Total imputável	213.780.690	58,37%	58,67%
France Telecom, S.A.			
Wirefree Services Belgium, S.A.	70.276.868	19,19%	19,29%
Total imputável	70.276.868	19,19%	19,29%
SAC Capital e CR Intrinsic ⁵	4.662.046	1,27%	1,28%
Norges Bank ⁶	7.300.000	1,99%	2,00%

(1) Membro do Órgão de Administração da Sonae, SGPS, SA

(2) Membro do Órgão de Administração da Sonae Investments, BV

(3) Membro do Órgão de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

(4) Membro do Órgão de Administração da Sonaecom, SGPS, SA

(5) De acordo com informação de 13 Dezembro de 2007

(6) De acordo com informação de 23 Julho de 2007

4. O nosso modelo de governação

4.1. Relatório do governo das sociedades

4.1.1. Declaração de cumprimento

Em 31 de Dezembro de 2007, a Sonaecom cumpria todas as recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades aplicáveis a 2007, à excepção da segunda parte da Recomendação IV-8 sobre a divulgação da remuneração dos membros do órgão de administração em termos individuais. Em relação à Recomendação IV-9 sobre a independência dos membros da Comissão de Vencimentos, julgamos cumprir com esta recomendação embora um dos membros dessa Comissão de Vencimentos seja representado por Duarte Paulo Teixeira de Azevedo que é também Presidente do Conselho de Administração. A nossa convicção baseia-se no facto de que Duarte Paulo Teixeira de Azevedo integra Comissão de Vencimentos na qualidade de Presidente da Comissão Executiva do accionista maioritário da empresa, a Sonae SGPS, S.A. e não na qualidade de Presidente do nosso Conselho de Administração, o que significa que ele de facto representa os interesses do accionista maioritário na Comissão de Vencimentos; esse é precisamente o objectivo da Comissão de Vencimentos. Para além disso, ele não participa em nenhuma discussão ou resolução em que exista um conflito de interesses com o seu cargo de Presidente do Conselho de Administração. Mais especificamente, a sua própria remuneração enquanto Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração, que não é de valor significativo, é aprovada pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos. Em relação à Recomendação IV-6, sobre Administradores Não-Executivos Independentes, acreditamos estar em conformidade, embora a vaga de Administrador Não-Executivo Independente, ocorrida após o triste falecimento de Loyola de Palacio del Valle Lersundi, ainda não tenha sido preenchida.

A Sonaecom entende que a remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração devem ser divulgadas de forma clara e transparente, de modo a permitir uma compreensão clara dos valores envolvidos e respectiva distribuição. Contudo, a Sonaecom considera que a divulgação individual das remunerações do Presidente do Conselho de Administração e do CEO, por um lado, e as médias e escalões das remunerações dos restantes Administradores Não-Executivos e Executivos, por outro lado, são suficientes para avaliar as quatro principais vertentes de remuneração do Conselho de Administração. A divulgação dos valores individuais ainda não é prática corrente em Portugal e a Sonaecom acredita que não traz qualquer benefício adicional para os accionistas ou para a comunidade financeira. A divulgação da Sonaecom cumpre integralmente com as recomendações publicadas no Livro Branco do Instituto Português de Corporate Governance.

Recomendações da CMVM sobre governo das sociedades (actualmente em vigor)

Recomendações CMVM	Cumprimento
I - Divulgação da Informação	
1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.	Sim
II - Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	
2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.	Sim
III - Regras Societárias	
3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Sim
4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim
IV - Órgão de Administração	
5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.	Sim
5a. O órgão de administração deve incluir um número suficiente de Administradores Não-Executivos cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.	Sim
6. De entre os membros Não-Executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de Membros Independentes. Quando apenas exista um Administrador Não-Executivo este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.	Sim
7. O órgão de administração deve criar Comissões de Controlo Internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.	Sim
8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.	Não
8a. Deve ser submetida à apreciação pela Assembleia Geral Anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.	Sim
9. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Sim
10. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de Planos de Atribuição de Acções, e/ou de Opções de Aquisição de Acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer.	Sim
10a. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades.	Sim

4.1.2. Novas Recomendações da CMVM sobre governo das sociedades

Em Setembro de 2007, a CMVM publicou um conjunto de novas recomendações sobre Governo das Sociedades que devem ser reflectidas nos Relatórios de Governo das Sociedades de 2008 (entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2008).

NOVAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM	CUMPRIMENTO DA SONAECOM EM 31.12.2007
1. ASSEMBLEIA GERAL	
1.1. Mesa da Assembleia Geral	
1.1.1. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas	SIM

necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	
1.1.2. A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual de governo da sociedade.	SIM
1.2. Participação na Assembleia	
1.2.1. A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	SIM
1.2.2. Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	SIM
1.3. Voto e Exercício do Direito de Voto	
1.3.1. As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	SIM
1.3.2. O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	SIM
1.3.3. As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	SIM
1.4. Quórum e Deliberações	
1.4.1. As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	NÃO (Não estamos actualmente em conformidade, mas estamos a estudar as vantagens e desvantagens em reduzir o nosso quórum. Não nos parece aconselhável não haver quórum mínimo).
1.5. Actas e Informações sobre Deliberações Adoptadas	
1.5.1. As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	NÃO (Não estamos actualmente em conformidade, mas estamos a estudar as vantagens e desvantagens em implementar esta recomendação)
1.6. Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades	
1.6.1. As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	SIM
1.6.2. Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	SIM
1.6.3. Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	SIM
2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
2.1. Temas Gerais	
2.1.1. Estrutura e Competência	
2.1.1.1. O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo	SIM

adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	
2.1.1.2. As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	SIM
2.1.1.3. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	SIM
2.1.2 Incompatibilidades e Independência	
2.1.2.1. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	SIM
2.1.2.2. De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	NÃO (Não estamos actualmente em conformidade, mas tal deverá acontecer logo que a vaga no nosso Conselho de Administração for preenchida)
2.1.3. Elegibilidade e Nomeação	
2.1.3.1. Consoante o modelo aplicável, o Presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	SIM
2.1.4. Política de Comunicação de Irregularidades	
2.1.4.1. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	SIM
2.1.4.2. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.	SIM
2.1.5. Remuneração	
2.1.5.1. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.	SIM
2.1.5.2. A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral Anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.	SIM
2.1.5.3. Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.	SIM

<p>2.1.5.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.</p>	<p>SIM</p>
<p>2.1.5.5. A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.</p>	<p>NÃO (veja as nossas explicações acima a respeito da recomendação actual IV-8)</p>
<p>2.2. Conselho de Administração</p>	
<p>2.2.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	<p>SIM</p>
<p>2.2.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou à s suas características especiais.</p>	<p>SIM</p>
<p>2.2.3. Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.</p>	<p>SIM</p>
<p>2.2.4. O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.</p>	<p>SIM</p>
<p>2.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.</p>	<p>SIM (Estamos actualmente em conformidade, mas o nosso CFO completa o seu segundo mandato na data da Assembleia Geral de 2008. Não concordamos com esta recomendação que, tanto quanto sabemos, não é sequer mencionada em nenhum código internacional sobre melhores práticas de Governo das Sociedades)</p>
<p>2.3. Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo</p>	
<p>2.3.1. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	<p>SIM</p>
<p>2.3.2. O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao Presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	<p>SIM</p>
<p>2.3.3. O Presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão</p>	<p>SIM</p>

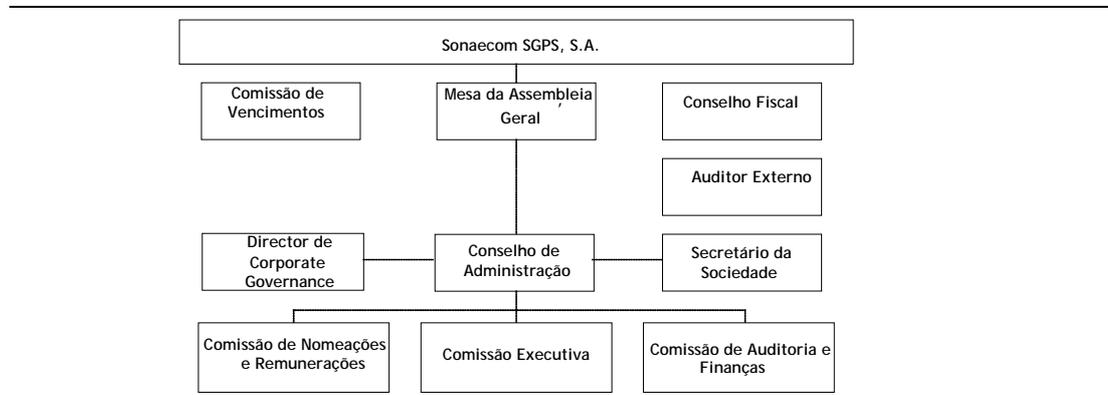
para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	
2.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal	
2.4.1. O Conselho Geral e de Supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	SIM
2.4.2. Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	NÃO
2.4.3. Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	SIM
2.4.4. A Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	SIM
2.4.5. A Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	SIM
2.5. Comissões Especializadas	
2.5.1. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	SIM
2.5.2. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	SIM (ver as explicações acima sobre a actual recomendação IV-9)
2.5.3. Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	SIM
3. Informação e Auditoria	
3.1. Deveres Gerais de Informação	
3.1.2. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	SIM
3.1.3. A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:	SIM

<p>a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;</p> <p>b) Estatutos;</p> <p>c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;</p> <p>d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;</p> <p>e) Documentos de prestação de contas;</p> <p>f) Calendário semestral de eventos societários</p> <p>g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;</p> <p>h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.</p>	
--	--

4.1.3. Constituição dos órgãos sociais

A estrutura societária da Sonaecom distribui claramente as funções, deveres e responsabilidades dos diversos órgãos sociais.

Órgãos Sociais da Sonaecom



Assembleia Geral de Accionistas

Composição

A Assembleia Geral de Accionistas é constituída pelos accionistas com direito de voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam que, até cinco dias úteis antes da realização da Assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

Cada acção corresponde a um voto, tendo os accionistas direito a tantos votos quanto o número de acções que possuem.

Limitações aos direitos de voto

Todos os accionistas têm o mesmo direito de voto. O Conselho de Administração não tem conhecimento de direitos especiais de accionistas da sociedade nem adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de ofertas públicas de aquisição ou da livre transacção de acções.

Representação dos accionistas

Os accionistas podem participar na Assembleia Geral de Accionistas pessoalmente ou fazendo-se representar. Os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar por qualquer pessoa que escolherem, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que indique o nome, domicílio do representante e data da Assembleia. Os accionistas que sejam pessoas colectivas poderão igualmente fazer-se representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta, dirigida ao

Presidente da Mesa da Assembleia Geral. A autenticidade de tais cartas será avaliada pelo Presidente da Mesa.

Voto por correspondência

Os estatutos da Sonaecom contemplam a possibilidade de os accionistas votarem por correspondência em relação a qualquer uma das matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela previstos. Os votos por correspondência, (os respectivos boletins encontram-se disponíveis no sítio Internet da sociedade), serão considerados se recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção, dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, até três dias de antecedência em relação à data da Assembleia. O Presidente da Mesa é responsável pela verificação da autenticidade e salvaguarda da confidencialidade do voto. O exercício de voto através de meios electrónicos ainda não está contemplado pela actual redacção dos estatutos da Sonaecom.

Assembleias Gerais de Accionistas e respectivo quórum

As Assembleias Gerais de Accionistas da Sonaecom são compostas por uma Mesa, eleita pelos Accionistas para um mandato de quatro anos, composta por um Presidente e um Secretário. O mandato actual é de 2004 a 2007.

Os estatutos da Sonaecom exigem que esteja presente ou representado um mínimo de 50% do capital social da empresa nas Assembleias Gerais de Accionistas.

Mesa da Assembleia Geral de Accionistas

João Augusto Esmeriz Vieira de CastroPresidente
 António Agostinho Cardoso da Conceição GuedesSecretário

A Assembleia Geral de Accionistas é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa. A Assembleia Geral de Accionistas reúne-se em duas possíveis circunstâncias: (i) em sessão ordinária, numa data estabelecida por lei (antes do final de Maio) para a reunião anual da Assembleia Geral de Accionistas; (ii) em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal assim o entenderem ou a pedido dos accionistas que representem o mínimo do capital social da empresa necessário por lei (actualmente a percentagem mínima é de 5%). Em 2007, realizou-se uma Assembleia Geral de Accionistas, em sessão ordinária, a 2 de Maio de 2007, com 71,7% do capital social representado.

As propostas para discussão e decisão em Assembleia Geral de Accionistas, bem como outras informações necessárias para as reuniões, são disponibilizadas aos accionistas na sede da empresa e são publicadas no sítio na Internet da Sonaecom - www.sonae.com - até 15 dias antes da realização da respectiva reunião, ou na altura em que a reunião for convocada, relativamente a quaisquer propostas relativas a alterações aos estatutos.

Remuneração

O Presidente da Assembleia Geral de Accionistas auferirá honorários anuais fixos de 5.000 euros e o Secretário auferirá honorários anuais fixos de 1.500 euros.

Conselho de Administração

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, o Conselho de Administração deve consistir num número de membros – entre três a onze - eleitos em Assembleia Geral de Accionistas. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos e contempla a possibilidade de reeleição dos seus membros. O actual mandato engloba o período compreendido entre 2004 e 2007 e termina na data da Assembleia Geral Anual de 2008. O Conselho de Administração é responsável pela eleição do seu Presidente.

 Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo.....	Presidente
António Sampaio e Mello.....	Não-Executivo Independente
David Charles Denholm Hobley.....	Não-Executivo Não-Independente
Gervais Gilles Pellisser.....	Não-Executivo Não-Independente
Jean-François René Pontal.....	Não-Executivo Independente
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério.....	CEO – Executivo
George Christopher Lawrie.....	Executivo
Luís Filipe Campos Dias Reis.....	Executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo.....	Executivo
Miguel Nuno Santos Almeida.....	Executivo

O Conselho de Administração da Sonaecom é composto por onze membros e compreende Administradores Executivos e Não-Executivos. No entanto, ainda não terminámos o processo de nomeação de um Administrador Não-Executivo Independente para substituir Loyola de Palácio del Valle Lersundi, que faleceu em Dezembro de 2006. De entre os Administradores Não-Executivos, dois são Independentes, na medida em que não estão associados a grupos de interesse especial relacionados com a empresa ou com os seus accionistas de referência, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Regulamento 7/2001 da CMVM para Administradores Independentes. À luz do critério definido por este Regulamento da CMVM, O Administrador Não-Executivo David Hobley não é considerado formalmente como Independente, dado assumir funções de Administrador Não-Executivo Independente no Grupo France Telecom, que detém uma participação de 19,2% no capital social da Sonaecom. No entanto, a Sonaecom considera-o Independente, uma vez que a sua nomeação foi proposta pela Sonae SGPS e não pela France Telecom, e a sua independência foi previamente avaliada e aceite pela Comissão de Nomeações e Remunerações do Grupo.

De acordo com o Regulamento 10/2005 da CMVM, não existem circunstâncias que possam afectar a análise ou o processo de tomada de decisões dos Administradores Não-Executivos Independentes. Estes, tal como os outros Administradores Não-Executivos, exercem uma influência significativa no processo de tomada de decisões e no desenvolvimento da estratégia e política da empresa. O Conselho de Administração reflecte, assim, um equilíbrio sadio entre o número total de Administradores Não-Executivos e o número de Administradores Não-Executivos Independentes.

Em linha com as melhores práticas de Governo das Sociedades, foi realizada, em 2005, uma autoavaliação do Conselho de Administração com o apoio de um consultor externo independente. As acções de acompanhamento identificadas e acordadas foram monitorizadas regularmente durante 2006 e 2007 e estão inteiramente implementadas. Um novo processo de autoavaliação do Conselho de Administração será realizado em 2008, que terá novamente como objectivo a avaliação dos parâmetros de Governo das Sociedades ao nível do Conselho de Administração e a revisão do funcionamento desse Conselho e das respectivas Comissões. O processo contempla o Conselho de Administração, numa perspectiva global, bem como as contribuições individuais de cada um dos seus membros.

Função

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objectivos e estratégia da organização. Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração confira delegação de poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados (tal como descrito em pormenor na secção relativa à Comissão Executiva), mas não permitem ao Conselho de Administração aprovar aumentos de capital, o que deve ser aprovado nas Assembleias Gerais de Accionistas.

De forma a melhorar a eficácia operacional do Conselho de Administração e cumprir com as melhores práticas de Governo das Sociedades, o Conselho de Administração criou duas

Comissões, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.

Habilitações académicas, experiência e responsabilidades dos Administradores

A descrição da formação académica, funções desempenhadas na empresa e experiência profissional de cada um dos membros do Conselho de Administração encontra-se num anexo a este relatório. As datas da primeira nomeação de cada membro do Conselho de Administração são as seguintes:

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo.....	Setembro de 1998
António Sampaio e Mello.....	Julho de 2006
David Charles Denholm Hobley.....	Setembro de 2005
Gervais Gilles Pellisser.....	Julho de 2006
Jean-François René Pontal.....	Julho de 2003
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério.....	Abril de 2007
George Christopher Lawrie.....	Abril de 2003
Luís Filipe Campos Dias Reis.....	Março de 2000
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo.....	Abril de 2006
Miguel Nuno Santos Almeida.....	Abril de 2005

A data do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração é igual à de todos os órgãos sociais sendo o actual mandato de 4 anos (2004 - 2007). Os novos órgãos sociais serão eleitos na Assembleia Geral Anual de 2008.

Outros cargos exercidos pelos nossos Administradores

A descrição dos cargos exercidos por cada membro do Conselho de Administração encontra-se em anexo. A Sonaecom não tem definidas quaisquer incompatibilidades, nem o número máximo de cargos que os seus Administradores podem exercer noutras sociedades.

O Secretário do Conselho de Administração é responsável por manter um registo de todos os cargos de direcção e outras funções ou actividades relevantes desempenhados pelos Administradores da Sonaecom noutras empresas. Deve também manter um registo de todas as participações accionistas significativas. Quaisquer nomeações, actividades e participações que ocorram devem ser divulgadas por escrito antes de serem registadas. A sua divulgação deve referir quaisquer potenciais conflitos de interesse, e as medidas a tomar para gerir ou eliminar os conflitos identificados. As avaliações deverão ser efectuadas pela Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR).

Reuniões e quórum do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonaecom reúne pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o Presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2007, realizaram-se sete reuniões do Conselho de Administração. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se devidamente constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada e as deliberações são aprovadas por maioria de votos. Em 2007, a taxa de comparência nas reuniões do Conselho de Administração foi de 97%.

Os Administradores Não-Executivos reúnem, também, separadamente, com o objectivo de discutir e avaliar a sua independência no exercício das suas funções, bem como de sugerir medidas para melhorar os procedimentos do Conselho de Administração em termos de governo das sociedades. Em 2007, realizaram-se duas reuniões de Administradores Não-Executivos, com uma taxa de comparência de 90%. Não houve quaisquer restrições ao âmbito das actividades dos Administradores Não-Executivos.

Comissão Executiva

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, a Comissão Executiva é composta por membros do Conselho de Administração. O CEO, o CFO e os Administradores Executivos das

unidades de negócio do Grupo constituem a Comissão Executiva. As reuniões da Comissão Executiva contemplam, ainda, a participação de outros membros da Equipa de Gestão, nomeadamente os Adjuntos do Conselho de Administração, tal como identificados no diagrama abaixo.

Equipa de Gestão	
Angelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério.....	CEO
Luís Filipe Campos Dias Reis.....	Administrador Executivo - Telecomunicações
George Christopher Lawrie.....	CFO
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo.....	Administrador Executivo - SSI/Media
Miguel Nuno Santos Almeida.....	Administrador Executivo - Mercado Residencial
António Lobo Xavier.....	Adjunto do CA - Legal, Regulação, RP, Fiscal
Pedro Ramalho Carlos.....	Adjunto do CA – Mercados <i>Corporate</i> e <i>Wholesale</i>

Função

A Comissão Executiva pode deliberar sobre assuntos relacionados com a gestão corrente da sociedade e não sobre assuntos que são da exclusiva competência do Conselho de Administração. Na Comissão Executiva foram delegados os poderes e a responsabilidade de gerir e executar operações do dia-a-dia, com exclusão dos seguintes temas:

- (i) Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Cooptação de Administradores;
- (iii) Convocatórias de Assembleias Gerais;
- (iv) Aprovação do Relatório e Contas anuais;
- (v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 500.000 euros;
- (vi) Deliberação sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- (vii) Deliberação sobre projectos de fusão, cisão e transformação da sociedade ou quaisquer outros projectos que digam respeito à associação da sociedade a qualquer outra entidade com vista à formação de novas sociedades;
- (viii) Aprovação do *Business Plan* e do Orçamento Anual da sociedade;
- (ix) Deliberação sobre políticas de recursos humanos, nomeadamente planos de prémio de desempenho diferidos e fixação de remuneração variável aplicável a quadros de topo (acima do nível XIV) em áreas que não sejam da competência da Assembleia Geral ou da Comissão de Vencimentos;
- (x) Definição ou alteração de políticas contabilísticas das empresas que fazem parte do perímetro de consolidação;
- (xi) Aprovação de contas trimestrais e semestrais;
- (xii) Compra e venda, realização de operações de leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em activos fixos tangíveis, quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros, por cada transacção, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- (xiii) Subscrição ou compra de acções em sociedades participadas se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- (xiv) Investimento em outras sociedades, bem como investimento em outros activos fixos financeiros se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- (xv) Outros investimentos se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- (xvi) Desinvestimentos ou alienação de activos desde que resulte da referida transacção um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a 5%) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afecte os postos de trabalho de mais de 100 colaboradores, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é mantido informado sobre todas as deliberações da Comissão Executiva através das actas das respectivas reuniões que são extraídas, de forma sistemática, e enviadas, por escrito, para o Conselho de Administração.

Reuniões e quórum da Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom reúne, pelo menos, duas vezes por mês e sempre que o seu Presidente ou a maioria dos seus membros convoquem uma reunião. Em 2007, realizaram-se 21 reuniões da Comissão Executiva, com uma taxa de comparência de 93%. O quórum para a Comissão Executiva se constituir requer que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada. As deliberações devem ser aprovadas por unanimidade, sem o que será necessário enviar o assunto para aprovação do Conselho de Administração.

Comissão de Auditoria e Finanças

Composição

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) da Sonaecom é constituída por três membros que também integram o Conselho de Administração e que são eleitos pelo próprio Conselho de Administração. O quarto membro é o Director de *Corporate Governance*. A Comissão é actualmente composta por três Administradores Não-Executivos, dos quais dois são Independentes, e é presidida por um Administrador Não-Executivo Independente.

Comissão de Auditoria e Finanças

Jean-François René Pontal.....	Presidente - Administrador Não-Executivo Independente
António Sampaio e Mello.....	Administrador Não-Executivo Independente
David Charles Denholm Hobley.....	Administrador Não-Executivo Não-Independente
David Graham Shenton Bain.....	Director de <i>Corporate Governance</i>

Função

A CAF funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pelo controlo e supervisão dos processos de divulgação de informação financeira, pela revisão das normas de relato financeiro e pela avaliação, em nome do Conselho de Administração, do risco associado à execução das actividades da empresa e pelo cumprimento das recomendações de Governo das Sociedades. A CAF reúne, também, com os auditores externos do Grupo e com a equipa de auditoria interna. As principais responsabilidades da CAF são:

- (i) rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados, e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes dos documentos serem aprovados e assinados pelo Conselho de Administração;
- (ii) aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os accionistas e os mercados financeiros a serem incluídos nas Contas Anuais e Semestrais da Empresa, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;
- (iii) aconselhar o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo sistemas e normas de controlo interno aplicados pela Comissão Executiva;
- (iv) aconselhar o Conselho de Administração na nomeação, atribuição de tarefas e remuneração do Auditor Externo e também na nomeação do Auditor Interno;
- (v) rever as competências da função de Auditoria Interna e a sua relação com as competências do Auditor Externo e discutir com o Auditor Externo e Interno os seus relatórios intercalares e anuais, rever os seus relatórios de controlo interno, e aconselhar o Conselho de Administração sobre o mesmo.

Os Termos de Referência, na sua totalidade, podem ser consultados no sítio na Internet da sociedade (www.sonae.com).

A CAF reporta regularmente ao Conselho de Administração o trabalho realizado, os resultados obtidos e problemas identificados, assegurando assim a eficácia do seu trabalho.

Reuniões da CAF

A CAF reúne-se pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o seu Presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou, excepcionalmente, o Auditor Externo assim o entenderem. Entre as reuniões, a CAF analisa projectos e monitoriza a actividade através de áudio conferências entre os seus membros. Em 2007, a CAF reuniu cinco vezes, com uma taxa de comparência de 100% e foram realizadas quatro áudio conferências.

Comissão de Nomeações e Remunerações

Composição

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) da Sonaecom é actualmente constituída por dois membros, o Presidente do Conselho de Administração e um Administrador Não-Executivo Independente. A composição actual da Comissão é a que resulta do diagrama abaixo.

 Comissão de Nomeações e Remunerações

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo Presidente Não-Executivo Não-Independente
 Jean-François René Pontal..... Administrador Não-Executivo Independente

Função

A CNR funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de Administrador ou a outros cargos de topo dentro do Grupo Sonaecom. É também responsável pela supervisão da preparação das propostas de remuneração e outras compensações, em nome do Conselho de Administração, pelos planos de sucessão, pela monitorização da gestão de talentos da Sonaecom e dos processos de planos de contingência. A CNR reporta ao Conselho de Administração, por escrito, sempre que necessário e trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na obtenção de aprovação, em representação dos accionistas do Grupo, da remuneração e outras compensações dos Membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais. A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação enviada.

Os Termos de Referência da CNR estão disponíveis no sítio na Internet da empresa (www.sonaec.com).

Reuniões da CNR

A CNR reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o seu Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Em 2007, realizaram-se três reuniões da CNR, com uma taxa de comparência de 100%.

Director de *Corporate Governance*

Composição

O Director de *Corporate Governance* (DCG) da Sonaecom é David Graham Shenton Bain.

Função

O DCG reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do seu Presidente, bem como, sempre que apropriado, através do Administrador Não-Executivo Independente sénior.

As principais responsabilidades do DCG são as seguintes:

- (i) assegurar a boa gestão das actividades do Conselho de Administração e respectivas Comissões;
- (ii) participar em reuniões do Conselho de Administração e respectivas Comissões, intervindo como membro sempre que, como tal, seja nomeado;
- (iii) facilitar a obtenção de informações para todos os Membros do Conselho de Administração e das respectivas Comissões;
- (iv) apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objectivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;
- (v) manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões a nível do Governo das Sociedades;
- (vi) assegurar que o conceito de "*Stakeholders*" (detentores de interesses no Grupo) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- (vii) ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de Administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos Administradores;
- (viii) actuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores Não-Executivos no que diz respeito à Empresa e às suas actividades; facilitar e apoiar os Administradores Não-Executivos Independentes na afirmação da sua "independência";
- (ix) ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- (xi) participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) participar, em nome da Empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

A descrição das funções do DCG está disponível no sítio na Internet da empresa (www.sonae.com).

Conselho Fiscal

Composição

O Conselho Fiscal da Sonaecom é constituído pelos seguintes membros:

Conselho Fiscal	
Arlindo Dias Duarte Silva	Presidente
Armando Luís Vieira de Magalhães	
Óscar José Alçada da Quinta	
Jorge Manuel Felizes Morgado	Substituto

Função

As principais responsabilidades do Conselho Fiscal da Sonaecom consistem na auditoria da gestão e actividades da empresa e na supervisão e monitorização do cumprimento da lei e dos estatutos.

Os Termos de Referência do Conselho Fiscal estão actualmente a serem ultimados e serão divulgados no sítio na Internet da empresa em (www.sonae.com).

Reuniões do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2007, realizaram-se cinco reuniões do Conselho Fiscal, com uma taxa de comparência de 100%.

Remuneração

O Presidente do Conselho Fiscal auferiu uma remuneração anual de 8.000 euros e os restantes dois membros auferem uma remuneração anual de 6.000 euros cada um. Em 2007, cada membro recebeu igualmente um subsídio de responsabilidade anual de 6.000 euros.

Auditor Externo

Composição

O Auditor Externo da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S. A. representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

Função

O Auditor Externo é responsável pela verificação das contas e de todos os documentos financeiros da empresa e pela emissão da certificação legal das contas e de um relatório de auditoria.

Comissão de Vencimentos

Composição

A Comissão de Vencimentos (CV) é composta por accionistas eleitos em Assembleia Geral de Accionistas para integrar um mandato de quatro anos (actualmente 2004 - 2007).

Comissão de Vencimentos	
Sonae SGPS, S.A representada por.....	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo ⁽¹⁾
Sonae Investments, BV, representada por.....	Bruno Walter Lehmann ⁽²⁾

(1) CEO da Sonae, SGPS, S.A.

(2) Sócio – Egon Zehnder International

Função

A CV é responsável pela aprovação das remunerações e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos restantes órgãos sociais da empresa, em representação dos accionistas, no seguimento das políticas de remuneração e de compensação aprovadas pelos accionistas na última Assembleia Geral.

Bruno Walter Lehmann não exerce qualquer cargo na empresa e é independente do Conselho de Administração. A experiência profissional e as qualificações técnicas de ambos os representantes em funções na Comissão de Vencimentos permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz e rigorosa.

O representante do accionista maioritário não participa na discussão e resolução de temas em que exista um conflito de interesses com a sua função de Presidente do Conselho de Administração. De salientar que a sua própria remuneração enquanto Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração, embora não representando um valor significativo, é aprovada pelo membro independente da Comissão de Vencimentos.

Reuniões da Comissão de Vencimentos

A CV reúne, pelo menos uma vez por ano. Em 2007, realizaram-se quatro reuniões, com uma taxa de comparência de 100%.

Remuneração

Em 2007, os representantes dos accionistas presentes na Comissão de Vencimentos não auferiram qualquer remuneração pelos seus serviços. É aguardada uma proposta a ser apresentada na Assembleia Geral Anual de 2008 para aprovação de uma base de remuneração para esta Comissão.

Secretário da Sociedade

Composição

O Secretário da Sonaecom é Filipa Santos Carvalho e o Secretário substituto é Vera Lopes Pereira.

Função

O Secretário da Sociedade é responsável por:

- (i) zelar pelas actas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Accionistas;
- (ii) enviar as convocatórias e outros documentos legais para a Assembleia Geral;
- (iii) supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respectivas actas das reuniões;
- (iv) responder a pedidos de informação dos Accionistas no âmbito da Lei;
- (v) proceder ao registo legal de qualquer acto ou resolução dos órgãos sociais da sociedade.

4.1.4. Alterações nos órgãos sociais

Em 2007, a estrutura e composição dos órgãos sociais da Sonaecom sofreram as seguintes alterações:

- (i) No dia 24 de Abril de 2007, no seguimento da renúncia de Belmiro Mendes de Azevedo ao cargo de Presidente do Conselho de Administração e da renúncia de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo ao cargo de CEO, o Conselho de Administração nomeou este último Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração e cooptou Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério para o Conselho de Administração, tendo simultaneamente sido nomeado CEO.
- (ii) Em resultado das alterações verificadas no Código das Sociedades Comerciais em 2006, foi aprovada em Assembleia Geral realizada a 2 de Maio de 2007 uma proposta de alteração dos estatutos da sociedade. Esta alteração resultou na adopção de um modelo de governo das sociedades, que se apelidou de “Modelo Latino Reforçado” que requereu

à Sonaecom a constituição de um Conselho Fiscal, com a composição acima mencionada.

- (iii) Na mesma Assembleia Geral, e pelas mesmas razões, a composição da Mesa da Assembleia Geral foi alterada passando a ter a composição acima mencionada.
- (iv) Em 25 de Junho de 2007, António Lobo Xavier foi eleito Representante para as Relações com o Mercado de Capitais e com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

4.1.5. Remuneração dos administradores

Em 2007, como forma de estimular a iniciativa e fortalecer o compromisso, a Sonaecom realizou, mais uma vez, o processo de avaliação de desempenho de todos os colaboradores, através do qual é avaliada a actividade, o desempenho e a contribuição de cada colaborador para o sucesso da organização, e é calculada a remuneração variável e outros benefícios a serem atribuídos conforme as circunstâncias.

4.1.5.1. Descrição das componentes

Componentes da remuneração

A política de remuneração para todos os colaboradores do Grupo Sonaecom tem duas componentes:

- (i) Uma componente fixa, na forma de um salário anual (paga 14 vezes por ano, em Portugal);
- (ii) Um “prémio de desempenho”, pago no primeiro trimestre do ano seguinte.

Adicionalmente uma terceira componente pode ser atribuída, discricionariamente, no dia 10 de Março do ano seguinte, aos colaboradores seniores (“Grupos Funcionais” ou “GF” 1 a 6), sob a forma de benefícios diferidos no âmbito dos “Planos de Incentivo de Médio Prazo” (“PIMP da Sonaecom”). Os PIMP da Sonaecom são descritos em mais detalhe na secção 4.1.5.2 deste relatório.

Remuneração fixa

A remuneração anual e outros elementos do pacote de benefícios são definidos em função dos níveis de responsabilidade dos colaboradores e são revistos anualmente. Cada colaborador é classificado de acordo com a grelha “Nível de Grupos Funcionais da Sonaecom”, concebida com base no modelo internacional de Hay para a classificação de funções corporativas e com o objectivo de facilitar comparações entre mercados, bem como promover a equidade interna.

Em 2006, os “Grupos Funcionais” para os gestores de topo foram reorganizados e simplificados. Os antigos Níveis 15 a 20 foram reclassificados em três Grupos Funcionais (GF1 ou Executivo Sénior do Grupo, GF2 ou Executivo Sénior e G3 ou Executivo). O novo modelo, embora ainda baseado no modelo internacional de Hay, introduz um sistema de avaliação de competências como um novo critério complementar. Em 2007, a Sonaecom alargou este novo modelo a todos os colaboradores, que se encontram distribuídos nos Grupos Funcionais GF4 a GF9.

Prémio de Desempenho Anual

O prémio de desempenho anual visa retribuir o cumprimento de determinados objectivos anuais previamente fixados, associados a indicadores chave de negócio (“*Key Performance Indicators*”), quer da empresa, quer pessoais.

O valor objectivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração base fixa, que varia entre 15% e 70%, de acordo com o grupo funcional. Deste montante, 70% é determinado pelos KPI's da empresa, isto é, indicadores objectivos tais como indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das acções da

Empresa em bolsa, no desempenho de cada unidade de negócio do Grupo, assim como no desempenho do Grupo em geral.

Os restantes 30% são determinados pelos KPI's pessoais, incluindo indicadores objectivos e subjectivos. Os valores reais pagos tem por base o desempenho real e podem atingir um valor entre 0% e 160% do valor objectivo relativamente a KPI's de negócio e entre 0% e 120% do valor objectivo relativamente a KPI's pessoais. Reunindo ambas as componentes, o nível mais elevado aplicável a qualquer indivíduo é entre 0% a 148% do valor objectivo.

Os KPI's de negócio e o seu peso em 2007 foram:

KPI's de negócio e o seu peso	
Descrição de indicadores	Peso
Volume de negócios	22,5%
EBITDA	22,5%
Free Cash Flow	22,5%
Indicadores Operacionais (1)	22,5%
Performance relativa da cotação	10,0%

(1) Vários indicadores operacionais, nomeadamente Clientes Activos, Serviços Directos, Circulação Paga.

Planos de incentivo de médio prazo

Trata-se de planos de benefícios diferidos, atribuídos de forma discricionária e baseados no valor das acções da Empresa, sendo diferidos por um período de três anos entre a data de atribuição e a data de vencimento. A atribuição é efectuada em Março de cada ano, em relação à performance do ano anterior. Os valores atribuídos resultam do valor do Prémio de Desempenho real para o mesmo ano a que este se refere. Historicamente, os valores eram atribuídos no dia 31 de Março de cada ano. Contudo, a partir de 2006, a data de atribuição foi alterada para 10 de Março ou o último dia útil anterior. As datas de exercício para todos os planos também foram ajustadas em conformidade.

Como o PIMP é baseado em acções, o Conselho de Administração decidiu que o seu regulamento deveria ser apresentado aos accionistas, para aprovação na Assembleia Geral de Accionistas em 2007, de forma a cumprir com as melhores práticas de Governo das Sociedades. O PIMP foi aprovado pelos accionistas na Assembleia Geral Anual realizada em 2 de Maio de 2007.

4.1.5.2. Planos de incentivo de médio prazo

Os PIMP têm como objectivo a fidelização dos colaboradores, alinhando os seus interesses ao dos accionistas, e procurando aumentar a noção dos colaboradores sobre a sua importância na obtenção dos resultados da empresa, reflectida através da cotação da empresa em bolsa.

Avaliação dos PIMP

Todos os colaboradores com Níveis Funcionais GF1 a GF6⁷, podem participar nos PIMP, desde que a sua entrada no Grupo ocorra até 31 de Dezembro do ano de desempenho ou sejam promovidos para GF6, ou para nível superior, na revisão anual ocorrida no primeiro trimestre do ano de desempenho.

O valor do prémio atribuído é calculado aplicando as percentagens seguintes ao Prémio de Desempenho pago, relativamente ao exercício do ano anterior, de acordo com o nível de função do colaborador:

⁷ Os Grupos Funcionais ou "GF" são atribuídos de acordo com o modelo Hay, um modelo internacional de classificação de funções empresariais. A Sonaecom definiu internamente que os gestores com níveis de funções iguais ou superiores a GF3 poderão integrar a Comissão Executiva das empresas do Grupo Sonaecom.

Nível dos Grupos Funcionais	Percentagem do Prémio de Desempenho Anual
GF6	Até 70%
GF5	Até 80%
GF4	Até 90%
GF3	Até 100%
GF2	Até 100%
GF1	Até 100%

Para os colaboradores com um nível de função igual ou superior ao nível de Executivo Sénior, os PIMP da Sonaecom (GF1 ou GF2) incluem também uma parte relacionada com as acções da Sonae SGPS (“Planos de Acções da Sonae SGPS”), montante que pode representar até 40% do valor total atribuído em cada ano, percentagem esta que depende do nível de função do colaborador. Este último incentivo foi criado pela Sonaecom de acordo com a prática corrente do Grupo Sonae de promover a cooperação, maximizar as sinergias do Grupo e incentivar a partilha de conhecimento entre a Sonaecom e a Sonae SGPS, o principal accionista de referência da Sonaecom.

No passado, os participantes podiam optar entre opções diferidas (“Planos de Opções Sonaecom”) ou acções diferidas (“Plano de Acções Sonaecom”). A partir de Março de 2004 (“Plano 2003”, relativo à performance de 2003), a todos os participantes foram atribuídos direitos a acções diferidos.

O valor intrínseco dos direitos a acções diferidos é calculado através da divisão do valor do PIMP atribuído pelo valor da acção no mês anterior à atribuição dos planos de acções. No vencimento, o número de acções correspondente ao número inicial de acções, ajustado pelo efeito de dividendos e outras alterações ao capital social emitido, são transferidas para os seus beneficiários no terceiro aniversário da data de atribuição, a custo zero. A empresa tem a opção, sujeita à aprovação da Comissão de Nomeações e Remunerações, de pagar o valor em dinheiro equivalente ao valor das acções, à data de vencimento.

Resumo das acções incluídas nos PIMP – Plano de acções da Sonaecom

Os PIMP de acções da Sonaecom, em aberto no ano de 2007, resumem-se da seguinte forma:

Planos de acções da Sonaecom em aberto no ano de 2007

	Cotação na data de atribuição*	Período de diferimento		Período de exercício		31 Dezembro 2007	
		Data atribuição	Data vencimento	De	Até	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Opções Sonaecom							
Plano 2002	1,694	31-Mar-03	10-Mar-06	13-Mar-06	09-Mar-07	-	-
Plano 2003	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2004	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2005	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2006	-	-	-	-	-	-	-
Acções Sonaecom							
Plano 2003	3,190	31-Mar-04	09-Mar-07	-	-	-	-
Plano 2004	3,960	31-Mar-05	10-Mar-08	-	-	354	985.074
Plano 2005	4,093	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-	377	877.964
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-	411	1.039.044

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, excepto para o Plano 2006, cuja cotação corresponde à cotação média do período entre 3 de Março e 5 de Abril de 2007. Esta excepção está relacionada com a data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição da Portugal Telecom e foi aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações.

O número de acções atribuídas e de acções e opções diferidas, vencidas, canceladas ou extintas e opções a exercer, dos PIMP da Sonaecom, no ano findo em 31 de Dezembro de 2007, encontram-se descritos na seguinte tabela:

Opções e acções dos PIMP da Sonaecom

	Opções Sonaecom		Acções Sonaecom		Total
	Número agregado de participantes	Número de opções	Número agregado de participantes (1)	Número de acções	
Saldo a 31.12.2006					
Exercíveis	33	510.633	-	-	510.633
Ainda diferidas	-	-	1.123	3.184.774	3.184.774
Total	33	510.633	1.123	3.184.774	3.695.407
Movimentos no ano					
Atribuídas	-	-	422	1.097.470	1.097.470
Vencidas	-	-	(349)	(1.178.485)	(1.178.485)
Vencidas antecipadamente (2)	-	-	(3)	(111.500)	(111.500)
Exercíveis	-	-	-	-	-
Exercidas	(31)	(343.571)	-	-	(343.571)
Canceladas/Extintas	(2)	(167.062)	(51)	(90.177)	(257.239)
Saldo a 31.12.2007					
Exercíveis	-	-	-	-	-
Ainda diferidas	-	-	1.142	2.902.082	2.902.082
Total	-	-	1.142	2.902.082	2.902.082

(1) O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como 3.

(2) Para o CEO, foi antecipado o vencimento de todos os planos em aberto, tendo a empresa optado pelo pagamento em dinheiro, em 31 de Dezembro de 2007, em substituição da entrega de acções.

Resumo das acções dos PIMP – planos de acções da Sonae SGPS

Os planos de acções da Sonae SGPS, em aberto durante o ano de 2007, podem ser resumidos como se segue:

Plano de Acções da Sonae SGPS em aberto durante o ano de 2007

	Período de diferimento			31 Dezembro 2007	
	Cotação na data de atribuição*	Data atribuição	Data vencimento	Número agregado de participantes	Número de acções
Acções Sonae SGPS					
Plano 2003	0,93	31-Mar-04	09-Mar-07	-	-
Plano 2004	1,17	31-Mar-05	10-Mar-08	12	239.746
Plano 2005	1,34	10-Mar-06	09-Mar-09	12	125.779
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	6	130.915

* Cotação mais favorável entre a cotação média do mês anterior à Assembleia Geral anual e a cotação do dia subsequente à Assembleia Geral Anual, excepto para o Plano 2006 cuja cotação corresponde à cotação média do período entre 13 de Fevereiro de 2007 e 26 de Março de 2007. Esta excepção está relacionada com a data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a Portugal Telecom e foi aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações.

O número de acções da Sonae SGPS, no âmbito dos PIMP, atribuídas, vencidas e canceladas, extintas ou ajustadas, em 31 de Dezembro de 2007, são como se segue:

Acções da Sonae SGPS no âmbito dos PIMP

	Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes (1)	Número de acções
Saldo a 31.12.2006		
Ainda diferidas	38	911.350
Movimentos no ano		
Atribuídas	7	208.184
Vencidas	(12)	(369.317)
Vencidas antecipadamente (2)	(3)	(269.616)
Canceladas/Extintas/Corrigidas (3)		15.839
Saldo a 31.12.2007		
Ainda diferidas	30	496.440

(1) O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como 3.

(2) Para o CEO, foi antecipado o vencimento de todos os planos em aberto, tendo a empresa optado pelo pagamento, em 31 de Dezembro de 2007, em dinheiro, em substituição da entrega de acções.

(3) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e de alterações ao capital social.

Acordos de cobertura e impacto contabilístico

A Sonaecom assinou acordos para cobrir o risco de execução e de variação de preço dos planos de opções e acções, até ao Plano de 2006 (e inclusivé). No que respeita aos planos de acções da Sonaecom, o plano de 2004 foi coberto através de um contrato efectuado com a Sonae Investments B.V.. Os planos de acções 2005 e 2006 foram cobertos através da aquisição de acções próprias efectuada em Março de 2007 e mantidas pela Sonaecom. Os planos de Acções da Sonae SGPS foram cobertos através de um contrato de *swap* com liquidação financeira com uma entidade externa. Por sua vez, a Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias, através dos quais passa as responsabilidades correspondentes para cada subsidiária.

O efeito do acordo relativo ao plano de acções da Sonaecom 2004 (PIMP 2004) é o de que a responsabilidade total da Sonaecom passa a estar limitada a um preço máximo por acção de 3,22 euros (acrescidos de juros sobre os pagamentos diferidos). Em 31 de Dezembro de 2007, a responsabilidade total máxima era de 3.304.474 euros, e é contabilizada na rubrica de “outros passivos”.

Os planos de acções da Sonaecom de 2005 e 2006 (PIMP de 2005 e 2006), cobertos através da aquisição e detenção de acções próprias, são tratados como planos baseados em acções, na medida que envolvem a atribuição de acções próprias da Sonaecom. Como tal, em 31 de Dezembro de 2007, a responsabilidade é registada no capital próprio na rubrica de reservas, com base na cotação à data de atribuição (4,02 euros e 4,80 euros para os PIMP de 2005 e 2006, respectivamente). Em 31 de Dezembro de 2007, o valor incluído nas contas da Sonaecom relacionado com estes planos é de 3,231,169 euros.

O plano de acções da Sonae SGPS corresponde à entrega de acções da Sonae SGPS. No entanto, uma vez que estas são atribuídas pela Sonaecom e não pela Sonae SGPS, os planos são tratados como planos baseados em dinheiro. Tendo em consideração os contratos de *swap* estabelecidos para cobrir estes planos, a responsabilidade é registada em “outros passivos” com um valor por acção máximo de 2 euros, 2,10 euros e 2,1868 euros para o PIMP de 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2007, o montante total contabilizado é de 691.243 euros.

Os custos dos planos de opções e de acções são contabilizados ao longo dos seus respectivos períodos de diferimento. Em 31 de Dezembro de 2007, foram já registados em custos 21,9 milhões de euros (5,4 milhões de euros em custos de 2007 e 16,5 milhões de euros em anos anteriores). Os restantes 0,3 milhões de euros ainda não tinham sido reconhecidos e encontravam-se registados como “custos diferidos”.

4.1.5.3. Remunerações dos administradores e outras compensações

A política de remunerações dos membros dos órgãos de administração do Grupo tem como objectivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva, tendo em atenção o desempenho individual de cada membro, quer no âmbito de cada Empresa subsidiária, quer no Grupo como um todo.

A Comissão de Vencimentos da Sonaecom é responsável pela aprovação da remuneração e de outras compensações do Conselho de Administração, incluindo os Administradores Executivos e Não-Executivos, no seguimento da política de remuneração e outras compensações aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral. A composição e funcionamento da Comissão de Vencimentos são descritos na secção 4.1.3. em cima.

Administradores Executivos

As propostas de remuneração e outras compensações dos Administradores Executivos (excluindo o CEO) são baseadas na proposta do CEO do Grupo e preparadas com base em:

- (i) Comparações de mercado;
- (ii) Comparações efectuadas dentro do leque de empresas do Grupo Sonae SGPS;

(iii) Avaliação individual de cada Administrador Executivo.

Os Administradores Executivos recebem, para além da Remuneração Fixa e do Prémio de Desempenho Anual, o Prémio de Desempenho Diferido, no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo da Sonaecom (PIMP), tal como descrito nas Secções 4.1.5.1. e 4.1.5.2..

CEO e Administradores Não-Executivos

A remuneração e outras compensações do CEO e a remuneração fixa para os Administradores Não-Executivos (com exclusão do Presidente) são baseados em propostas feitas pelo Presidente da Sonaecom.

A remuneração do Presidente é decidida pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos.

Para o CEO, a metodologia utilizada é a mesma que para os Administradores Executivos. Os Administradores Não-Executivos não recebem Prémios de Desempenho Anual nem participam no PIMP da Sonaecom.

Em relação aos Administradores Não-Executivos, a remuneração fixa pressupõe um compromisso de tempo anual, no sentido de preparar e estar presente em pelo menos 5 reuniões do Conselho de Administração, em cada ano. Adicionalmente, os membros das Comissões do Conselho de Administração beneficiam de um acréscimo à sua remuneração base de aproximadamente 5%. São ainda pagas senhas de presença pelas reuniões em que cada um dos Administradores Não-Executivos participe, tal como aqui se descreve: reuniões do Conselho de Administração, 880 euros, reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, 550 euros e reuniões da Comissão de Nomeações e Remunerações, 330 euros. O Presidente do Conselho de Administração não recebe senhas de presença pela sua participação em reuniões do Conselho de Administração. Por outro lado, cada Administrador Não-Executivo tem direito a um subsídio de responsabilidade anual no valor de 6.000 euros, no primeiro ano do mandato, 4.000 euros, nos anos seguintes, e 8.000 euros no último ano de mandato no Conselho de Administração.

A Comissão de Nomeações e Remunerações poderá definir remunerações adicionais para projectos específicos designados individualmente a Administradores Não-Executivos por parte do Conselho de Administração ou das suas Comissões.

Em caso de destituição dos membros do Conselho da Administração, é política do Grupo o pagamento das compensações previstas na lei, podendo em cada situação ser negociado um valor diferente e que se considere ser o mais adequado por ambas as partes. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios dos restantes colaboradores.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores inclui para além de uma base fixa, um prémio de desempenho anual (ambos calculados numa base de acréscimo), foi a seguinte em 2006 e 2007:

Remuneração dos Administradores – Remuneração Fixa e Prémio de Desempenho Anual

Montantes em Euros	2007			2006		
	Remuneração Fixa	Bónus de Desempenho Anual	Total	Remuneração Fixa	Bónus de Desempenho Anual	Total
Desagregação Individual						
Presidente (Não Executivo)	60.667	-	60.667	56.000	-	56.000
CEO (Executivo)	422.393	273.600	695.993	357.663	332.200	689.863
Média dos restantes 4 Administradores Executivos (4 em 2006)(1)	223.414	111.950	335.364	205.700	130.475	336.175
Média dos restantes 4 Administradores Não Executivos (5 em 2006) (2)	26.285	-	26.285	25.627	-	25.627
Agregado						
Administradores Executivos (5 em 2007 e 5 em 2006)	1.316.049	721.400	2.037.449	1.180.462	854.100	2.034.562
Administradores Não Executivos (5 em 2007 e 6 em 2006)	165.807	-	165.807	184.136	-	184.136
	1.481.855	721.400	2.203.255	1.364.598	854.100	2.218.698

(1) Remuneração Individual Máxima de 2007 (2006) representou 129% (133%) da média e a Mínima representou 80% (74%) da média; (2) Remuneração Individual Máxima de 2007 (2006) representou 139% (145%) da média e a Mínima representou 0% (0%) da média, considerando que um Administrador Não Executivo não foi remunerado.

Na apresentação dos valores da tabela acima, foi incluída a remuneração de cada membro do Conselho de Administração, proporcional ao período da sua nomeação.

Os Administradores Não-Executivos não recebem Prémios de Desempenho Anual. Os Prémios de Desempenho Anual dos Administradores Executivos apresentados na tabela acima representam a melhor estimativa resultante da avaliação do desempenho do ano de 2007. Os valores finais apenas serão definidos e pagos no final de Março de 2008, após o desempenho real ter sido devidamente avaliado e depois de aprovação pela Comissão de Nomeações e Remunerações, em representação do Conselho de Administração e pela Comissão de Vencimentos, em representação dos accionistas.

Participação dos Administradores nos PIMP

Para além dos valores referidos no ponto anterior, os Administradores Executivos auferem outras compensações no âmbito dos PIMP. Os Administradores Não-Executivos não participam nos PIMP.

O número das acções e opções, atribuídas aos Administradores Executivos, de acordo com os PIMP, vencidos, exercidos ou ainda diferidos, durante 2007, resumem-se no quadro anexo.

Não existem condições de *performance* associadas aos PIMP para além da evolução futura das acções, uma vez que estes prémios são baseados no bónus relativo à performance individual e para o qual os KPIs foram já cumpridos.

Outros compensações dos Administradores – Participação nos PIMP da Sonaecom

	Diferidas				Total
	Plano 2003 (1)	Plano 2004	Plano 2005	Plano 2006	
Data de atribuição	31-Mar-04	31-Mar-05	10-Mar-06	9-Mar-07	
Início do período de exercício	9-Mar-07	10-Mar-08	9-Mar-09	10-Mar-10	
Fim do período de exercício	8-Mar-08	9-Mar-09	8-Mar-10	9-Mar-11	
ACÇÕES e OPÇÕES SONAECOM					
Cotação na data de atribuição (2)	3,190	3,960	4,093	4,697	
Cotação na data de vencimento	4,75	-	-	-	
Cotação a 31.12.2007 (3)	-	3,30	3,30	3,30	
CEO					
Nº de acções a 01.01.2007	44.577	39.878	29.186	-	113.641
Nº de acções a 31.12.2007 (5)	-	-	-	-	-
Luís Reis					
Nº de acções a 01.01.2007	29.021	24.270	18.488	-	71.779
Nº de acções a 31.12.2007	-	24.270	18.488	27.839	70.597
Miguel Almeida					
Nº de acções a 01.01.2007	21.179	18.167	12.998	-	52.344
Nº de acções a 31.12.2007	-	18.167	12.998	18.942	50.107
Christopher Lawrie					
Nº de acções a 01.01.2007	15.795	17.659	14.434	-	47.888
Nº de acções a 31.12.2007	-	17.659	14.434	19.180	51.273
Claúdia Azevedo					
Nº de acções a 01.01.2007	11.736	10.963	9.304	-	32.003
Nº de acções a 31.12.2007	-	10.963	9.304	11.818	32.085
Nº de opções a 01.01.2007	57.426	-	-	-	57.426
Nº de opções a 31.12.2007	-	-	-	-	-
Nº de opções exercidas	57.426	-	-	-	-
Média dos restantes administradores executivos					
Nº de acções a 01.01.2007	19.433	17.765	13.806	-	51.004
Nº de acções a 31.12.2007	-	17.765	13.806	19.445	51.016
Nº de opções a 01.01.2007	57.426	-	-	-	57.426
Nº de opções a 31.12.2007	-	-	-	-	-
Nº de opções exercidas	57.426	-	-	-	57.426
Total dos restantes administradores executivos					
Nº de acções a 01.01.2007	77.731	71.059	55.224	-	204.014
Nº de acções a 31.12.2007	-	71.059	55.224	77.779	204.062
Nº de opções a 01.01.2007	57.426	-	-	-	57.426
Nº de opções a 31.12.2007	-	-	-	-	-
Nº de opções exercidas	57.426	-	-	-	57.426
TOTAL					
Nº de acções a 01.01.2007	122.308	110.937	84.410	-	317.655
Nº de acções a 31.12.2007	-	71.059	55.224	77.779	204.062
Nº de opções a 01.01.2007	57.426	-	-	-	57.426
Nº de opções a 31.12.2007	-	-	-	-	-
Nº de opções exercidas	57.426	-	-	-	57.426

ACÇÕES SONAE SGPS					
Cotação na data de atribuição	0,93	1,17	1,34	1,68	
Cotação na data de vencimento	2,16	-	-	-	
Cotação a 31.12.2007 (4)	-	1,98	1,98	1,98	
CEO					
Nº de acções a 01.01.2007	145.320	126.209	60.550	-	332.079
Nº de acções a 31.12.2007 (5)	-	-	-	-	-
Luis Reis					
Nº de acções a 01.01.2007	60.819	49.379	24.656	-	134.854
Nº de acções a 31.12.2007	-	50.078	25.005	33.829	108.912
Miguel Almeida					
Nº de acções a 01.01.2007	16.025	13.345	17.335	-	46.705
Nº de acções a 31.12.2007	-	13.533	17.580	23.017	54.130
Christopher Lawrie					
Nº de acções a 01.01.2007	11.951	35.928	19.251	-	67.130
Nº de acções a 31.12.2007	-	36.436	19.524	23.307	79.267
Claudia Azevedo					
Nº de acções a 01.01.2007	8.880	8.054	12.408	-	29.342
Nº de acções a 31.12.2007	-	8.168	12.584	14.361	35.113
Media dos restantes administradores executivos					
Nº de acções a 01.01.2007	24.419	26.677	18.413	-	69.508
Nº de acções a 31.12.2007	-	27.054	18.673	23.629	69.356
Total dos restantes administradores executivos					
Nº de acções a 01.01.2007	97.675	106.706	73.650	-	278.031
Nº de acções a 31.12.2007	-	108.215	74.693	94.514	277.422
TOTAL					
Nº de acções a 01.01.2007	242.995	232.915	134.200	-	610.110
Nº de acções a 31.12.2007	-	108.215	74.693	94.514	277.422
VALORES					
CEO					
Valor na data de atribuição	279.260	305.581	200.595	332.201	-
Valor na data de vencimento (6)	530.073	381.491	216.203	296.647	-
Valor em 31 de Dezembro de 2007 (5)	-	-	-	-	-
Média dos restantes administradores executivos					
Nº dos restantes administradores executivos					
	4	4	4	4	
Valor na data de atribuição	85.021	102.001	81.530	131.028	-
Valor na data de vencimento	145.797	-	-	-	-
Valor em 31 de Dezembro de 2007	-	112.190	82.533	110.952	305.675
Total dos restantes administradores executivos					
Valor na data de atribuição	340.086	408.005	326.120	524.111	-
Valor na data de vencimento	583.188	-	-	-	-
Valor em 31 de Dezembro de 2007	-	448.760	330.131	443.808	1.222.700
TOTAL					
Valor na data de atribuição	619.346	713.587	526.716	524.111	-
Valor na data de vencimento	1.113.260	381.491	216.203	296.647	-
Valor em 31 de Dezembro de 2007	-	448.760	330.131	443.808	1.222.700

(1) Vencidas em 15 de Março de 2007. Para três dos restantes administradores executivos e para o CEO, a Empresa decidiu pelo pagamento em dinheiro, em substituição da entrega das acções. O vencimento das acções Sonae SGPS foi efectuado em 1 de Junho de 2007, em vez de 15 de Março de 2007; (2) Cotação média do mês anterior à data de atribuição, excepto para o Plano 2006 em que a cotação utilizada foi a cotação média do período entre 3 de Março de 2007 e 5 de Abril de 2007; (3) No dia 16 de Fevereiro de 2007, a cotação atingiu um máximo de 7,5 euros e em 17 de Setembro de 2007 um mínimo de 3,25 euros; (4) No dia 2 de Maio de 2007, a cotação atingiu um máximo de 2,171 euros e em 2 de Janeiro de 2007 um mínimo de 1,5 euros; (5) Para o CEO, foi efectuado um exercício antecipado dos Planos diferidos, tendo a Empresa optado pelo pagamento em dinheiro em substituição da entrega de acções Sonaecom e Sonae SGPS; na sequência do referido pagamento, o CEO procedeu à aquisição, em 2008, de acções Sonae SGPS, cuja detenção substituiu os Planos de acções; (6) Para os Planos 2004, 2005 e 2006, a data de vencimento corresponde à data de vencimento antecipado (3 de Maio de 2007).

4.1.6. Honorários do Auditor Externo

Durante 2007, o Grupo Sonaecom pagou os seguintes honorários ao Auditor Externo, Deloitte e respectiva rede de empresas:

Honorários do Auditor Externo

	2007		2006	
Revisão Legal de Contas	201.213	81%	183.524	85%
Consultoria Fiscal	48.561	19%	17.208	8%
Outros Serviços de Garantia e Fiabilidade	-	0%	3.250	1%
Outros Serviços	-	0%	12.965	6%
Total	249.774	100%	216.947	100%

A política de Gestão de Risco da Sonaecom, supervisionada pela Comissão de Auditoria e Finanças, acompanha e controla os serviços solicitados aos Auditores Externos e rede de empresas, de forma a não ser comprometida a sua independência. Os honorários pagos pelo Grupo Sonaecom ao Grupo Deloitte representam menos de 1% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal. Adicionalmente, todos os anos é preparada uma “Carta de Independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais em matéria de independência do auditor.

4.1.7. Evolução da cotação

A cotação da Sonaecom fechou o ano de 2007 a 3,30 euros por acção, 34% abaixo do preço de fecho do ano anterior de 5,02 euros por acção em 31 de Dezembro de 2006. A cotação da Sonaecom atingiu o valor mais alto por acção em 16 de Fevereiro de 2007 e o valor mais baixo de 3,25 euros por acção, foi atingido no dia 17 de Setembro de 2007.

A capitalização bolsista da Sonaecom fechou o ano de 2007 com aproximadamente 1,2 mil milhões de euros. O volume médio diário de transacções foi de aproximadamente 1.008 mil acções, o que representa um aumento de 73% em comparação com 2006. O número total de acções transaccionadas em 2007 excedeu os 257 milhões de acções, mais de 70% do total do capital social da empresa, o que representa um indicador adicional do incremento da liquidez das nossas acções.

Em 2007, a evolução da cotação e a liquidez da Sonaecom decorreu, essencialmente, das expectativas do mercado em relação à oferta pública de aquisição da PT, lançada em Fevereiro de 2006. A nossa cotação fechou 2006 incorporando com naturalidade a expectativa do mercado relativamente ao desfecho positivo da oferta, e a sua conclusão, em 2 de Março de 2007, teve um impacto imediato na nossa cotação. Tal é claramente evidenciado pelo facto de, em Março de 2007, se ter assistido a uma desvalorização da cotação de cerca de 30% (de 6,34 euros em 28 de Fevereiro de 2007 para 4,44 euros em 30 de Março de 2007). No resto do ano, as acções da Sonaecom foram influenciadas pelas seguintes notícias:

- 26 de Abril de 2007: divulgação dos resultados consolidados do primeiro trimestre de 2007;
- 17 Maio de 2007: confirmação de contactos com a ONITELECOM - Infocomunicações, S.A. (ONI) visando a aquisição de parte do seu negócio;
- 19 de Junho de 2007: confirmação de contactos com a Tele2 Europe, S.A. visando a aquisição do seu negócio em Portugal;
- 21 de Junho de 2007: confirmação da assinatura de um acordo entre a Novis e a ONI visando a aquisição do seu negócio residencial e segmento SOHO, bem como um conjunto de activos dessa empresa, pelo valor global de 25 milhões de euros;
- 28 de Junho de 2007: confirmação da assinatura de um acordo entre a Sonaecom e a Tele2 Europe, S.A. para a aquisição do total do capital social da Telemilénio – Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda. (Tele2 Portugal), pelo valor de 16 milhões de euros;
- 26 de Julho de 2007: divulgação dos resultados consolidados do segundo trimestre de 2007;
- 6 de Agosto de 2007: divulgação da informação respeitante ao refinanciamento da dívida da Sonaecom através da emissão de um novo Programa de Papel Comercial;
- 28 de Setembro de 2007: confirmação da assinatura de um acordo para a aquisição da totalidade do capital social da Cape Technologies Limited, por um valor de 17 milhões de euros, ajustáveis por eventuais disponibilidades líquidas existentes à data de fecho da transacção, acrescido de um valor adicional de até 3 milhões de euros, sujeito à realização de determinados objectivos pré-acordados;
- 29 de Outubro de 2007: divulgação dos resultados consolidados do terceiro trimestre de 2007;
- 23 de Novembro de 2007: comunicado decorrente das notícias publicadas na imprensa sobre uma eventual fusão amigável com a PT Multimédia, SGPS, S.A..

Política de distribuição de dividendos

Na Assembleia Geral Anual de Accionistas, que teve lugar no dia 2 de Maio de 2007, os accionistas da Sonaecom aprovaram a proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido do exercício para reserva legal e resultados transitados, não se registando distribuição de dividendos em 2007, de acordo com a estratégia e as oportunidades de negócio da Sonaecom.

4.1.8. Relação com investidores

O Departamento de Relação com Investidores é responsável pela gestão da relação da Sonaecom com a comunidade financeira - investidores actuais e potenciais, analistas e autoridades do mercado - e tem como objectivo o desenvolvimento dos conhecimentos e a compreensão do Grupo Sonaecom através da divulgação de informação relevante, atempada e fidedigna.

O departamento é responsável pela preparação regular de apresentações e comunicações de resultados trimestrais, semestrais e anuais. De igual forma, é também da sua responsabilidade a preparação, sempre que necessário, de comunicados sobre questões relevantes para o mercado que possam de alguma forma influenciar a cotação dos títulos da Sonaecom.

Para melhorar a comunicação com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação divulgada, o Departamento de Relação com Investidores organiza *road-shows* nos centros financeiros mais importantes da Europa, e participa em várias conferências. Por outro lado, um grande número de investidores e analistas têm oportunidade de falar com a equipa de gestão da empresa sob a forma de sessões individuais ou áudio conferências.

Qualquer pessoa interessada pode dirigir-se ao Departamento de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

António Castro

Director do Departamento de Relação com Investidores

Tel: (+351) 93 100 2099

Fax: (+351) 93 102 2099

E-mail: antonio.gcastro@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso, 4460-841 Senhora da Hora, Portugal

Website: www.sonae.com

Em 2007, o Departamento de Relação com Investidores participou em 71 sessões individuais ou de grupo, dois *road-shows* internacionais (abrangendo Lisboa, Madrid, Londres e algumas cidades nos Estados Unidos) e cinco conferências de telecomunicações, prestando informações sobre os resultados e perspectivas futuras da Sonaecom a analistas e investidores.

O representante para as relações com o mercado de capitais e Euronext é António Lobo Xavier, que pode ser contactado por telefone ou *e-mail*:

Tel: (+351) 93 100 2270

Fax: (+351) 93 100 2229

E-mail: antonio.xavier@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso, 4460-841 Senhora da Hora, Portugal

4.1.9. Regras e procedimentos corporativos

4.1.9.1. Regras para a transacção de acções

Em Outubro de 2004, o Conselho de Administração da Sonaecom aprovou um conjunto de normas que regulam a compra e venda de acções por parte de Administradores da

Sonaecom e de outros “Colaboradores relevantes”. O leque de cobertura definido, incluindo o âmbito do significado de Administradores e “Colaboradores Relevantes”, é o seguinte:

- (I) Membros do Conselho de Administração da Sonaecom SGPS;
- (II) Membros do Conselho de Administração de outras empresas do Grupo Sonaecom;
- (III) Colaboradores do Grupo Sonaecom com acesso a informações de mercado sensíveis (IMS) em termos de preço, onde se incluem: Planeamento e Controlo de Gestão, Tesouraria e Financiamento, Relação com Investidores, Legal, Relações Públicas e Contabilidade.

Estes procedimentos aplicam-se também a colaboradores que, de alguma forma, se relacionem com Administradores e Colaboradores Relevantes.

Os procedimentos abaixo descritos foram estabelecidos com base na prática corrente das empresas cotadas no Reino Unido, tal como disposto no Capítulo 16 - Administradores, das Recomendações para Sociedades Cotadas publicadas pela autoridade de mercado do Reino Unido, à excepção das regras de notificação, que estão de acordo com as Recomendações da CMVM actualmente em vigor em Portugal:

- (i) Os Administradores e Colaboradores Relevantes da Sonaecom não devem fazer transacções de curto-prazo;
- (II) Os Administradores e Colaboradores Relevantes da Sonaecom devem sempre obter autorização formal (por escrito) de um Administrador devidamente designado antes de efectuarem qualquer transacção de acções da Sonaecom SGPS (Sonaecom);
- (III) As transacções de acções da Sonaecom estão proibidas dentro das seguintes circunstâncias:
 - a. Em período de fecho de contas, ou seja, em período anterior (mas não posterior) à divulgação de resultados, definido como um período de dois meses para a prestação de contas anuais e um mês para os períodos de prestação de contas semestrais e trimestrais;
 - b. Sempre que exista informação de mercado sensível não publicada;
 - c. Qualquer outro período que seja considerado sensível pelo Administrador responsável pela autorização e que possa levar ao não cumprimento deste procedimento;
 - d. Desde que exista uma cláusula de “motivos financeiros pessoais e excepcionais” pode ser permitida a venda mas não a aquisição de acções.

Foram implementados e comunicados procedimentos internos para acomodar estas regras de transacção de acções. O Administrador designado como responsável pela autorização de transacções dos Administradores é o Presidente da Comissão de Auditoria e Finanças, Jean-François Pontal, que é um Administrador Não-Executivo Independente.

As regras de notificação da CMVM, exigem que sejam comunicadas todas as transacções relativas a: (a) Administradores da Sonaecom SGPS; (b) Administradores de outras empresas em posição de domínio ou de Grupo; (c) Dirigentes da Sonaecom, SGPS, sendo que são considerados “Dirigentes” todos os que tenham acesso regular a informação privilegiada e tenham capacidade de decisão; (d) empresas controladas por Administradores ou “Dirigentes” das empresas referidas acima; e (e) qualquer indivíduo agindo em representação de um Administrador ou “Dirigente” das empresas atrás referidas. A notificação deve ser comunicada à CMVM no período de 5 dias úteis a contar da data da transacção.

A notificação deve incluir: (a) a forma legal de aquisição ou alienação e respectiva data; (b) o número de acções transaccionadas e o saldo final de acções após a transacção; (c) o preço e (d) a razão da notificação.

4.1.9.2. Códigos de conduta

Código de Ética

A Sonaecom definiu uma série de directrizes de orientação interna cujo propósito é garantir o comportamento ético e responsável da organização.

O Código de Ética abrange temas que vão desde a integridade, transparência, respeito, responsabilidade social, compromisso ambiental, segurança e saúde, confidencialidade e utilização de informação privilegiada, até à gestão de conflitos de interesse e à comunicação de irregularidades. Os colaboradores e fornecedores da Sonaecom, incluindo os consultores

externos, devem cumprir com estas directrizes de orientação e segui-las na realização das suas funções.

No âmbito do seu Código de Ética, a Sonaecom criou uma Comissão de Ética, cuja responsabilidade inclui assegurar o esclarecimento de dúvidas e reportar e lidar com situações que impliquem a violação do Código.

A versão completa do Código de Ética está disponível no sítio na Internet da empresa em www.sonae.com.

Política de divulgação de irregularidades

A Sonaecom tem um regulamento e processo para comunicação interna de irregularidades, que define os procedimentos para responder de forma eficaz e justa às alegadas irregularidades que sejam relatadas, tais como:

- (i) A comunicação de qualquer irregularidade que se pense ou saiba ter sido efectuada por qualquer dos colaboradores do Grupo deve ser feita através de carta ou e-mail dirigido à Comissão de Ética, contendo uma descrição sumária dos factos. A identidade do divulgador será mantida anónima, se tal for explicitamente pedido;
- (ii) A carta será analisada pela Comissão de Ética, que levará a cabo as medidas que considerar apropriadas, se acreditar que existem fundamentos para existência de irregularidade relatada.

É da responsabilidade da Comissão de Ética rever e avaliar a eficiência na aplicação da política de comunicação de irregularidades da empresa.

Conflitos de interesse

Para além das linhas gerais definidas no Código de Conduta da Sonaecom, foi também criada um procedimento interno aplicável aos membros do Conselho de Administração (e que engloba também outros "Directores", tal como abaixo definido):

Um Administrador⁸, ou quaisquer entidades em que um Administrador tenha um interesse e/ou influência relevante, que efectuem ou proponham efectuar uma transacção com a Empresa⁹ deve divulgar tal facto de imediato. Se, pela sua natureza, uma transacção estiver regulamentada por um procedimento diferente, como por exemplo "Transacções com Partes Relacionadas", "Ofertas" ou "Transacção de Acções", tal facto não dispensa a notificação dessa transacção no âmbito dos procedimentos relativos a Conflitos de Interesse.

A existência de tais conflitos será reportada ao Conselho de Administração, normalmente através da Comissão de Auditoria e Finanças (CAF). O Conselho de Administração, sob orientação da CAF, poderá aprovar a transacção ou pedir que sejam tomadas as medidas necessárias para remover o conflito de interesse.

Sempre que se verifique a existência de conflitos de interesse, deverá ser feita uma comunicação por escrito ao Secretário do Conselho de Administração, o qual manterá um registo de todos os conflitos de interesse existentes declarados. Este registo estará disponível em todas as reuniões do Conselho de Administração e será actualizado sempre que se justifique.

O Secretário do Conselho de Administração deve manter um registo dos cargos exercidos e outras actividades externas relevantes bem como um registo de todas as acções detidas de valor significativo¹⁰ por parte dos Directores. As nomeações para novos cargos de

⁸ O termo "Administrador", para efeitos destes procedimentos, abrange todos os membros do Conselho de Administração, bem como outros Executivos Seniores com participação regular nas reuniões do Conselho de Administração e respectivas Comissões ou reuniões da Comissão Executiva.

⁹ O termo "Empresa" inclui a Sonaecom SGPS e qualquer outra sociedade que integre o Grupo Sonaecom.

¹⁰ Participação "Significativa" inclui todas as empresas que compõem a árvore de participações do Grupo (cujo principal accionista é a Efanor Investimentos, ou qualquer participação externa que represente mais de 10% do capital social ou direitos de voto das respectivas empresas.

administração e outras actividades, assim como as participações accionistas devem ser divulgadas por escrito antes de ocorrerem. Estas divulgações deverão descrever qualquer conflito de interesses emergente, bem como as medidas a implementar para a sua gestão ou remoção. As divulgações deverão ser avaliadas pela Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) no que respeita cargos de administração e outras actividades, e pela Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) no que respeita a participações accionistas. O Secretário do Conselho de Administração deverá solicitar a todos os Directores que reconfirmem a informação contida no registo acima mencionado, por escrito, uma vez por ano.

Transacções com partes relacionadas

Todas as transacções relevantes com Partes Relacionadas envolvendo accionistas de referência, Administradores ou outros Directores da empresa (transacções individuais ou acumuladas que atinjam valores superiores a 10 milhões de euros) devem ser divulgadas com antecedência à CAF, juntamente com as medidas planeadas para cumprir com testes de comparação de mercado e para gerir quaisquer eventuais conflitos de interesses (ver secção sobre Conflitos de Interesses). As transacções que tenham sido contratadas através de um concurso e as transacções com empresas detidas na totalidade pela Sonaecom, estão isentas de autorização prévia pela CAF devendo, contudo, ser comunicadas ao abrigo dos procedimentos mencionados abaixo.

A CAF deverá solicitar aos Auditores Externos, aquando da realização das reuniões bianuais, para incluir especificamente no seu relatório de auditoria quaisquer transacções com partes relacionadas (tal como mencionado no anexo às contas da empresa) dando assim cumprimento às normas e procedimentos adoptados.

O CFO da Sonaecom é responsável, numa base trimestral, pelo reporte de todas as transacções que envolvam accionistas de referência que excedam mais de um milhão de euros, bem como outras transacções que se considere serem particularmente “sensíveis” pela Administração e que ultrapassem um milhão de euros. O relatório deverá abranger todas as transacções relevantes ocorridas ou em curso no final do trimestre, na medida em que exista informação adequada disponível.

Uma análise anual das Transacções com Partes Relacionadas recorrentes e em curso deverá ser incluída na agenda da reunião da CAF do primeiro trimestre de cada ano. Adicionalmente, uma análise incluindo todas as Transacções com Partes Relacionadas envolvendo o Grupo Sonaecom, que excedam valores anuais acumulados de cinco milhões de euros deverá ser incluída num anexo aos documentos de suporte ao Conselho de Administração. A CAF deverá fornecer informações detalhadas ao Conselho de Administração sobre quaisquer questões levantadas a respeito de Transacções com Partes Relacionadas ou, em alternativa, confirmação de que não se levantaram quaisquer questões a esse respeito.

4.1.9.3. Políticas internas de gestão de risco

A gestão e monitorização dos principais riscos da Sonaecom são efectuadas através das seguintes abordagens chave:

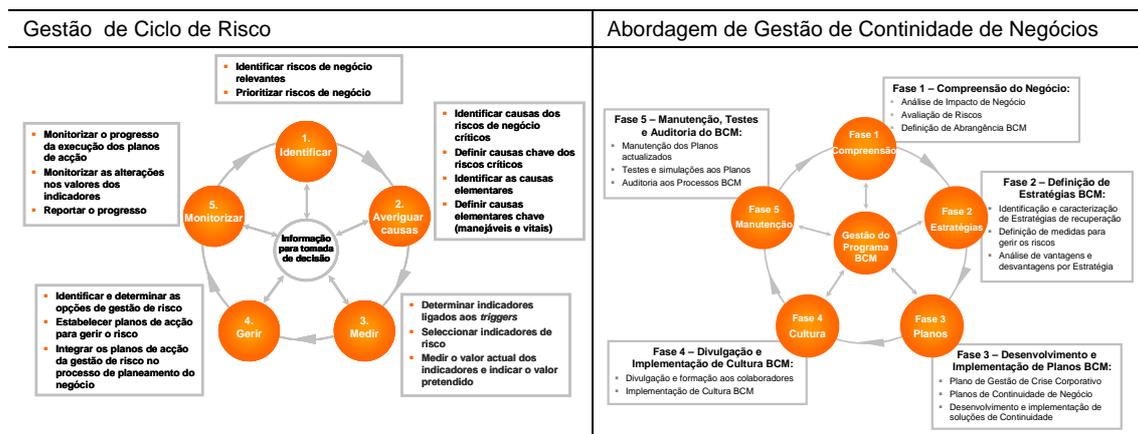
O alinhamento do ciclo de gestão de risco com o ciclo de planeamento estratégico, aplicável a todas as subsidiárias da Sonaecom, que permite identificar e priorizar os riscos críticos que podem comprometer o desempenho e dificultar a prossecução dos objectivos, bem como desenvolver acções que coloquem esses riscos nos níveis pretendidos através da sua monitorização e implementação de medidas correctivas.

A implementação de um processo de gestão de continuidade de negócio, cujo objectivo é diminuir o risco de interrupção do negócio, com origem em situações de catástrofe ou falhas técnico-operacionais. Esta abordagem desenvolve-se em 5 fases: (a) Compreender o

negócio; (b) Desenvolver estratégias de recuperação; (c) Desenvolver e implementar planos de recuperação; (d) Divulgar e implementar a cultura de gestão de continuidade de negócio e; (e) Testar, manter e auditar os planos de recuperação. Nele se inclui a realização de diagnósticos internos e testes à segurança física das instalações críticas da Sonaecom (ex.: centrais de comutação, centros de dados e centros de atendimento), seguindo uma abordagem de gestão de continuidade de negócio, de forma a avaliar e corrigir potenciais riscos.

O desenvolvimento de ciclos de gestão de risco / processos que permitem à Sonaecom mitigar riscos críticos relacionados com processos, áreas ou entidades, posicionando-os nos níveis pretendidos pela equipa de gestão.

Os seguintes diagramas ilustram as fases principais incluídas nas políticas de gestão de risco da Sonaecom, que se aplicam em todos os negócios no portfolio da Sonaecom.



Acções implementadas

Gestão dos riscos corporativos da Sonaecom

Durante 2007, a gestão de riscos de negócio do Grupo focou-se na adaptação do ciclo de gestão de risco às oportunidades e riscos da sustentabilidade, no negócio das telecomunicações da Sonaecom (informação detalhada pode ser encontrada no Relatório de Sustentabilidade).

Gestão da continuidade do negócio

Em 2007, a Sonaecom continuou a focar-se no desenvolvimento e consolidação do processo de gestão de continuidade do negócio, tendo nesse sentido realizado várias acções, as quais serão finalizadas durante 2008:

- Análise de impacto e avaliação de risco do negócio das telecomunicações (móvel e fixo) integrando os resultados do negócio móvel de 2003. Identificação da oferta de serviços/produtos e actividades críticas de negócio. Estas foram classificadas em termos de prioridades de recuperação e de objectivos de tempos de recuperação. Foram estimados os impactos em termos de receita, clientes, legal e regulador, media e qualidade de serviço. Com base nestas avaliações e prioridades, um enfoque será estabelecido, e soluções serão adaptadas e desenvolvidas, tendo em consideração uma análise custo/benefício (informação detalhada pode ser encontrada no Relatório de Sustentabilidade).
- Desenvolvimento e consolidação da gestão de crise face a alguns cenários de risco, entre os quais falhas de recursos humanos, catástrofes naturais e falhas técnicas.

No prosseguimento da nossa política de avaliação e gestão dos riscos de segurança física, foram realizados diagnósticos em instalações cruciais na continuidade de negócio. Os factores analisados foram incêndio, inundação e intrusão, bem com procedimentos organizacionais de segurança.

Gripe Pandémica

A possibilidade de ocorrência, a curto prazo, de uma gripe pandémica como consequência de uma evolução da gripe das aves é uma séria preocupação para a Sonaecom. Nesse sentido, o Grupo implementou um projecto visando a gestão deste risco de gripe pandémica, tendo como objectivo garantir que a Sonaecom, as suas subsidiárias e os seus colaboradores estão preparados para lidar com este cenário.

O Grupo tem por objectivo minimizar as situações relacionadas com problemas de saúde e garantir a continuidade dos serviços críticos. Durante 2007 as acções direccionaram-se para:

- (i) Desenvolvimento de planos de contingência e de preparação para as áreas mais relevantes, visando a continuidade de actividades e serviços críticos. A estratégia planeada é essencialmente baseada em soluções de acesso remoto e de recursos humanos substitutos;
- (ii) Definição e pesquisa de soluções que permitam a manutenção dos planos e a gestão de crise;
- (iii) Benchmarking da nossa abordagem, soluções e status a nível Europeu, para assegurar que seguimos as melhores práticas nesta área.

Mais informação detalhada pode ser encontrada no Relatório de Sustentabilidade.

Informação e segurança de clientes

Na Sonaecom, lidamos com determinados riscos associados à segurança da informação dos clientes. Como parte de um processo que continuará em 2008, várias iniciativas foram implementadas durante 2007, entre as quais:

- (i) Melhoria de processos e controlos na gestão de risco da informação confidencial de clientes e colaboradores
- (ii) O PSSC (Programa de Salvaguarda de Segurança do Cliente) está em fase de desenvolvimento e visa definir e implementar uma estratégia de consciencialização dos clientes, responsabilidade e protecção, no que respeita ao uso eficaz, seguro e optimizado de serviços IP/dados (informação detalhada pode ser encontrado no Relatório de Sustentabilidade).

Fraude em telecomunicações

Em 2007, foram desenvolvidos processos de gestão de fraude visando o controlo de plataformas fixas e móveis contra o risco de fraude e gestão de *malware* (mitigação de risco de vírus nos terminais móveis). É importante salientar o seguinte:

- (i) O lançamento de um projecto para estabelecer o plano de desenvolvimento do sistema actual, para que este abranja a gestão dos riscos de fraude e segurança para o IP e a convergência fixo-móvel. Estes sistemas permitirão a monitorização e o controlo de riscos a nível de serviços como VoIP, ADSL, IP TV e o acesso a banda larga sem fios.
- (ii) Uma proposta para SEFRI (*Security & Fraud Functions Integration for mitigating cross sector security risks*) foi apresentada à Comissão Europeia ("CE"). Esta proposta visa o desenvolvimento de um protótipo ou de uma solução intersectorial (envolvendo os sectores de telecomunicações, de energia e financeiros) para a protecção de serviços, negócios e clientes contra a criminalidade. Foi criado um consórcio internacional, com a Eurescom agindo como gestor de projecto, a HP liderando a vertente técnica e a Sonaecom envolvida como operador de referência. Aguarda-se a decisão da CE para Abril de 2008.

As actividades e resultados da gestão de risco são partilhados pelo Grupo Sonae no âmbito do Grupo Consultivo de Gestão de Risco, permitindo a transferência de conhecimentos e de boas práticas.

A Auditoria Interna e a Gestão de Risco, reportam trimestralmente, à Comissão de Auditoria e Finanças da Sonaecom, um resumo de todos os riscos de negócio relevantes que foram identificados. Semestralmente está implementado um procedimento de acompanhamento para monitorizar a adopção eficaz das medidas correctivas dos principais riscos identificados.

4.1.10. Transacções relevantes com partes relacionadas

Não se efectuaram transacções relevantes durante o ano com os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo que possam ser considerados significativos em termos económicos, com excepção dos acordos assinados com a Sonae Investments BV e a Sonae SGPS em 2003, 2004 e 2005, relativamente à cobertura dos PIMP da Sonaecom. No que diz respeito à gestão corrente de tesouraria, a Sonaecom colocou o seu excesso de liquidez na Sonae SGPS a uma taxa compensatória indexada à Euribor, com excepção do excesso de liquidez relativamente à emissão de obrigações que está investido a uma taxa superior (Euribor mais 20 pontos base).

4.1.11. Outras funções desempenhadas pela Administração

Consultar a secção 3.2 em “A nossa equipa de gestão”.

4.1.12. Artigo 447, 448 e participações qualificadas

Consultar a secção 3.3 em “A nossa equipa de gestão”.

5. O Nosso Desempenho

5.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

5.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

5.3. Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

5.4. Anexos às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

5.5. Certificação legal de contas e relatório de auditoria

5.6. Relatório e parecer do Conselho Fiscal

5.7. Extracto da acta da Assembleia Geral de accionistas

6. As nossas acções

6.1. O mercado de capitais

A Sonaecom está cotada na bolsa de valores portuguesa desde Junho de 2000 – Euronext Lisboa – com o símbolo SNC. Na tabela seguinte são apresentadas as principais estatísticas relativas ao desempenho das acções da Sonaecom, em 2007.

Acções da Sonaecom no Mercado de Valores

Mercado de Capitais	Euronext Lisbon
Símbolo	SNC
ISIN	PTSNCOAE0006
Código Bloomberg	SNC PL Equity
Código Reuters	SNC.LS
Número de acções cotadas	366.246.868
Capital Social	366.246.868
Preço por acção no último dia de Dezembro (euros)	3,3
Preço por acção - Máximo (euros)	7,5
Preço por acção - Mínimo (euros)	3,25
Volume transacções médio diário em 2007 (euros)	1.008.154
Volume transacções médio diário em 2006 (euros)	581.726
Capitalização bolsista no último dia de Dezembro (euros)	1.208.614.664

6.2. Evolução do preço da acção em 2007

Desempenho do mercado

O índice Europeu do mercado de telecomunicações, DJ Euro Stoxx Telecoms, encerrou o ano de 2007 com um aumento de cerca de 17%, devido sobretudo a uma melhoria global da reacção do mercado ao sector das telecomunicações, especialmente na segunda metade do ano (o índice encerrou o primeiro semestre de 2007 ao mesmo nível do que se verificou no fecho de 2006). O desempenho acima da média, durante a segunda metade do ano, após a crise do “subprime”, ficou a dever-se, sobretudo, à percepção do mercado relativamente às telecomunicações como um sector não-cíclico, e abrangeu grandes operadores com balanços sólidos, daí que bem posicionados em situações de quebra dos mercados e em períodos de fracas expectativas económicas.

Relativamente ao mercado português, o principal índice nacional (PSI20) encerrou 2007 com um aumento de cerca de 16%. A evolução positiva do mercado, na primeira metade do ano, ficou a dever-se essencialmente às duas ofertas de aquisição lançadas em 2006 (sobre a PT e o BPI), à melhoria dos resultados das empresas cotadas e aos sinais de alguma recuperação económica. Durante a segunda metade do ano de 2007, o mercado foi claramente influenciado pela agitação financeira global e pela falta de liquidez resultantes da crise do “subprime”, ainda que se alcançasse alguma recuperação na parte final do ano, sobretudo devido a acontecimentos específicos que influenciaram o preço das acções de algumas das maiores empresas em termos de capitalização bolsista.

Em 2007, o volume de negócios no mercado de valores português (Euronext Lisbon) aumentou mais de 80% para um nível recorde superior a 98 mil milhões de euros, resultado da especulação sobre F&A, dos desenvolvimentos em torno das duas grandes ofertas de aquisição, e da cotação em bolsa de três novas empresas.

Desempenho das acções da Sonaecom

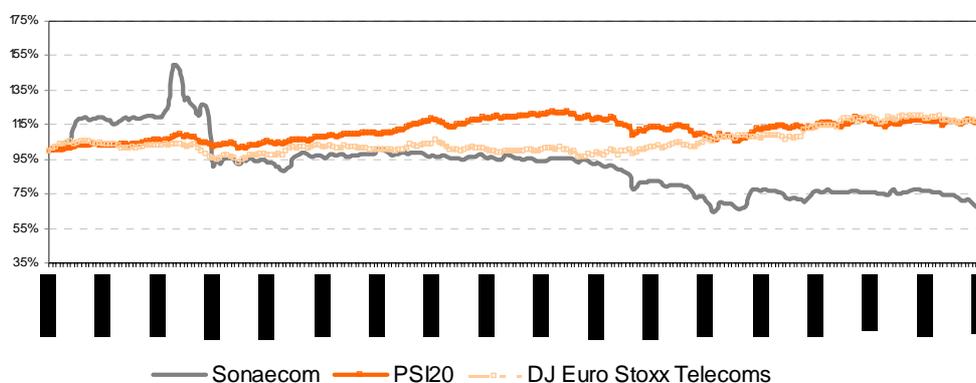
Durante 2007, a cotação das acções da Sonaecom baixou cerca de 34%, de 5,02 euros por acção em finais de 2006, reflexo das elevadas expectativas do mercado face à oferta pública de aquisição lançada sobre a PT, em Fevereiro de 2006. A cotação das nossas acções, em finais de 2006, reflectia a expectativa sobre o desfecho positivo da oferta pública de aquisição pelo que a sua conclusão, em 2 de Março de 2007, teve efeitos imediatos no preço das nossas acções. Tal é claramente evidenciado pelo facto de, em Março de 2007, o preço

das nossas acções ter baixado cerca de 30% (de 6,34 euros em 28 de Fevereiro de 2007 para 4,44 euros em 30 de Março de 2007). No resto do ano, as acções da Sonaecom foram essencialmente influenciadas pelas seguintes notícias:

- 26 de Abril de 2007: divulgação dos resultados consolidados do primeiro trimestre de 2007;
- 17 Maio de 2007: confirmação de contactos com a ONITELECOM - Infocomunicações, S.A. (ONI) visando a aquisição de parte do seu negócio;
- 19 de Junho de 2007: confirmação de contactos com a Tele2 Europe, S.A. visando a aquisição do seu negócio em Portugal;
- 21 de Junho de 2007: confirmação da assinatura de um acordo entre a Novis e a ONI visando a aquisição do seu negócio residencial e segmento SOHO, bem como um conjunto de activos dessa empresa;
- 28 de Junho de 2007: confirmação da assinatura de um acordo entre a Sonaecom e a Tele2 Europe, S.A. para a aquisição do total do capital social da Telemilénio – Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda. (Tele2 Portugal);
- 26 de Julho de 2007: divulgação dos resultados consolidados do segundo trimestre de 2007;
- 6 de Agosto de 2007: divulgação da informação respeitante ao refinanciamento da dívida da Sonaecom através da emissão de um novo programa de papel comercial;
- 28 de Setembro de 2007: confirmação da assinatura de um acordo para a aquisição da totalidade do capital social da Cape Technologies Limited,;
- 29 de Outubro de 2007: divulgação dos resultados consolidados do terceiro trimestre de 2007;

23 de Novembro de 2007: comunicado decorrente das notícias publicadas na imprensa sobre uma eventual fusão amigável com a PT Multimédia, SGPS, S.A..

Desempenho relativo da Sonaecom em 2007



No final de 2007, as acções da Sonaecom alcançaram o valor de 3,30 euros por acção, 34% abaixo da cotação de fecho de 5,02 euros por acção em 31 de Dezembro de 2006. O preço por acção atingiu o máximo de 7,5 euros em 16 de Fevereiro de 2007 e o mínimo de 3,25 euros em 17 de Setembro de 2007.

No final de 2007, a capitalização bolsista situava-se em cerca de 1,2 mil milhões de euros.

Vale a pena salientar que o volume médio diário de transacções alcançou aproximadamente 1.008 mil acções, um aumento de mais 73% face a 2006 (581 mil acções). O número total de acções da Sonaecom transaccionado durante 2007 excedeu 257 milhões de acções, mais de 70% do total do capital social da empresa, um indicador adicional do aumento de liquidez das nossas acções. A principal razão para este aumento significativo no volume de transacções ficou a dever-se ao maior interesse por parte dos investidores em acções da Sonaecom, como resultado da nossa oferta pública de aquisição da PT e subseqüentes especulações sobre expectativas de consolidação alternativas.

6.3. Estrutura accionista

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,66% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Em 2007, a Sonaecom recebeu as seguintes notificações:

Notificações de Participações Qualificadas na Sonaecom durante 2007

Data	Accionista	Tipo de Comunicado	Número de acções detidas	% detida aquando notificação
27 de Fevereiro 2007	Credit Suisse Securities Ltd	Perda de Participação Qualificada	6.295.919	1,72%
22 de Março 2007	C.R. Intrinsic Investment	Participação Qualificada	9.335.664	2,55%
3 de Abril 2007	Brahman Capital	Perda de Participação Qualificada	0	0,00%
15 de Junho 2007	Norges Bank	Participação Qualificada	8.362.372	2,28%
19 de Julho 2007	Norges Bank	Perda de Participação Qualificada	-	< 2%
13 de Dezembro 2007	C.R. Intrinsic Investment	Perda de Participação Qualificada	4.663.623	1,27%

Os principais accionistas da Sonaecom continuam a ser a Sonae SGPS, um Grupo multinacional português com interesses nos sectores imobiliário, retalho e indústria, com uma participação de cerca de 50,3%, e a France Telecom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 19,2%.

O *free float* (% de acções não detidas ou controladas pelos accionistas de referência e pela EDP em 31 de Dezembro de 2007, com exclusão das acções próprias) situa-se actualmente em aproximadamente 22,1%.

Em 2007, não se verificaram alterações no número de acções emitidas pela Sonaecom.

6.4. Acções próprias

Entre os dias 5 e 6 de Março de 2007, a Sonaecom adquiriu um total de 1,89 milhões de acções próprias, representativas de 0,52% do capital social, pelo preço médio de 4,71 euros por acção. Estas aquisições tiveram como objectivo a cobertura total das responsabilidades derivadas do Plano de Incentivos de Médio Prazo (PIMP) da Sonaecom, atribuído aos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2007, a Sonaecom detém o mesmo número de acções próprias. De acordo com os termos do PIMP da Sonaecom, estas acções serão entregues aos respectivos colaboradores, anualmente, em Março de 2009 e Março de 2010.

7. Glossário

3G	Termo utilizado para descrever uma geração de sistemas de comunicações móveis que surgiu após a segunda geração (2G), rede móvel de GSM. Trata-se de uma evolução nas comunicações, baseada na substituição de circuitos por redes de banda larga móveis de alta velocidade, em que os dados são transmitidos em pacotes.
ADSL	<i>Asymmetric Digital Subscriber Line</i> - trata-se da tecnologia de transmissão assimétrica amplamente utilizada dentro da família xDSL. Uma ligação ADSL fornece um canal de recepção de comunicações de alta velocidade (mais de 1,5 Mbps) e um canal de envio de comunicações de velocidade mais baixa (16 a 640 Kbps), além do serviço telefónico convencional, na gama de baixas frequências e uma tecnologia de modem que converte as linhas telefónicas de par entrançado em linhas digitais de alta velocidade para, por exemplo, acesso rápido à Internet.
B2B	Business-to-Business – uma forma de identificar o mercado (electrónico ou não) de transacções entre duas empresas
Backbone	Conjunto de circuitos, maioritariamente de alta velocidade, que formam os segmentos principais de uma rede de comunicações, aos quais os elementos secundários se encontram ligados.
BSC	Controlador de Central - o BSC é responsável pela gestão dos recursos de rádio de uma ou mais BTSs, em todos os aspectos. O BSC estabelece ainda a ligação entre a central móvel e o MSC.
Centrais	Centrais telefónicas locais (detidas em Portugal pela PT), utilizadas para executar a desagregação local de lacetes.
DWDM	<i>Dense Wavelength Division Multiplexing</i> - uma tecnologia fundamental para a evolução da transmissão actual. Este sistema permite a combinação de vários comprimentos de onda num sinal leve, para ser transmitido por uma única fibra óptica.
FWA	<i>Fixed Wireless Access</i> - tecnologia rádio de acesso fixo que permite aos operadores fornecer aos seus clientes uma ligação directa à sua rede de telecomunicações, através de uma ligação fixa de rádio, das instalações do cliente até à central local do operador, em vez de uma ligação por fio de cobre ou fibra óptica.
Gigabit Ethernet	Transmissão de dados através de tecnologia Ethernet, com velocidades até 1000 Mbps. O termo Ethernet refere-se ao tipo de cabo e ao modo de acesso à rede. Trata-se da rede local mais frequentemente utilizada em empresas. Suporta várias velocidades de comunicação, consoante o padrão de Ethernet utilizado.
GPRS	<i>General Packet Radio Service</i> - evolução dos sistema GSM, baseada na permuta de pacotes, que permite velocidades de transmissão até 115 Kbps.
GSM	<i>Global Standard for Mobile Communications</i> - padrão utilizado em sistemas digitais de comunicações móveis 2G, que especifica a forma como os dados são codificados e transferidos através do espectro.
GPS	<i>Global Positioning System</i> – sistema de posicionamento global, via satélite
HSDPA	<i>High-Speed Downlink Packet Access over W-CDMA networks</i> - tecnologia que melhora a taxa de transferência de dados UMTS, sendo por isso também referida como geração três e meio (3.5G)

HSUPA	<i>High-Speed Uplink Packet Access over W-CDMA networks</i> - uma tecnologia semelhante à HSDPA, mas relativa ao envio de informação do terminal móvel para a rede ("upload"), que melhora a taxa de transferência de dados UMTS. A taxa de transferência do Envio deverá ser inferior à da Recepção, a curto/médio prazo.
IMS	IP Multimedia Subsystem – uma arquitectura de sistemas direccionada para a entrega de serviços multimédia via <i>internet protocol</i> (IP) a utilizadores móveis.
ISP	<i>Internet Service Provider</i> - fornecedor de acesso à Internet.
ITIL Methodologies	Information Technology Infrastructure Library (ITIL) – um conjunto de <i>best practices</i> utilizadas no fornecimento de serviços de qualidade em IT.
Kbps	Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 bits por segundo.
Mega / Mbps	Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 Kbps.
MMS	<i>Multimedia Messaging Service</i> - serviço de mensagens multimédia que combina texto, imagem e som, operacional em redes GPRS e 3G.
MPEG	Sistemas de codificação e de compressão aprovadas pelo <i>moving picture experts group</i>
Nodos B	Elemento básico de transmissão de uma rede UMTS.
Oferta de Referência ULL	Oferta de Referência de Desagregação do Lacete Local - regula a desagregação do lacete local. Esta oferta permite aos operadores alternativos fornecer acesso directo (serviços de voz, Internet de banda larga e vídeo) aos seus clientes, com base na rede de acesso de cobre da PT Comunicações.
Oferta de Referência Grossista de Aluguer de Linha	Regula a oferta grossista relacionada com a criação de uma factura única para clientes de acesso indirecto. Permite ao fornecedor pré-seleccionar os serviços convencionais e/ou serviços de ADSL a facturar e cobrar a mensalidade da PT directamente aos seus clientes.
PCMCIA	<i>Personal Computer Memory Card International Association</i> (ou Cartão PC) - formato padrão para periféricos. Existem modelos de PCMCIA que podem ser utilizados para ligar um telemóvel a um computador portátil, permitindo a transmissão de dados e faxes.
PSTN	<i>Public Switched Telephone Network</i> - conjunto de infra-estruturas de telecomunicações que permite o estabelecimento de ligações analógicas entre terminais, para suportar uma ampla gama de serviços de telecomunicações, como telefone e videoconferência.
SDH	<i>Synchronous Digital Hierarchy</i> - especificação hierárquica de interfaces de sinal digital de alta velocidade transmitidos por fibra óptica. O sinal síncrono permite o acesso directo aos tributários, evitando assim o processamento através de vários níveis de multiplexação. Uma das principais características de uma rede SDH é o fornecimento de uma ampla gama de serviços através de mecanismos de recuperação e protecção de informação.
SHDSL	<i>Symmetric High-Bit-Rate Digital Subscriber Line</i> - permite uma comunicação bidireccional com velocidades de 192 kbits a 2,31 megabits, usando um par entrançado de fios de cobre (por outras palavras, um cabo telefónico normal), mesmo a grandes distâncias.
SMS	<i>Short Messaging Service</i> - serviço destinado à troca de mensagens breves, comum nas redes móveis.

Softswitching	Terminais de permuta baseados em tecnologia VoIP, permitindo não só uma maior flexibilidade na oferta de produtos, como também maior capacidade por unidade de custo.
Tarifas de Terminação Móvel	Taxas cobradas por operadores móveis às empresas de telecomunicações para terminar chamadas em rede própria.
TDD	Televisão Digital Terrestre
Triple Play	Oferta integrada de voz, internet e televisão.
ULL	<i>Unbundling of the Local Loop</i> - opção de rede de acesso consistindo na desagregação do lacete local, permitindo que outros operadores licenciados utilizem o lacete local pertencente ao operador incumbente, para prestação de serviços.
UMTS	<i>Universal Mobile Telecommunications System</i> - um dos sistemas de comunicações móveis de terceira geração utilizados, nomeadamente na Europa, integrando uma família mais alargada (IMT-2000).
VoIP	<i>Voice over IP</i> - tecnologia que permite a conversão de sinais áudio analógicos em sinais digitais, que são depois transmitidos através da Internet e reconvertidos em sinais analógicos. A combinação de dados e voz num único canal encoraja a criação de serviços de comunicação com possibilidades que vão para além da chamada telefonia.
Wi-Fi	Um tipo de tecnologia sem fios, cuja marca é detido pela Wi-Fi Alliance, que promove determinados standards com o objectivo de melhorar a interoperabilidade dos produtos e serviços de redes locais sem fios.

SAFE HARBOUR

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas, e em geral todos os destinatários deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Nós não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura

Relatório disponível no sítio na internet da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores

Isabel Borgas
Directora de Comunicação
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

António Castro
Director de Relação com Investidores
antonio.gcastro@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 99

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro de 2007	Dezembro de 2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	1.d), 1.i) e 6	533.166.510	494.771.742
Imobilizações incorpóreas	1.e), 1.f) e 7	189.436.634	166.664.974
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	528.216.604	506.902.772
Investimentos em empresas associadas	1.b) e 4	747.614	762.437
Investimentos disponíveis para venda	1.h) e 10	1.207.320	112.317.225
Impostos diferidos activos	1.q) e 11	101.118.096	61.786.654
Outros activos não correntes	1.s), 1.t), 1.u) e 12	-	348.568
Total de activos não correntes		<u>1.353.892.778</u>	<u>1.343.554.372</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	1.j) e 13	24.036.540	15.138.395
Clientes	1.k) e 14	192.029.940	151.981.914
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 15	17.704.719	20.060.419
Outros activos correntes	1.s), 1.t) e 1.u) e 16	87.096.013	62.687.227
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.h) e 17	-	849.375
Caixa e equivalentes de caixa	1.i) e 18	83.851.612	125.917.344
Total de activos correntes		<u>404.718.824</u>	<u>376.634.674</u>
Total do activo		<u>1.758.611.602</u>	<u>1.720.189.046</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	19	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.v) e 20	(8.938.165)	-
Reservas	1.u)	540.469.726	556.646.226
Resultado líquido consolidado do exercício		36.777.870	(13.883.168)
		<u>934.556.299</u>	<u>909.009.926</u>
Interesses minoritários	21	865.131	471.382
Total do capital próprio		<u>935.421.430</u>	<u>909.481.308</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.m), 1.n) e 22	373.213.990	460.600.827
Outros passivos financeiros não correntes	1.i) e 23	17.916.038	1.614.602
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 24	30.885.378	20.078.571
Impostos diferidos passivos	1.q)	284.402	-
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t), 1.u) e 25	291.147	3.785.049
Total de passivos não correntes		<u>422.590.955</u>	<u>486.079.049</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 18 e 22	624.457	74.607
Fornecedores	26	185.332.554	162.680.112
Outros passivos financeiros	1.i) e 27	1.926.041	1.708.922
Outras dívidas a terceiros	28	18.350.798	17.538.711
Outros passivos correntes	1.s), 1.t), 1.u), 29 e 41	194.365.367	142.626.337
Total de passivos correntes		<u>400.599.217</u>	<u>324.628.689</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.758.611.602</u>	<u>1.720.189.046</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hopley

Jean-François René Pontal

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA
 PARA OS TRIMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	Setembro a Dezembro de 2007		Setembro a Dezembro de 2006	
		Dezembro de 2007	(Não auditado)	Dezembro de 2006	(Não auditado)
Vendas	30	79.052.510	24.134.556	89.288.539	22.666.820
Prestações de serviços	30	813.641.181	224.281.105	746.751.737	189.343.178
Outros proveitos operacionais	31	6.421.176	2.188.901	32.035.543	2.412.482
		<u>899.114.867</u>	<u>250.604.562</u>	<u>868.075.819</u>	<u>214.422.480</u>
Custo das vendas	13	(108.621.905)	(33.901.886)	(102.115.774)	(29.701.109)
Fornecimentos e serviços externos	32	(507.530.381)	(142.230.185)	(457.366.138)	(120.895.672)
Custos com o pessoal		(95.000.392)	(25.920.379)	(102.501.059)	(25.189.054)
Amortizações e depreciações	1. d), 1. e), 6 e 7	(139.982.820)	(38.485.608)	(135.670.907)	(35.480.638)
Provisões e perdas de imparidade	1. p), 1. w) e 24	(12.176.960)	(2.944.485)	(10.612.459)	(2.378.237)
Outros custos operacionais	1. x) e 33	(13.791.210)	(4.183.035)	(11.142.336)	(3.178.012)
		<u>(877.103.668)</u>	<u>(247.665.578)</u>	<u>(819.408.673)</u>	<u>(216.822.722)</u>
Custos com as Ofertas Públicas de Aquisição	34	-	-	(30.906.602)	(30.906.602)
		<u>(877.103.668)</u>	<u>(247.665.578)</u>	<u>(850.315.275)</u>	<u>(247.729.324)</u>
Ganhos e perdas em empresas associadas	35	224.427	312.000	(162.483)	(41.249)
Ganhos e perdas em investimentos disponíveis para venda	35	5.578.307	-	-	-
Outros custos financeiros	1. n), 1. o), 1. w), 1. x) e 35	(39.460.766)	(4.707.415)	(23.138.426)	(6.236.916)
Outros proveitos financeiros	1. o), 1. w) e 35	12.176.948	554.561	5.931.577	1.403.780
Resultados correntes		530.115	(901.870)	391.212	(38.181.229)
Imposto sobre o rendimento	1. q), 1. l) e 36	36.635.013	34.929.818	(5.259.937)	(2.068.876)
Resultado líquido consolidado do exercício		37.165.128	34.027.948	(4.868.725)	(40.250.105)
Atribuível a:					
Accionistas da empresa mãe	40	36.777.870	33.846.503	(13.883.168)	(40.354.249)
Interesses minoritários	21	387.258	181.445	9.014.443	104.144
Resultados por acção					
Incluindo operações em descontinuação					
Básicos		0,101	0,09	(0,04)	(0,11)
Diluídos		0,101	0,09	(0,04)	(0,11)
Excluindo operações em descontinuação					
Básicos		0,101	0,09	(0,04)	(0,11)
Diluídos		0,101	0,09	(0,04)	(0,11)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
 (Montantes expressos em Euros)

	2007												
	Capital Social	Ações próprias (Nota 20)	Reservas						Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
Reserva legal			Prémios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de ações próprias	Reservas de justo valor (Nota 10)					
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	366.246.868	-	559.078	775.290.377	(225.277.495)	952.390	-	-	5.121.876	556.646.226	-	(13.883.168)	909.009.926
Aplicação do resultado consolidado de 2006	-	-	443.209	-	(14.326.377)	-	-	-	-	(13.883.168)	-	13.883.168	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.777.870	36.777.870
Aquisição de ações próprias	-	(8.938.165)	-	-	(8.938.165)	-	-	8.938.165	-	-	-	-	(8.938.165)
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	412.910	-	(5.121.876)	(4.708.966)	-	-	(4.708.966)
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	-	-	-	-	-	2.234.288	-	-	-	2.234.288	-	-	2.234.288
Reembolso de custos com aumento de capital (imposto de selo), líquido de impostos	-	-	-	-	300.000	-	-	-	-	300.000	-	-	300.000
Variação de reservas de conversão cambial e outros	-	-	-	-	(118.654)	-	-	-	-	(118.654)	-	-	(118.654)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	366.246.868	(8.938.165)	1.002.287	775.290.377	(248.360.691)	3.186.678	412.910	8.938.165	-	540.469.726	-	36.777.870	934.556.299
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	471.382	-	471.382
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	387.258	-	387.258
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.491	-	6.491
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	865.131	-	865.131
Total	366.246.868	(8.938.165)	1.002.287	775.290.377	(248.360.691)	3.186.678	412.910	8.938.165	-	540.469.726	865.131	36.777.870	935.421.430

	2006												
	Capital Social	Ações próprias	Reservas						Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
Reserva legal			Prémios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de ações próprias	Reservas de justo valor (Nota 10)					
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	296.526.868	-	114.360	499.633.160	(226.654.302)	-	-	-	-	273.093.218	-	2.156.198	571.776.284
Aplicação do resultado consolidado de 2005	-	-	444.718	-	1.711.480	-	-	-	-	2.156.198	-	(2.156.198)	-
Aumento de capital com prémio de emissão	69.720.000	-	-	275.657.217	-	-	-	-	-	275.657.217	-	-	345.377.217
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.883.168)	(13.883.168)
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	5.121.876	5.121.876	-	-	5.121.876
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos a Médio Prazo	-	-	-	-	-	952.390	-	-	-	952.390	-	-	952.390
Variação de reservas de conversão cambial e outros	-	-	-	-	(334.673)	-	-	-	-	(334.673)	-	-	(334.673)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	366.246.868	-	559.078	775.290.377	(225.277.495)	952.390	-	-	5.121.876	556.646.226	-	(13.883.168)	909.009.926
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.163.114	-	115.163.114
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.014.443	-	9.014.443
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.035.780)	-	(3.035.780)
Alienação de participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.682.005)	-	(120.682.005)
Aquisições a minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.610	-	11.610
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	471.382	-	471.382
Total	366.246.868	-	559.078	775.290.377	(225.277.495)	952.390	-	-	5.121.876	556.646.226	471.382	(13.883.168)	909.481.308

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

	<u>31 de Dezembro de 2007</u>		<u>31 de Dezembro de 2006</u>	
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	859.288.809		821.674.020	
Pagamentos a fornecedores	(574.683.704)		(554.492.890)	
Pagamentos ao pessoal	(107.936.161)		(112.906.999)	
Fluxo gerado pelas operações	<u>176.668.944</u>		<u>154.274.131</u>	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(3.052.899)		(1.954.217)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	(23.686.174)		(29.255.058)	
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>149.929.871</u>	149.929.871	<u>123.064.856</u>	123.064.856
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	115.310.368		28.375.116	
Imobilizações corpóreas	1.057.408		2.609.447	
Imobilizações incorpóreas	6.966		8.235	
Juros e proveitos similares	11.683.303	128.058.045	5.919.370	36.912.168
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos concedidos	(1.233.597)		(4.990)	
Investimentos financeiros	(34.864.358)		(106.702.871)	
Imobilizações corpóreas	(105.570.640)		(93.357.152)	
Imobilizações incorpóreas	(33.976.535)	(175.645.130)	(18.764.014)	(218.829.027)
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(47.587.085)</u>	(47.587.085)	<u>(181.916.859)</u>	(181.916.859)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	225.000.000	225.000.000	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(3.251.496)		(1.820.101)	
Juros e custos similares	(36.364.867)		(18.512.975)	
Aquisição de acções próprias	(8.938.165)		-	
Empréstimos obtidos	(324.458.200)	(373.012.728)	-	(20.333.076)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(148.012.728)</u>	(148.012.728)	<u>(20.333.076)</u>	(20.333.076)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	<u>(45.669.942)</u>		<u>(79.185.079)</u>	
Efeito das diferenças de câmbio		117.920		(59.000)
Caixa e seus equivalentes no princípio do exercício	<u>128.779.177</u>		<u>(205.086.816)</u>	
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	<u>83.227.155</u>		<u>125.842.737</u>	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

	2007	2006
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Aquisições		
Profimetrics - Software Solutions, S.A.	-	150.000
Tecnológica Telecomunicações, Ltda.	1.148.715	-
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	13.924.227	-
Cape Technologies, Limited	22.149.145	-
Praesidium Holdings Limited	1.579.349	-
b) Quantias por pagar da aquisição de investimentos financeiros		
Tecnológica Telecomunicações, Ltda.	917.494	-
Cape Technologies, Limited	3.070.000	-
Praesidium Holdings limited	578.369	-
c) Quantia a receber da aquisição de investimentos financeiros		
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	628.785	-
d) Quantia de outros activos e passivos adquiridos		
Aquisição de acções da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.	-	414.842
Entradas facultativas de capital - Profimetrics - Software Solutions, S.A.	-	150.000
Aquisição de acções da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	-	105.988.029
	<u>34.864.358</u>	<u>106.702.871</u>
e) Alienações		
Retailbox BV	-	33.268.380
Investimento Directo, S.A.	-	679.412
Acções Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.	-	247.274
Acções da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	108.461.474	-
Acções Sonae, S.G.P.S., S.A.	385.979	-
Dutsystem Software em Rede, S.A.	87.790	-
Despegar.com Inc	2.904.245	-
Profimetrics Software Solutions, S.A.	300.000	-
f) Recebimento de alienações de anos anteriores		
Retailbox BV	3.320.880	-
g) Quantias por receber da alienação de investimentos financeiros		
Profimetrics Software Solutions, S.A.	150.000	-
Retailbox BV	-	5.819.950
	<u>115.310.368</u>	<u>28.375.116</u>
h) Quantia de caixa e equivalentes a caixa existentes na filial alienada		
Retailbox BV	-	247.394
Enabler - Informática, S.A.	-	3.166.663
Enabler Brasil, Lda.	-	116.001
Enabler Retail & Consult, GmbH	-	17.900
Enabler UK, Limited	-	570.900
Enabler France	-	155.860
i) Quantia de outros activos e passivos alienados		
Retailbox BV	-	611.599
Imobilizado	-	6.490.798
Clientes e outros devedores	-	391.216
Investimentos registados ao justo valor	-	-
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	-	(2.416.842)
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	581.803	143.380
Depósitos à ordem	4.431.889	6.173.117
Aplicações de Tesouraria	78.837.920	119.600.847
Depósitos à ordem (saldos credores)	(624.457)	(74.607)
Caixa e seus equivalentes	<u>83.227.155</u>	<u>125.842.737</u>
Depósitos à ordem (saldos credores)	624.457	74.607
Disponibilidades constantes do balanço	83.851.612	125.917.344
A diferença verificada entre o valor de Caixa e seus equivalentes do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e o valor de Caixa e seus equivalentes no início do exercício refere-se a variações de perímetro e pode ser resumida como segue:		
Caixa e seus equivalentes do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006		125.842.737
Variação de perímetro:		
Tecnológica Telecomunicações, Ltda.	384	
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	338.480	
Cape Technologies Limited	2.157.457	
Cape Asia Pac PTY Limited	3.638	
Cape Poland Sp Z.o.o.	5.905	
Cape Technologies (UK) Limited	13.809	
Cape Technologies Americas, Inc	35.213	
Praesidium Holdings Limited	497	
Praesidium Services Limited	381.057	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007		128.779.177
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	104.611.398	225.141.177
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4 - Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	188.741.151	(135.098.163)	(340.551.509)	(286.908.521)
Multimédia	(3.696.917)	(748.124)	(15.415)	(4.460.456)
Sistemas de Informação	(19.036.526)	(18.710.340)	(227.416)	(37.974.281)
Outras	(16.077.837)	106.969.542	192.781.612	283.673.316
	<u>149.929.871</u>	<u>(47.587.085)</u>	<u>(148.012.728)</u>	<u>(45.669.942)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 4 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.

- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.(Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália e nos Estados Unidos da América.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

Durante o exercício de 2007, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2006. Durante

este exercício, a Sonaecom aplicou pela primeira vez a IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros”, obrigatória para os exercícios com início em Janeiro de 2007, bem como as correspondentes alterações à IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. A aplicação desta norma resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo (Notas 1. ab), 8, 14, 15, 22, 26, 28 e 35).

A 29 de Março de 2007, com efeitos obrigatórios a 1 de Janeiro de 2009 mas com uma adopção antecipada permitida, o IASB emitiu uma revisão à IAS 23 – “Custos de empréstimos obtidos”, a qual, face à anterior versão, eliminou a possibilidade de reconhecimento imediato na demonstração de resultados do exercício dos custos de empréstimos associados a activos que exigem um período de tempo substancial até estarem disponíveis para uso ou venda. A Sonaecom já adoptava o procedimento de capitalização desses custos como parte do custo do activo associado, pelo que a revisão de tal norma não irá produzir qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, foram também emitidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 cinco interpretações: (i) IFRIC 7 – “Adopção do método de reexpressão segundo a IAS 29 – Reporte Financeiro em economias hiperinflacionárias”; (ii) IFRIC 8 – “Âmbito da IFRS 2”; (iii) IFRIC 9 – “Reavaliação dos derivados embutidos”; (iv) IFRIC 10 – “Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidades”; e (v) IFRIC 11 – “IFRS 2 – Grupos e Transacções com base em acções”. A aplicação destas interpretações não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

Por último, à data da emissão destas demonstrações financeiras, tinham sido emitidas as seguintes normas e interpretações, cuja aplicação ainda não era obrigatória e cuja ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Revisão da IFRS 3 – “Concentrações empresariais” – (obrigatória a 1 de Julho de 2009);
- IFRS 8 – “Segmentos Operacionais” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRIC 12 – “Acordos sobre Serviços de Concessão” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);
- IFRIC 13 – “Programas de Fidelização de Clientes” – (obrigatória a 1 de Julho de 2008);
- IFRIC 14 – “IAS 19 – Os limites de um plano de benefícios definidos” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008).

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo já se encontra a aplicar a IFRIC 13, sendo que as restantes normas e interpretações não terão efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de

terceiros nas mesmas, é apresentado no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica "Interesses minoritários".

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são considerados parte integrante do respectivo custo de aquisição.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'investimentos financeiros em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'investimentos financeiros em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos

adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 3.

d) Imobilizações corpóreas

As 'imobilizações corpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10 - 20
Rede de telecomunicações	10 - 20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	5 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso

e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo, com base em relatórios de peritos independentes, procedeu à revisão da estimativa da vida útil para algumas categorias de bens do seu imobilizado corpóreo (Nota 6), tendo os respectivos efeitos sido registados de forma prospectiva.

e) Imobilizações incorpóreas

As 'imobilizações incorpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As 'imobilizações incorpóreas' só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As 'imobilizações incorpóreas' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'imobilizações corpóreas' - software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo durante o qual foram concedidas (15 anos). A licença UMTS está a ser amortizada por um período de 11 anos, que corresponde ao período compreendido entre a data de arranque da actividade comercial e o termo da licença. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, são amortizados desde o momento em que são incorridos até ao termo da licença. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

Os custos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registados como custo no momento em que as despesas são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício das 'imobilizações incorpóreas' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são objecto de amortização, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com o IFRS 3 - "Business Combinations", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação'. A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

Nas aquisições subsequentes de investimentos financeiros já detidos pelo Grupo, as diferenças de consolidação são apuradas através da diferença entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros e o montante proporcional dos capitais próprios da empresa adquirida.

h) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

a) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

b) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registadas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se

classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

- c) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.
- d) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas dos investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada (queda superior a 25% durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o

custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração (Nota 24).

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'clientes' e as 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o impacto do desconto.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são possíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida em que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos

subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

p) Provisões e contingências

As 'provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tiver sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'imposto sobre o rendimento do exercício' é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O 'imposto corrente sobre o rendimento' é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do grupo.

Os 'impostos diferidos' são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos em imobilizado são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, como uma dedução às amortizações e depreciações, durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

s) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'impostos diferidos' e as 'provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 24).

u) Reserva legal, de cobertura e acções próprias

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2, a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de cobertura

A reserva de cobertura reflecte as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. o), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de acções próprias

A reserva de acções próprias reflecte o valor das acções próprias adquiridas e segue um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, as únicas reservas da Sonaecom, SGPS, S.A., que, pela sua natureza, se consideram distribuíveis, são as relativas a outras reservas no montante de 8.189.905 Euros.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	2007		2006	
	31.12.07	Média	31.12.06	Média
Libra inglesa	1,36361	1,46209	1,48920	1,46704
Real brasileiro	0,38516	0,37577	0,35564	0,36658
Dólar americano	0,67930	0,73080	-	-
Zloti (Polónia)	0,27828	0,26445	-	-
Dólar australiano	0,59677	0,61203	-	-

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Imobilizado e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço

de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfolio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e corroborados por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';

- b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratasse de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

O Grupo celebrou, em 2003, um contrato onde transferiu, através do estabelecimento do pagamento de uma verba fixa, a titularidade da sua responsabilidade afecta aos planos de acções próprias para uma entidade exterior ao Grupo Sonaecom. À data de 31 de Dezembro de 2007, apenas um dos planos em aberto estava abrangido por esse contrato de cobertura. Desta forma, o impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções próprias está contabilizado, no balanço, nas rubricas de 'Outros activos correntes' e 'Outros passivos correntes', para o plano abrangido pelo contrato de cobertura e na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', para os restantes dois planos. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;

- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a. Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, nos Estados Unidos e na Austrália, estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como segue:

	Activos		Passivos	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Libra inglesa	520.785	-	141.875	-
Real brasileiro	17.910.518	11.400.844	13.176.664	5.743.749
Dólar americano	19.781	-	7.503	-
Zloti (Polónia)	128.134	-	81.695	-
Dólar australiano	32.115	-	67.565	-

A sensibilidade do Grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2007		2006	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Libra inglesa	1%	(577)	4.813	-	-
Real brasileiro	1%	310	18.744	15.496	20.022
Dólar americano	1%	(336)	41	-	-
Zloti (Polónia)	1%	(105)	(111)	-	-
Dólar australiano	1%	(386)	405	-	-
		(1.094)	23.892	15.496	20.022

Esta tabela detalha os eventuais impactos gerados nas demonstrações financeiras do Grupo pela conversão das demonstrações financeiras das suas subsidiárias que relatam em moeda diferente do Euro, caso ocorressem as referidas variações nas taxas de câmbio.

b. Risco de Preço

O Grupo, durante o exercício de 2007, esteve exposto ao risco de variação de preço de Investimentos registados ao justo valor através de resultados e de parte dos Investimentos disponíveis para venda. No primeiro caso, a rubrica era composta por acções da Sonae S.G.P.S., S.A., as quais foram adquiridas para fazer face às responsabilidades que o Grupo assumiu no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo atribuídos aos colaboradores (Notas 1.y) e 41), pelo que a variação de preço destes títulos era compensada pela variação na responsabilidade dos respectivos planos. No caso dos investimentos disponíveis para venda, a rubrica era maioritariamente composta por acções da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.

Durante o exercício de 2007, ambos os títulos foram alienados (Notas 10 e 17). A cobertura dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonae S.G.P.S., S.A., passou a ser efectuada através de contratos com uma entidade externa.

c. Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no

capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 22) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevaletentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos

derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para o Grupo, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

d. Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento .

A liquidez existente numa determinada Empresa deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- i. Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- ii. Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- iii. Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de Relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo

negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 22, 25, 26 e 28, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

e. Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2007		2006	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe:							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias:							
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" - usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae.com Sistemas de Informação	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultadoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G - Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Lisboa	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	99%
Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. ("Novis" e "Optimus") (a)	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom	53,54%	53,54%	58,33%	58,33%
			Sonae Matrix	-	-	41,67%	41,67%
			Sonae Telecom	37,94%	37,94%	-	-
			Sonaecom BV	8,52%	8,52%	-	-
Optimus - Telecomunicações, S.A. ("Optimus") (a)	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Sonae Telecom	(Extinta via fusão por incorporação)		49,06%	49,06%
			Sonaecom			50,94%	50,94%
Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	-	-
			Optimus	-	-	100%	100%
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	100%	100%	99%	99%
Optimus Towering - Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Optimus Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	-	-
			Optimus	-	-	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2007		2006	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. (Saphety)	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Matrix") (b)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Sonaecom	(Dissolvida)		100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações móveis.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae.com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com Sistemas de Informação")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica") (c)	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	-	-
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	97,66%	97,66%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	97,57%
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele2") (d)	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, nomeadamente serviço fixo telefónico e internet.	Sonaecom	100%	100%	-	-

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2007		2006	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Optimus Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis") (e)	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos	Sonaecom	100%	100%	-	-
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies") (f)	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	-	-
Cape Poland Sp. Z.o.o. ("Cape Poland") (f)	Posnan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Cape AsiaPac PTY Limited ("Cape Asia") (f)	New South Wales	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Cape Technologies Americas, Inc ("Cape America") (f)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Cape Technologies (UK) Limited ("Cape UK") (f)	Cardiff	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Praesidium Holdings Limited ("Praesidium Hld") (f)	Berkshire	Gestão de participações sociais	We Do	100%	100%	-	-
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services") (f)	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Praesidium Hld	100%	100%	-	-
Praesidium Technologies Limited ("Praesidium Technologies") (f)	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Praesidium Hld	100%	100%	-	-

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) A 1 de Novembro de 2007 ocorreu a fusão por incorporação da Optimus - Telecomunicações, S.A. na Novis Telecom, S.A., a qual alterou a sua denominação para Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. (Sonaecom Serviços de Comunicações)

(b) Empresa dissolvida em Dezembro de 2007.

(c) Empresa adquirida em Abril de 2007.

(d) Empresa adquirida em Setembro de 2007.

(e) Empresa constituída em Outubro de 2007.

(f) Empresas adquiridas em Outubro de 2007.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional o seguinte agrupamento:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2007		2006	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Vipu Ace ("Sexta") (a)	Lisboa	Optimização de meios para a actividade de edição de conteúdos para edições periódicas em papel, para suporte digital, vídeo ou TV.	Público	50%	50%	-	-

* Percentagem de capital detido pela Sonaecom
(a) ACE constituído em Outubro de 2007

Em 31 de Dezembro de 2007, os principais impactos decorrentes da inclusão deste agrupamento nas contas consolidadas do Grupo são os seguintes (débito/(crédito)):

	2007
Activos não correntes	13.973
Activos correntes	161.079
Passivos correntes	(183.446)
Resultado líquido	139.795
Total de proveitos	(137.640)
Total de custos	277.435

4. Investimentos em empresas associadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica incluía investimentos em empresas associadas, cujas sedes sociais, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2007		2006		2007	2006
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*		
Empresas associadas:									
Net Mall, S.G.P.S., S.A. (*Net Mall)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae.Com Sistemas de Informação	39,51%	39,51%	39,51%	39,51%	(a)	(a)
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. (*S.I.R.S.* – usando a marca * Rádio Nova*)	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
Unipress – Centro Gráfico, Lda. (*Unipress*)	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	40%	40%	40%	40%	747.614	762.437
Profimetrics – Software Solutions, S.A. (Profimetrics)	Maia	Desenvolvimento de soluções de software para optimização de retalho.	Sonae.com Sistemas de Informação	(Alienada)		30%	30%	-	(a)
								<u>747.614</u>	<u>762.437</u>

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom
(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o único movimento ocorrido nos investimentos em empresas associadas correspondeu ao efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento detido na Unipress.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas das empresas associadas com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido das empresas associadas foi como segue:

Empresa	Activo	Passivo	Total de Proveitos	Resultado Líquido
Unipress - Centro Gráfico, Lda (1)	5.027.507	3.198.883	2.934.954	52.945
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	652.698	696.790	1.302.377	53.245
Netmall, S.G.P.S., S.A.	14.637	20.354	-	(1.576)

(1) Valores a 31.12.2006

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

5. a) Aquisições

2007				
Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação actual
Sonae.com SI	We Do	Jan-07	0,70%	98,36%
Sonae.com SI	We Do	Fev-07	0,66%	99,02%
Sonae.com SI	We Do	Mar-07	0,06%	99,08%
Sonae.com SI	We Do	Abr-07	0,14%	99,22%
We Do Brasil	Tecnológica	Abr-07	99,99%	99,99%
Sonae.com SI	We Do	Mai-07	0,10%	99,32%
Sonae.com SI	We Do	Jul-07	0,09%	99,41%
Sonae.com SI	We Do	Ago-07	0,03%	99,44%
Sonae.com SI	We Do	Set-07	0,00%	99,44%
Sonaecom	Tele2	Set-07	100,00%	100,00%
Sonae.com SI	We Do	Out-07	0,02%	99,46%
We Do	Cape Technologies Limited	Out-07	100,00%	100,00%
We Do	Praesidium Holdings Limited	Out-07	100,00%	100,00%
Sonae Telecom BV	Público	Nov-07	1,00%	100,00%
Sonae.com SI	We Do	Dez-07	0,54%	100,00%

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, e como resultado das aquisições acima mencionadas, foi gerada uma Diferença de consolidação no montante de 21.313.832 Euros (Nota 9).

O cálculo das Diferenças de Consolidação das principais aquisições ocorridas durante o exercício de 2007 foi efectuado como segue:

Grupo Cape – (Actividade: Prestação de serviços de consultoria na área dos sistema de informação):

	Valor de balanço antes da aquisição
Activos adquiridos:	
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	429.411
Clientes	692.880
Outras dívidas de terceiros	1.863.987
Outros activos correntes	2.291.926
Caixa e equivalentes de caixa	2.216.022
	7.494.226
Passivos adquiridos:	
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.228.597
Outros passivos financeiros	260.304
Provisões para outros riscos e encargos	80.706
Fornecedores	945.562
Outras dívidas a terceiros	613.792
Outros passivos correntes	2.088.066
	5.217.027
Total de activos líquidos adquiridos	2.277.199
Preço de aquisição deduzido de empréstimos	22.149.146
Diferenças de Consolidação	19.871.947

Grupo Praesidium – (Actividade: Prestação de serviços na área de consultoria de sistemas de informação):

Activos adquiridos:	
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	26.868
Outros activos correntes	307.164
Caixa e equivalentes de caixa	381.554
	715.586
Passivos adquiridos:	
	286.065
Total de activos líquidos adquiridos	429.521
Preço de aquisição	1.579.349
Diferenças de Consolidação	1.149.828

Nos Grupos Cape e Praesidium, o Goodwill gerado respeita, essencialmente, a cash flows futuros que irão advir da actividade de tais subsidiárias, pelo que não foram identificados ajustamentos de justo valor nos activos e passivos adquiridos.

Tele2 – (Actividade: Prestação de serviços de telecomunicações, nomeadamente serviço fixo telefónico e internet):

Conforme previsto na IFRS3 – “Concentrações de actividades empresariais”, a contabilização da aquisição da Tele 2, em Setembro de 2007, foi efectuada provisoriamente, por não estar apurado o justo valor a atribuir aos activos e passivos adquiridos. À data de 31 de Dezembro de 2007, a alocação do preço de compra foi alterada, tendo sido atribuído o montante de 14.709.468 Euros à carteira de clientes, a qual foi registada na rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” do imobilizado incorpóreo e que se encontra a ser amortizada por um período de quatro anos (Nota 1. e).

	Valor de balanço antes da aquisição	Ajustamentos de justo valor	Justo valor
Activos adquiridos:			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	7.138.322	14.709.468	21.847.790
Existências	106.090	-	106.090
Clientes	4.677.059	-	4.677.059
Outras dívidas de terceiros	1.836.530	-	1.836.530
Outros activos correntes	5.897.657	-	5.897.657
Caixa e equivalentes de caixa	338.480	-	338.480
	19.994.138	14.709.468	34.703.606
Passivos adquiridos:			
Provisões para outros riscos e encargos	6.106.524	-	6.106.524
Fornecedores	8.231.622	-	8.231.622
Outras dívidas a terceiros	121.215	-	121.215
Outros passivos correntes	6.299.621	-	6.299.621
	20.758.982	-	20.758.982
Total de activos líquidos adquiridos	(764.844)	14.709.468	13.944.624
Preço de aquisição			13.944.624
Diferenças de consolidação			-

Os preços de aquisição das entidades referidas incluem custos directamente associados com a aquisição conforme segue:

	Cape	Praesidium	Tele 2
Preço base	22.962.296	1.500.040	13.771.215
Custos de aquisição	415.447	79.309	173.409
Preço de aquisição	23.377.743	1.579.349	13.944.624

Os impactos em free cash flow gerados pela aquisição das referidas empresas, foi como segue:

	Cape	Praesidium	Tele2
Preço de aquisição base (incluindo empréstimos)	22.962.296	1.500.040	13.771.215
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.216.022)	(381.554)	(338.480)
Parcela diferida do Preço	(3.000.000)	(510.000)	-
Impactos em free cash flow	17.746.274	608.486	13.432.735

O contributo das empresas adquiridas para os proveitos operacionais e para o resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, entre a data da sua aquisição e 31 de Dezembro de 2007, foi como segue (valores em milhares de Euros):

	Cape	Praesidium	Tele 2
Proveitos operacionais	1.947	248	16.438
Resultado líquido	(1.476)	45	(523)

Caso a aquisição das referidas empresas tivesse ocorrido no início do exercício, os contributos para os proveitos operacionais e para o resultado líquido consolidado seriam os seguintes (valores em milhares de Euros):

	Cape	Praesidium	Tele 2
Proveitos operacionais	11.802	1.300	58.273
Resultado líquido	(5.895)	539	(14.407)

Não foram identificados quaisquer passivos contingentes nem incorpóreos não reconhecidos nas empresas adquiridas durante o exercício de 2007.

2006					
Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação actual	
Sonae.com SI	We Do	Mar-06	0,99%	96,46%	
Sonae.com SI	We Do	Abr-06	0,07%	96,53%	
Sonae.com SI	We Do	Mai-06	0,09%	96,62%	
Sonae.com SI	We Do	Jun-06	0,09%	96,71%	
Sonae.com SI	We Do	Jul-06	0,12%	96,83%	
Sonae.com SI	We Do	Ago-06	0,17%	97,00%	
Sonae.com SI	We Do	Set-06	0,58%	97,58%	
Sonae.com SI	We Do	Out-06	0,04%	97,62%	
Sonaecom	Optimus	Out-06	30,76%	50,94%	
Sonae.com SI	We Do	Nov-06	0,04%	97,66%	

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, e como resultado das aquisições acima mencionadas, foi gerada uma Diferença de consolidação no montante de 225.108.379 Euros (Nota 9).

5. b) Constituições

Ano	Participante	Participada	Data	Capital	% participação
2007	Público	Vipu, ACE	Out-07	-	50%
2007	Sonaecom - Serviços de Comunicações (1)	Artis	Out-07	50.000	100%
2006	Sonaecom	Sonaecom BV	Fev-06	100.000	100%
2006	Sonae.com SI	Profimetrics	Mar-06	500.000	30%
2006	Novis	Saphety	Dez-06	50.000	100%

(1) Constituída pela Optimus, incorporada via fusão na Novis, que alterou a designação para Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.

5. c) Alienações

Ano	Vendedora	Participada	Data	% alienada	% participação
2007	Sonae.com SI	Profimetrics	Nov-07	30,00%	-
2006	Net Mall	Global S, SGPS, SA	Jan-06	64,73%	-
2006	Sonaetelecom BV	Retailbox BV	Jun-06	68,47%	-

A alienação da Profimetrics gerou, em 2007, uma mais-valia de cerca de 458.000 Euros.

A alienação da Retailbox BV gerou uma mais-valia, em 2006, nas contas consolidadas de 25.370.915 Euros, a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de "Outros proveitos operacionais".

5. d) Dissolução de sociedades

Ano	Participante	Participada	Data	% participação
2007	Sonaecom	Matrix	Dez-07	100,00%
2006	Optimus	SESI	Fev-06	9,75%

Em resultado destas dissoluções não foram gerados impactos materiais nas Demonstrações financeiras consolidadas anexas.

5. e) Outras

Em 1 de Novembro de 2007, procedeu-se à fusão por incorporação da Optimus na Novis, isto é, à fusão das divisões de telecomunicações móvel e fixo. Esta operação representa uma reorganização interna que não é mais do que o desenvolvimento natural da estratégia integrada de telecomunicações e que (i) reforça a estratégia do Grupo de crescimento tanto em termos orgânicos como não-orgânicos; (ii) posiciona melhor o Grupo para a antecipação e reacção às tendências do mercado, que apontam, cada vez mais, para a convergência fixo-móvel; (iii) proporciona o desenvolvimento de novos produtos e serviços; e (iv) possibilita uma maior eficiência operacional e de contenção de custos.

6. Imobilizações corpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2006	1.391.593	223.133.165	744.209.079	53.271	134.075.541	1.087.839	2.567.599	22.560.357	1.129.078.444
Entrada de empresas (Nota 5.a))	-	491.711	7.090.488	74.852	1.288.385	-	-	-	8.945.436
Adições	-	4.292.180	12.661.578	91.200	4.540.131	3.816	17.322	130.672.281	152.278.508
Alienações	-	(964.385)	(21.533.950)	(109.098)	(2.216.455)	(342)	(39)	(28.439)	(24.852.708)
Transferências e abates	-	8.263.439	100.555.831	19.321	5.744.434	5.607	143.500	(116.357.399)	(1.625.268)
Saldo em 31.12.2007	1.391.593	235.216.110	842.983.026	129.546	143.432.036	1.096.920	2.728.382	36.846.800	1.263.824.413
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2006	-	108.987.153	418.800.773	48.768	103.280.214	1.021.794	2.168.000	-	634.306.702
Entrada de empresas (Nota 5.a))	-	478.833	930.227	39.572	816.573	-	-	-	2.265.205
Amortizações do exercício	-	14.320.573	77.117.292	8.145	14.229.789	18.754	206.137	-	105.900.690
Reversão de perdas de imparidade do exercício	-	(319.710)	(120.207)	-	(27.136)	(228)	(16)	-	(467.297)
Alienações	-	(482.087)	(4.199.948)	(2.325)	(1.384.790)	(171)	(27)	-	(6.069.348)
Transferências e abates	-	(4.934.419)	(38.203)	-	(302.393)	(21)	(3.013)	-	(5.278.049)
Saldo em 31.12.2007	-	118.050.343	492.489.934	94.160	116.612.257	1.040.128	2.371.081	-	730.657.903
Valor líquido	1.391.593	117.165.767	350.493.092	35.386	26.819.779	56.792	357.301	36.846.800	533.166.510

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2005	1.391.593	193.802.186	669.946.802	168.785	132.463.176	1.046.912	2.769.153	11.914.444	1.013.503.051
Saídas de empresas (Nota 5. c))	-	-	(2.414.413)	(89.507)	(546.614)	-	(268.965)	-	(3.319.499)
Adições	-	13.308.281	3.202.673	67.537	1.705.097	1.466	60.575	109.067.709	127.413.338
Alienações	-	(972.878)	(439.332)	(160.115)	(2.742.020)	(2.933)	(1.763)	(208.946)	(4.527.987)
Transferências e abates	-	16.995.576	73.913.349	66.571	3.195.902	42.394	8.599	(98.212.850)	(3.990.459)
Saldo em 31.12.2006	1.391.593	223.133.165	744.209.079	53.271	134.075.541	1.087.839	2.567.599	22.560.357	1.129.078.444
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2005	-	89.408.263	350.360.883	102.913	93.059.285	1.010.003	2.129.329	-	536.070.676
Saídas de empresas (Nota 5. c))	-	-	(2.109.812)	(18.153)	(366.872)	-	(253.855)	-	(2.748.692)
Amortizações do exercício	-	19.826.075	71.481.827	12.658	14.978.197	16.175	335.352	-	106.650.284
Reversão de perdas de imparidade do exercício	-	(1.187)	(386)	-	(34.302)	-	(60)	-	(35.935)
Alienações	-	(139.609)	(239.325)	(51.466)	(2.532.879)	(2.933)	(559)	-	(2.966.771)
Transferências e abates	-	(106.389)	(692.414)	2.816	(1.823.215)	(1.451)	(42.207)	-	(2.662.860)
Saldo em 31.12.2006	-	108.987.153	418.800.773	48.768	103.280.214	1.021.794	2.168.000	-	634.306.702
Valor líquido	1.391.593	114.146.012	325.408.306	4.503	30.795.327	66.045	399.599	22.560.357	494.771.742

As adições do exercício incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service) ao HSDPA (Kanguru Express) ao ULL (desagregação de Lacete Local) e ao Triple Play. Inclui ainda um montante de 17.679.922 Euros relativo a acordos de fornecimento de capacidade de rede de fibra óptica os quais consubstanciam locações financeiras e que, por tal facto, foram registadas em imobilizado corpóreo.

As alienações do exercício incluem cerca de 18,6 milhões de Euros relacionados com a substituição de equipamentos da rede UMTS, tendo os equipamentos novos sido registados como adições do exercício.

As reversões de perdas de imparidade do exercício são registadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais'.

O custo de aquisição das 'Imobilizações corpóreas' detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, ascendia a 24.936.767 Euros e a 9.378.039 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 21.083.522 Euros e 5.564.239 Euros, respectivamente.

A revisão da estimativa da vida útil de diversas categorias de bens afectos aos sites de telecomunicações e de outros, efectuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 1.d)), gerou uma redução de cerca de 13,3 milhões de Euros nas amortizações, comparativamente com o que resultaria caso se tivessem utilizado as vidas úteis anteriormente estimadas.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de 'Imobilizações corpóreas' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

O 'Imobilizado corpóreo' em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a seguinte composição:

	2007	2006
Desenvolvimento da rede móvel	32.044.146	13.135.575
Desenvolvimento da rede fixa	2.594.034	6.138.254
Sistemas de informação	44.341	3.091.141
Outros projectos em curso	2.164.279	195.387
	<u>36.846.800</u>	<u>22.560.357</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2007	2006
Investimentos da área técnica	15.389.209	21.798.493
Investimentos em sistemas de informação	3.376.440	6.717.515
	<u>18.765.649</u>	<u>28.516.008</u>

7. Imobilizações incorpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2006	147.400.303	190.159.744	7.986.808	345.546.855
Entrada de empresas (Nota 5.a))	14.988.405	2.428.836	-	17.417.241
Adições	22.137.088	765.246	20.235.791	43.138.125
Alienações	(13.034)	(23.113)	(11.420)	(47.567)
Transferências e abates	103.667	19.520.677	(23.199.881)	(3.575.537)
Saldo em 31.12.2007	184.616.429	212.851.390	5.011.298	402.479.117
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2006	31.677.199	147.204.682	-	178.881.881
Entrada de empresas (Nota 5.a))	180.217	-	-	180.217
Amortizações do exercício	16.215.118	17.867.012	-	34.082.130
Reversão de perdas de imparidade do exercício	(236)	(131.636)	-	(131.872)
Alienações	(11.835)	(10.004)	-	(21.839)
Transferências e abates	80	51.886	-	51.966
Saldo em 31.12.2007	48.060.543	164.981.940	-	213.042.483
Valor Líquido	136.555.886	47.869.450	5.011.298	189.436.634

	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2005	147.155.167	172.425.905	7.085.344	326.666.416
Saídas de empresas (Nota 5. c))	(32.035)	(386.943)	-	(418.978)
Adições	252.545	225.264	18.414.103	18.891.912
Alienações	(6.853)	(17.600)	(434.262)	(458.715)
Transferências e abates	31.479	17.913.118	(17.078.377)	866.220
Saldo em 31.12.2006	147.400.303	190.159.744	7.986.808	345.546.855
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2005	18.483.941	132.907.337	-	151.391.278
Saídas de empresas (Nota 5. c))	(22.740)	(355.446)	-	(378.186)
Amortizações do exercício	13.241.891	15.778.732	-	29.020.623
Reversão de perdas de imparidade do exercício	(1.220)	(882.356)	-	(883.576)
Alienações	(1.725)	(1.941)	-	(3.666)
Transferências e abates	(22.948)	(241.644)	-	(264.592)
Saldo em 31.12.2006	31.677.199	147.204.682	-	178.881.881
Valor líquido	115.723.104	42.955.062	7.986.808	166.664.974

As adições do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 incluem: (i) cerca de 5,4 milhões de Euros relativos à aquisição da carteira de clientes da ONI; (ii) 4,6 milhões de Euros relativos ao valor da cláusula de não concorrência da ONI e (iii) 10,5 milhões relativos aos compromissos assumidos no âmbito da Sociedade de Informação. As entradas de empresas incluem 14,7 milhões de Euros relativos à carteira de clientes da Tele 2 (Nota 5. a)).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo tinha registado na rubrica 'Imobilizações incorpóreas' 111.732.870 Euros e 114.996.798 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 72.006.914 Euros (81.007.779 Euros em 2006) relativos à licença, (ii) 24.060.150 Euros (27.067.669 Euros em 2006) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças em Portugal, (iii) 7.389.598 Euros relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 2.123.896 Euros relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação (Nota 45).

O imobilizado incorpóreo em curso, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

As imobilizações corpóreas e incorpóreas incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinadas imobilizações em curso.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o total destes custos ascende a 14.365.760 Euros e 13.096.510 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram de 1.269.250 Euros e 642.909 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 4,77% em 2007 (3,65% em 2006) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

2007							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:							
Clientes	-	192.029.940	-	-	192.029.940	-	192.029.940
Outras dívidas de terceiros	-	7.919.281	-	-	7.919.281	9.785.438	17.704.719
Caixa e equivalentes de caixa	-	83.851.612	-	-	83.851.612	-	83.851.612
	-	283.800.833	-	-	283.800.833	9.785.438	293.586.271
2006							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	112.317.225	112.317.225	-	112.317.225
	-	-	-	112.317.225	112.317.225	-	112.317.225
Activos Correntes:							
Clientes	-	151.981.914	-	-	151.981.914	-	151.981.914
Outras dívidas de terceiros	-	9.218.633	-	-	9.218.633	10.841.786	20.060.419
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	849.375	-	-	-	849.375	-	849.375
Caixa e equivalentes de caixa	-	125.917.344	-	-	125.917.344	-	125.917.344
	849.375	287.117.891	-	-	287.967.266	10.841.786	298.809.052

2007							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	(412.910)	373.626.900	-	373.213.990	-	373.213.990
Outros passivos financeiros não correntes	-	-	-	17.916.038	17.916.038	-	17.916.038
	-	(412.910)	373.626.900	17.916.038	391.130.028	-	391.130.028
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	624.457	-	624.457	-	624.457
Fornecedores	-	-	-	185.332.554	185.332.554	-	185.332.554
Outros passivos financeiros	-	-	-	1.926.041	1.926.041	-	1.926.041
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	11.407.495	11.407.495	6.943.303	18.350.798
	-	-	624.457	198.666.090	199.290.547	6.943.303	206.233.850
2006							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	107.462	460.493.365	-	460.600.827	-	460.600.827
Outros passivos financeiros não correntes	-	-	-	1.614.602	1.614.602	-	1.614.602
	-	107.462	460.493.365	1.614.602	462.215.429	-	462.215.429
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	74.607	-	74.607	-	74.607
Fornecedores	-	-	-	162.680.112	162.680.112	-	162.680.112
Outros passivos financeiros	-	-	-	1.708.922	1.708.922	-	1.708.922
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	6.954.626	6.954.626	10.584.085	17.538.711
	-	-	74.607	171.343.660	171.418.267	10.584.085	182.002.352

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem integralmente constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS7.

9. Diferenças de consolidação

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos na rubrica 'Diferenças de consolidação' foram os seguintes:

	2007	2006
Saldo inicial	506.902.772	285.468.452
Reforço de participações (Nota 5.a))	21.313.832	225.108.379
Alienação de participações (Nota 5. c))	-	(3.674.059)
Saldo final	<u>528.216.604</u>	<u>506.902.772</u>

O reforço de participações ocorrido em 2007 correspondeu, essencialmente, às diferenças de consolidação geradas na aquisição do Grupo Cape (19.871.947 Euros) e do Grupo Praesidium (1.149.828 Euros).

O Grupo, de acordo com a política prevista na IFRS 3, suspendeu a amortização das Diferenças de consolidação a partir de 1 de Janeiro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Diferenças de consolidação" tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Sonaecom - Serviços de Comunicações ("Optimus")	389.902.620	389.902.620
Sonaecom - Serviços de Comunicações ("Novis")	95.189.755	95.189.755
Público	20.000.000	20.000.000
Cape	19.871.947	-
WeDo	1.971.668	1.679.611
Praesidium	1.149.828	-
SIRS	72.820	72.820
Permar	47.253	47.253
Optimus Towering	10.713	10.713
	<u>528.216.604</u>	<u>506.902.772</u>

A aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base em planos de negócio com fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2007			2006		
		Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 24)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 24)	Valor líquido
Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	1%	-	-	-	111.109.905	-	111.109.905
Despegar.com	5,50%	-	-	-	2.539.229	(2.539.229)	-
Altitude, SGPS, S.A.	11,54%	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1,37%	197.344	-	197.344	197.344	-	197.344
Outros	-	9.976	-	9.976	9.976	-	9.976
		<u>1.207.320</u>	<u>-</u>	<u>1.207.320</u>	<u>114.856.454</u>	<u>(2.539.229)</u>	<u>112.317.225</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu valor contabilístico foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Altitude, SGPS, S.A.	17.237	6.314	2.329	22.391	1.788	610
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	23.787	7.311	11.115	18.348	1.974	1.058

Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-06.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' apresentou o seguinte movimento:

	2007	2006
Saldo inicial	112.317.225	1.207.320
Aquisições	-	105.988.029
Alterações no justo valor registadas em Reservas	(5.121.876)	5.121.876
Alienação	(111.566.336)	-
Mais-valia reconhecida na demonstração de resultados (Nota 35)	5.578.307	-
Saldo final	<u>1.207.320</u>	<u>112.317.225</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os movimentos ocorridos nesta rubrica relacionam-se com a alienação das acções representativas de 1% do capital social da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A., em Março de 2007, da alienação das acções representativas de 1,5% da Outsystem, em Julho de 2007 e de 5,50% da Despegar, em Agosto de 2007. Tais alienações resultaram no reconhecimento de mais valias de 2.473.445 Euros, 87.792 Euros e 3.017.070 Euros, respectivamente.

Adicionalmente, e de acordo com a IAS 39, os ganhos reconhecidos em exercícios anteriores no capital próprio relativos à alteração do justo valor dos investimentos disponíveis para venda (5.121.876 Euros) foram transferidos para a demonstração de resultados no momento da sua venda.

11. Impostos diferidos activos

Os activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, no montante de 101.118.096 Euros e 61.786.654 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis, a provisões não aceites fiscalmente e à diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi como segue:

	2007	2006
Saldo inicial	61.786.654	66.239.165
Efeito em resultados:		
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis, para os quais já tinham sido registados activos por impostos diferidos	(3.966.246)	(9.423.815)
Ajustamentos à matéria colectável de anos anteriores	143.501	-
Registo de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores uma vez que não era provável a existência de lucros tributáveis futuros para os absorver (essencialmente Novis - 7.000.000 Euros e Digitmarket - 631.000 Euros)	8.613.498	10.132.525
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	681.621	(1.555.435)
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos	35.258.598	(946.852)
Anulação por imparidade de activos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios anteriores (Público)	(1.373.788)	-
Ajustamentos resultantes de alteração de taxa e forma de cálculo da derrama	-	(2.270.047)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 36)	<u>39.357.184</u>	<u>(4.063.624)</u>
Outros (inclui alienação do Sub-grupo Retailbox em 2006)	(25.742)	(388.887)
Saldo final	<u>101.118.096</u>	<u>61.786.654</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos, resultou, essencialmente, do trespasse (efectuado em 2007 a

valores de mercado apurado através de avaliações efectuadas por entidades independentes) do equipamento tecnológico da Sonaecom - Serviços de Comunicações afecto à rede GSM/GPRS para a Artis. Embora os resultados contabilísticos obtidos nessa transacção tenham sido anulados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, uma diferença entre o valor contabilístico e fiscal desses bens foi gerada nessa transacção.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócio das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, os quais foram corroborados por analistas externos independentes (Bancos de Investimento).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5% em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de Dezembro de 2007 por situação geradora era como segue:

Situação geradora	Sonaecom Serviços de Comunicações	We Do	Digitmarket	Mainroad	Praesidium	Total
Prejuízos fiscais reportáveis:						
A serem utilizados até 2008	-	-	97.944	-	-	97.944
A serem utilizados até 2009	-	-	447.096	-	-	447.096
A serem utilizados até 2010	-	-	257.298	-	-	257.298
A serem utilizados até 2011	-	12.308	210.662	-	-	222.970
A serem utilizados até 2012	530.399	-	-	100.393	-	630.792
A serem utilizados até 2013	-	-	-	131.607	-	131.607
Sem limite de utilização	-	-	-	-	77.726	77.726
	530.399	12.308	1.013.000	232.000	77.726	1.865.433
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias						
	8.361.312	402.245	-	-	-	8.763.557
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS						
	40.089.987	5.182	-	-	-	40.095.169
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros						
	50.393.937	-	-	-	-	50.393.937
Total	99.375.635	419.735	1.013.000	232.000	77.726	101.118.096

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2007	2006
Prejuízos fiscais	92.944.433	90.267.543
Diferenças temporárias (essencialmente provisões não aceites)	18.520.485	20.896.545
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	892.611	2.251.861
	<u>112.357.529</u>	<u>113.415.949</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados impostos diferidos activos têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2007
2008	26.753.197
2009	10.186.641
2010	5.849.663
2011	13.058.434
2012	16.918.590
2013	19.501.290
Sem limite de utilização	676.618
	<u>92.944.433</u>

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	2007	2006
Resultado antes de imposto	530.115	391.212
Imposto (25% e 27,5%)	(132.529)	(107.583)
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(6.820.152)	(12.067.980)
Registo de impostos diferidos não registados em exercícios anteriores	8.613.498	10.132.525
Registo de passivos por impostos diferidos	(284.402)	-
Ajustamentos resultantes de alteração de taxa e forma de cálculo da derrama	-	(2.270.047)
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos	35.258.598	(946.852)
Impostos registados nos exercícios (Nota 36)	<u>36.635.013</u>	<u>(5.259.937)</u>

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2004 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

12. Outros activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica, no montante de 348.568 Euros, era relativa aos Planos de Incentivo de Médio Prazo (Notas 1. y) e 41).

13. Existências

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.839.957	1.970.796
Mercadorias	30.860.286	19.289.684
	32.700.243	21.260.480
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 24)	(8.663.703)	(6.122.085)
	24.036.540	15.138.395

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 ascendeu a 108.621.905 Euros e 102.115.774 Euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	2007	2006
Existências iniciais	21.260.480	30.346.914
Entradas de novas empresas	106.090	-
Compras	126.935.458	95.830.142
Regularização de existências	(6.979.880)	(2.800.802)
Existências finais	(32.700.243)	(21.260.480)
	108.621.905	102.115.774

Os montantes inscritos nas rubricas de "Regularizações de existências", em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica de "Existências" para a rubrica de "Imobilizações corpóreas" ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes da subsidiária Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A..

14. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Clientes correntes:		
Telecomunicações	173.394.341	139.710.370
Sistemas de Informação	11.743.693	6.731.609
Multimédia e outros	6.891.906	5.509.136
	192.029.940	151.951.115
Clientes, contas letras	-	30.799
Clientes de cobrança duvidosa	65.641.188	60.832.530
	257.671.128	212.814.444
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 24)	(65.641.188)	(60.832.530)
	192.029.940	151.981.914

Em 31 de Dezembro 2007 e 2006, a composição das perdas de imparidade acumuladas por segmento é como segue:

	2007	2006
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber:		
Telecomunicações	62.141.724	57.215.951
Sistemas de Informação	770.023	727.670
Multimédia e outros	2.729.441	2.888.909
	<u>65.641.188</u>	<u>60.832.530</u>

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser detalhada como segue:

		2007							
		Vencido sem imparidade				Vencido e com imparidade			
	Total	Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
Cientes	257.671.128	69.205.465	19.759.858	8.265.381	39.652.184	35.983.219	8.845.605	5.997.673	69.961.743
	<u>257.671.128</u>	<u>69.205.465</u>	<u>19.759.858</u>	<u>8.265.381</u>	<u>39.652.184</u>	<u>35.983.219</u>	<u>8.845.605</u>	<u>5.997.673</u>	<u>69.961.743</u>

		2006							
		Vencido sem imparidade				Vencido e com imparidade			
	Total	Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
Cientes	212.814.444	69.615.187	15.408.696	2.348.702	38.545.094	12.692.092	5.865.719	3.017.733	65.321.221
	<u>212.814.444</u>	<u>69.615.187</u>	<u>15.408.696</u>	<u>2.348.702</u>	<u>38.545.094</u>	<u>12.692.092</u>	<u>5.865.719</u>	<u>3.017.733</u>	<u>65.321.221</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor total de contas a receber, com antiguidade superior a 6 meses e com imparidade, líquido dos montantes de IVA que o Grupo espera e desenvolve esforços concretos para o recuperar, encontra-se totalmente provisionado.

A monitorização do risco de crédito é efectuada de forma contínua e pode ser resumida como segue:

Para os saldos de operadores, os montantes a receber são analisados casuisticamente. Para cada operador é apurada a exposição máxima ao risco e o ajustamento ao activo é calculado com base na antiguidade de cada saldo, na existência de disputas e na situação financeira de cada operador.

Em relação aos agentes, estes são classificados em termos de risco com base na continuidade de prestação de serviços e na sua situação financeira, sendo o ajustamento por imparidade calculado por aplicação de uma percentagem de incobrabilidade, apurada com base em dados históricos.

Para os clientes regulares, a imparidade é calculada pela aplicação de uma taxa de incobrabilidade, apurada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo.

Para os restantes activos, a imparidade é calculada com base na antiguidade dos saldos a receber líquidos dos montantes a pagar e do conhecimento da situação financeira do devedor.

As garantias e cauções existentes para alguns operadores e agentes não são materiais.

15. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Outros devedores	6.673.662	8.975.397
Adiantamentos a fornecedores	1.771.739	470.861
Estado e outros entes públicos	9.785.438	10.841.786
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	(526.120)	(227.625)
	<u>17.704.719</u>	<u>20.060.419</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outros devedores" refere-se, essencialmente, a valores a receber pelas subsidiárias Sonaecom - Serviços de Comunicações, em 2007 (4.858.053 Euros) e pela Optimus (7.499.432 euros) e Novis (442.979 Euros), em 2006.

A rubrica de "Estado e outros entes públicos" inclui pedidos de reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado da Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A, no montante de 1.353.032 Euros, em 2007 e da Sonaecom e da Novis em 2006, nos montantes de 2.096.589 Euros e 3.433.391 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a antiguidade dos saldos de outros devedores e adiantamentos a fornecedores pode ser detalhada como segue:

	2007								
	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido e com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
Outros devedores	6.673.662	756.947	2.463.179	1.193.920	1.709.198	152.220	-	-	398.198
Adiantamentos a fornecedores	1.771.739	33.532	34.602	188.094	1.515.511	-	-	-	-
	<u>8.445.401</u>	<u>790.479</u>	<u>2.497.781</u>	<u>1.382.014</u>	<u>3.224.709</u>	<u>152.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>398.198</u>

	2006								
	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido e com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
Outros devedores	8.975.397	313.380	3.932.723	2.498.484	2.003.185	42.918	184.707	-	-
Adiantamentos a fornecedores	470.861	451.075	5.283		14.503	-	-	-	-
	<u>9.446.258</u>	<u>764.455</u>	<u>3.938.006</u>	<u>2.498.484</u>	<u>2.017.688</u>	<u>42.918</u>	<u>184.707</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem a dívidas com empresas do grupo e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

16. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	44.816.553	32.522.665
Facturação a emitir a operadores	22.920.309	20.579.967
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	7.748.244	4.037.048
Outros despesas pagas antecipadamente	6.485.364	1.356.984
Outros acréscimos de proveitos	1.979.854	217.548
Descontos de quantidade a receber	1.567.391	1.423.478
Rendas pagas antecipadamente	1.302.925	1.042.892
Planos de incentivo de Médio Prazo (Notas 1 y) e 41)	275.373	1.506.645
	<u>87.096.013</u>	<u>62.687.227</u>

Os resultados relativos a projectos realizados pela área de sistemas de informação são reconhecidos com base na percentagem de acabamento dos mesmos, a qual é calculada tendo por base a percentagem de custos já incorridos com trabalho realizado até à data relativamente ao total de custos estimados para o mesmo projecto, excepto quando tal não seja representativo da fase de acabamento do projecto.

Em 31 de Dezembro de 2007, os projectos em curso podem ser resumidos como segue:

	2007
Número de projectos em curso	332
Total de custos reconhecidos	15.977.401
Total de receitas reconhecidas	24.941.448
Total de proveitos diferidos	4.611.748
Total de proveitos acrescidos	1.904.875

17. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	2007	2006
Saldo inicial	849.375	1.321.690
Aquisições no exercício	-	414.842
Alienações no exercício	(1.128.864)	(1.237.987)
Aumentos/diminuições para o justo valor (Nota 35)	279.489	350.830
	-	849.375

Em 31 de Dezembro de 2006, os Investimentos registados ao justo valor através de resultados correspondiam a 562.500 acções da Sonae, S.G.P.S., S.A. adquiridas para cumprir com obrigações futuras relacionadas com os Planos de Incentivo de Médio Prazo e estavam registados com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço. Durante o exercício de 2007, 369.317 acções foram entregues aos colaboradores e 193.183 acções foram alienadas, gerando uma mais-valia de 154.160 Euros.

18. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2007	2006
Numerário	581.803	143.380
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.431.889	6.173.117
Aplicações de tesouraria	78.837.920	119.600.847
Caixa e equivalentes de caixa	83.851.612	125.917.344
Descobertos bancários (Nota 22)	(624.457)	(74.607)
	83.227.155	125.842.737

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2007	2006
Cedência de fundos à Sonae:		
Sonaecom	-	90.000.004
Aplicações bancárias de curto prazo:		
Sonaecom	77.740.000	-
Mainroad	-	875.000
WeDoBrasil	567.920	2.105.843
Sonaecom BV	365.000	-
Saphety	90.000	-
Optimus	-	26.620.000
Vipu, ACE	75.000	-
	78.837.920	119.600.847

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, venceram juros a uma taxa média de 3,873% (2,94% em 2006).

19. Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais, ao portador, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2007		2006	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	184.052.872	50,25%	-	-
Acções dispersas em Bolsa	80.848.153	22,07%	76.649.353	20,92%
Wirefree Services Belgium, S.A.	70.276.868	19,19%	70.276.868	19,19%
093X (EDP)	29.150.000	7,96%	29.150.000	7,96%
Acções próprias	1.894.326	0,52%	-	-
Sonae	23.649	0,01%	46.572.998	12,72%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Sonae Investments BV	-	-	143.596.649	39,21%
	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>

A estrutura de capital do Grupo é analisada no Relatório de Gestão.

À data de 31 de Dezembro de 2007, o capital social da Sonaecom é composto por 366.246.868 acções autorizadas, subscritas e pagas com um valor nominal de 1 Euro cada. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada acção. Durante o exercício de 2007, o Grupo adquiriu 1.894.326 acções próprias para fazer face ao seu Plano de Incentivo de Médio Prazo.

20. Acções próprias

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Sonaecom adquiriu um total de 1.894.326 acções próprias, representativas de 0,52% do seu capital social ao preço médio de 4,72 Euros, com o objectivo da cobertura total das obrigações derivadas do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo.

21. Interesses minoritários

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os interesses minoritários tinham a seguinte composição:

	2007	2006
Digitmarket	864.933	472.655
Outros	198	(1.273)
	<u>865.131</u>	<u>471.382</u>

22. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2007	2006
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.879.021)	(3.373.693)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	260.883	-
	Justo valor do Swap	-	-	-	56.194	-
					<u>147.438.056</u>	<u>146.626.307</u>
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	250.000.000	Jul-12	-	225.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(545.505)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	1.790.543	-
	Justo valor do Swap	-	-	-	(469.104)	-
					<u>225.775.934</u>	<u>-</u>
Optimus	Banco Europeu de Investimento (a)	324.458.200	Jun-09	30% - Jun 08 70% - Jun 09	-	324.458.200
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(10.591.142)
	Justo valor do Swap	-	-	-	-	107.462
					<u>-</u>	<u>313.974.520</u>
					<u>373.213.990</u>	<u>460.600.827</u>

(a) Como garantia dos empréstimos BEI foram constituídas garantias bancárias, por parte dos bancos participantes no sindicato de financiamento de médio e longo prazo da Optimus (canceladas em 2007 com a amortização do empréstimo).

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Entidade financiadora	Tipo	Montante utilizado	
			2007	2006
Diversas	Diversas	Descobertos bancários	624.457	74.607
			<u>624.457</u>	<u>74.607</u>

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa - Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em Setembro de 2007, a subsidiária Optimus – Telecomunicações, S.A. procedeu à amortização do seu financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de, cerca 324 milhões de Euros.

A contratação deste financiamento ao nível da Sonaecom permite, nas actuais condições de mercado mais favoráveis, um alargamento significativo da maturidade da dívida contratada, a eliminação de um conjunto de limitações contratuais, financeiras e operacionais, impostas pelo anterior financiamento sindicado da Optimus e uma melhor eficiência na gestão da liquidez consolidada.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros. Deste modo, estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do respectivo valor de mercado.

O spread aplicável nos financiamentos de médio e longo prazo pode variar entre os 22,5 e os 87,5 pontos base.

Os empréstimos acima não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo destes empréstimos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as dívidas a instituições de crédito, relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

	2007					
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	-	150.000.000
Juros	7.873.575	7.873.575	7.873.575	7.873.575	7.873.575	7.873.575
Papel Comercial						
Amortização	-	-	-	75.000.000	150.000.000	-
Juros	8.149.750	8.149.750	8.149.750	7.837.250	7.602.875	-
	<u>16.023.325</u>	<u>16.023.325</u>	<u>16.023.325</u>	<u>90.710.825</u>	<u>165.476.450</u>	<u>157.873.575</u>
	2006					
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	-	150.000.000
Juros	6.116.775	6.116.775	6.116.775	6.116.775	6.116.775	6.116.775
Banco Europeu de Investimento						
Amortização	-	97.337.460	227.120.470	-	-	-
Juros	11.842.724	9.905.709	3.770.204	-	-	-
	<u>17.959.499</u>	<u>113.359.944</u>	<u>237.007.449</u>	<u>6.116.775</u>	<u>6.116.775</u>	<u>156.116.775</u>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

2007						Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Mais de		
					Até 12 meses	12 meses	
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	250.000.000	225.000.000	25.000.000		x	
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x	
Sonaecom SGPS	Conta caucionada	5.000.000	-	5.000.000	x		
Sonaecom SGPS	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x	
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x		
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x		
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x		
WeDo Brasil	Contas caucionadas	368.009		368.009	x		
			479.611.398	375.000.000	104.611.398		

2006						Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Mais de		
					Até 12 meses	12 meses	
Optimus	BEI	324.458.200	324.458.200	-		x	
Optimus	Revolving	125.541.800	-	125.541.800		x	
Optimus	Conta caucionada	4.987.979	-	4.987.979	x		
Sonaecom SGPS	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x	
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x	
Sonaecom SGPS	Conta caucionada	20.000.000	-	20.000.000	x		
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x		
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x		
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x		
WeDo Brasil	Contas caucionadas	368.009		368.009	x		
			699.599.377	474.458.200	225.141.177		

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro existentes em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, eram os seguintes:

Empresa	Financiamento coberto	Montante notional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros	
Sonaecom	Papel Comercial	110.000.000	Mar-09	Euribor 6m	4,365%	(469.104)	-
Sonaecom	Empréstimo Obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	56.194	-
Optimus	Banco Europeu de Investimento	55.000.000	Dez-07	Euribor 3m	4,75% (a) 3,68% (b)	-	(107.462)
						(412.910)	(107.462)

(a) Esta taxa corresponde ao cap (taxa máxima) contratada e em vigor a partir de 15 de Setembro de 2006 sendo que a taxa efectivamente suportada corresponde à média das taxas swap a 2 anos (2-year CMS) verificadas no período (3,767% no último período de troca). (b) Esta taxa corresponde ao cap (taxa máxima) contratada e em vigor até 15 de Setembro de 2006 inclusive.

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, por forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de Euro 110 milhões e pelo prazo de seis meses. Esta tranche irá ser renovada pelo mesmo montante e por períodos iguais, pelo menos, até 13 de Março de 2009, ou seja, até à data de maturidade deste novo swap de taxa de juro.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, por forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de Euro 150 milhões, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. Os pagamentos de juros do empréstimo obrigacionista e do swap ocorrem simultaneamente, sendo estes últimos efectuados pelo montante líquido.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido no justo valor do swap relativo ao financiamento do Banco Europeu de Investimento, no montante de 107.462 Euros, foi registado na demonstração de resultados do exercício, por não se considerar um instrumento eficaz (Nota 22). O movimento ocorrido nos justos valores dos swaps relativo ao papel comercial, no montante de 469.104 Euros, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 56.194 Euros, foram registados em Reservas por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Pela via da contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados, a 31 de Dezembro de 2007, cerca de 49% da dívida bruta encontra-se, de forma indirecta, sujeita a taxas de juro fixas. Os restantes 51% da dívida bruta encontram-se expostos a alterações nas taxas de juro do mercado.

Com base no endividamento bruto exposto a taxas variáveis existente no final de 2007, incluindo a dívida relativa a locação financeira, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75bp durante o ano de 2008, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos) em aproximadamente 1 milhão de euros. No entanto, tendo em consideração que as taxas de juro serão fixas até aos momentos de refixação definidos contratualmente, este impacto, em 2008, será apenas de cerca de 0,5 milhões de Euros.

23. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de imobilizado relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano no montante de 17.916.038 Euros e 1.614.602 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as dívidas a fornecedores de imobilizado relativas a contratos de leasing tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	2007		2006	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2007	-	-	1.812.615	1.708.922
2008	2.875.757	1.926.041	959.885	908.212
2009	2.389.062	1.522.619	477.035	457.943
2010	2.070.704	1.266.085	228.719	220.614
2011	1.869.068	1.124.586	27.909	27.833
2012	1.885.669	1.196.417	-	-
2013	1.677.995	1.043.570	-	-
2014 e seguintes	14.996.915	11.762.761	-	-
	<u>27.765.170</u>	<u>19.842.079</u>	<u>3.506.163</u>	<u>3.323.524</u>
Juros	(7.923.091)	-	(182.639)	-
	<u>19.842.079</u>	<u>19.842.079</u>	<u>3.323.524</u>	<u>3.323.524</u>
Parcela curto prazo (Nota 27)	-	(1.926.041)	-	(1.708.922)
	<u>19.842.079</u>	<u>17.916.038</u>	<u>3.323.524</u>	<u>1.614.602</u>

Dado que estes contratos de leasing vencem juros a taxas de mercado, estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor de balanço.

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

24. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Rubricas	2007						
	Saldo inicial	Entradas de empresas	Transfe-rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 14 e 15)	61.060.155	5.975.780	(949.642)	8.316.573	(8.096.333)	(139.225)	66.167.308
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota13)	6.122.085	-	-	2.541.618	-	-	8.663.703
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	2.539.229	-	-	-	(2.539.229)	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	20.078.571	5.708.383	949.642	5.175.929	(211.807)	(815.340)	30.885.378
	<u>89.800.040</u>	<u>11.684.163</u>	<u>-</u>	<u>16.034.120</u>	<u>(10.847.369)</u>	<u>(954.565)</u>	<u>105.716.389</u>

Rubricas	2006						
	Saldo inicial	Saídas de empresas	Transfe-rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 14 e 15)	64.905.431	(158.854)	(189.820)	5.575.466	(8.570.655)	(501.413)	61.060.155
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota13)	7.134.249	-	-	1.631.000	(2.643.164)	-	6.122.085
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	2.685.477	-	-	-	(146.248)	-	2.539.229
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes e investimentos em associadas (Notas 3 e 12)	986.956	-	-	5.000	(991.956)	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	5.092.476	(339.409)	428.283	15.623.073	(626.318)	(99.534)	20.078.571
	<u>80.804.589</u>	<u>(498.263)</u>	<u>238.463</u>	<u>22.834.539</u>	<u>(12.978.341)</u>	<u>(600.947)</u>	<u>89.800.040</u>

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 3.857.160 Euros (12.222.080 Euros em 2006) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 (Nota 1.d)), pelo que o montante de reforço de 'Provisões e perdas de imparidade' registados por contrapartida da demonstração de resultados ascende a 12.176.960 Euros (10.612.459 Euros em 2006).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes da filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A..

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2007	2006
Desmantelamento de sites	18.888.140	15.105.140
Contingências diversas	6.594.725	981.148
Processos judiciais em curso	1.945.403	2.419.933
Indemnizações a liquidar	379.432	575.780
Outros	3.077.678	996.570
	<u>30.885.378</u>	<u>20.078.571</u>

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas.

25. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, no montante de 291.147 Euros e 3.785.049 Euros, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, respectivamente, corresponde ao saldo de médio e longo prazo relativo aos Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 41).

26. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição e plano de maturidade:

	2007			
	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores, conta corrente	141.378.871	141.378.871	-	-
Fornecedores de imobilizado	35.620.058	35.620.058	-	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	8.333.625	8.333.625	-	-
	<u>185.332.554</u>	<u>185.332.554</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	2006			
	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores, conta corrente	106.888.885	106.888.885	-	-
Fornecedores de imobilizado	53.648.257	53.173.443	474.814	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	2.142.970	2.142.970	-	-
	<u>162.680.112</u>	<u>162.205.298</u>	<u>474.814</u>	<u>-</u>

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional do Grupo e de aquisição de imobilizado. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da actualização desses montantes não é material.

27. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 1.926.041 Euros (1.708.922 Euros, em 2006) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 23).

28. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Outros credores	11.407.495	6.954.626
Estado e outros entes públicos	6.943.303	10.584.085
	<u>18.350.798</u>	<u>17.538.711</u>

As dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

	2007			
	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Outros credores	11.407.495	11.407.495	-	-

	2006			
	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Outros credores	6.954.626	6.954.626	-	-

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua actualização não são materiais.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre o Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, Contribuições a pagar à Segurança Social e às retenções de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) das seguintes filiais:

	2007	2006
Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. (Novis em 2006)	1.530.114	542.439
Público	919.835	1.056.339
WeDo	1.006.032	1.197.369
Optimus Towering	873.246	-
WeDo Br	859.254	-
Sonaecom	629.421	-
Optimus	-	5.597.492
Outros	1.125.401	2.190.446
	<u>6.943.303</u>	<u>10.584.085</u>

29. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Custos a pagar:		
Facturação a emitir por operadores	67.830.456	42.801.688
Custos com o pessoal	24.997.829	25.145.801
Imobilizado	23.507.993	983.187
Custos com as Ofertas Públicas de Aquisição (Nota 34)	-	16.185.850
Comissões	8.478.963	10.481.089
Outros fornecimentos e serviços externos	10.749.316	4.366.871
Trabalhos especializados	7.235.652	2.625.515
Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 41)	3.749.061	4.448.113
Publicidade e propaganda	7.233.546	4.247.475
Descontos de quantidade	2.527.552	2.603.357
Conservação e reparação	1.521.079	781.025
Outros custos a pagar	7.443.083	4.408.363
	<u>165.274.530</u>	<u>119.078.334</u>
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	28.325.600	23.262.734
Outros proveitos diferidos	765.237	285.269
	<u>29.090.837</u>	<u>23.548.003</u>
	<u>194.365.367</u>	<u>142.626.337</u>

A rubrica de 'Receitas antecipadas de clientes' diz respeito, essencialmente, a valores recebidos de clientes, por parte da filial Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A., associados aos recarregamentos de telemóveis e à compra de minutos de telecomunicações ainda não consumidos.

A rubrica de 'Imobilizado' é relativa a facturação a emitir por fornecedores de imobilizado, bem como pelo montante de Euro 8.313.000 relativo à contribuição para o Fundo da Sociedade de Informação (Nota 7).

30. Vendas e prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2007	2006
Telecomunicações	816.142.423	751.575.016
Multimédia	33.177.338	35.758.402
Sistemas de Informação	42.827.045	48.239.841
Outros	546.885	467.017
	<u>892.693.691</u>	<u>836.040.276</u>

31. Outros proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Proveitos suplementares	3.297.103	3.853.525
Redução de provisões (Nota 24)	954.565	600.947
Subsídios à exploração	-	401.085
Outros	2.169.508	27.179.986
	<u>6.421.176</u>	<u>32.035.543</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de 'Outros' inclui, essencialmente, mais-valias geradas na alienação de imobilizado e na alienação da Retailbox (25.370.915 Euros - Nota 5. c)).

32. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2007	2006
Custos de interligação	230.469.011	200.603.352
Comissões	54.925.505	58.144.594
Trabalhos especializados	52.068.856	46.760.511
Publicidade e propaganda	41.527.503	35.625.198
Aluguer de circuitos	29.855.471	19.873.355
Rendas e alugueres	29.457.665	30.879.521
Outros subcontratos	22.464.345	21.992.713
Electricidade	8.303.022	7.071.431
Conservação e Reparação	6.799.572	5.836.512
Comunicação	5.411.410	4.662.466
Deslocações e estadas	4.619.237	5.464.890
Honorários	3.087.843	3.512.346
Outros	18.540.941	16.939.249
	<u>507.530.381</u>	<u>457.366.138</u>

Os compromissos assumidos em 31 de Dezembro de 2007 com contratos de locação operacional são como seguem:

Pagamentos mínimos de locação operacional	
2008	9.087.335
2009	6.815.307
2010	4.930.436
2011	3.373.779
2012	1.340.785
2013	92.295
Renováveis por períodos de 1 ano	1.527.939
	<u>27.167.876</u>

Durante o exercício de 2007 foram reconhecidos 12.376.281 Euros na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais (excepto aluguer de circuitos).

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

33. Outros custos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outros custos operacionais" apresentava a seguinte composição:

	2007	2006
Impostos e taxas	12.574.556	10.634.282
Outros	1.216.654	508.054
	<u>13.791.210</u>	<u>11.142.336</u>

A rubrica 'Impostos e taxas', em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, inclui, essencialmente, as taxas pagas pela subsidiária Sonaecom – Serviços de Comunicações à ANACOM, associadas ao número de clientes activos, obrigação esta definida no âmbito da atribuição da licença de operador de GSM.

34. Custos com as Ofertas Públicas de Aquisição

A 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica incluía os custos incorridos (facturados ou não facturados mas cuja obrigação legal foi gerada no exercício de 2006) com as ofertas públicas de aquisição sobre a Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. e a PT – Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A.. Estes custos foram reconhecidos em "Outros activos não correntes", uma vez que, dada a probabilidade de sucesso das referidas ofertas, os custos incorridos com as mesmas iriam ser parte integrante do custo de aquisição daqueles investimentos financeiros. Na sequência do desfecho das ofertas, os custos foram integralmente reconhecidos na demonstração de resultados durante o último trimestre de 2006.

35. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	2007	2006
Ganhos e perdas em empresas associadas:		
Perdas relativas a empresas associadas	(14.822)	(239.249)
Ganhos relativos a empresas associadas	-	76.766
Ganhos na alienação de partes de capital em empresas associadas	239.249	-
	<u>224.427</u>	<u>(162.483)</u>
Ganhos e perdas em investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	<u>5.578.307</u>	<u>-</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	(19.498.500)	(16.786.452)
Encargos de emissão de dívida	(282.620)	-
Outros empréstimos	(6.509.514)	(3.048)
Swaps	(195.730)	(389.464)
Leasings	(968.893)	(204.078)
Descobertos bancários e outros	(130.318)	(74.891)
	<u>(27.585.575)</u>	<u>(17.457.933)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(437.836)	(101.915)
Ajustamento para o justo valor de investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 17)	-	(16.875)
Outros custos financeiros		
Encargos de emissão de dívida (Nota 22)	(11.074.426)	(4.846.439)
Justo valor da parte ineficiente do swap (Nota 22)	107.462	(108.952)
Outros	(470.391)	(606.312)
	<u>(11.437.355)</u>	<u>(5.561.703)</u>
	<u>(39.460.766)</u>	<u>(23.138.426)</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	11.613.672	5.281.255
De entidades relacionadas	2.091.718	2.896.367
De outros	9.521.954	2.384.888
Diferenças de câmbio favoráveis	283.787	125.483
Ajustamento para o justo valor de investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 17)	279.489	350.830
Outros proveitos financeiros	-	174.009
	<u>12.176.948</u>	<u>5.931.577</u>

Os 'Juros obtidos' incluem, principalmente, juros referentes à cessão de fundos de curto prazo à Sonae e juros de aplicações bancárias (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2007, os encargos de emissão de dívida no montante de 11.074.426 Euros, correspondem, essencialmente, ao reconhecimento no exercício da totalidade dos encargos incorridos com o empréstimo sindicado da Optimus, o qual foi extinto em 2007.

36. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue ((custos)/proveitos):

	2007	2006
Imposto corrente	(2.437.769)	(1.196.313)
Imposto diferido activo (Nota 11)	39.357.184	(4.063.624)
Imposto diferido passivo	(284.402)	-
	<u>36.635.013</u>	<u>(5.259.937)</u>

37. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria) bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram os seguintes:

Saldos a 31 de Dezembro de 2007					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos	Empréstimos obtidos
Sonae	96.973	215.936	-	391	-
Modelo Continente					
Hipermercados, S.A.	888.974	439.935	-	192.066	-
Worten	5.750.544	2.237.511	-	(1.019.247)	-
France Telecom	4.525.809	3.585.926	-	(13.649.802)	-
Sonae Investments BV	-	-	-	(3.304.474)	-
	<u>11.262.300</u>	<u>6.479.308</u>	<u>-</u>	<u>(17.781.066)</u>	<u>-</u>
Saldos a 31 de Dezembro de 2006					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos	Empréstimos obtidos
Sonae	34.455	68.267	90.000.004	101.731	-
Modelo Continente					
Hipermercados, S.A.	3.920.522	196.471	-	289.165	-
France Telecom	1.448.363	3.885.223	-	398.650	-
Sonae Investments BV	-	-	-	(5.517.065)	-
	<u>5.403.340</u>	<u>4.149.961</u>	<u>90.000.004</u>	<u>(4.727.519)</u>	<u>-</u>

Transacções a 31 de Dezembro de 2007				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	367.473	139.312	2.091.349	78.653
Modelo Continente				
Hipermercados, S.A.	6.005.553	1.779.942	-	615.638
Worten	5.910.046	1.819.408	-	-
France Telecom	12.943.185	8.428.837	-	-
	<u>25.226.257</u>	<u>12.167.499</u>	<u>2.091.349</u>	<u>694.290</u>

Transacções a 31 de Dezembro de 2006				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	336.115	331.390	2.848.505	-
Modelo Continente				
Hipermercados, S.A.	12.866.646	2.245.900	-	245.279
France Telecom	3.041.726	5.625.713	-	-
	<u>16.244.487</u>	<u>8.203.003</u>	<u>2.848.505</u>	<u>245.279</u>

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

38. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2007	2006
Optimus	Banco Europeu de Investimento	Financiamento	-	324.458.200
Sonaecom	BBVA - Portugal, ING Belgium Portugal, Millennium BCP e CGD	Papel comercial	320.000.000	70.000.000
Optimus	ANACOM	Licença UMTS	-	2.493.989
Sonaecom - Serviços de Comunicações Público and Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	6.064.286	126.372
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	1.650.000	-
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação - IVA	598.000	580.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Tele2	Direcção Geral do Tesouro	IRC - Retenção de rendimentos a não residentes	470.954	164.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas e Caldas da Rainha	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas e	287.494	280.565
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Público	Fazenda Pública do Porto	Processo de execução fiscal nº 3190/98	209.493	209.493
We Do	API	Candidatura PRIME	184.004	184.004
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	161.474	98.195
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Digitmarket	Hewlett Packard	Contratos de locação financeira e de prestação de serviços	159.859	212.790
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Beiralusa	Boa execução de trabalhos a realizar	147.809	-
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Santarém	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	119.703	119.703
WeDo	Digi Telecommunications	Garantir o cumprimento integral dos contratos	116.262	-
Várias	Outros		838.327	541.219
			<u>331.279.177</u>	<u>399.740.041</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

39. Informação por segmentos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações
- Multimédia
- Sistemas de informação

Durante o exercício de 2007, em virtude da fusão ocorrida entre a Optimus e a Novis (Nota 5.e)) (negócio de telecomunicações móveis e negócio de telecomunicações fixas), o Grupo decidiu alterar a forma de apresentação da sua informação por segmentos, agrupando as duas áreas de negócio acima referidas numa única denominada de "Telecomunicações". Conforme previsto na IAS 8, a informação relativa ao exercício de 2006, foi re-expressa tendo em consideração tal alteração.

As restantes actividades do grupo e os serviços corporativos encontram-se classificados como não alocados.

As transacções ocorridas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação.

Dada a imaterialidade dos activos e transacções efectuados pelo Grupo fora do território nacional, não é apresentada informação segmental por mercados geográficos.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a interligação, juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação (*)		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06
Proveitos:														
Vendas e Prestações de serviços	817.216.458	752.653.246	33.154.870	36.394.116	79.512.209	78.951.997	7.547.991	6.900.343	937.431.529	874.899.702	(44.737.838)	(38.859.426)	892.693.691	836.040.276
Outros proveitos operacionais	10.955.218	9.138.675	247.408	394.549	359.081	27.145.144	24.314.732	427.780	35.876.439	37.106.148	(29.455.263)	(5.070.604)	6.421.176	32.035.543
Total de proveitos	828.171.676	761.791.921	33.402.278	36.788.665	79.871.291	106.097.141	31.862.723	7.328.123	973.307.967	912.005.850	(74.193.100)	(43.930.030)	899.114.867	868.075.819
Custos com as Ofertas Públicas de Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	(30.906.602)	-	-	-	-	-	(30.906.602)
Amortizações e depreciações	(144.035.273)	(134.154.018)	(696.094)	(757.042)	(1.730.709)	(1.683.755)	(244.096)	(323.785)	(146.706.172)	(136.918.599)	6.723.352	1.247.692	(139.982.820)	(135.670.907)
Resultado operacional do segmento	(3.444.320)	28.919.307	(3.966.068)	(9.531.890)	2.853.227	30.484.392	21.152.715	(32.206.558)	16.595.554	17.665.251	5.415.645	95.293	22.011.199	17.760.544
Juros líquidos	(14.378.841)	(10.820.283)	(274.826)	(321.293)	438.735	690.454	(1.389.727)	(1.634.812)	(15.604.659)	(12.085.934)	(367.246)	(90.744)	(15.971.905)	(12.176.678)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	(82.074.258)	-	(82.074.258)	-	82.298.685	(162.483)	224.427	(162.483)
Outros resultados financeiros	(10.735.000)	(4.708.891)	(12.601)	(16.455)	2.950.603	(104.651)	11.297.445	33.055.263	3.500.447	28.225.266	(9.234.054)	(33.255.437)	(5.733.607)	(5.030.171)
Imposto sobre o rendimento	39.267.960	(4.986.398)	(1.394.799)	(162.651)	(1.211.860)	(103.608)	(26.286)	(7.280)	36.635.015	(5.259.937)	(2)	-	36.635.013	(5.259.937)
Resultado líquido consolidado do exercício	10.709.799	8.403.735	(5.648.294)	(10.032.289)	5.030.705	30.966.587	(51.040.112)	(793.387)	(40.947.902)	28.544.646	78.113.029	(33.413.371)	37.165.128	(4.868.725)
Atribuível a:														
Accionistas da empresa mãe	10.709.799	8.403.735	(5.648.294)	(10.032.289)	4.637.498	30.966.587	(51.040.112)	(793.387)	(41.341.109)	28.544.646	78.118.979	(42.427.814)	36.777.870	(13.883.168)
Minoritários	-	-	-	-	393.207	-	-	-	393.207	-	(5.949)	9.014.443	387.258	9.014.443
Activos:														
Imobilizado e Diferenças de consolidação	724.305.383	670.189.912	2.095.621	2.104.453	65.181.390	41.975.353	1.907.139	2.091.992	793.489.533	716.361.710	457.330.215	451.977.778	1.250.819.748	1.168.339.488
Existências	21.270.043	13.194.072	1.794.957	1.925.796	971.540	18.527	-	-	24.036.540	15.138.395	-	-	24.036.540	15.138.395
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	1.097.695	1.097.695	907.494	1.062.485	1.220.716.956	1.330.735.802	1.224.004.170	1.334.178.007	(1.222.049.236)	(1.221.098.344)	1.954.934	113.079.662
Outros Activos não correntes	100.959.814	60.243.977	-	1.381.592	1.742.461	2.373.279	510.187.974	364.245.029	612.890.249	428.243.877	(511.772.153)	(366.108.655)	101.118.096	62.135.222
Outros activos correntes do segmento	279.876.652	319.753.633	8.744.178	7.863.320	34.694.952	55.267.614	227.214.153	211.471.587	550.529.935	594.356.154	(169.847.651)	(232.859.875)	380.682.284	361.496.279
	1.127.693.917	1.064.663.619	13.732.451	14.372.856	103.497.837	100.697.258	1.960.026.222	1.908.544.410	3.204.950.427	3.088.278.143	(1.446.338.825)	(1.368.089.097)	1.758.611.602	1.720.189.046
Passivos:														
Passivos do segmento	747.727.329	686.589.007	14.533.022	14.825.133	47.650.293	24.063.154	636.734.216	436.153.458	1.446.644.860	1.161.630.752	(623.454.688)	(350.923.014)	823.190.172	810.707.738
	747.727.329	686.589.007	14.533.022	14.825.133	47.650.293	24.063.154	636.734.216	436.153.458	1.446.644.860	1.161.630.752	(623.454.688)	(350.923.014)	823.190.172	810.707.738
Aumentos de Imobilizado	209.636.921	146.344.593	693.291	357.077	27.184.495	1.354.009	255.767.146	597.799.059	493.281.852	745.854.738	(257.446.499)	(492.379.403)	235.835.353	253.475.335

(*) Desde Janeiro de 2007, o segmento Sistemas de Informação passou a incluir a empresa Sonaec.com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A.. O comparativo foi re-expresso.

Apesar da fusão ocorrida em 2007, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06	Dezembro 07	Dezembro 06
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	619.368.772	610.384.810	255.426.850	200.187.750	(57.579.164)	(57.919.314)	817.216.458	752.653.246
Outros proveitos operacionais	37.003.173	34.392.109	3.808.503	5.160.126	(29.856.458)	(30.413.560)	10.955.218	9.138.675
Total de proveitos	656.371.945	644.776.919	259.235.353	205.347.876	(87.435.622)	(88.332.874)	828.171.676	761.791.921
Amortizações e depreciações	(115.546.228)	(117.355.937)	(28.489.045)	(16.798.081)	-	-	(144.035.273)	(134.154.018)
Resultado operacional do segmento	28.140.571	51.696.514	(31.999.336)	(23.038.709)	414.445	261.502	(3.444.320)	28.919.307
Activos:								
Imobilizado e Diferenças de consolidação	552.368.912	565.244.652	171.940.013	104.849.963	(3.542)	95.297	724.305.383	670.189.912
Existências	19.340.721	11.472.556	1.929.322	1.721.516	-	-	21.270.043	13.194.072
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
Aumentos de Imobilizado	127.075.613	114.768.373	82.561.308	31.545.258	-	30.962	209.636.921	146.344.593

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	2007			
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Outros
Telecomunicações	-	-	36.162.830	6.652.727
Multimédia	588.209	-	414.914	180.000
Sistemas de Informação	406.267	25.029	-	140.047
Outros Sonaecom	79.559	46.290	75.228	-
Outros	816.142.423	33.083.551	42.859.238	575.217
	817.216.458	33.154.870	79.512.209	7.547.991
	2006			
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Outros
Telecomunicações	-	627.635	29.862.134	5.961.470
Multimédia	548.900	-	218.332	252.469
Sistemas de Informação	459.579	5.537	-	170.233
Outros Sonaecom	69.752	2.542	89.083	-
Outros	751.575.015	35.758.402	48.782.448	516.171
	752.653.246	36.394.116	78.951.997	6.900.343

40. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo (36.777.870 Euros em 2007 e 13.883.168 Euros em 2006) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, deduzidas das acções próprias (364.668.263 em 2007 e 313.956.868 em 2006).

41. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		Período de exercício		31-Dez-07	
		Data de atribuição	Data de vencimento	De	Até	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Opções Sonaecom							
Plano 2002	1,694	31-Mar-03	10-Mar-06	13-Mar-06	09-Mar-07	-	-
Plano 2003	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2004	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2005	-	-	-	-	-	-	-
Acções Sonaecom							
Plano 2003	3,19	31-Mar-04	09-Mar-07	-	-	-	-
Plano 2004	3,96	31-Mar-05	10-Mar-08	-	-	354	985.074
Plano 2005	4,093	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-	377	877.964
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-	411	1.039.044
Acções Sonae SGPS							
Plano 2003	0,93	31-Mar-04	09-Mar-07	-	-	-	-
Plano 2004	1,17	31-Mar-05	10-Mar-08	-	-	12	239.746
Plano 2005	1,34	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-	12	125.779
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-	6	130.915

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a : Sonaecom - cotação média entre os dias 3 e Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram exercidas 343.571 opções ao preço médio de 5,67 Euros e extintas 167.062 opções relativas ao plano de 2002, conforme detalhe seguinte:

	Opções Sonaecom		Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de opções	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2006						
Exercíveis	33	510.633	-	-	-	-
Ainda diferidas	-	-	1.123	3.184.774	38	911.350
Total	33	510.633	1.123	3.184.774	-	-
Movimentos no ano						
Atribuídas	-	-	422	1.097.470	7	208.184
Vencidas	-	-	(349)	(1.178.485)	(12)	(369.317)
Vencidas antecipadamente	-	-	(3)	(111.500)	(3)	(269.616)
Exercíveis	-	-	-	-	-	-
Exercidas	(31)	(343.571)	-	-	-	-
Canceladas/Extintas/Corrigidas*	(2)	(167.062)	(51)	(90.177)	-	15.839
Saldo a 31.12.2007						
Exercíveis	-	-	-	-	-	-
Ainda diferidas	-	-	1.142	2.902.082	30	496.440
Total	-	-	1.142	2.902.082	30	496.440

* As correções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

A Sonaecom assinou acordos para cobrir o risco de execução e de variação de preço dos planos de opções e acções e adquiriu acções próprias com o mesmo objectivo. Mediante estes acordos e estas aquisições, a responsabilidade total da Sonaecom passou a estar limitada a um máximo de 7.226.886 Euros.

A Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias que espelham as condições dos contratos principais, através dos quais transfere as responsabilidades correspondentes para cada subsidiária.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., atribuídos em 2006 e 2007, e para os quais o Grupo adquiriu acções próprias para cobrir o risco de execução e variação de preço, a responsabilidade, calculada com base nas cotações das datas de atribuição, é de 3.186.678 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para o plano de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A. atribuído em 2005 e para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os custos dos planos de opções e de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	16.537.840
Custos reconhecidos no período	5.412.980
Custo do plano da subsidiária Exit (saída do consolidado)	(8.882)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(9.145.896)
Custos dos planos exercidos no exercício	(5.844.529)
Outros activos correntes (custos diferidos ainda não reconhecidos) (Nota 16)	275.373
Total de custos dos Planos	<u>7.226.886</u>
Registados em Outros passivos correntes (Nota 29)	(3.749.061)
Registados em Outros passivos não correntes (Nota 25)	(291.147)
Registado em Reservas	(3.186.678)

Do total de custos reconhecidos no ano, 4.378.427 Euros dizem respeito a planos de pagamentos com base em acções liquidadas em capital próprio.

42. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, durante os exercícios de 2007 e 2006, foi como segue:

	2007	2006
Benefícios de empregados de curto prazo	<u>2.943.670</u>	<u>2.958.352</u>
Pagamentos com base em acções	<u>2.522.131</u>	<u>2.054.667</u>
	<u>5.465.801</u>	<u>5.013.020</u>

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em acções para 2007 e 2006 corresponde ao valor do Plano de Incentivo de Médio Prazo atribuído em 2004 e relativo à performance de 2003 (e atribuído em 2003 relativo à performance de 2002, para o valor de 2006), cujas acções, ou o correspondente valor em dinheiro, foram entregues em Março de 2007 e Março de 2006, valorizado à cotação da data de entrega (9 de Março de 2007 e 10 de Março de 2006, respectivamente). Este valor inclui ainda o valor em dinheiro entregue durante o exercício de 2007, correspondente ao vencimento antecipado dos Planos atribuídos em 2005, 2006 e 2007, ao Presidente da Comissão Executiva, na sequência das alterações na composição do Conselho de Administração ocorridas no ano e descritas no Relatório de gestão.

O Relatório de Governo das Sociedades inclui informação mais detalhada sobre a política de remuneração da Sonaecom.

43. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 2.054 e de 2.069, respectivamente. A 31 de Dezembro de 2007 o número de trabalhadores ascendia a 1.961.

44. Outros Assuntos

(i) Em 31 de Dezembro de 2007, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de 'Outros activos correntes' no valor de 411.649 Euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6.856.200 Euros, que resultam de um diferendo mantido com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus mas em 2ª Instância o Tribunal mandou repetir o julgamento de 1ª Instância. No entanto, a acção, intentada pela TMN, foi novamente julgada totalmente improcedente, aguardando-se agora a decisão da TMN de recorrer novamente desta decisão.

(ii) Em processo arbitral, que opôs a Maxistar aos restantes accionistas da Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. (na altura, Optimus) - por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, a Maxistar foi condenada a pagar aos outros accionistas da Optimus a importância total de 2.344.350 Euros, a que acrescem juros de mora até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Maxistar propôs uma acção de anulação da decisão do tribunal a qual foi julgada improcedente na primeira instância. Dessa decisão, a Maxistar apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

Por forma a executar a dívida da Maxistar, e depois de terem manifestado a sua preferência pelo pagamento da importância devida, alguns accionistas propuseram uma acção executiva. Ainda antes de ter terminado a acção de anulação da decisão do tribunal arbitral, por forma a obviar ao prosseguimento da acção executiva, a Maxistar pagou a esses accionistas a quantia de 4.068.048 Euros (capital mais juros), tendo cabido à Sonaecom o valor de 2.183.899 Euros.

O tribunal da relação de Lisboa julgou integralmente improcedente o recurso de apelação apresentado pela Maxistar, confirmando a sentença recorrida.

A Maxistar pode ainda apresentar recurso deste acórdão mas a Administração mantém a convicção de que são reduzidas as hipóteses de qualquer recurso.

45. Compromissos com a Sociedade de Informação

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais deverão ser cumpridos até ao final do período daquela licença, 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, será realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Sonaecom Serviços de Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito, sendo que à data, 64 milhões de Euros foram realizados em exercícios anteriores, e já validados por aquelas entidades e o remanescente se encontra em fase de avaliação, ou ainda por realizar. Estes encargos vão sendo registados à medida em que os respectivos projectos são realizados.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas que serão efectuadas através de um Fundo aberto, designado Fundo para a Sociedade de Informação, a ser constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. As contribuições no âmbito deste projecto serão registadas no imobilizado incorpóreo como um custo adicional da licença de UMTS, pelo seu valor actual, e serão amortizadas linearmente no período remanescente de tal licença. O sucesso deste projecto, iniciado no final do exercício de 2007, está dependente da adesão dos beneficiários às várias iniciativas em vigor (e-oportunidades, e-escola e e-professor) e ditará a eventual necessidade de revisão das condições actuais do projecto para um novo modelo de contribuições a determinar decorridos pelo menos 12 meses desde o início do mesmo. Assim, tendo em consideração que: (i) o acima referido Fundo ainda não se encontrar constituído, pelo que não se concretizaram quaisquer fluxos financeiros com o mesmo; (ii) o contrato que estabelece as condições específicas de execução do projecto "Iniciativas E" ainda não se encontrar assinado; (iii) a responsabilidade a reconhecer depender de acontecimentos futuros incertos, que não estão sob o controlo da Empresa, associados à incerteza, à data, quanto ao sucesso e nível de adesões às várias iniciativas e logo quanto ao valor actual da responsabilidade total a ser reconhecida; e (iv) no caso de as adesões serem insuficientes, as condições do actual contrato poderem ser revistas para um novo modelo de contribuições (a partir dos 12 meses decorridos após o início do mesmo) podendo o mesmo revestir a natureza de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade (conforme projectos referidos no parágrafo acima), não sendo portanto possível prever e quantificar o correspondente impacto nas demonstrações financeiras; o Conselho de Administração considera não estarem disponíveis os elementos necessários à constituição de uma estimativa suficientemente segura da responsabilidade total, pelo que a Empresa, até 31 de Dezembro de 2007, reconheceu apenas no imobilizado incorpóreo a responsabilidade relativa às adesões já ocorridas a qual ascende a, aproximadamente, 2,1 milhões de Euros (Nota 7).

Também por acordo entre o MOPTC, a Optimus e os restantes operadores móveis se esclareceu e extinguiu, de forma definitiva e integral, o compromisso dos três operadores relativo à aquisição de direitos de utilização de frequências UMTS correspondentes à licença da ONIWAY -

Infocomunicações, S.A, cabendo à Optimus a obrigação de contribuir, financeiramente, com o montante de 8.313.298,28 Euros para a constituição do Fundo para a Sociedade de Informação (Nota 7). No entanto, esse compromisso encontra-se garantido pelos accionistas da Oniway à data.

46. Eventos subsequentes

Em 21 de Fevereiro de 2008, a Sonaecom comunicou um plano de investimento a 3 anos, no montante de 240 milhões de Euros, no desenvolvimento de uma Rede de Nova Geração, com o objectivo de construir a mais avançada rede de telecomunicações em Portugal.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Fevereiro de 2008, sendo convicção que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas sem quaisquer alterações.

ANEXO

A 31 de Dezembro de 2007, as partes relacionadas do Grupo Sonaecom são como segue:

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Jean François Pontal
Álvaro Cuervo Garcia	Luís Filipe Campos Dias Castro Reis
Angêlo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bom
Belmiro de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida
David Hobley	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
George Christopher Lawrie	Paulo Jorge Henriques Pereira
Gervais Pellissier	Pedro Miguel Freitas Ramalho Carlos

Empresas do Grupo Sonaecom	
3DO Holding GmbH	Aserraderos de Cuellar, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Atlantic Ferries- Tráf. Loc, Flu. e Marít, S.A.
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	Avenida M-40 B.V.
Aegean Park, S.A.	Avenida M-40, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG	Best Offer-Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Aglom-Soc. Ind. Madeiras e Aglom., S.A.	Bloco Q-Sociedade Imobiliária, S.A.
Águas Furtadas - Imobiliária, S.A.	Bloco W-Sociedade Imobiliária, S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	Boavista Shopping Centre BV
ALEXA Administration GmbH	Box Lines Navegação, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Campo Limpo, Lda
ALEXA Shopping Centre GmbH	Canasta-Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Carnes do Continente-Ind. Distr. Carnes, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	CarPlus - Comércio de Automóveis, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	CaS.A. Agrícola de Ambrães, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	CaS.A. Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Aquapraia - Investimentos Turísticos, S.A.	CaS.A. da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A.
Arrábidashopping- Centro Comercial, S.A.	Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.	Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.
Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.	Friengineering International Ltda
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.	Fundo Invest. Imob. Shopp. Parque D. Pedro
Centro Vasco da Gama-Centro Comercial, S.A.	Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.
Change, SGPS, S.A.	Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.

Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,S.A.	GHP Gmbh
Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.	Gli Orsi - Shopping Centre, Srl
Choice Car SGPS, S.A.	Global S-Hipermercado,Lda
Cia.de Industrias e Negócios,S.A.	Glunz AG
Cinclus Imobiliária,S.A.	Glunz Service GmbH
Citorres-Sociedade Imobiliária,S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Clérigoshopping- Gestão do C.Comerc.,S.A.	Glunz Uka Gmbh
Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.	Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Colombo Towers Holding, BV	Guerin - Rent a Car (Dois), Lda.
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.
Contacto-SGPS,S.A.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Contacto-Sociedade de Construções,S.A.	Iberian Assets, S.A.
Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis,S.A.	IGI-Investimento Imobiliário,S.A.
Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,S.A.	Igimo-Sociedade Imobiliária,S.A.
Continente Hipermercados, S.A.	Iginha-Sociedade Imobiliária,S.A.
Contry Club da Maia-Imobiliaria,S.A.	IM Impregnation Management GmbH
Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoareia - Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Darbo S.A.S	Imobiliária da Cacela, S.A.
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Imoclub-Serviços Imobiliários,S.A.
Difusão-Sociedade Imobiliária,S.A.	Imoconti- Soc.Imobiliária,S.A.
Distrifin-Comercio y Prest.Servicios,S.A.	Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.
DMJB, SGPS, S.A.	Imoestrutura-Soc.Imobiliária,S.A.
Dortmund Tower GmbH	Imoferro-Soc.Imobiliária,S.A.
Dos Mares - Shopping Centre B.V.	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,S.A.
Dos Mares-Shopping Centre, S.A.	Imomuro-Sociedade Imobiliária,S.A.
Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A.	Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.
Ecociclo II - Energias, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis,S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoponte-Soc.Imobiliaria,S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor-Design e Serviços,S.A.	Imoresultado-Soc.Imobiliaria,S.A.
Efanor-Indústria de Fios,S.A.	Imosedas-Imobiliária e Seviços,S.A.
El RoS.A.I Shopping, S.A.	Imosistema-Sociedade Imobiliária,S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,S.A.	Imosonae II
Equador & Mendes,Lda	Implantação - Imobiliária, S.A.
Espimaia -Sociedade Imobiliária,S.A.	Infocfield-Formática,S.A.
Estação Oriente-Gest.de Galerias Com.,S.A.	Inparsi - Gestão Galeria Comercial, S.A.
Estação Viana- Centro Comercial, S.A.	Inparvi SGPS, S.A.

Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,S.A.	Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Integrum-Serviços Partilhados,S.A.
Euro Decorative Boards,Ltd	Interclean, S.A.
Euromegantic,Lteé	Interlog-SGPS,S.A.
Euroresinas-Indústrias Químicas,S.A.	Inventory-Acessórios de Casa,S.A.
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Investalentejo, SGPS, S.A.
Fozimo-Sociedade Imobiliária,S.A.	Invsaude - Gestão Hospitalar, S.A.
Isoroy SAS	Ipaper-Industria Papeis Impregnados,S.A.
La Farga - Shopping Center, SL	ISF - Imobiliário, Serviços e Participaç
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	OSB Deustchland Gmbh
Lazam Corretora, Ltda.	KLC Holdings XII SA
Le Terrazze - Shopping Centre S.r.l.	Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.
Lembo Services Ltd (Euro)	Pareuro, BV
Libra Serviços, Lda.	Pargeste SGPS, S.A.
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Lima Retail Park, S.A.	Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A.
Loureshopping- Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque Principado SL
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	Partnergiro - Empreend. Turísticos, Lda
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Maiequipa-Gestão Florestal,S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Marcas MC, ZRT	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Marimo -Exploração Hoteleira Imobiliária	Pátio Sertório Shopping Ltda
Marina de Tróia S.A.	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,S.A.
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.	Plaza Eboli B.V.
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.	Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.
MC Property Management S.A.	Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.
Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio,S.A.
Megantic BV	Plaza Mayor Shopping B.V.
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Shopping, S.A.
Modalfa-Comércio e Serviços,S.A.	Ploiesti Shopping Center (Euro)
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Poliface Brasil, Ltda
Modelo Continente - Oper.Retalho SGPS,S.A.	Poliface North America

Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Porturbe-Edifícios e Urbanizações, S.A.
Modelo Continente, SGPS, S.A.	Praedium II-Imobiliária, S.A.
Modelo Hipermercados Trading, S.A.	Praedium III-Serviços Imobiliários, S.A.
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Praedium SGPS, S.A.
Modelo.com-Vendas p/Correspond., S.A.	Predicomercial-Promoção Imobiliária, S.A.
Monselice Centre Srl	Prédios Privados Imobiliária, S.A.
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.	Predisedas-Predial das Sedas, S.A.
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.	Pridelease Investments, Ltd
NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.	Profimetrics - Software Solutions, S.A.
NA-Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Proj. Sierra Germany 1 - Shop.C. GmbH
NA-Equipamentos para o Lar, S.A.	Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH
Net Mall SGPS, S.A.	Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.	Proj.Sierra 1 - Shopping Centre GmbH
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T,Ld	Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Proj.Sierra Germany 3 (three)-Sh.C.GmbH
Novobord (PTY) Ltd.	Proj.Sierra Hold. Portugal V, SGPS, S.A.
Oeste Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A.	Proj.Sierra Italy 1 - Shop.Centre Srl
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.	Proj.Sierra Italy 2 -Dev. Of Sh.C.Srl
Pátio Campinas Shopping Ltda	Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project Sierra Italy 5 Srl
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra One Srl
Project 4, Srl	Project Sierra Srl
Proj.Sierra Portugal IV-C.Comerc., S.A.	Proj.Sierra Portugal I- C.Comerc., S.A.
Proj.Sierra Portugal V-C.Comercial, S.A.	Proj.Sierra Portugal II-C.Comerc., S.A.
Proj.Sierra Portugal VI-C.Comercial, S.A.	Proj.Sierra Portugal III-C.Comerc., S.A.
Proj.Sierra Portugal VII - C. Comerc., S.A.	Sic Indoor - Gestão de Suportes Publicitários, S.A.
Proj.Sierra Portugal VIII - C.Comerc., S.A.	Sierra Asset Management-Gest. Activos, S.A.
Project SC 1 BV	Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl
Project SC 2 BV	Sierra Brazil 1 B.V.
Project Sierra 1 B.V.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra 3 BV	Sierra Corporate Services- Ap.Gestão, S.A.
Project Sierra 4 BV	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra 5 BV	Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.
Project Sierra 6 BV	Sierra Developments Germany Holding B.V.
Project Sierra 7 BV	Sierra Development Greece, S.A.

Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sierra Developments Germany GmbH
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Developments Spain-Prom.C.Com.SL
Project Sierra Spain 2-Centro Comer. S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Developments Services Srl
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. S.A.	Sierra Developments-Serv. Prom.Imob., S.A.
Project Sierra Spain 5 BV	Sierra Enplanta Ltda
Project Sierra Two Srl	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
Project Sierra Three Srl	Sierra GP Limited
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Promosedas-Prom.Imobiliária,S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Prosa-Produtos e serviços agrícolas,S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Publimeios-Soc.Gestora Part. Finan.,S.A.	Sierra Investments Holding B.V.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
Resoflex-Mob.e Equipamentos Gestão,S.A.	Sierra Italy Holding B.V.
Resolução, SGPS, S.A.	Sierra Man.New Tech.Bus.-Serv.Comu.CC,S.A.
Rio Sul - Centro Comercial, S.A.	Sierra Management Germany GmbH
River Plaza Mall, Srl	Sierra Management II-Gestão de C.C. S.A.
Project Sierra Srl	Sierra Management Italy S.r.l.
S. C. Setler Mina Srl	Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Management Spain-Gestión C.Com.S.A.
Rochester Real Estate,Limited	Sierra Management, SGPS, S.A.
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Management Hellas SA
SC Aegean B.V.	Sierra Property Management, Srl
SC Insurance Risks Services, SGPS, S.A.	Sierra Portugal Fund, Sarl
SC Mediterraneo Cosmos B.V.	SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
SC-Consultadoria,S.A.	SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A.	Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C.,S.A.
SCS Beheer,BV	SKK-Central de Distr.,S.A.
Selfrio,SGPS,S.A.	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos
Selfrio-Engenharia do Frio,S.A.	SM Empreendimentos Imobiliários, Ltda
Selifa-Empreendimentos Imobiliários,S.A.	SMP-Serv. de Manutenção Planeamento
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,S.A.	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,S.A.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.	Sociedade Imobiliária Troia - B3, S.A.
Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,S.A.	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A.	Sonae Turismo Gestão e Serviços,S.A.

<p> Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,S.A. Shopping Centre Colombo Holding, BV Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf-Soc.Iniciat.Aprov.Florestais,S.A. Sol Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A. Solaris Supermercados, S.A. Solinca III-Desporto e S.A.úde,S.A. Solinca-Investimentos Turísticos,S.A. Solinfitness - Club Malaga, S.L. Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,S.A. Somit Imobiliária,S.A. Somit-Soc.Mad.Ind.Transformadas,S.A. Sonae Capital Brasil, Lda Sonae Capital,SGPS,S.A. Sonae Financial Participations BV Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,S.A. Sonae Indústria Brasil, Ltda Sonae Industria de Revestimentos,S.A. Sonae Indústria-SGPS,S.A. Sonae International, Ltd Sonae Investments,BV Sonae Novobord (PTY) Ltd Sonae RE, S.A. Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,S.A. Sonae SGPS, S.A. Sonae Serviços de Gestão, S.A. Sonae Sierra Brasil Ltda Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra (UK),Ltd Sonae Tafibra Benelux, BV Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos,SL Tarkett Agepan Laminare Flooring SCS Tavapan,S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente,S.A. Textil do Marco,S.A. Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA </p>	<p> Sonae Turismo-SGPS,S.A. Sonae UK,Ltd. Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos Sondis Imobiliária,S.A. Sontaria-Empreend.Imobiliários,S.A. Sontel Bv Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products,Ltd Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda Spinarq,S.A. Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A. Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,S.A. Sport Zone-Comércio Art.Desporto,S.A. Société des Essences Fines Isoroy Société Industrielle et Financière Isoroy Socijofra-Sociedade Imobiliária,S.A. Sociloures-Soc.Imobiliária,S.A. Soconstrução BV SodeS.A., S.A. Soflorin,BV Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,S.A. SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A. SRP Development, SA Star-Viagens e Turismo,S.A. Tableros Tradema,S.L. Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas,SL Tafibras Participações, S.A. TafiS.A. Brasil, S.A. TafiS.A. Canadá Societé en Commandite TafiS.A. France, S.A. TafiS.A. UK,Ltd TafiS.A.-Tableros de Fibras, S.A. Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Unipress - Centro Gráfico, Lda Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. </p>
--	--

Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.	Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.
Tool GmbH	Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.
Torre Colombo Ocidente-Imobiliária,S.A.	Venda Aluga-Sociedade Imobiliária,S.A.
Torre Colombo Oriente-Imobiliária,S.A.	Via Catarina- Centro Comercial, S.A.
Torre São Gabriel-Imobiliária,S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
TP - Sociedade Térmica, S.A.	Worten-Equipamento para o Lar,S.A.
Troiareort-Investimentos Turísticos, S.A.	Worten España, S.A.
Urbisedas-Imobiliária das Sedas,S.A.	Zubiarte Inversiones Inmob,S.A.
Valecenter Srl	
Valor N, S.A.	

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Wirefree Services Belgium, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 E BALANÇO PRÓ-FORMA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro de 2007	Dezembro de 2006 Pró-forma	Dezembro de 2006 POC
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	1.a), 1.e) e 2	181.562	141.032	233.064
Imobilizações incorpóreas	1.b), e 3	71.121	92.811	779
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	920.727.475	852.656.668	852.656.668
Outros activos não correntes	1.c), 1.i), 1.m), 4, 6 e 21	492.695.948	352.053.002	352.018.202
Total de activos não correntes		<u>1.413.676.106</u>	<u>1.204.943.513</u>	<u>1.204.908.713</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4, e 8	9.022.179	110.737.578	110.737.577
Outros activos correntes	1.i), 1.m) e 9	3.766.451	1.353.113	4.678.538
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.d), 4 e 10	-	849.375	675.000
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 11	145.779.175	90.973.527	90.973.527
Total de activos correntes		<u>158.567.805</u>	<u>203.913.593</u>	<u>207.064.642</u>
Total do activo		<u>1.572.243.911</u>	<u>1.408.857.106</u>	<u>1.411.973.355</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	12 e 13	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.n), 1.o) e 14	(8.938.165)	-	-
Reservas	1.n) e 13	794.137.940	784.407.241	784.407.239
Resultado líquido do exercício		(15.334.817)	9.121.625	8.864.185
Total do capital próprio		<u>1.136.111.826</u>	<u>1.159.775.734</u>	<u>1.159.518.292</u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 15.a)	373.680.136	146.626.307	150.000.000
Provisões para outros riscos e encargos	1.j) e 16	23.706	31.979	31.979
Outros passivos não correntes	1.i), 1.m), 1.r) e 17	129.379	639.405	-
Total de passivos não correntes		<u>373.833.221</u>	<u>147.297.691</u>	<u>150.031.979</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 4, e 15.b)	17.860.473	86.750.000	86.750.000
Outras dívidas a terceiros	4 e 18	41.292.121	4.078.027	4.078.025
Outros passivos correntes	1.i), 1.m), 1.r) e 19	3.146.270	10.955.654	11.595.059
Total de passivos correntes		<u>62.298.864</u>	<u>101.783.681</u>	<u>102.423.084</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.572.243.911</u>	<u>1.408.857.106</u>	<u>1.411.973.355</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e Pró-forma em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZA

PARA O EXERCÍCIO E O TRIMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PRÓ-FORMA PARA O EXERCÍCIO E O TRIMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Dezembro de 2007	Setembro a Dezembro de 2007 (Não auditado)	Dezembro de 2006 Pró-forma	Setembro a Dezembro 2006 Pró-forma (Não auditado)	Dezembro de 2006 POC
Prestações de serviços	20	6.776.984	2.228.281	6.197.055	1.255.818	6.197.055
Outros proveitos operacionais	20	24.183.266	551.723	245.910	80.805	245.908
		<u>30.960.250</u>	<u>2.780.004</u>	<u>6.442.965</u>	<u>1.336.623</u>	<u>6.442.963</u>
Fornecimentos e serviços externos	21	(4.658.695)	(914.294)	(2.940.845)	(684.360)	(24.994.941)
Custos com o pessoal	29 e 30	(5.170.239)	(1.495.266)	(4.704.238)	(1.449.431)	(4.708.633)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3	(72.718)	(19.685)	(71.351)	(17.226)	(71.351)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.q) e 16	-	-	(706)	(706)	(706)
Outros custos operacionais		(76.530)	(15.273)	(104.582)	(55.278)	(80.994)
		<u>(9.978.182)</u>	<u>(2.444.518)</u>	<u>(7.821.722)</u>	<u>(2.207.001)</u>	<u>(29.856.625)</u>
Custos com as Ofertas Públicas de Aquisição	22	-	-	(22.387.200)	(22.387.200)	-
		<u>(9.978.182)</u>	<u>(2.444.518)</u>	<u>(30.208.922)</u>	<u>(24.594.201)</u>	<u>(29.856.625)</u>
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	23	(43.481.386)	(43.481.386)	33.000.000	33.000.000	33.000.000
Outros custos financeiros	1.d), 1.h), 1.q), 15 e 23	(13.283.229)	(4.201.866)	(8.709.010)	(2.431.070)	(9.129.146)
Outros proveitos financeiros	1.d), 15 e 23	20.460.321	(31.303.621)	8.603.364	2.355.111	8.128.938
Resultados correntes		(15.322.726)	(78.651.387)	9.128.397	9.666.463	8.586.130
Resultados extraordinários		-	-	-	-	285.705
Imposto sobre o rendimento	1.k) e 7	(12.091)	368.259	(6.772)	(1.912)	(7.650)
Resultado líquido do exercício		(15.334.817)	(78.283.128)	9.121.625	9.664.551	8.864.185
Resultados por acção	26					
Incluindo operações em descontinuação						
Básicos		(0,04)	(0,21)	0,03	0,03	0,03
Diluídos		(0,04)	(0,21)	0,03	0,03	0,03
Excluindo operações em descontinuação						
Básicos		(0,04)	(0,21)	0,03	0,03	0,03
Diluídos		(0,04)	(0,21)	0,03	0,03	0,03

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e Pró-forma em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PRÓ-FORMA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	2007										
	Capital Social	Acções próprias (Nota 14)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	366.246.868	-	775.290.377	559.078	108.132	-	-	8.449.654	784.407.241	9.121.625	1.159.775.734
Aplicação do resultado líquido de 2006	-	-	-	443.209	-	-	-	8.678.416	9.121.625	(9.121.625)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.334.817)	(15.334.817)
Aquisição de acções próprias	-	(8.938.165)	-	-	-	8.938.165	-	(8.938.165)	-	-	(8.938.165)
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	412.910	-	412.910	-	412.910
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	196.164	-	-	-	196.164	-	196.164
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>366.246.868</u>	<u>(8.938.165)</u>	<u>775.290.377</u>	<u>1.002.287</u>	<u>304.296</u>	<u>8.938.165</u>	<u>412.910</u>	<u>8.189.905</u>	<u>794.137.940</u>	<u>(15.334.817)</u>	<u>1.136.111.828</u>
	2006										
	Capital Social	Acções próprias	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	296.526.868	-	499.633.160	114.360	-	-	-	(30.226)	499.717.294	8.924.598	805.168.760
Aplicação do resultado líquido de 2005	-	-	-	444.718	-	-	-	8.479.880	8.924.598	(8.924.598)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.121.625	9.121.625
Reservas de justo valor	-	-	-	-	108.132	-	-	-	108.132	-	108.132
Outros	69.720.000	-	275.657.217	-	-	-	-	-	275.657.217	-	345.377.217
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>296.526.868</u>	<u>-</u>	<u>775.290.377</u>	<u>559.078</u>	<u>108.132</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.449.654</u>	<u>784.407.241</u>	<u>9.121.625</u>	<u>1.159.775.734</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e pró-forma em 31 de Dezembro de 2006.

SONAEOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PRÓ-FORMA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euro)

	<u>31 de Dezembro de 2007</u>		<u>31 de Dezembro de 2006</u>	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(4.637.963)		(4.752.892)	
Fluxo gerado pelas operações	(4.637.963)		(4.752.892)	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(492.261)		(111.353)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	17.136.161		(6.861.140)	
Fluxos das actividades operacionais (1)	12.005.937	12.005.937	(11.725.385)	(11.725.385)
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	273.470.063		49.414.847	
Imobilizações corpóreas	5.762		-	
Juros e proveitos similares	13.179.899		7.983.956	
Dividendos recebidos	38.592.872	325.248.596	33.000.000	90.398.803
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(104.947.682)		(134.032.871)	
Imobilizações corpóreas	(92.082)		(10.458)	
Imobilizações incorpóreas	(2.503)		(14.817)	
Empréstimos concedidos	(313.314.109)	(418.356.376)	(41.447.021)	(175.505.167)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(93.107.780)		(85.106.364)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	225.000.000	225.000.000	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(11.264.818)		(7.711.158)	
Aquisição de acções próprias	(8.938.165)		-	
Empréstimos obtidos	(68.993.000)	(89.195.983)	19.125.001	11.413.843
Fluxos das actividades de financiamento (3)		135.804.017		11.413.843
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		54.702.174		(85.417.906)
Efeito das diferenças de câmbio		-		-
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		90.973.527		176.391.433
Caixa e seus equivalentes no final do período		145.675.702		90.973.527

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e Pró-forma em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E "PRÓ-FORMA" PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Quantia de outros activos e passivos adquiridos		
Acções da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.	-	414.842
Subscrição do capital da Sonaecom BV	-	20.000
Cobertura de prejuízos na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	-	110.000
Cobertura de prejuízos na Sonae Matrix Multimédia S.G.P.S., S.A.	61.344.670	-
Entrega de prestações acessórias à Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. (ex - Novis Telecom, S.A.)	-	27.500.000
Acções da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	-	105.988.029
Aquisição da Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	14.553.012	-
Aquisição da participação na Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.	29.000.000	-
Aquisição da Optimus Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	50.000	-
	<u>104.947.682</u>	<u>134.032.871</u>
b) Quantia de outros activos e passivos alienados		
Acções da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.	-	247.275
Entrega de acções Sonae S.G.P.S., S.A.	385.980	268.845
Entrega de acções Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.	-	81.725
Acções da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	106.253.492	-
Liquidação da Sonae Matrix Multimédia S.G.P.S., S.A.	20.000.000	-
	<u>126.639.472</u>	<u>597.845</u>
c) Outras actividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias pela Sonae Telecom S.G.P.S., S.A.	76.450.000	23.493.501
Reembolso de prestações acessórias pela Sonae Matrix S.G.P.S., S.A.	70.380.591	1.880.000
Reembolso de prestações acessórias pela Optimus Telecomunicações S.A.	-	23.443.501
	<u>146.830.591</u>	<u>48.817.002</u>
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	9.674	10.940
Depósitos à ordem	38.951	27.583
Aplicações de Tesouraria	145.730.550	90.935.004
Depósitos à ordem (saldos credores)	(103.473)	-
Caixa e seus equivalentes	<u>145.675.702</u>	<u>90.973.527</u>
Depósitos à ordem (saldos credores)	103.473	-
Disponibilidades constantes do balanço	145.779.175	90.973.527
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	100.000.000	90.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e Pró-forma em 31 de Dezembro de 2006

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

George Christopher Lawrie

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Gervais Gille Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

Anexo
às
demonstrações financeiras

Anexo
às demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2007 e Pró-forma em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada "Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.(Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *Internacional Accounting Standards Board*.

A conciliação entre o capital próprio em 31 de Dezembro de 2006 e os resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, obtidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) e o capital próprio em 31 de Dezembro de 2006 e os resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, obtidos de acordo com as IAS/IFRS, é apresentada na Nota 13 do Anexo às demonstrações financeiras.

A Sonaecom aplicou a IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Divulgações", obrigatória para os exercícios com início em Janeiro de 2007 ou posterior, e as correspondentes alterações à IAS 1 – "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A aplicação desta norma resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados pela Empresa.

A 29 de Março de 2007, com efeitos obrigatórios a 1 de Janeiro de 2009 mas com uma adopção antecipada permitida, o IASB emitiu uma revisão à IAS 23 – "Custos de empréstimos obtidos". Foram ainda emitidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 cinco interpretações: (i) IFRIC 7 – "Adopção do método de reexpressão segundo a IAS 29 – Reporte Financeiro em economias hiperinflacionárias"; (ii) IFRIC 8 – "Âmbito da IFRS 2"; (iii) IFRIC 9 – "Reavaliação dos derivados embutidos"; (iv) IFRIC 10 – "Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidades"; e (v) IFRIC 11 – "IFRS 2 – Grupos e Transacções com base em acções". A aplicação destas normas e destas interpretações não teve impacto relevante nas políticas contabilísticas da Empresa.

À data da emissão destas demonstrações financeiras, tinham sido emitidas, mas sem aplicação obrigatória e não adoptadas pela União Europeia, as seguintes normas e interpretações:

- Revisão da IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” (obrigatória a 1 de Julho de 2009)
- IFRS 8 – “Segmentos Operacionais” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRIC 12 – “Acordos sobre Serviços de Concessão” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);
- IFRIC 13 – “Programas de Fidelização de Clientes” (obrigatória a 1 de Julho de 2008);
- IFRIC 14 – “IAS 19 – Os limites de um plano de benefícios definidos, requisitos mínimos e outras interacções” (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008).

Estas normas não terão efeitos materiais nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica ‘Amortizações e depreciações’ da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica ‘Amortizações e depreciações’ da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções - Obras em edifícios alheios	10 - 20
Equipamento básico	6
Ferramentas e utensílios	2
Equipamento administrativo	3 - 10

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de as controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros activos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são considerados parte integrante do respectivo custo de aquisição.

d) Investimentos

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

- a) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'
Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.
- b) 'Empréstimos e contas a receber'
'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registadas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica de 'Outras dívidas de terceiros'.

- c) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.
- d) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas dos investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada (queda superior a 25% durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e

reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o impacto do desconto.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo como método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pela Empresa respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tiver sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor, considerando a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

l) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros activos correntes", "Outros activos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 16).

n) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. i), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Reservas de prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2, a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, as únicas reservas da Sonaecom, SGPS, S.A., que, pela sua natureza, se consideram distribuíveis, são as relativas a resultados acumulados no montante de 8.189.905 Euros.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2007		2006	
	31.12.2007	Média	31.12.2006	Média
Libra inglesa	1,36361	1,46209	1,4892	1,46704
Dólar americano	0,6793	0,7308	0,7593	0,79717
Real brasileiro	-	-	0,35564	0,36658

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Imobilizado, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa e corroborados por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade pela entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratasse de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes", por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

A Empresa celebrou, em 2003, um contrato onde transferiu, através do estabelecimento do pagamento de uma verba fixa, a titularidade da sua responsabilidade afecta aos planos de acções próprias para uma entidade exterior ao Grupo Sonaecom. À data de 31 de Dezembro de 2007, apenas um dos planos em aberto estava abrangido por esse contrato de cobertura. Desta forma, o impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções próprias está contabilizado, no balanço, nas rubricas de 'Outros activos correntes' e 'Outros passivos correntes', para o plano abrangido pelo contrato de cobertura e na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', para os restantes dois planos. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.i)).

Risco de mercado

a. Risco de taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b. Risco de Preço

A Empresa, durante o exercício de 2006, esteve exposta ao risco de variação de preço de Investimentos registados ao justo valor através de resultados e de parte dos Investimentos disponíveis para venda. No primeiro caso, a rubrica era composta por acções da Sonae S.G.P.S., S.A., as quais foram adquiridas para fazer face às responsabilidades que a Empresa assumiu no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo atribuídos aos colaboradores (Notas 1. r) e 27), pelo que a variação de preço destes títulos era compensada pela variação na responsabilidade dos respectivos planos. No caso dos investimentos disponíveis para venda, a rubrica era maioritariamente composta por acções da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A., as quais foram alienadas a uma subsidiária antes de 31 de Dezembro de 2006.

Durante o exercício de 2007, os títulos da Sonae, S.G.P.S., S.A. foram alienados (Nota 10). A cobertura dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonae S.G.P.S., S.A., passou a ser efectuada através de contratos com uma entidade externa.

c. Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes factores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge") e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos

- de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;
 - Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nacionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

d. Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a

probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- i. Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- ii. Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- iii. Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 15 e 20, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

e. Risco de Crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Imobilizações corpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2007							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:							
Saldo em 31. 12. 2006	313.312	4.365	-	-	157.283	2	474.962
Adições	8.551	21.079	902	171	60.084	103	90.890
Alienacões	-	-	(902)	-	(5.678)	-	(6.580)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldo final em 31. 12. 2007	321.863	25.444	-	171	211.689	103	559.270
AMORTIZAÇÕES E PERDAS							
DE IMPARIDADE ACUMULADAS:							
Saldo em 31. 12. 2006	196.720	1.098	-	-	136.111	2	333.931
Amortizações do exercício	31.167	1.232	-	7	16.110	9	48.525
Alienacões	-	-	-	-	(4.748)	-	(4.748)
Saldo final em 31. 12. 2007	227.887	2.330	-	7	147.473	11	377.708
Valor líquido	93.976	23.114	-	164	64.216	92	181.562

2006							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2005	300.139	4.100	-	-	155.147	2	459.388
Adições	13.173	265	-	-	5.049	-	18.487
Transferências e abates	-	-	-	-	(2.913)	-	(2.913)
Saldo final em 31.12.2006	313.312	4.365	-	-	157.283	2	474.962
AMORTIZAÇÕES E PERDAS							
DE IMPARIDADE							
ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2005	166.104	273	-	-	125.306	2	291.685
Amortizações do exercício	30.616	825	-	-	13.712	-	45.153
Transferências e abates	-	-	-	-	(2.908)	-	(2.908)
Saldo final em 31.12.2006	196.720	1.098	-	-	136.110	2	333.930
Valor líquido	116.592	3.267	-	-	21.173	-	141.032

3. Imobilizações incorpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2007				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2006	4.982	167.051	13.917	185.950
Adições	1.527	976	-	2.503
Saldo final em 31.12.2007	6.509	168.027	13.917	188.453
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2006	4.203	88.936	-	93.139
Amortizações do exercício	641	23.552	-	24.193
Saldo final em 31.12.2007	4.844	112.488	-	117.332
Valor líquido	1.665	55.539	13.917	71.121
2006				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2005	4.439	166.693	-	171.132
Adições	543	358	13.917	14.818
Saldo final em 31.12.2006	4.982	167.051	13.917	185.950
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2005	3.595	63.346	-	66.941
Amortizações do exercício	608	25.590	-	26.198
Saldo final em 31.12.2006	4.203	88.936	-	93.139
Valor líquido	779	78.115	13.917	92.811

O valor registado em Imobilizado em curso corresponde a projectos de desenvolvimento de software.

4. Classes de Investimentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

2007							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes	-	492.695.948	-	-	492.695.948	-	492.695.948
	-	492.695.948	-	-	492.695.948	-	492.695.948
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros	-	8.004.994	-	-	8.004.994	1.017.185	9.022.179
Caixa e equivalentes de caixa	-	145.779.175	-	-	145.779.175	-	145.779.175
	-	153.784.169	-	-	153.784.169	1.017.185	154.801.354

2006							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes	-	352.053.002	-	-	352.053.002	-	352.053.002
	-	352.053.002	-	-	352.053.002	-	352.053.002
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros	-	107.716.264	-	-	107.716.264	3.021.314	110.737.578
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	849.375	-	-	-	849.375	-	849.375
Caixa e equivalentes de caixa	-	90.973.527	-	-	90.973.527	-	90.973.527
	849.375	198.689.791	-	-	199.539.166	3.021.314	202.560.480

2007							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	(412.910)	374.093.046	-	373.680.136	-	373.680.136
	-	(412.910)	374.093.046	-	373.680.136	-	373.680.136
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	17.860.473	-	17.860.473	-	17.860.473
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	40.662.700	40.662.700	629.421	41.292.121
	-	-	17.860.473	40.662.700	58.523.173	629.421	59.152.594

2006							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	-	146.626.307	-	146.626.307	-	146.626.307
	-	-	146.626.307	-	146.626.307	-	146.626.307
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	86.750.000	-	86.750.000	-	86.750.000
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	3.808.616	3.808.616	269.411	4.078.027
	-	-	86.750.000	3.808.616	90.558.616	269.411	90.828.027

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as

rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem integralmente constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2007	2006
Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A. ("Sonaecom SC", ex Novis Telecom, S.A.)	749.628.393	141.872.487
Optimus Telecomunicações S.A. ("Optimus")	-	551.255.906
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	105.799.987	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	4.209.902
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Matrix")	-	40.782.208
Sonae.com – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com SI")	26.641.587	26.641.587
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Telemilénio, Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele 2")	178.409	-
Sonaecom BV	100.000	100.000
Optimus Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Optimus Artis")	50.000	-
	<u>931.176.378</u>	<u>875.230.177</u>
Perdas de imparidade (Nota 16)	(10.448.903)	(22.573.509)
Total de investimentos em empresas do Grupo	<u>920.727.475</u>	<u>852.656.668</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram como segue:

Empresa	Saldo				Saldo
	31-12-2006	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	693.128.393	29.000.000	-	27.500.000	749.628.393
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	4.209.902	40.000.000	-	-	44.209.902
Sonae Matrix	40.782.208	-	(40.782.208)	-	-
Sonae.com SI	26.641.587	-	-	-	26.641.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Tele 2	-	178.409	-	-	178.409
Sonaecom BV	100.000	-	-	-	100.000
Optimus Artis	-	50.000	-	-	50.000
	<u>875.230.177</u>	<u>69.228.409</u>	<u>(40.782.208)</u>	<u>27.500.000</u>	<u>931.176.378</u>
Imparidades	(22.573.509)	-	-	12.124.606	(10.448.903)
	<u>852.656.668</u>	<u>69.228.409</u>	<u>(40.782.208)</u>	<u>39.624.606</u>	<u>920.727.475</u>

Empresa	Saldo				Saldo 31-12-2006
	31-12-2005	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	20.092.718	-	-	121.779.769	141.872.487
Optimus	219.944.790	331.311.116	-	-	551.255.906
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	4.209.902	-	-	-	4.209.902
Sonae Matrix	22.620.000	-	-	18.162.208	40.782.208
Sonae.com SI	1.220.000	-	-	25.421.587	26.641.587
Miauger	1	110.000	-	4.458.099	4.568.100
Sonaecom BV	-	100.000	-	-	100.000
	<u>373.887.398</u>	<u>331.521.116</u>	<u>-</u>	<u>169.821.663</u>	<u>875.230.177</u>
Imparidades	(22.573.509)	-	-	-	(22.573.509)
	<u>351.313.889</u>	<u>331.521.116</u>	<u>-</u>	<u>169.821.663</u>	<u>852.656.668</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Optimus Telecomunicações, S.A. na Novis Telecom, S.A., que posteriormente alterou a sua designação social para Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A..

Previamente à fusão, a Novis procedeu à cobertura de resultados negativos e à constituição de uma reserva legal através da utilização de prestações acessórias no montante de Euro 27.500.000. Adicionalmente, em Dezembro de 2007, a Empresa adquiriu 2,21% da Sonaecom SC à subsidiária Sonae Matrix por Euro 29.000.000.

Durante o exercício de 2007, o aumento de Euro 40.000.000 na Sonaetelecom BV respeitou ao reforço dos capitais próprios da Empresa.

Durante o exercício de 2007, o aumento de Euro 178.409 correspondeu à aquisição da Tele 2, empresa adquirida por Euro 13.944.624, tendo Euro 13.766.215 sido afectos às Prestações acessórias adquiridas (Nota 6).

Durante o exercício de 2007, o valor registado em diminuições correspondeu à liquidação da Sonae Matrix S.G.P.S., S.A..

Durante o exercício de 2007, a transferência do valor de Imparidades foi efectuada para a rubrica de 'Outros activos não correntes' (Nota 6).

Durante o exercício de 2006, o aumento no montante de Euro 331.311.116, foi justificado pela aquisição da participação de 5,04% na Optimus à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e de 25,72% à O93X - Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP), através da troca de participações naquela empresa por uma participação na Sonaecom de 3,118% para a Parpública e de 15,918% para a EDP.

O valor registado em transferências no montante de Euro 169.821.663 refere-se à conversão de prestações acessórias para partes de capital em empresas do grupo.

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.758.611.602 Euros, um passivo consolidado de 823.190.172 Euros, proveitos operacionais consolidados de 899.114.867 Euros e capitais próprios consolidados de 935.421.430 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado (atribuível a accionistas da empresa mãe - Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 de 36.777.780 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as filiais e associadas detidas directamente pela Empresa são as seguintes (valores de acordo com os IAS/IFRS):

Empresa	Sede	% Participação	2007		2006		
			Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	
Sonaecom SC (ex Novis Telecom, S.A.)	Maia	53,54%	530.109.469	115.966.397	58,33%	22.688.952	(26.312.670)
Optimus	Maia	-	-	-	50,94%	399.036.412	34.181.090
Sonae Telecom	Maia	100%	175.004.793	72.667.381	100%	212.787.412	(10.816)
Sonae Matrix	-	-	-	-	100%	90.368.597	40.625
Sonaecom SI	Maia	100%	46.796.086	13.151.148	100%	33.644.938	20.751
Miauger	Maia	100%	448.781	234.950	100%	213.831	186.647
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	3.568.002	(43.811.459)	100%	7.379.461	26.546.170
Tele 2	Lisboa	100%	(2.101.150)	(14.741.900)	-	-	-
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	(11.931.959)	(3.469.512)	100%	(3.608.035)	(8.562.447)
Optimus Artis	Maia	100%	(4.295.170)	(4.345.170)	-	-	-

Em 2007, a Sonaecom detinha, indirectamente, através da Sonae Telecom SGPS, SA e da Sonaecom BV, participações adicionais na Sonaecom - Serviços de Comunicações de 37,94% e 8,52% respectivamente.

Em 2006, a Sonaecom detinha, indirectamente, através da Sonae Matrix, uma participação adicional de 41,67% na Novis e através da Sonae Telecom SGPS, uma participação adicional na Optimus de 49,06%.

6. Outros activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ACTIVOS FINANCEIROS:		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Sonaecom SC (ex Nvvi s)	262.795.000	71.900.000
Sonaecom BV	120.660.000	-
Sonaetel ecom BV	70.175.000	69.767.673
Sonaecom SI	390.000	-
Tel e 2	<u>961.782</u>	<u>-</u>
	<u>454.981.782</u>	<u>141.667.673</u>
Prestações acessórias:		
Sonaecom SI	33.574.187	33.574.187
Sonaecom SGPS	30.964.467	107.414.467
Tel e 2 (Nota 5)	13.766.215	-
Sonaecom Matrix	-	70.327.971
Sonaecom SC (ex Nvvi s)	<u>-</u>	<u>27.500.000</u>
	<u>78.304.869</u>	<u>238.816.625</u>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 16)	<u>(40.590.703)</u>	<u>(28.466.097)</u>
ACTIVOS NÃO FINANCEIROS:		
Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1. r) e 27)	<u>-</u>	<u>34.801</u>
	<u>-</u>	<u>34.801</u>
	<u>492.695.948</u>	<u>352.053.002</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 5,0875% e 4,629%, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

O aumento dos empréstimos concedidos à Sonaecom SC resultou do facto da Empresa, durante o exercício de 2007, ter concentrado em si o financiamento externo do Grupo Sonaecom, colocando o financiamento nas subsidiárias através de suprimentos.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência da rubrica de Investimentos em empresas do grupo.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua antiguidade.

7. Impostos diferidos activos

Em 31 de Dezembro de 2007, as situações geradoras de activos por impostos diferidos são como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Ajustamentos para IAS/IFRS	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	28.183.484	-	11.431.819	39.615.303	10.075.303
2003	-	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	2.176.736	-	(3.033.899)	(857.163)	(259.799)
2006	24.341.554	(257.437)	(149.858)	23.934.259	5.977.455
2007	54.308.569	81.031	(433.114)	53.956.486	13.483.841
	109.010.343	(176.406)	52.095.710	160.929.647	41.011.202

Por razões de prudência, uma vez que não é segura a sua recuperação, a Empresa não registou os activos por impostos diferidos correspondentes aos prejuízos fiscais reportáveis e às diferenças temporárias, que ascenderiam a 41.011.202 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, a taxa de imposto utilizada para o cálculo dos activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2004 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Outros devedores	8.005.800	107.717.070
Estado e outros entes públicos	1.017.185	3.021.314
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 16)	(806)	(806)
	9.022.179	110.737.578

O valor registado na rubrica 'Outros devedores' diz respeito, essencialmente, a saldos a receber de diversas empresas do grupo, referentes a débitos emitidos em Dezembro de 2007 e 2006 relativos a juros de suprimentos, a juros de aplicações de tesouraria e a diversos serviços prestados. Em 31 de Dezembro de 2006, incluía ainda o valor da venda, no montante de Euro 106.253.492 de 1% da participação na Portugal Telecom, S.A. à subsidiária Sonaecom BV.

O valor registado em Estado e outros entes público em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a antiguidade dos saldos de outros devedores pode ser detalhada como segue:

2007								
	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido com imparidade		
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias
Outros devedores	8.005.800	7.482.232	(260.808)	147.661	634.950	-	-	1.764
	<u>8.005.800</u>	<u>7.482.232</u>	<u>(260.808)</u>	<u>147.661</u>	<u>634.950</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.764</u>

2006								
	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido com imparidade		
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias
Outros devedores	107.717.070	1.463.515	106.251.548	-	2.007	-	-	-
	<u>107.717.070</u>	<u>1.463.515</u>	<u>106.251.548</u>	<u>-</u>	<u>2.007</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Por não se tratar de um activo financeiro, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objecto do detalhe acima.

9. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	3.333.843	903.133
Valores a debitar	338.654	126.646
Outros acréscimos de proveitos	1.398	2.826
	<u>3.673.895</u>	<u>1.032.605</u>
Custos diferidos		
Seguros	40.936	69.065
Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 1.r))	-	177.795
Rendas	1.620	18.264
Outros custos diferidos	50.000	55.384
	<u>92.556</u>	<u>320.508</u>
	<u>3.766.451</u>	<u>1.353.113</u>

10. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	2007	2006
Saldo inicial	849.375	1.321.690
Aquisições no exercício	-	414.842
Alienações no exercício	(1.128.864)	(1.237.987)
Aumentos/diminuições para o justo valor (Nota 23)	279.489	350.830
	<u>-</u>	<u>849.375</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os Investimentos registados ao justo valor através de resultados correspondiam a 562.500 acções da Sonae, S.G.P.S., S.A. adquiridas para cumprir com obrigações futuras relacionadas com os Planos de Incentivo de Médio Prazo e estavam registados com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço. Durante o exercício de 2007, 369.317 acções foram entregues aos colaboradores e 193.183 acções foram alienadas, gerando uma mais-valia de 154.160 Euros.

Estes títulos foram classificados, no momento inicial, como Investimentos registados ao justo valor através de resultados, uma vez que foram adquiridos com o objectivo de cobertura da responsabilidade dos Planos de Incentivo de Médio Prazo.

Em 31 de Dezembro de 2007, os planos são cobertos através de contratos celebrados com uma entidade externa à Empresa.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2007	2006
Numerário	9.674	10.940
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	38.951	27.583
Aplicações de tesouraria	145.730.550	90.935.004
	<u>145.779.175</u>	<u>90.973.527</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2007	2006
Cedência de fundos à Sonae SGPS	-	90.000.004
Aplicações bancárias de curto prazo		
Banco Espírito Santo	77.620.000	-
Sonaecom - Serviços de Comunicações (ex Novis)	55.467.900	-
Wedo	10.629.650	-
Público	1.893.000	935.000
Banco BPI	120.000	-
	<u>145.730.550</u>	<u>90.935.004</u>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, venceram juros a uma taxa média de 5,225% (3,394% em 2006).

12. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções ordinárias escriturais, ao portador, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2007		2006	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	184.052.872	50,25%	-	-
Acções dispersas em Bolsa	80.848.153	22,07%	76.649.353	20,92%
Wirefree Services Belgium, S.A.	70.276.868	19,19%	70.276.868	19,19%
O93X (EDP)	29.150.000	7,96%	29.150.000	7,96%
Acções próprias	1.894.326	0,52%	-	-
Sonae	23.649	0,01%	46.572.998	12,72%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Sonae Investments BV	-	-	143.596.649	39,21%
	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>

A estrutura de capital da Empresa é analisada na secção dos principais indicadores do Relatório de Gestão.

Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada acção. Durante o exercício de 2007, a Empresa adquiriu 1.894.326 acções próprias para fazer face aos seus Planos de Incentivo a Médio Prazo.

13. Conciliação do capital próprio em 31 de Dezembro de 2006 entre o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e os IAS/IFRS e do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 obtido de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e os IAS/IFRS

O detalhe dos ajustamentos entre o capital próprio em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 obtidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) e o capital próprio em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, obtidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), é como segue:

	Ajustamentos iniciais para IAS/IFRS	Resultado líquido	Total
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS/IFRS dos saldos de abertura de 2006 (1 de Janeiro de 2006):	-	-	-
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS/IFRS do resultado líquido de 2006:			
Registo dos encargos incorridos com a obtenção de empréstimos pelo custo amortizado	-	83.065	83.065
Justo valor dos investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	174.375	174.375
Total dos ajustamentos efectuados na conversão para IAS/IFRS, reportados a 31 de Dezembro de 2006	<u>-</u>	<u>257.440</u>	<u>257.440</u>

Os ajustamentos efectuados na conversão para IAS/IFRS com impacto nos capitais próprios e no resultado líquido nos exercícios acima referidos estão relacionados, essencialmente, com o registo ao justo valor das acções detidas na Sonae SGPS, para efeitos de cobertura dos Planos de Incentivo de Médio Prazo.

14. Acções próprias

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Sonaecom adquiriu um total de 1.894.326 acções próprias, representativas de 0,52% do seu capital social ao preço médio de 4,72 Euros, com o objectivo de proceder à cobertura total das suas obrigações derivadas do Plano de Incentivo de Médio Prazo.

15. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2007	2006
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.879.021)	(3.373.693)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	260.883	-
Justo valor do Swap	-	-	-	56.194	-
				<u>147.438.056</u>	<u>146.626.307</u>
Papel Comercial	250.000.000	Jul-12	-	225.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(79.359)	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.790.543	-
Justo valor do Swap	-	-	-	(469.104)	-
				<u>226.242.080</u>	<u>-</u>
				<u>373.680.136</u>	<u>146.626.307</u>

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

A contratação deste financiamento ao nível da Sonaecom permitiu à Optimus a amortização do seu financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de, cerca 324 milhões de Euros, permitindo assim ao Grupo, nas actuais condições de mercado mais favoráveis, um alargamento significativo da maturidade da dívida contratada, a eliminação de um conjunto de limitações contratuais, financeiras e operacionais, impostas pelo anterior financiamento sindicado da Optimus e uma melhor eficiência na gestão da liquidez consolidada.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros. Deste modo, estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do respectivo valor de mercado.

O spread aplicável nos financiamentos de médio e longo prazo pode variar entre os 22,5 os 87,5 pontos base.

Os empréstimos acima referidos não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo destes empréstimos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as dívidas a instituições de crédito, relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

2007						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	-	150.000.000
Juros	7.873.575	7.873.575	7.873.575	7.873.575	7.873.575	7.873.575
Papel Comercial						
Amortização	-	-	-	75.000.000	150.000.000	-
Juros	8.149.750	8.149.750	8.149.750	7.837.250	7.602.875	-
	<u>16.023.325</u>	<u>16.023.325</u>	<u>16.023.325</u>	<u>90.710.825</u>	<u>165.476.450</u>	<u>157.873.575</u>
2006						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	-	150.000.000
Juros	6.116.775	6.116.775	6.116.775	6.116.775	6.116.775	6.116.775
	<u>6.116.775</u>	<u>6.116.775</u>	<u>6.116.775</u>	<u>6.116.775</u>	<u>6.116.775</u>	<u>156.116.775</u>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

2007					
Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
Papel comercial	250.000.000	225.000.000	25.000.000		x
Papel comercial	70.000.000	-	70.000.000		x
Conta caucionada	5.000.000	-	5.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
	<u>475.000.000</u>	<u>375.000.000</u>	<u>100.000.000</u>		
2006					
Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Papel comercial	70.000.000	-	70.000.000	x	
Conta caucionada	20.000.000	-	20.000.000		x
	<u>240.000.000</u>	<u>150.000.000</u>	<u>90.000.000</u>		

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro existentes em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, eram os seguintes:

Financiamento coberto	Montante nocional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
Papel Comercial	110.000.000	Mar-09	Euribor 6m	4,365%	(469.104)
Empréstimo Obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	56.194
					(412.910)

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, por forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de Euro 110 milhões e pelo prazo de seis meses. Esta tranche irá ser renovada pelo mesmo montante e por períodos iguais, pelo menos, até 13 de Março de 2009, ou seja, até à data de maturidade deste novo swap de taxa de juro.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, por forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de Euro 150 milhões, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. Os pagamentos de juros do empréstimo obrigacionista e do swap ocorrem simultaneamente, sendo estes últimos efectuados pelo montante líquido.

Os movimentos ocorridos nos justos valores dos swaps relativo ao papel comercial, no montante de 469.104 Euros, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 56.194 Euros, foram registados em Reservas por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Pela via da contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados, a 31 de Dezembro de 2007, cerca de 49% da dívida bruta encontra-se, de forma indirecta, sujeito a taxas de juro fixas. Os restantes 51% da dívida bruta encontram-se expostos a alterações nas taxas de juro do mercado.

Com base no endividamento bruto exposto a taxas variáveis existente no final de 2007, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75bp durante o ano de 2008, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos) em aproximadamente 1 milhão de euros. No entanto, tendo em consideração que as taxas de juro serão fixas até aos momentos de refixação definidos contratualmente, este impacto, em 2008, será apenas de cerca de 0,5 milhões de Euros. Para além disso, considerando os empréstimos a empresas do grupo que vencem juros a taxas de mercado, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75bp durante o ano de 2008, os juros obtidos, líquidos dos juros a pagar, nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos) em, aproximadamente, 3 milhões de euros.

b. Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

A rubrica de empréstimos de curto prazo e outros empréstimos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, no montante de 17.860.473 Euros e 86.750.000 Euros, respectivamente, era composta por aplicações de tesouraria recebidas de empresas filiais e por descobertos bancários como segue:

	2007	2006
Optimus Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Optimus Towering")	6.570.000	-
Tele 2	4.177.000	-
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket")	2.095.000	1.820.000
Sonae.com SI	2.900.000	100.000
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	1.500.000	-
Miauger	515.000	270.000
Optimus	-	68.910.000
WeDo	-	8.050.000
Sonae.com SC (ex Novis)	-	7.600.000
	<u>17.757.000</u>	<u>86.750.000</u>

Entidade financiadora	Tipo	Montante utilizado	
		2007	2006
Banco BPI	Descobertos bancários	103.473	-
		<u>103.473</u>	<u>-</u>

As aplicações de tesouraria de Empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a três meses e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as aplicações de tesouraria venceram juros compreendidos entre os intervalos de 3,559% a 4,784% e 2,340% a 3,544%, respectivamente.

16. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Rubricas	2007					
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	Saldo Final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	806	-	-	-	-	806
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Nota 5)	22.573.509	-	(12.124.606)	-	-	10.448.903
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 6)	28.466.097	-	12.124.606	-	-	40.590.703
Provisões para outros riscos e encargos	31.979	-	-	-	(8.273)	23.706
	<u>51.072.391</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.273)</u>	<u>51.064.118</u>

Rubricas	2006					
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	Saldo Final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	806	-	-	-	-	806
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Nota 5)	22.573.509	-	-	-	-	22.573.509
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 6)	28.466.097	-	-	-	-	28.466.097
Provisões para outros riscos e encargos	54.772	706	-	(23.499)	-	31.979
	<u>51.095.184</u>	<u>706</u>	<u>-</u>	<u>(23.499)</u>	<u>-</u>	<u>51.072.391</u>

17. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, era composta pelos valores relativos aos Planos de Incentivo de Médio Prazo, exigíveis a médio e longo prazo, nos montantes de Euro 129.379 e Euro 639.405, respectivamente.

18. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Capital subscrito	40.000.000	-
Estado e outros entes públicos	629.421	269.411
Juros a pagar	492.350	699.472
Outras dívidas a terceiros	170.350	3.109.144
	<u>41.292.121</u>	<u>4.078.027</u>

O montante de capital subscrito por realizar corresponde a Prestações acessórias concedidas à subsidiária Sonaetelecom BV que foram realizadas no dia 2 de Janeiro de 2008.

Os juros a pagar, as prestações acessórias por realizar e as outras dívidas a terceiros tinham a seguinte maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2007	40.662.700	40.662.700	-	-
2006	3.808.616	3.808.616	-	-

19. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Acréscimos de custos		
Despesas com pessoal (remunerações e subsídio de férias)	1.222.205	1.256.664
Planos de Incentivo de Médio Prazo	535.579	727.316
Outros fornecimentos e serviços externos	242.572	154.982
Juros a pagar	194.697	439.181
Consultoria	5.109	7.669.688
Seguros	4.743	4.180
Outros acréscimos de custos	828.575	281.143
	<u>3.033.480</u>	<u>10.533.154</u>
Proveitos diferidos		
Facturação a emitir	112.500	162.500
Outros proveitos diferidos	290	260.000
	<u>112.790</u>	<u>422.500</u>
	<u>3.146.269</u>	<u>10.955.654</u>

20. Prestações de serviços e Outros proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as Prestações de serviços correspondiam ao débito, às empresas participadas, de fees de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de Outros proveitos operacionais tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Débito de custos de consultoria	23.519.585	-
Cedência de espaços e instalações	326.697	170.684
Cedência de pessoal	53.078	-
Redução de provisões	8.273	-
Alienação de imobilizado	3.931	-
Outros proveitos operacionais	271.702	75.226
	<u>24.183.266</u>	<u>245.910</u>

O débito de custos de consultoria refere-se aos custos suportados na Oferta Pública de Aquisição da Portugal Telecom, S.A. em 2007 e 2006 e que foram redebitados às subsidiárias Optimus e Sonaecom Serviços de Comunicações (ex Novis).

21. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2007	2006
Trabalhos especializados	2.686.194	968.609
Honorários	392.925	434.405
Deslocações e estadas	320.761	322.910
Rendas e alugueres	312.141	407.927
Electricidade	293.428	33.511
Outros fornecimentos e serviços externos	653.246	773.483
	<u>4.658.695</u>	<u>2.940.845</u>

22. Custos com Ofertas Públicas de Aquisição

A 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica incluía os custos incorridos (facturados ou não facturados mas cuja obrigação legal foi gerada no exercício de 2006) com as Ofertas Públicas de Aquisição sobre a Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. e a PT - Multimédia -Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A.. Estes custos foram reconhecidos em "Outros activos não correntes" até Dezembro de 2006, uma vez que, dada a probabilidade de sucesso das referidas ofertas até àquela data, os custos incorridos com as mesmas iriam ser parte integrante do custo de aquisição daqueles investimentos financeiros. Na sequência do desfecho das ofertas, os custos foram integralmente reconhecidos na demonstração de resultados durante o último trimestre de 2006.

23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	2007	2006
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo	(82.074.258)	-
Ganhos relativos a empresas do Grupo	38.592.872	33.000.000
	<u>(43.481.386)</u>	<u>33.000.000</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	(2.391.116)	(182.669)
Outros empréstimos	(10.280.462)	(7.924.482)
Descobertos bancários e outros	(33.547)	(413)
	<u>(12.705.125)</u>	<u>(8.107.564)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(13)	(28)
Outros custos financeiros		
Encargos de emissão de dívida	(444.862)	(529.687)
Outros	(133.729)	(71.731)
	<u>(578.591)</u>	<u>(601.418)</u>
	<u>(13.283.729)</u>	<u>(8.709.010)</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	20.157.603	7.935.287
Diferenças de câmbio favoráveis	23.229	15.952
Ajustamento para o justo valor de investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 10)	279.489	350.830
Outros proveitos financeiros	-	301.295
	<u>20.460.321</u>	<u>8.603.364</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as perdas em empresas do Grupo respeitam à perda registada na liquidação da subsidiária Sonae Matrix. Esta perda não resultou de uma perda de imparidade existente na Sonae Matrix em exercícios anteriores, mas sim como corolário da fusão da Optimus na Novis e da atribuição aos accionistas destas empresas (nos quais se incluía a Sonae Matrix) de acções da Sonaecom SC, na proporção dos capitais próprios daquelas empresas à data da fusão, e não na proporção dos respectivos valores de mercado.

Caso tal atribuição de acções tivesse sido efectuada através do valor de mercado das participações financeiras (o que colocaria em causa a neutralidade fiscal da operação de fusão) tal menos valia não teria sido gerada.

Em 31 de Dezembro de 2007, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Sonae Telecom S.G.P.S., S.A. e Optimus (Euro 34.000.000 e Euro 4.592.872, respectivamente). Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica respeitava a dividendos recebidos da filial Sonaetelecom BV.

24. Entidades relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

Saldos a 31 de Dezembro de 2007					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos	Empréstimos concedidos/(obtidos)
Sonaecom Serviços de Comunicações (ex Nvvi s)	4.743.144	(238.453)	55.467.900	2.038.954	262.795.000
Sonaecom BV	1.625.857	(80.000)	-	606.162	120.660.000
Sonaetel ecom BV	868.083	(40.000.000)	-	329.350	70.175.000
Wêdo	52.498	-	10.629.650	109.983	-
Público	32.702	(2.405)	1.893.000	249.813	-
Tele 2	9.473	-	-	(17.914)	(3.215.218)
Mauger	5.899	(12.761)	-	(753)	(515.000)
Saphety	5.088	-	-	-	-
Optimus Towering	4.400	-	-	(101.383)	(6.570.000)
Digitalmarket	3.292	(74.316)	-	(2.221)	(2.095.000)
Stel ecom SGPS	2.229	(374.973)	-	-	-
MBG	120	-	-	-	-
SonaecomSI	(187)	(27.278)	-	(353)	(2.510.000)
Permar	(450)	-	-	-	-
Mai nroad	(5.153)	(10.932)	-	(2.317)	(1.500.000)
	<u>7.346.995</u>	<u>(40.821.118)</u>	<u>67.990.550</u>	<u>3.209.321</u>	<u>437.224.782</u>
Saldos a 31 de Dezembro de 2006					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos	Empréstimos concedidos/(obtidos)
Sonaecom BV	106.253.492	(80.000)	-	-	-
Sonaecom Serviços de Comunicações (ex Nvvi s)	1.050.534	(376)	-	214.640	64.300.000
Sonaetel ecom BV	263.286	-	-	119.152	69.767.673
Optimus Towering	34.241	-	-	122	-
Enabler	33.896	-	-	-	-
SonaecomSI	19.637	(17.238)	-	(3.266)	(100.000)
Mai nroad	17.099	(1.641)	-	281	-
Mauger	16.142	(2.691)	-	(314)	(270.000)
Optimus	14.102	(895.453)	-	(83.749)	(68.910.000)
Sonae Matrix	6.673	-	-	38.848	-
Stel ecom SGPS	4.694	-	-	26	-
Digitalmarket	901	(32.865)	-	(2.093)	(1.820.000)
Retailbox BV	241	-	-	-	-
Wêdo	226	(91.971)	-	12.980	(8.050.000)
MBG	207	-	-	18	-
Público	89	(160)	935.000	340.261	-
Permar	(157)	-	-	41	-
	<u>107.715.303</u>	<u>(1.122.393)</u>	<u>935.000</u>	<u>636.947</u>	<u>54.917.673</u>

 Transacções a 31 de Dezembro de 2007

	Vendas e prestações de serviços	Forneci mento e serviços externos	Juros obti dos/ (suportados)	Provei tos suol emen tares
Opti mus	3.541.667	891.335	(327.114)	10.601.955
Sonaecom Servi ços de Comuni cações (ex Nbv i s)	2.883.820	87.451	6.365.083	13.462.499
Públi co	174.512	45.136	273.848	5.838
Védo	116.537	(3.061)	(123.310)	4.615
M auçer	19.923	-	(15.371)	6.374
M ai nroad	8.996	18.060	(13.419)	4.089
Stel ecom SGPS	6.649	-	(441.145)	20
Opti mus Toweri ng	6.440	(27.276)	(164.348)	64.032
Di gi tmarket	5.328	3.793	(86.924)	2.423
SonaecomSI	4.981	42.595	(16.671)	136
Saphetu	4.205	-	-	1.110
Sonae Mátrix	1.748	-	28.032	-
SI RS	1.512	-	-	346
M BG	548	-	-	69
Net Máll	107	-	-	-
Permar	12	-	-	-
Sonae SGPS	-	(15.455)	2.091.718	860
Sonaecom BV	-	-	6.149.108	-
Sonaet el ecom BV	-	-	3.157.899	-
Tel e 2	-	-	(6.769)	-
Equador	-	213.681	-	-
Sont ári a	-	27.133	-	-
Efanor	-	21.000	-	-
MDS	-	1.723	-	-
SC- Consul tadori a, SA	-	8.574	-	-
Sol i nca	-	2.631	-	-
Sonae Turis mo	-	817	-	-
	<u>6.776.984</u>	<u>1.318.137</u>	<u>16.870.617</u>	<u>24.154.366</u>

Transacções a 31 de Dezembro de 2006

	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Opti mus	4.214.206	944.725	(1.844.702)	90.742
Sonaecom Servi ços de Comuni cações (ex Nvvi s)	1.524.058	(142.893)	3.254.579	86.234
Públi co	252.084	(1.201)	308.582	-
Védo	92.307	(3.060)	(183.623)	(2.952)
M auçer	42.709	-	(3.561)	22.548
SonaecomSI	30.659	41.601	(8.762)	-
Enabl er	28.013	-	-	-
Mã i nroad	17.203	13.642	-	3.667
Stel ecom SGPS	4.138	-	-	-
SI RS	3.038	-	-	-
Opti mus Toweri nç	2.406	(27.508)	-	44.420
Net Mál l	2.145	-	-	-
Di ei tmarket	2.051	3.188	(37.488)	-
Sonae Mã trix	1.375	4.074	57.509	-
Retai lbox BV	601	-	-	-
Mã G	385	-	-	-
Permar	330	-	-	-
Sonae SGPS	-	-	2.851.126	-
Sonae tel ecom BV	-	-	1.483.841	-
MCH	-	-	-	1.250
Equador	-	234.817	-	-
Sol i nca	-	2.712	-	-
Sontá ri a	-	29.980	-	-
Sonae Indústria	-	(626)	-	-
Exi t	-	5.116	-	-
MDS	-	925	-	-
Investimento Directo	(3.289)	-	-	-
	<u>6.214.419</u>	<u>1.105.492</u>	<u>5.877.501</u>	<u>245.909</u>

25. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2007	2006
BBVA - Portugal, ING Belgium Portugal e Millennium BCP	Papel comercial	320.000.000	70.000.000
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	6.064.286	-
		<u>326.064.286</u>	<u>70.000.000</u>

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (15.334.817 Euros negativos em 2007 e 9.121.625 Euros em 2006) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 deduzidas das acções próprias (364.668.263 em 2007 e 313.956.868 em 2006).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		Período de exercício		31-Dez-07	
		Data de atribuição	Data de vencimento	De	Até	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Opções Sonaecom							
Plano 2002	1,694	31-Mar-03	10-Mar-06	13-Mar-06	09-Mar-07	-	-
Plano 2003	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2004	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2005	-	-	-	-	-	-	-
Acções Sonaecom							
Plano 2003	3,19	31-Mar-04	09-Mar-07	-	-	-	-
Plano 2004	3,96	31-Mar-05	10-Mar-08	-	-	18	105.455
Plano 2005	4,093	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-	21	90.796
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-	20	116.911
Acções Sonae SGPS							
Plano 2003	0,93	31-Mar-04	09-Mar-07	-	-	-	-
Plano 2004	1,17	31-Mar-05	10-Mar-08	-	-	4	132.843
Plano 2005	1,34	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-	4	79.712
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-	4	100.907

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a: Sonaecom - cotação média entre os dias 3 e Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

A Sonaecom assinou acordos para cobrir o risco de execução e de variação de preço dos planos de opções e acções e adquiriu acções da Sonaecom SGPS, S.A. com o mesmo objectivo. Mediante este acordo e estas aquisições, a responsabilidade total da Sonaecom passou a estar limitada a um máximo de 969.254.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., atribuídos em 2006 e 2007, e para os quais o Grupo adquiriu acções próprias para cobrir o risco de execução e variação de preço, a responsabilidade, calculada com base nas cotações das datas de atribuição, é de 304.296 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para o plano de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A. atribuído em 2005 e para os planos de acções Sonae SGPS, a Empresa celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os movimentos ocorridos no número de opções e acções afectas aos Planos de Incentivo de Médio Prazo foram como segue:

	Opções Sonaecom		Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de opções	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2006						
Exercíveis	-	-	-	-	-	-
Ainda diferidas	-	-	57	431.027	15	646.866
Total	-	-	57	431.027	-	-
Movimentos no ano						
Atribuídas	-	-	21	159.347	5	178.594
Vencidas	-	-	(16)	(163.717)	(5)	(254.062)
Vencidas antecipadamente	-	-	(3)	(111.500)	(3)	(269.616)
Exercíveis	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas/Extintas/Corrigidas*	-	-	-	(1.995)	-	11.680
Saldo a 31.12.2007						
Exercíveis	-	-	-	-	-	-
Ainda diferidas	-	-	59	313.162	12	313.462
Total	-	-	59	313.162	12	313.462

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Os custos dos planos de opções e de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são como se segue:

	2007	2006
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.728.759	2.080.001
Custos reconhecidos no exercício	450.324	648.758
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(1.466.501)	(510.879)
Custos de planos exercidos no exercício	(772.809)	(955.622)
Custos diferidos ainda não reconhecidos	29.481	212.595
	969.254	1.474.853
Em Reservas	304.296	108.132
Em Acréscimos de custos	664.958	1.366.721

29. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, durante os exercícios de 2007 e 2006, foi como segue:

	2007	2006
Benefícios de empregados de curto prazo	2.222.639	2.257.286
Pagamentos com base em acções	2.255.325	1.588.385
	4.477.964	3.845.671

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em acções para 2007 e 2006 corresponde ao valor do Plano de Incentivo de Médio Prazo atribuído em 2004 e relativo à performance de 2003 (e atribuído em 2003 relativo à performance de 2002, para o valor de 2006), cujas acções, ou o correspondente valor em dinheiro, foram entregues em Março de 2007 e Março de 2006, valorizado à cotação da data de entrega (9 de Março de 2007 e 10 de Março de 2006, respectivamente). Este valor inclui ainda o valor em

dinheiro entregue durante o exercício de 2007, correspondente ao vencimento antecipado dos Planos atribuídos em 2005, 2006 e 2007, ao Presidente da Comissão Executiva, na sequência das alterações na composição do Conselho de Administração ocorridas no ano e descritas no Relatório de gestão.

30. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, era de 41 e de 39, respectivamente. A 31 de Dezembro de 2007 o número de trabalhadores ascendia a 40.

31. Outros assuntos

(i) Em processo arbitral, que opôs a Maxistar aos restantes accionistas da Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. (na altura, Optimus) - por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, a Maxistar foi condenada a pagar aos outros accionistas da Optimus a importância total de 2.344.350 Euros, a que acrescem juros de mora até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Maxistar propôs uma acção de anulação da decisão do tribunal a qual foi julgada improcedente na primeira instância. Dessa decisão, a Maxistar apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

Por forma a executar a dívida da Maxistar, e depois de terem manifestado a sua preferência pelo pagamento da importância devida, alguns accionistas propuseram uma acção executiva. Ainda antes de ter terminado a acção de anulação da decisão do tribunal arbitral, por forma a obviar ao prosseguimento da acção executiva, a Maxistar pagou a esses accionistas a quantia de 4.068.048 Euros (capital mais juros), tendo cabido à Sonaecom o valor de 2.183.899 Euros.

O tribunal da relação de Lisboa julgou integralmente improcedente o recurso de apelação apresentado pela Maxistar, confirmando a sentença recorrida.

A Maxistar pode ainda apresentar recurso deste acórdão mas a Administração mantém a convicção de que são reduzidas as hipóteses de qualquer recurso.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Fevereiro de 2008.

ANEXO

A 31 de Dezembro de 2007, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S, são como segue:

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Jean François Pontal
Álvaro Cuervo Garcia	Luís Filipe Campos Dias Castro Reis
Angêlo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bom
Belmiro de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida
David Hobley	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
George Christopher Lawrie	Paulo Jorge Henriques Pereira
Gervais Pellissier	Pedro Miguel Freitas Ramalho Carlos

Empresas do Grupo Sonaecom	
Optimus Artis-Conc., Const. G. Redes Com SA	Praesidi um Servi ces Li mited
Cape Technol ogies (Patents) Li mited	Praesidi um Technol ogies Li mited
Cape AsiaPac PTY Li mited	Público - Comuni cação Soci al, S. A
Cape Technol ogies (Hol dings) Li mited	Saphety Level - Trusted Servi ces, S. A
Cape Pol and Sp. Z. o. o.	Sonae. com - Si st. Infor., S. G. P. S., S. A
Cape Technol ogies (UK) Li mited	VI PU ACE
Cape Technol ogies Ameri cas, Inc	Opti mus Towering -Ges. Torres Telecom SA
Clixgest - Internet e Conteúdos, S. A	SI RS- Soc. Ind. Radi odi fusão SonoraSA
Digi tmarket - Si sternas de Infor mação, SA	SonaeCom S. G. P. S., S. A
M&G - Edi ções Di gi tais, S. A	Sonaecom B. V.
Mai nroad - Servi ços Tec. Infor mação, S. A	Sonae Telecom BV
Sonae Matrix Multi média, S. G. P. S., S. A	Sonae Telecom, S. G. P. S., S. A
Mauger - Org. Gest. Leil ões Elect., S. A	Tecnol ógi ca Telecomuni cações LTDA
Sonaecom - Servi ços de Comuni cações, S. A	Tel emlí enio-Tel ecomun. Soc. Uni pessoal, Lda
Opti mus - Telecomuni cações, S. A	W&Do Consul ting - Si st. Infor mação, S. A
Permær - Soci edade de Construções, S. A	W&Do do Brasil - Soluções Infor., Ltda
Praesidi um Hol dings Li mited	X5-Infor mação comuni cação e Lazer S. A

Empresas do Grupo Sonae	
3DO Hol di ne GrbH	Aserraderos de Cuellar, S. A
3DO Shoppi ng Centre GrbH	Atl antic Ferries-Tráf. Loc, Flu. e Marít, S. A
3shoppi nes - Hol di ne, SGPS, S. A	Avenida M40 B. V.
Aegean Park, S. A	Avenida M40, S. A
Aegean Ei weiler Management GrbH	Azulino Imobili ária, S. A
Aegean Floori ng Products, S. A RL	Berti móvel - Soci edade Imobili ária, S. A
Aegean Tarket Laminate Park GrbH Co. KG	Best Offer-Prest. Inf. p/Internet, S. A
Ael oma Investi mentos, Seps, S. A	Bi ki ni, Portal de Mul heres, S. A
Ael oma-Soc. Ind. Madei ras e Ael om, S. A	Bl oco Q-Soci edade Imobili ária, S. A
Águas Furtadas - Imobili ária, S. A	Bl oco W-Soci edade Imobili ária, S. A
Airone - Shoppi ng Centre, Srl	Boavista Shoppi ng Centre BV
ALEXA Admi ni stration GrbH	Box Lines Navegação, S. A
ALEXA Hol di ne GrbH	Campo Limpo, Lda
ALEXA Shoppi ng Centre GrbH	Canasta-Empreendi mentos Imobili ários, S. A
Alexa Site GrbH & Co. KG	Carnes do Contnente-Ind. Di str. Carnes, S. A
Al garveshoppi ng- Centro Comerci al, S. A	CarPlus - Comérçio de Automóveis, S. A
Andar - Soci edade Imobili ária, S. A	CaS. A. Agrícola de Ambrães, S. A
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	CaS. A. Agrícola João e A. Pombo, S. A
Aquapraia - Investi mentos Turísticos, S. A	CaS. A. da Ri beira - Hotel ari a e Turismo, S. A
Arrábido shoppi ng- Centro Comerci al, S. A	Fozmassi no - Soci edade Imobili ária, S. A
Cascai shoppi ng- Centro Comerci al, S. A	Freccia Rossa- Shoppi ng Centre S. r. l.
Cascai shoppi ng Hol di ne I, SGPS, S. A	Fri engeeri ng Internati onal Ltda
Centro Colombo- Centro Comerci al, S. A	Fundo de Invest. Imobili ário Imosedo
Centro Resi denci al da Mãe, Urban., S. A	Fundo Invest. Imob. Shopp. Parque D. Pedro
Centro Vasco da Gama-Centro Comerci al, S. A	Gai ashoppi ng I- Centro Comerci al, S. A
Change, SGPS, S. A	Gai ashoppi ng II- Centro Comerci al, S. A

Chão Verde-Soc. Gestora Imobiliária, S. A	GHP GmbH
Choice Car - Comércio de Automóveis, S. A	Gli Orsi - Shopping Centre, Srl
Choice Car SGPS, S. A	Global S-Hipermercado, Lda
Cia. de Industrias e Negócios, S. A	Glunz AG
Cinclus Imobiliária, S. A	Glunz Service GmbH
Citorres-Sociidade Imobiliária, S. A	Glunz UK Holdings Ltd
Clériceoshopping- Gestão do C. Comerc. , S. A	Glunz Uka GmbH
Coimbrashopping- Centro Comercial, S. A	Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, S. A
Colombo Towers Holdings, BV	Guerin - Rent a Car (Dois), Lda.
Contacto Concessões, SGPS, S. A	Guimarãesshopping- Centro Comercial, S. A
Contacto-SGPS, S. A	Hornitex Polska Sp z. o. o
Contacto-Sociidade de Construções, S. A	Iberian Assets, S. A
Contibomba-Comérc. Distr. Combustíveis, S. A	IGI-Investimento Imobiliário, S. A
Contimobe-Imobil. Castelo Paiva, S. A	Igiro-Sociidade Imobiliária, S. A
Continente Hipermercados, S. A	Iginha-Sociidade Imobiliária, S. A
Contry Club da Maia-Imobiliária, S. A	IMImplementation Management GmbH
Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S. A	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S. A	Imareia - Invest. Turísticos, SGPS, S. A
Darbo S. A S	Imobiliária da Cabela, S. A
Development & Partenariat Assurances, S. A	Imoclub-Serviços Imobiliários, S. A
Diffusão-Sociidade Imobiliária, S. A	Imoconti - Soc. Imobiliária, S. A
Distribfin-Comercio u Prest. Servicos, S. A	Imodivor - Sociidade Imobiliária, S. A
DMB, SGPS, S. A	Imoestrutura-Soc. Imobiliária, S. A
Dortmund Tower GmbH	Imoferro-Soc. Imobiliária, S. A
Dos Mares - Shopping Centre B.V.	Imohotel-Emp. Turist. Imobiliários, S. A
Dos Mares-Shopping Centre, S. A	Imomuro-Sociidade Imobiliária, S. A
Ecociclo - Energia e Ambiente, S. A	Imopenínsula - Sociidade Imobiliária, S. A
Ecociclo II - Energias, S. A	Imoplanc Gestão de Imóveis, S. A
Efanor Investimentos, SGPS, S. A	Imoponte-Soc. Imobiliária, S. A
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S. A	Imoresort - Sociidade Imobiliária, S. A
Efanor-Design e Serviços, S. A	Imoresultado-Soc. Imobiliária, S. A
Efanor-Indústria de Fios, S. A	Imosedas-Imobiliária e Serviços, S. A
El RoS. A I Shopping, S. A	Imosistema-Sociidade Imobiliária, S. A
Empreend. Imob. Quinta da Azenha, S. A	Imosonaell
Equador & Mendes, Lda	Implantação - Imobiliária, S. A
Espimaria - Sociidade Imobiliária, S. A	Infofield-Informática, S. A
Estação Oriente-Gest. de Galerias Com, S. A	Inpansa - Gestão Galeria Comercial, S. A
Estação Viana- Centro Comercial, S. A	Inparvi SGPS, S. A

Estêvão Neves-Hipermercados Madeira, S. A	Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S. A
Etablissement A Mathe, S. A	Integrum Serviços Partilhados, S. A
Euro Decorative Boards, Ltd	Interclean, S. A
Euroregantic, Lteé	Interloq-SGPS, S. A
Euroresinas-Indústrias Químicas, S. A	Inventorç-Acessórios de Casa, S. A
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S. A	Investalentejo, SGPS, S. A
Fozi mo-Sociedade Imobiliária, S. A	Invsaude - Gestão Hospitalar, S. A
Isorou SAS	Ipaper-Indústria Papeis Impregnados, S. A
La Farça - Shopping Center, SL	ISF - Imobiliário, Serviços e Participaç
Larissa Devel. Op. Of Shopping Centers, S. A	OSB Deustchland Grnbh
Lazam Corretora, Ltda.	KLC Hol di nes XII SA
Le Terrazze - Shopping Centre S. r. l.	Paracentro - Gest. de Galerias Com., S. A
Lerbo Services Ltd (Euro)	Pareuro, BV
Libra Serviços, Lda.	Parqeste SGPS, S. A
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.	Park Avenue Devel. op. of Shop. Centers S. A
Lima Retail Park, S. A	Parque Atlântico Shopping - C. C., S. A
Loureshopping- Centro Comercial, S. A	Parque D. Pedro 1 B. V.
Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S. A	Parque D. Pedro 2 B. V.
Luz del Tajio - Centro Comercial S. A	Parque de Farnalção - Emp. Imob., S. A
Luz del Tajio B. V.	Parque Prncipado SL
Madeirashopping- Centro Comercial, S. A	Partnerairo - Empreend. Turísticos, Lda
Maiashopping- Centro Comercial, S. A	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Mai equipa-Gestão Florestal, S. A	Pátio Penha Shopping Ltda.
Marcas MC, ZRT	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Mari mo - Exploração Hotel eira Imobiliária	Pátio Sertório Shopping Ltda
Marina de Tróia S. A	Peixes do Continente-Ind. Dist. Peixes, S. A
Mari nameric-Expl. Cent. Lúdicos Marít, Lda	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S. A
Marnæno-Expl. Hotel eira Imob., S. A	PIP - Equipamento de Refrigeração, Lda
Martimope - Sociedade Imobiliária, S. A	Plaza Ebo li B. V.
Marvero-Expl. Hotel eira Imob., S. A	Plaza Ebo li - Centro Comercial S. A
MC Property Management S. A	Plaza Maqor Hol di ne, SGPS, S. A
MDS Corretor de Seguros, S. A	Plaza Maqor Parque de Ócio B. V.
Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S. A	Plaza Maqor Parque de Ocio, S. A
Megantic BV	Plaza Maqor Shopping B. V.
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S. A	Plaza Maqor Shopping, S. A
Modalfa-Comércio e Serviços, S. A	Pl oi esti Shopping Center (Euro)
Modelo - Dist. de Mat. de Construção, S. A	Poliface Brasil, Ltda
Modelo Continente - Oper. Retal ho SGPS, S. A	Poliface North America

Módelo Continente Hipermercados, S. A	Porturbe-Edifícios e Urbanizações, S. A
Módelo Continente, SGPS, S. A	Praedium II - Imobiliária, S. A
Módelo Hipermercados Tradig, S. A	Praedium III - Serviços Imobiliários, S. A
Módelo Hipermobiliária, S. A	Praedium SGPS, S. A
Módelo.com Vendas p/Correspond., S. A	Predicomercial - Promoção Imobiliária, S. A
Monselice Centre Srl	Prédios Privados Imobiliária, S. A
Móvel partes-Comp. para Ind. Móvel Imobiliária, S. A	Predisedas-Predial das Sedas, S. A
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S. A	Pridel ease Investments, Ltd
NAB, Sociedade Imobiliária, S. A	Profimetrics - Software Solutions, S. A
NA- Comércio de Artigos de Desporto, S. A	Proj. Sierra Germanu 1 - Shop. C. GrbH
NA- Equipamentos para o Lar, S. A	Proj. Sierra Germanu 4 (four) - Sh. C. GrbH
Net Mall SGPS, S. A	Proj. Sierra Italy 2 - Dev. of Sh. C. Srl
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S. A	Proj. Sierra 1 - Shopping Centre GrbH
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Project Sierra Germanu Shop. Center 1 BV
Norteshopping-Centro Comercial, S. A	Project Sierra Germanu Shop. Center 2 BV
Nova Equador Internacional, Aq. Viaq. T, Ld	Proj. Sierra Germanu 2 (two) - Sh. C. GrbH
Nova Equador P. C. O. e Eventos	Proj. Sierra Germanu 3 (three) - Sh. C. GrbH
Novobord (PTY) Ltd.	Proj. Sierra Hld. Portugal V, SGPS, S. A
Oeste Retail Park - Gestão G. Comerc., S. A	Proj. Sierra Italy 1 - Shop. Centre Srl
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S. A	Proj. Sierra Italy 2 - Dev. Of Sh. C. Srl
Pátio Campinas Shopping Ltda	Proj. Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project Sierra Italy 5 Srl
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra One Srl
Project 4, Srl	Project Sierra Srl
Proj. Sierra Portugal I V - C. Comerc., S. A	Proj. Sierra Portugal I - C. Comerc., S. A
Proj. Sierra Portugal V - C. Comercial, S. A	Proj. Sierra Portugal II - C. Comerc., S. A
Proj. Sierra Portugal VI - C. Comercial, S. A	Proj. Sierra Portugal III - C. Comerc., S. A
Proj. Sierra Portugal VII - C. Comerc., S. A	Sic Indoor - Gestão de Suportes Publicitários, S. A
Proj. Sierra Portugal VIII - C. Comerc., S. A	Sierra Asset Management - Gest. Activos, S. A
Project SC 1 BV	Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl
Project SC 2 BV	Sierra Brazil 1 B. V.
Project Sierra 1 B. V.	Sierra Charaioni s Devel op. Sh. Centre S. A
Project Sierra 2 B. V.	Sierra Charaioni s Propert. Management S. A
Project Sierra 3 BV	Sierra Corporate Services- Ap. Gestão, S. A
Project Sierra 4 BV	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra 5 BV	Sierra Devel op. Iberia 1, Prom Imob., S. A
Project Sierra 6 BV	Sierra Devel opments Germanu Holding B. V.
Project Sierra 7 BV	Sierra Devel opment Greece, S. A

Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sierra Developments Germany GmbH
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Developments Spain-Prom C. Com SL
Project Sierra Spain 2-Centro Comer. S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Developments Services Srl
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. S.A.	Sierra Developments-Serv. Prom Imob. S.A.
Project Sierra Spain 5 BV	Sierra Enplanta Ltda
Project Sierra Two Srl	Sierra European R.R.E. Assets Hld. B.V.
Project Sierra Three Srl	Sierra GP Limited
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Promsedas-Prom Imobiliária, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Prosa-Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Publicações-Soc. Gestora Part. Finan., S.A.	Sierra Investments Holding B.V.
Racionaliz. e Manufact. Florestais, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
Resoflex-Mob. e Equipamentos Gestão, S.A.	Sierra Italy Holding B.V.
Resolução, SGPS, S.A.	Sierra Man. New Tech. Bus. -Serv. Comu. CC, S.A.
Rio Sul - Centro Comercial, S.A.	Sierra Management Germany GmbH
River Plaza Mall, Srl	Sierra Management II - Gestão de C.C. S.A.
Project Sierra Srl	Sierra Management Italy S.r.l.
S. C. Setler Mna Srl	Sierra Management Portugal - Gest. CC, S.A.
S. C. Microcom Doi Srl	Sierra Management Spain-Gestión C. Com S.A.
Rochester Real Estate, Limited	Sierra Management, SGPS, S.A.
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Management Hellas SA
SC Aegean B.V.	Sierra Property Management, Srl
SC Insurance Risks Services, SGPS, S.A.	Sierra Portugal Fund, Sarl
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
SC-Consultadoria, S.A.	SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
SC-Eng. e promoção imobiliária, SGPS, S.A.	Si stavac-Sist. Aquecimento, V. Ar. C., S.A.
SCS Beheer, BV	SKK-Central de Distr., S.A.
Sel frio, SGPS, S.A.	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos
Sel frio-Engenharia do Frio, S.A.	SM Empreendimentos Imobiliários, Ltda
Selifa- Empreendimentos Imobiliários, S.A.	SMP-Serv. de Manutenção Planeamento
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Soc. Inic. Aproveit. Florest. - Energias, S.A.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.	Sociedade Imobiliária Troia - BB, S.A.
Sesaeest-Proj. Gestão Imobiliária, S.A.	Société de Tranchage Isorou S.A.S.
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A.	Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.

<p>Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur., S. A Shopping Centre Colombo Holding, BV Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf-Soc. Inicial. Aprov. Florestais, S. A Sol Retail Park - Gestão G.Comerc., S. A Solaris Supermercados, S. A Solinca III-Desporto e S. A úde, S. A Solinca-Investimentos Turísticos, S. A Solinfitness - Club Malaga, S. L. Soltroia-Imob. de Urb. Turismo de Tróia, S. A Somit Imobiliária, S. A Somit-Soc. Mad. Ind. Transformadas, S. A Sonaec Capital Brasil, Lda Sonaec Capital, SGPS, S. A Sonaec Financial Participations BV Sonaec Ind., Prod. e Com.Deriv. Madeira, S. A Sonaec Indústria Brasil, Ltda Sonaec Indústria de Revestimentos, S. A Sonaec Indústria-SGPS, S. A Sonaec International, Ltd Sonaec Investments, BV Sonaec Novobord (PTY) Ltd Sonaec RE, S. A Sonaec Retalho Espana-Serviços Gen., S. A Sonaec SGPS, S. A Sonaec Serviços de Gestão, S. A Sonaec Sierra Brasil Ltda Sonaec Sierra Brazil B.V. Sonaec Sierra, SGPS, S. A Sonaec Tafibra (UK), Ltd Sonaec Tafibra Benelux, BV Tafiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL Tarkett Aqapan Laminate Flooring SCS Tavapan, S. A Tecnasa Reciclados de Andalucía, SL Teconologias del Medio Ambiente, S. A Textil do Marco, S. A Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA</p>	<p>Sonaec Turismo-SGPS, S. A Sonaec UK, Ltd. Sonaeeest-Soc. Gest. Fundos Investimentos Sondis Imobiliária, S. A Sontaria-Empreend. Imobiliários, S. A Sontel Bv Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S. A Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products, Ltd Módelo Cont. Sequeiros-Soc. De Mediação, Lda Spi narq, S. A Spi neste - Promoção Imobiliária, S. A Spi neste-Gestão Imobiliária SGI, S. A Sport Zone-Comércio Art. Desporto, S. A Société des Essences Fines Isorou Société Industrielle et Financière Isorou Socijofra-Sociidade Imobiliária, S. A Socioures-Soc. Imobiliária, S. A Soconstrução BV SodeS. A., S. A Soflorin, BV Soira-Soc. Imobiliária de Ranal de, S. A SRP-Parque Comercial de Setúbal, S. A SRP Development, SA Star-Viagens e Turismo, S. A Tableros Tradema, S. L. Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL Tafibras Participações, S. A Tafi S. A Brasil, S. A Tafi S. A Canadá Societé en Commandite Tafi S. A France, S. A Tafi S. A UK Ltd Tafi S. A -Tableros de Fibras, S. A Troiverde-Expl. Hotel eira Imob., S. A Tuliparrar-Expl. Hotel eira Imob., S. A Unipress - Centro Gráfico, Lda Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda.</p>
---	---

Todos os Dias-Com Ret. Expl. C. Comer., S. A	Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S. A
Tool Grbh	Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S. A
Torre Colombo Ocidente-Imobiliária, S. A	Venda Aluea-Sociedade Imobiliária, S. A
Torre Colombo Oriente-Imobiliária, S. A	Via Catarina- Centro Comercial, S. A
Torre São Gabriel-Imobiliária, S. A	World Trade Center Porto, S. A
TP - Sociedade Térmica, S. A	Wörten-Equipamento para o Lar, S. A
Troiaresort-Investimentos Turísticos, S. A	Wörten España, S. A
Urbisedas-Imobiliária das Sedas, S. A	Zubiarte Inversiones Inmob, S. A
Valcenter Srl	
Valor N. S. A	

Empresas do Grupo FT	
France Telecom S. A	Wirefree Services Belgium S. A

Declaração

Nos termos do Artº 245, 1, al.c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeira Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 13 de Março de 2008

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços Consolidado e Individual em 31 de Dezembro de 2007 (que evidenciam um total de 1.758.611.602 Euros e 1.572.243.911 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 935.421.430 Euros e 1.136.111.826 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 36.777.870 Euros e um resultado líquido individual negativo de 15.334.817 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo individual, a Empresa adoptou, pela primeira vez em 2007, na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2006, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2006, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de comparabilidade. Na Nota 13 do Anexo individual, encontra-se divulgada a informação exigida relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 28 de Fevereiro de 2008

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas de
Sonaecom, SGPS, S.A.

1 - Relatório

1.1 - Introdução

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação este Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais da Sonaecom, SGPS, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da actividade da empresa e das suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo efectuado reuniões com a periodicidade e extensão que considerou adequadas e, nas circunstâncias, sempre obteve da Administração e dos diversos serviços da empresa e das empresas englobadas na consolidação, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão das mutações patrimoniais e dos resultados.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações consolidada e individual dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Adicionalmente procedeu à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2007, exerceu as suas competências em matéria de fiscalização da independência e execução das funções do Auditor Externo e do Revisor Oficial de contas da Sociedade e apreciou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 - Parecer

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante nas Demonstrações Financeiras consolidada e individual foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Assim, somos de parecer:

a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações consolidada e individual dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Maia, 20 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta

Armando Luís Vieira de Magalhães